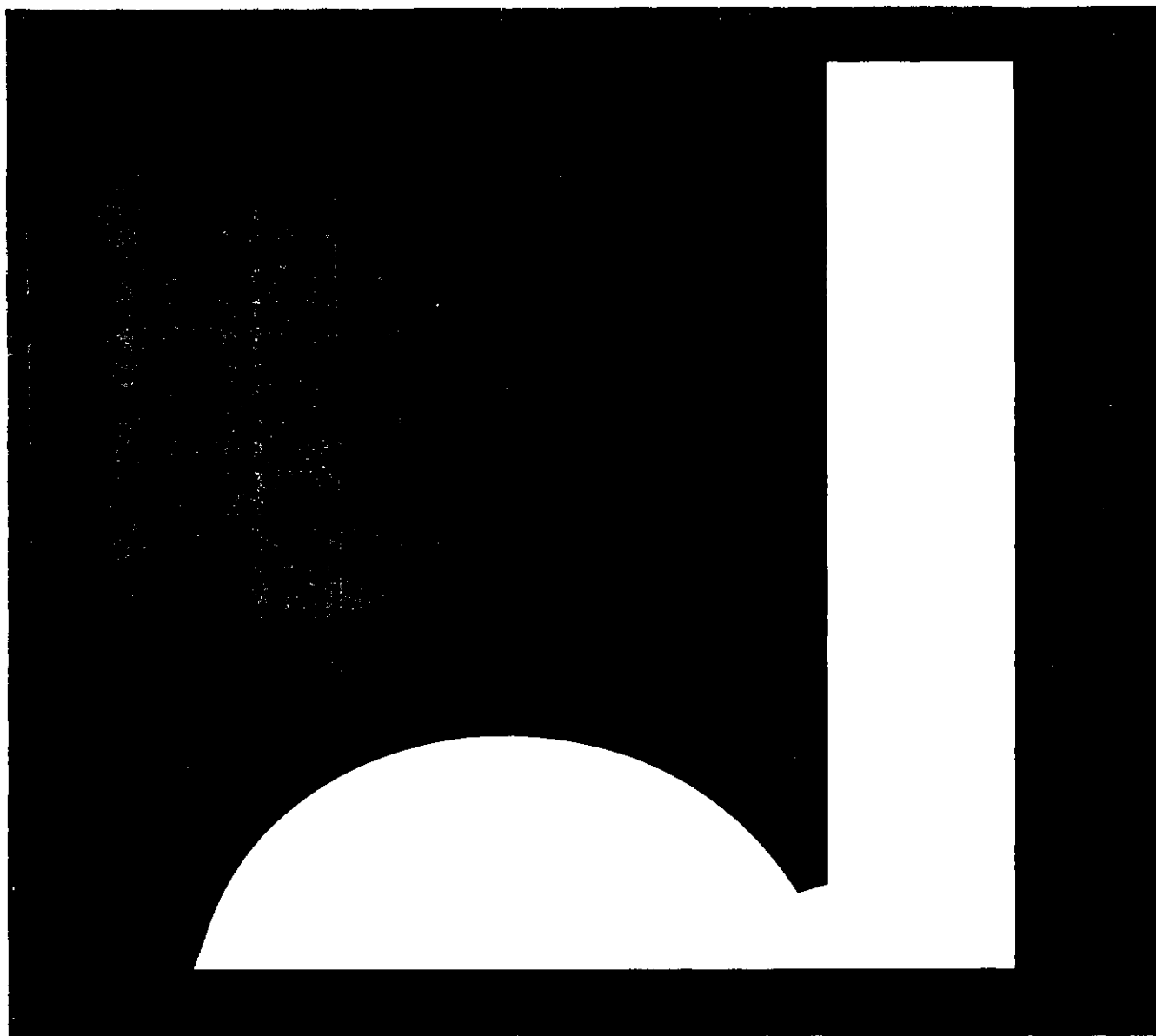




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i> (1) Receitos em 2-4-97</p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> (2) Designação: 30-6-99</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>José Roberto Arruda</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnelo Alves</i> Vago</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 14</p> <p>Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> Vago</p>
<p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> Vago Vago</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) – 10</p> <p>Líder <i>Helosa Helena</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Pérez</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PPB – 2</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder <i>Paulo Hartung</i> Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p>Líder <i>Roberto Saturnino</i> Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Líder <i>Arlindo Porto</i></p>
EXPEDIENTE		
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p><i>Raimundo Carneiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 105, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Alvorada de Cardoso Ltda" para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo.	11193
Nº 106, de 2000, que aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Rádio Costa Azul FM Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.	11193
Nº 107, de 2000, que aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Fundação Cultural Riograndense" para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	11193

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 70ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 31 DE MAIO DE 2000

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Ofício do Tribunal Superior Eleitoral

Nº 1.789/2000, de 31 do corrente, do Vice-Presidente, no exercício da Presidência, comunicando a impossibilidade da presença do Ministro Néri da Silveira, Presidente daquele Tribunal, à audiência pública marcada para o dia 1º de junho de 2000, por encontrar-se ausente desta capital, por motivo de força maior, sendo o Tribunal Superior Eleitoral representado em conjunto pelos Ministros Maurício Corrêa, Nelson Jobim, Eduardo Alckmin e Fernando Neves. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 11194

2.2.2 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2000 (nº 933/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera

o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências (mediante a tipificação de condutas que constituem crimes contra a Previdência Social). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 11194

2.2.3 – Pareceres (*)

Nº 549, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2000 (nº 216/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Feijó, Estado do Acre. 11204

Nºs 550 e 551, de 2000, das Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1999, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que dispõe sobre a comunicação direta dos atos e fatos apurados no decorrer dos procedimentos de fiscalização e exame de

contas que tipificam a atuação do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.....	11206	ra dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.944-15, 1.949-24 e 2.010-32, de 2000, respectivamente.....	11218
Nº 552, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1997 (nº 1.615/96, na Casa de origem), que dá nova redação ao item 9º do art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre Registros Públicos e dá outras providências.	11212	2.2.8 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	
(*) Leitura de parecer após a Ordem do Dia (Item 2.3.4)		Nº 53/2000, de 17 do corrente, comunicando a aprovação, com emendas, do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1999, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que dispõe sobre a comunicação direta dos atos e fatos apurados no decorrer dos procedimentos de fiscalização e exame de contas que tipificam a atuação do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências, em reunião realizada naquela data.	11219
2.2.4 – Comunicações da Presidência		2.2.9 – Comunicação da Presidência	
Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação e de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2000, lido anteriormente.....	11213	Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1999, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário....	11219
Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1997, cujo parecer foi lido anteriormente.	11213	2.2.10 – Leitura de requerimentos	
2.2.5 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição		Nº 309, de 2000, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 122, 198, 223, 356, de 1999, e 18, de 2000, por versarem sobre o mesmo assunto. Será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.....	11219
Nº 20, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Sebastião Rocha, que altera o § 1º do art. 128 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que a escolha do candidato ao cargo de Procurador-Geral da República será feita mediante processo eletivo. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	11214	Nº 310, de 2000, de urgência para o Projeto de Resolução nº 55, de 2000, que autoriza a União contratar operação de crédito externo, no valor de U\$ 97,855,732.20 (noventa e sete milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e trinta e dois dólares norte-americanos e vinte centavos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o <i>Banque Nationale de Paris – BNP</i> , destinadas ao financiamento de importação de 8 (oito) helicópteros "Cougar" e serviços a serem fornecidos pela Eurocopter S.A. Será votado após a Ordem do Dia.	11219
2.2.6 – Leitura de projeto		2.2.11 – Discursos do Expediente	
Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2000, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, para criar mecanismos de proteção do emprego dos trabalhadores de empresas em processo de fusão, incorporação e agrupamento societário. Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.....	11215	SENADORA THELMA SIQUEIRA CAMPOS	
2.2.7 – Ofícios		– Satisfação com o modelo de desenvolvimento econômico em curso no Estado do Tocantins. Importância da visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso àquela unidade da federação.	11220
Nº 38/2000, de 25 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro nas Comissões de Educação, de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania.....	11218	SENADOR LEOMAR QUINTANILHA	
Nº 107/2000, de 30 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.026, de 2000.	11218	– Considerações sobre a construção da Ferrovia Norte-Sul no Estado do Tocantins e sua importância para a competitividade da produção agrícola.....	11224
Nºs 1.019, 1.021 e 1.039/2000, de 26 e 30 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.944-15, 1.949-24 e 2.010-32, de 2000, respectivamente.....		SENADORA LUZIA TOLEDO	
		– Discurso de despedida do Senado Federal. Relato da participação de S.Exa. nos trabalhos legislativos.	11226

2.2.12 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2000, de autoria do Senador Hugo Napoleão, que dispõe sobre a devolução do adiantamento da remuneração das férias, acrescentando novo parágrafo ao art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. 11236

Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2000, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Agripino, que dá nova redação ao § 5º, e acrescenta parágrafo ao art. 39 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. À Comissão de Constituição, Justiça e cidadania, em decisão terminativa. 11237

2.3 – ORDEM DO DIA**Item 1**

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mauro Miranda, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste. **Aprovada em segundo turno** (Votação nominal). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para redação final. 11239

Redação final da Proposta Emenda à Constituição nº 66, de 1999 (**Parecer nº 553, de 2000-CCJ**). **Aprovada**. À Câmara dos Deputados. 11241

Item 2

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mauro Miranda, sobre a Mensagem nº 71, de 2000 (nº 182/2000, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor *Lauro Barbosa da Silva Moreira*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos. **Aprovado**, após leitura do Parecer nº 554, de 2000. (Votação Secreta). 11241

2.3.1 – Fala da Presidência

Lembrando ao Plenário, a realização de reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, amanhã, às 9 horas e 30 minutos, no Plenário do Senado Federal, destinada ao debate entre Senadores e Ministros do Tribunal Superior Eleitoral sobre a utilização da urna eletrônica no processo de votação. 11242

2.3.2 – Ordem do Dia (Continuação)**Item 3**

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Carlos Wilson, sobre a Mensagem nº 104, de 2000 (nº 579/2000, na origem), de 28.4.2000, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Celso Marcos Vieira de Souza*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito. **Aprovado**, após leitura do Parecer nº 555, de 2000. (Votação secreta). 11242

Item 4

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1999 (nº 590/99, na Casa de origem), que acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Aprovado com emenda de redação**, após usar da palavra a Sra. Heloísa Helena. À Comissão Diretora para redação final. 11243

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1996 (nº 196/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântica de Freqüência Modulada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cornélio Procopio, Estado do Paraná. **Aprovado**, com abstenção do PT, à exceção do Senador Tião Viana. À Comissão Diretora para redação final. 11244

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1996 (**Parecer nº 556, de 2000-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação. 11245

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 1999 (nº 15/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Andradina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Andradina, Estado de São Paulo. **Aprovado**, com abstenção do PT, à exceção do Senador Tião Viana. À Comissão Diretora para redação final. 11245

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 1999 (**Parecer nº 557, de 2000-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação. 11245

Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 1999 (nº 396/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Difusora Vale do Rio Una Ltda, para executar serviço de radiodifusão sonora em

onda média na cidade de São Bento da Una, Estado de Pernambuco. Constará da Ordem do Dia da próxima quarta-feira, dia 7 de junho, devendo ser votado pelo processo nominal. 11246

Item 8

Requerimento nº 267, de 2000, do Senador Luiz Pontes, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 67, 83 e 126, de 2000, por regularem a mesma matéria. **Aprovado.** Os projetos vão às Comissões de Assuntos Sociais, de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa. 11246

2.3.3 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2000 (**Parecer nº 558, de 2000-CDIR**). **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 311, de 2000. À sanção. 11246

Requerimento nº 311, de 2000, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** O Projeto de Resolução nº 55, de 2000, constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente. 11247

2.3.4 – Leitura de parecer

Nº 559, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, que dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição Federal. 11247

2.3.5 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR PAULO HARTUNG, como Líder - Propostas alternativas para o combate à violência urbana, à corrupção e ao narcotráfico. Comentários ao pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães, na sessão de ontem 11249

SENADORA HELOÍSA HELENA – Defesa da abertura de negociação entre o Governo Federal e o Movimento Unificado dos Servidores Públicos, para recomposição das perdas salariais. 11253

SENADORA MARINA SILVA – Participação de S.Exa. em seminário promovido ontem pelo Banco Mundial, em Brasília, sobre o Combate à Pobreza no Brasil. 11259

SENADOR ARTUR DA TÁVOLA – Reflexão sobre a influência da programação das emissoras de televisão no comportamento das crianças. 11262

2.3.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAULO SOUTO – Transcrição de artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 29 do corrente, intitulado "A responsabilidade dos juizes". 11267

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Necessidade da modernização do setor agrícola brasileiro através do preparo técnico e educacional dos trabalhadores rurais. 11268

SENADOR EDISON LOBÃO – Preocupação com o aumento da violência no Brasil. 11269

SENADOR MAURO MIRANDA – Regozijo com a classificação do Circuito Pecuario Centro-Oeste como área livre de febre aftosa, em decisão da Organização Internacional de Epizootias. 11270

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comemoração, hoje, do Dia Mundial sem Tabaco. 11272

2.3.7 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 11276

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 31-5-2000

4 – SECRETARIA GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal e Congresso Nacional no período de 2 a 31 de maio de 2000 e correspondência expedida. 11278

5 – ATAS DE COMISSÃO

11ª a 26ª Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos realizadas em 22 e 28 de março, 4, 5, 11, 18, 25, 26 e 27 de abril, 4, 9, 10, 16 e 23 de maio de 2000. 11329

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 595, de 2000, referente ao servidor Rodrigo de Araujo Costa. 11344
Nºs 596 e 597, de 2000. 11345

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 105, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Alvorada de Cardoso Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o decreto s/nº, de 6 de outubro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 18 de julho de 1990, a concessão de "Rádio Alvorada de Cardoso Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de maio de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 106, DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Rádio Costa Azul FM Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.573, de 14 de novembro de 1996, que renova por dez anos, a partir de 17 de outubro de 1993, a permissão outorgada a "Rádio Costa Azul FM Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de maio de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 107, DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Fundação Cultural Riograndense" para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 52, de 23 de janeiro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 22 de julho de 1996, a permissão outorgada a "Fundação Cultural Riograndense" para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de maio de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Ata da 70ª Sessão Deliberativa Ordinária em 31 de maio de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislativa

*Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Ademir Andrade,
Carlos Patrocínio, Casildo Maldaner e Lúdio Coelho.*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Ademir Andrade – Agnelo Alves – Alvaro Dias –
Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos
Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Por-
to – Artur da Távola – Bernardo Cabral – Carlos Be-
zerra – Carlos Patrocínio – Casildo Maldaner – Clodo-
aldo Torres – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduar-
do Suplicy – Emília Fernandes – Francelino Pereira –
Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido –
Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho
– Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão
– Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres –
Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino –
José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça –
José Jorge – José Roberto Arruda – José Sarney –
Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Qu-
intanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz
Estevão – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Luzia Toledo –
Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto
– Mauro Miranda – Moreira Mendes – Ney Suassuna
– Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro
Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calhei-
ros – Ribamar Fiquene – Roberto Freire – Roberto
Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Ro-
meu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha
– Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Thelma Si-
queira Campos – Tião Viana – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista
de presença acusa o comparecimento de 75 Srs.
Senadores. Havendo número regimental, declaro
aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos
trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião
Viana, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

OFÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

OFÍCIO Nº 1.789/00 – GP

Brasília, 31 de maio de 2000

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exª a fim de co-
municar a impossibilidade da presença do Exmo. Sr.
Ministro Néri da Silveira, Presidente deste Tribunal, à
audiência pública marcada para o dia 1º-6-00, por en-
contrar-se ausente desta capital, por motivo de força
maior.

Desse modo, representarei o Tribunal Superior
Eleitoral em conjunto com os Ministros Nelson Jobim,
Eduardo Alckmin e Fernando Neves.

Colho o ensejo para afirmar-lhe meus protestos
de consideração. – Ministro **Maurício Corrêa**, Vi-
ce-Presidente no exercício da Presidência.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania.)*

PROJETO RECEBIDO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2000

(Nº 933/99, na Casa de Origem)

De iniciativa do Presidente da República

**Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7
de dezembro de 1940 – Código Penal e
dá outras providências. (Mediante a tipifi-
cação de condutas que constituem crí-
mes contra a Previdência Social)**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam acrescidos à Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, os seguintes dispositivos:

“Apropriação indébita previdenciária.

Art. 168A Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional:

Pena – reclusão, de dois a 5 cinco anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem deixar de:

I – recolher, no prazo legal, contribuição ou outra importância destinada à previdência social que tenha sido descontada de pagamento efetuado a segurados, a terceiros ou arrecadada do público;

II – recolher contribuições devidas à previdência social que tenham integrado despesas contábeis ou custos relativos à venda de produtos ou à prestação de serviços;

III – pagar benefício devido a segurado, quando as respectivas cotas ou valores já tiverem sido reembolsados à empresa pela previdência social.

§ 2º É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

§ 3º É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que:

I – tenha promovido, após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, o pagamento da contribuição social previdenciária, inclusive acessório; ou

II – o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecimento pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.”

“Inserção de dados falsos em sistema de informações.

Art. 312A. Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano:

Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.”

“Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.

Art. 319A. Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.

Pena – detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único. As penas são aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resulta dano para a Administração Pública ou para o administrado.”

“Sonegação de contribuição previdenciária.

Art. 337A. Constitui crime contra a Previdência Social suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I – omitir de folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária segurado empregado, empresário, trabalhador avulso ou trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe prestem serviços;

II – deixar de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou pelo tomador de serviços;

III – omitir, total ou parcialmente, receitas ou lucros auferidos, remunerações pagas ou creditadas e demais fatos geradores de contribuições sociais previdenciárias:

Pena – reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

§ 1º É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à Previdência Social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

§ 2º É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que:

I – tenha promovido, após o início da ação fiscal e antes da oferecida a denúncia, o pagamento da contribuição social previdenciária, mesmo que parcelada, inclusive acessórios; ou

II – o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela Previdência Social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.

§ 3º Se o empregador não é pessoa jurídica e sua folha de pagamento não ultrapassa R\$1.510,00 (hum mil, quinhentos e dez reais), o juiz poderá reduzir a pena de um terço até a metade ou aplicar apenas a de multa.

§ 4º O Valor a que se refere o parágrafo anterior será reajustado nas mesmas datas e nos mesmos índices de reajuste dos benefícios da previdência social."

Art. 2º Os arts. 153, 296, 297, 325, e 327 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 153.

§ 1º Divulgar, sem justa causa, informações sigilosas ou reservadas, assim definidas em lei, contidas ou não nos sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública:

Pena – detenção, de um a quatro anos, e multa.

§ 2º Somente se procede mediante apresentação.

§ 3º Quando resultar prejuízo para a Administração Pública, a ação penal será incondicionada." (NR)

"Art. 296.

§ 1º

III – quem altera, falsifica ou faz uso indevido de marcas, logotipos, siglas ou quaisquer outros símbolos utilizados ou identificadores de órgãos ou entidades da Administração Pública.

....." (NR)

"Art. 297.

§ 3º Nas mesmas penas incorre quem insere ou faz inserir:

I – na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a Previdência Social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório;

II – na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a Previdência Social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita;

III – em documento contábil ou em qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a Previdência Social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado.

§ 4º Nas mesmas penas incorre quem omite, nos documentos mencionados no parágrafo anterior, nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços." (NR)

"Art. 325.

§ 1º Nas mesmas penas deste artigo incorre quem:

I – permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da administração pública;

II – se utiliza, indevidamente, do acesso restrito.

§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública ou a outrem:

Pena – reclusão, de dois a seis anos, e multa." (NR)

"Art. 327.

§ 1º Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

....." (NR)

Art. 3^o O art. 95 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 95. A empresa que transgredir as normas desta Lei, além das outras sanções previstas, sujeitar-se-á, nas condições em que dispuser o regulamento:

I – a suspensão de empréstimos e financiamentos, por instituições financeiras oficiais;

II – à revisão de incentivos fiscais de tratamento tributário especial;

III – a inabilitação para licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal;

IV – a interdição para o exercício do comércio, se for sociedade mercantil ou comerciante individual;

V – à desqualificação para impetrar concordata;

VI – à cassação de autorização para funcionar no País, quando for o caso." (NR)

Art. 4^o Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 933, DE 1999 (Do Poder Executivo)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, mediante a tipificação de condutas que constituem crimes contra a previdência social, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Dos crimes contra Previdência Social

Art. 1^o Ficam acrescidos, à Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, os seguintes dispositivos, que tipificam crimes contra a previdência social:

"Apropriação indébita previdenciária

Art. 168-A Deixar o dirigente ou o empregado responsável de instituição financeira ou bancária ou de agente arrecadador ou recebedor de repassar à previdência social as contribuições que recolher dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1^o Nas mesmas penas incorre quem deixar de:

I – recolher, no prazo legal, contribuição ou outra importância destinada à previdência social que tenha sido descontada de pagamento efetuado a segurados, a terceiros ou arrecadada do público;

II – recolher contribuições devidas à previdência social que tenham integrado despesas contábeis ou custos relativos à venda de produtos ou à prestação de serviços;

III – pagar salário-família, salário-maternidade ou outro benefício devido a segurado, quando as respectivas cotas ou valores já tiverem sido reembolsados à empresa pela previdência social.

§ 2^o É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

§ 3^o É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e houver demonstrado intenção de não voltar a delinquir, desde que:

I – tenha promovido, após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, o pagamento da contribuição social previdenciária, inclusive acessórios; ou

II – o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais." (NR)

"Inserção de dados falsos em sistema informatizado

Art. 312-A Inserir o funcionário autorizado ou facilitar a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da previdência social com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano à previdência social:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa." (NR)

"Modificação ou alteração não autorizada de sistema informatizado

Art. 319 – A. Modificar ou alterar o funcionário sistema ou programa de informática sem autorização ou solicitação da autoridade competente:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. As penas são aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resulta dano para a previdência social ou para segurado ou contribuinte." (NR)

"Sonegação de contribuição previdenciária

Art. 337 – A. Suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I – omitir da folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária segurados empregados, empresário, trabalhador avulso ou trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe prestem serviços;

II – deixar de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou pelo tomador de serviços;

III – omitir, total ou parcialmente, receitas ou lucros auferidos, remunerações pagas ou creditadas e demais fatos geradores de contribuições sociais previdenciárias:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

§ 2º É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e houver demonstrado intenção de não voltar a delinquir, desde que:

I – tenha promovido, após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, o pagamento da contribuição social previdenciária, inclusive acessório: ou

II – o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais." (NR)

Art. 2º Os arts. 61, 151, 153, 163, 296, 297, 325 e 327 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 61

III – o dano que acarreta grave lesão à previdência social," (NR)

"Art. 151

§ 2º Se o agente comete o crime, um abuso de função em serviço postal, telegráfico, radioelétrico ou telefônico:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Violação de sistema informatizado

§ 3º Devassar sistema informatizado ou banco de dados da previdência social protegido por sistema de segurança, inclusive de **software**:

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 4º As penas aumentam-se de metade, se há dano para outrem.

§ 5º Somente se procede mediante representação, salvo nos casos do § 1º, IV, do § 2º e do § 3º" (NR)

"Art. 153.

Divulgação de segredo previdenciário

§ 1º Divulgar informações sigilosas ou reservadas contidas ou não nos sistemas informatizados ou banco de dados da previdência social:

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2º Nas mesmas penas do parágrafo anterior incorre quem, sabendo-as ilícitamente obtidas, delas se utiliza.

§ 3º Somente se procede mediante representação, à exceção dos casos previstos nos §§ 1º e 2º" (NR)

"Art. 163.

§ 1º Se o crime é cometido:

.....

Dano de sistema informatizado

§ 2º Se o crime é cometido por funcionário autorizado contra sistema informatizado da previdência social:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa." (NR)

"Art. 296.

§ 1º

Uso indevido de símbolo previdenciário

III – quem faz uso indevido de marcas, siglas ou quaisquer outros símbolos utilizados ou identificados de órgãos e entidade da previdência social, em prejuízo de outrem ou em proveito próprio ou de terceiro." (NR)

"Art. 297.

Falsificação de documento destinado à Previdência Social

§ 3º Nas mesmas penas incorre quem insere ou faz inserir:

I – na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a Previdência Social pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório;

II – na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a Previdência Social declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita;

III – em documento contábil ou em qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a Previdência Social declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado.

§ 4º Nas mesmas penas incorre quem omite, nos documentos mencionados no parágrafo anterior, nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços." (NR)

"Art. 325.

Permissão ou utilização de acesso não autorizado a sistema informatizado

§ 1º Nas mesmas penas deste artigo incorre quem:

I – permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizada a sistemas informatizados ou bancos de dados da Previdência Social;

II – se utiliza, indevidamente, do acesso restrito.

§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à Previdência Social ou a outrem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa." (NR)

"Art. 327.

§ 1º Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade parastatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Previdência Social." (NR)

CAPÍTULO II

Do Procedimento

Art. 3º O procedimento de que trata este Capítulo será aplicado aos crimes contra a previdência social.

Art. 4º Oferecida a denúncia, o réu será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar resposta escrita, juntar documentos, arrolar até 5 (cinco) testemunhas e requerer as diligências que entender necessárias.

Parágrafo único. Se a denúncia não for oferecida no prazo legal, o representante judicial da entidade de previdência social promoverá a ação penal subsidiária.

Art. 5º Apresentada a resposta do réu, o juiz decidirá do recebimento da denúncia.

Art. 6º Recebida a denúncia, será designada data para a realização de audiência de instrução e julgamento, intimados o réu e seu defensor, o Ministério Público e, se habilitada como assistente, a entidade de previdência social, por seu representante judicial.

Art. 7º É facultado o julgamento antecipado da lide para absolver o réu quando não houver necessidade de se produzir outras provas em audiência.

Art. 8º Na audiência de instrução e julgamento, proceder-se-á ao interrogatório do réu, se estiver presente, e à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e defesa, nesta ordem.

§ 1º A audiência realizar-se-á ainda que o réu citado, inclusive por edital, não compareça, seguindo o processo à sua revelia.

§ 2º As perguntas da acusação e da defesa serão por elas formuladas diretamente às testemunhas, na presença e sob a fiscalização do juiz.

§ 3º Antes de as partes procederem à inquirição da testemunha, o juiz delimitará os pontos da controvérsia que serão objeto de prova.

Art. 9º Após a inquirição das testemunhas, o juiz concederá 15 (quinze) minutos, prorrogáveis por igual prazo, ao Ministério Público e ao representante do assistente, se for o caso, e ao defensor do réu para oferecimento das alegações finais orais, prolatando em seguida a sentença, que deverá ser publicada na própria audiência.

Parágrafo único. Quando a causa apresentar questões de elevada complexidade, ao juiz é facultado substituir o debate oral por memoriais escritos, que deverão ser entregues em 5 (cinco) dias, e proferirá a sentença em 10 (dez) dias.

CAPÍTULO III Das Disposições Finais

Art. 10. O art. 95 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 95. A empresa que transgredir as normas desta lei, além das outras sanções previstas, sujeitar-se-á, nas condições em que dispuser o regulamento:

I – à suspensão de empréstimos e financiamentos, por instituições financeiras oficiais;

II – à revisão de incentivos fiscais de tratamento tributário especial;

III – à inabilitação para licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal;

IV – à interdição para o exercício do comércio, se for sociedade mercantil ou comerciante individual;

V – à desqualificação para impetrar concordata;

VI – à cassação de autorização para funcionar no País, quando for o caso."(NR)

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 624

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Justiça e da Previdên-

cia e Assistência Social, o texto do projeto de lei que "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, mediante a tipificação de condutas que constituem crimes contra a previdência social, e dá outras providências".

Brasília, 13 de maio de 1999. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Interministerial nº 52

Em 3 de maio de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, mediante a tipificação de condutas que constituem crimes contra a Previdência Social, e dá outras providências.

2. A atual legislação que define crimes específicos contra a Previdência Social data de 1991 e se constitui no art. 95 da Lei nº 8.212. O crescimento, o desenvolvimento e a modernização da Previdência Social nestes últimos anos estão a exigir, na mesma linha da alteração legislativa previdenciária já realizada e da que se encontra em curso, uma modernização sistematizada da legislação também no que se refere à tipificação criminal de condutas que venham ofender bens específicos da Previdência Social.

3. A presente proposta é fruto de uma demorada maturação sobre a experiência adquirida após a Lei de 1991 e de discussões internas dos diversos setores jurídicos e técnicos integrantes da Instituição, visando dotar o aparelho repressivo e judiciário de instrumentos mais eficazes no combate a essa espécie de criminalidade.

4. Esta é mais uma dentre as várias medidas que se vem adotando paulatinamente no combate às fraudes e desvios do patrimônio previdenciário que, em última análise, se constitui em patrimônio do trabalhador.

5. O Projeto inicia trazendo os artigos que estão sendo acrescentados ao Código Penal. São eles os arts. 168-A, 312-A, 319-A e 337-A.

6. O novo art. 337-A trata da omissão de informações na folha de pagamento da empresa ou de documento previsto em lei do rol de segurados obrigatórios e dos valores deles descontados e das remunerações que lhes são feitas ou de lucros auferidos pela empresa.

7. No art. 168-A, o Projeto detalha e aumenta o universo de condutas atribuídas ao contribuinte que de alguma forma visam, na prática, a sonegação fis-

cal. Buscou-se aqui o aperfeiçoamento do tipo legal até então existente.

8. O art. 312-A prevê a hipótese do peculato eletrônico, conduta tipificada quando o funcionário insere, altera ou exclui dados dos sistemas informatizados ou banco de dados da previdência social para obter vantagem ilícita para si ou para outrem.

9. Esse Projeto traz, pela primeira vez, a tipificação de crimes de informática, que se faz necessária à medida que os computadores e sistemas já têm sido utilizados para a prática de condutas prejudiciais à sociedade. O crime do art. 312-A é o primeiro, seguido pelos previstos nos arts. 151, § 3º, 153, § 1º, 163, § 2º 319-A e 325, § 1º e 2º À exceção do crime previsto no art. 319-A, os outros foram acrescidos aos crimes já consagrados no Código.

10. O projeto pune ainda a divulgação de informações consideradas reservadas pela autoridade competente, contidas em banco de dados informatizados, cuja utilização venha causar dano à instituição e a invasão do banco de dados da previdência protegido por sistema de segurança.

11. Passa a ser punível o crime de falsidade de documentos destinados a fazer prova perante a previdência social – art. 297, § 3º, bem como o uso indevido de símbolos e marcas identificadores de órgãos previdenciários – art. 296, III.

12. Por fim, altera-se o § 1º do art. 327 para incluir no conceito penal de funcionário público quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da previdência social.

13. Na parte relativa ao procedimento e aplicação da pena adota-se subsidiariamente o Código Penal e o Código de Processo Penal.

14. O projeto foge do rito ordinário do Código de Processo Penal ao estabelecer o interrogatório como faculdade da defesa e a inquirição das testemunhas diretamente pelo Ministério Público e pelo defensor do réu, procurando simplificar e ao mesmo tempo tornar célere o processo sem prejuízo para as garantias da defesa.

15. O Supremo Tribunal Federal, diante do texto constitucional, confirmou a validade do rito processual criminal adotado pelo Código Eleitoral no qual não está previsto o interrogatório do réu. Mais recentemente no **habeas corpus** nº 77.704 aquela Corte reiterou que o réu tem o direito subjetivo de permanecer em silêncio não podendo ser constrangido a responder a quaisquer perguntas que lhes forem formuladas por qualquer autoridade ou agente do Estado.

16. Em linhas gerais, o Projeto optou por aplicar penas com espectro amplo, com grandes distâncias entre a pena mínima e a pena máxima. Tal se dá porque a mesma conduta pode causar um pequeno ou um grande dano à Fazenda Previdenciária, desta forma fica a critério do juiz, utilizando-se das regras de Parte Geral do Código Penal, fixar a pena mais adequada.

Esta Excelentíssimo Senhor Presidente da República a proposta que submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente, **Renan Calheiros**, Ministro de Estado da Justiça – **Waldeck Ornelas**, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

MENSAGEM Nº 470 DE 2000

(Do Poder Executivo)

Solicita seja atribuído o regime de urgência, de acordo com os termos do § 1º do art. 64 da Constituição Federal, ao Projeto de Lei nº 933, de 1999, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, mediante a tipificação de condutas que constituem crimes contra a Previdência Social, e dá outras providências”.

(Defiro. Publique-se)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Dirijo-me a Vossas Excelências para solicitar seja atribuído o regime de urgência, de acordo com os termos do parágrafo 1º do artigo 64 da Constituição Federal, ao projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados com o nº 933, de 1999, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, mediante a tipificação de condutas que constituem crimes contra a Previdência Social, e dá outras providências”, encaminhado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 624, de 13 de maio de 1999.

Brasília, 6 de abril de 2000. – **Marco Maciel**.

EM Nº 13

Em, 5 de abril de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de solicitação de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 933, de 1999, encaminhado à Câmara dos Deputados por meio da Mensagem nº 624, de 1999, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, mediante a tipificação de condutas que constituem

crimes contra a Previdência Social e dá outras providências.

2. O referido Projeto é de suma importância no atual cenário brasileiro, uma vez que visa acompanhar a modernização por que vem passando a Previdência Social, por meio da modificação da legislação, no que toca a tipificação criminal de condutas ofensivas a bens específicos da Previdência Social.

3. Não obstante a ocorrência da mencionada modernização, há outro fator a ser considerado que se refere à existência de fraudes no âmbito da Previdência Social. A aprovação do Projeto terá o condão de aplacar os efeitos danosos causados por tais condutas aos cofres públicos, bem como à própria sociedade brasileira.

Estas, Excelentíssimo Senhor Presidente, as razões que justificam o encaminhamento da presente proposição de solicitação de urgência constitucional, de que trata o § 1º do art. 64 da Constituição da República, ao Congresso Nacional, haja vista a relevância da matéria.

Respeitosamente, **Waldeck Ornélas**, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

LEGISLAÇÃO CITADA

**DECRETO-LEI Nº 2.848
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940**

Código Penal

PARTE ESPECIAL

TÍTULO I

Dos Crimes Contra a Pessoa

CAPÍTULO VI

Dos Crimes Contra a Liberdade Individual

SEÇÃO III

Dos Crimes Contra a Inviolabilidade de Correspondência

– Divulgação de segredo

Art. 153. Divulgar alguém, sem justa causa, conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem:

Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

Parágrafo único. Somente se procede mediante representação.

TÍTULO X

Dos Crimes Contra a Fé Pública

CAPÍTULO III

Da Falsidade Documental

– Falsificação do selo ou sinal público

Art. 296. Falsificar, fabricando-os ou alterando-os:

I – selo público destinado a autenticar atos oficiais da União, de Estado ou de Município;

II – selo ou sinal atribuído por lei a entidade de direito público, ou a autoridade, ou sinal público de tabelião:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas:

I – quem faz uso do selo ou sinal falsificado;

II – quem utiliza indevidamente o selo ou sinal verdadeiro em prejuízo de outrem ou em proveito próprio ou alheio.

§ 2º Se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

– Falsificação de documento público

Art. 297. Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

§ 2º Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

TÍTULO XI

Dos Crimes Contra a Administração Pública

CAPÍTULO I

Dos Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração em Geral

– Violação de sigilo funcional

Art. 325. Revelar fato de quem tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.

.....
– Funcionário público

Art. 327. Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

§ 1º Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade para-estatal.

§ 2º A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

.....
LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui plano de custeio, e dá outras providências.

.....
TÍTULO VIII
Das Disposições Finais e Transitórias

.....
CAPÍTULO II
Das Demais Disposições

.....
Art. 95. Constitui crime:

a) deixar de incluir na folha de pagamentos da empresa os segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou autônomo que lhe prestem serviços;

b) deixar de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa o montante das quantias descontadas dos segurados e o das contribuições da empresa;

c) omitir total ou parcialmente receita ou lucro auferidos, remunerações pagas ou creditadas e demais fatos geradores de contribuições, descumprindo as normas legais pertinentes;

d) deixar de recolher, na época própria, contribuição ou outra importância devida à Seguridade Social e arrecadada dos segurados ou do público;

e) deixar de recolher contribuições devidas à Seguridade Social que tenham integrado custos ou despesas contábeis relativos a produtos ou serviços vendidos;

f) deixar de pagar salário-família, salário-maternidade, auxílio natalidade ou outro benefício devido a segurado, quando as respectivas quotas e valores já tiverem sido reembolsados à empresa;

g) inserir ou fazer inserir em folha de pagamentos, pessoa que não possui a qualidade de segurado obrigatório;

h) inserir ou fazer inserir em Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado, ou em documento que deva produzir efeito perante a Seguridade Social, declaração falsa ou diversa da que deveria ser feita;

i) inserir ou fazer inserir em documentos contábeis ou outros relacionados com as obrigações de empresa declaração falsa ou diversa da que deveria constar, bem como omitir elementos exigidos pelas normas legais ou regulamentares específicas;

j) obter ou tentar obter para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo direto ou indireto da Seguridade Social ou de suas entidades, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, contração, imitação, alteração, ardilosa, falsificação ou qualquer outro meio fraudulento.

§ 1º No caso dos crimes caracterizados nas alíneas d, e e f deste artigo, a pena será aquela estabelecida no art. 5º da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, aplicando-se à espécie as disposições constantes dos artigos 26, 27, 30, 31 e 33 do citado diploma legal.

§ 2º A empresa que transgredir as normas desta lei, além das outras sanções previstas, sujeitar-se-á, nas condições em que dispuser o regulamento:

a) à suspensão de empréstimos e financiamentos, por instituições financeiras oficiais;

b) a revisão de incentivos fiscais de tratamento tributário especial;

c) à inabilitação para licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta federal, estadual, do Distrito Federal ou Municipal;

d) à interdição para o exercício do comércio, se for sociedade mercantil ou comerciante individual;

e) à desqualificação para impetrar concordata;

f) a cassação de autorização para funcionar no País, quando for o caso.

§ 3º Consideram-se pessoalmente responsáveis pelos crimes, acima caracterizados o titular de firma individual, os sócios solidários, gerentes, diretores ou administradores que participem ou tenham participado da gestão de empresa beneficiada, assim como o segurado que tenha obtido vantagens.

§ 4º A seguridade Social, através de seus órgãos competentes, e de acordo com o regulamento, promoverá apreensão de comprovantes de arrecadação e de pagamento de benefícios, bem como de quaisquer documentos pertinentes, inclusive contábeis, mediante lavratura do competente termo, com a finalidade de apurar administrativamente a ocorrência dos crimes previstos neste artigo.

§ 5º O agente político só pratica o crime previsto na alínea d do caput desse artigo, se tal recolhimento for atribuição legal sua.

.....

 (À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PARECERES

PARECER Nº 549, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2000 (nº 216/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Feijó, Estado do Acre.

Relator: Senador Tião Vianna

I – Relatório

Por meio da Mensagem Presidencial nº 780, de 1999, o Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223 da Constituição Federal, ato constante do Decreto de 10 de junho de 1999, que autoriza o Governo do Estado do Acre a executar, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicações Elias Mansour, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Feijó, Estado do Acre.

A documentação anexada à Mensagem Presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O presente projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu Relator, Deputado Marcelo Barbieri, e aprovação unânime daquela Comissão. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Voto do Relator

Estabelece o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, no seu art. 7º, serem competentes para a execução de serviços de radiodifusão :

- a) a União;
- b) os Estados e os Territórios;
- c) os Municípios;
- d) as universidades;
- e) as Sociedades nacionais por ações nominativas ou cotas de responsabilidade limitada, desde que ambas, ações ou cotas, sejam subscritas exclusivamente por brasileiros;
- f) as Fundações.

Parágrafo único. *Terão preferência para a execução de serviços de radiodifusão as pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive as universidades.* (grifo nosso)

Constituem pessoas jurídicas de direito público interno, conforme definidos pelo Direito brasileiro, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as autarquias. Verifica-se, nesse particular, competência inequívoca do Poder Legislativo, em caráter preferencial, para a exploração de serviços de radiodifusão. Evidentemente, esse mesmo raciocínio pode ser transposto para as esferas estadual municipal. O Estado é único, embora comporte a divisão funcional de suas atribuições entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. No Plano municipal ele é formado pelo Executivo e pelo Legislativo, porquanto inexistente Judiciário municipal na organização do Estado brasileiro.

Isto posto, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais equiparam-se ao Legislativo Federal no sentido em que integram um ente estatal habilitado a explorar o serviço de radiodifusão.

Ademais, causa estranheza o posicionamento adotado pelo Ministério das Comunicações quando da consulta do Senhor Senador, uma vez que a mesma tese jurídica foi utilizada pelo Senado Federal, e aceita por aquele órgão, por ocasião das outorgas do canal de rádio e do canal de televisão em UHF para uso do Senado Federal. Igualmente, a Câmara dos Deputados logrou receber seu canal de radiodifusão sonora com base no mesmo entendimento.

Deve-se esclarecer, ainda, que o Decreto nº 2.593, de 15 de maio de 1998, que "aprova o Regulamento dos Serviços de Retransmissão e Repetição de Televisão, ancilares ao serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens", reconhece a competência das Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais para a exploração desses serviços. Com efeito, assim estabelece seu art. 11:

Art.11. Os Serviços de RTV e da RpTV poderão ser executados pelas seguintes pessoas jurídicas:

.....
III – os Estados, o Distrito Federal e os Municípios por seus órgãos da administração direta e indireta.

Note-se que as Assembléias Legislativas e as Câmaras de Vereadores, incluídas entre as corporações legislativas pelo jurista Hely Lopes Meirelles, são órgãos independentes, originários da Constituição, e integram a administração direta das respectivas esferas de governo. Assim, acham-se plenamente habilitadas à exploração dos serviços de retransmissão e repetição de televisão.

Além disso, nos termos do § 10 do art. 16 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, "as outorgas a estados e municípios serão deferidas mediante atos de autorização pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado das Comunicações, conforme o caso, e serão formalizadas por meio de convênio a ser firmado no prazo de sessenta dias".

A legislação pertinente estabelece que a outorga para exploração deste tipo de serviço não depende de edital. Também não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39/92 que "dispõe sobre formalidades e critérios para apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão para o serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens".

Além disso, devido a sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, Universidades e Fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2000. –
Luzia Toledo, Vice-Presidente no exercício da Presidência – **Tião Viana**, Relator – **Luiz Otávio** – **José Jorge** – **Geraldo Althoff** – **Geraldo Cândido** (abstenção) – **Agnelo Alves** – **Gerson Camata** – **Emília Fernandes** – **Romeu Tuma** – **José Fogaça** – **Osmar Dias** – **Djalma Bessa** – **Lúcio Alcântara** – **Ribamar Fiquene** – **Jorge Bornhausen**.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SECRETÁRIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962.

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

**DECRETO Nº 52.795, DE 31 DE
OUTUBRO DE 1963**

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

.....
Art. 7º São competentes para a execução de serviços de radiodifusão:

- a) a União;
- b) os Estados e Territórios;
- c) os Municípios;
- d) as Universidades;
- e) as Sociedades nacionais por ações nominativas ou por cotas de responsabilidade limitada, desde que ambas, ações ou cotas, seja subscritas, exclusivamente por brasileiros natos;
- f) as Fundações.

Parágrafo único. Terão preferência para a execução de serviços de radiodifusão as pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive universidades.

Art. 16. Findo o prazo do Edital, o Contel verificará quais as propostas que satisfizeram os requisitos constantes do mesmo, e:

a) em se tratando de concessão, o Contel emitirá parecer sobre as condições de execução do serviço, indicando, para a livre escolha do Presidente da República, as pretendentes que atenderá às exigências do Edital;

b) em se tratando de permissão, o Contel, se manifestará, em parecer, sobre as condições de execução do serviço e selecionará a pretendente que reúna as melhores condições, observados os seguintes critérios preferenciais:

1) constituição e direção da sociedade por elementos que, comprovadamente, residem no local onde será instalada a estação emissora há, pelo menos, dois anos e que a maioria das ações ou cotas representativas do capital social pertença a esses elementos;

2 – constituição da sociedade com maior número de cotistas ou acionistas;

3 – melhores condições técnicas para a execução do serviço, definidas pela qualidade dos equipamentos e instalações;

4 – inclusão em suas atividades de maior tempo de programação ao vivo;

5 – inclusão em suas atividades de maior tempo dedicado à educação e instrução, mediante a transmissão de aulas, palestras, conferências, etc.;

6 – inclusão em sua programação de maior tempo destinado a serviço noticioso.

DECRETO-LEI Nº 236, DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modificada a Lei
nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

DECRETO Nº 2.108, DE 24 DE
DEZEMBRO DE 1996

Altera dispositivos do Regulamento
dos Serviços de Radiodifusão, aprovado
pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro
de 1963, e modificado por disposições
posteriores.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, decreta:

DECRETO Nº 2.593, DE 15 DE MAIO DE 1998

Aprova o Regulamento dos Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962, decreta:

Art. 11. Os Serviços de RTV e de RpTV poderão ser executados pelas seguintes pessoas jurídicas:

I – as concessionárias de serviços de radiodifusão de sons e imagens, para retransmissão de seus próprios sinais;

II – as entidades federais da administração indireta;

III – os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por seus órgãos de administração direta ou indireta;

IV – as sociedades civis;

V – as fundações;

VI – as sociedades nacionais por ações ou por cotas de responsabilidade limitada.

PARECERES Nºs 550 e 551, de 2000

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1999, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que dispõe sobre a comunicação direta dos atos e fatos apurados no decorrer dos procedimentos de fiscalização e exame de contas que tipificam a atuação do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.

PARECER Nº 550, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos
Relator: Senador **Ney Suassuna** (art. 129)

I – Relatório

Em 15 de março de 1999, o ilustre Senador José Eduardo Dutra apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 127, que dispõe sobre a obrigatoriedade

de comunicação direta de irregularidades e ilegalidades apuradas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, quando da realização de procedimentos de fiscalização ou exame de contas.

O art. 2º da Proposição estabelece que a obrigatoriedade de comunicação abrange os Senadores, Deputados Federais, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, considerando-se o interesse dos Parlamentares, conforme a Unidade da Federação que representam, e o respectivo âmbito de atuação das Assembléias Legislativas (Estados) e das Câmaras Municipais (Municípios).

No art. 3º, o projeto de lei estende a obrigatoriedade de comunicação direta de irregularidades e ilegalidades apuradas pelo TCU para os diretórios de partidos políticos e outras entidades da sociedade civil, desde que estas manifestem oficialmente ao Tribunal o interesse no recebimento dessas informações.

O art. 4º estabelece que, concluída a instrução processual pelas Unidades Técnicas do Tribunal e reunidas provas sugestivas de ilegalidades passíveis de ações na esfera judicial, O Ministro-Relator deverá comunicá-las de imediato ao Ministério Público Federal para as providências cabíveis. Para isto, deverá anexar ainda cópia do relatório técnico e das provas levantadas, conforme previsto no Parágrafo único deste mesmo artigo.

O art. 5º estabelece que a comunicação referida no art. 4º não isenta o Tribunal do exame da matéria, julgamento, aplicação de penalidade e adoção de todos os atos situados na sua esfera de competência.

Já o art. 6º dispõe que, concluída a instrução processual pelas Unidades Técnicas do Tribunal, o Ministro-Relator fica obrigado a fornecer, no prazo de 20 dias da oficialização do pedido, as informações e dados sobre o fato que sejam solicitadas ao TCU por instituições do Poder Judiciário, do Ministério Público ou pela Advocacia Geral da União. Estão excetuadas apenas os casos em que o sigilo se mostre imprescindível, conforme previsto no Parágrafo único deste artigo.

Não foram apresentadas, no prazo regimental, emendas ao presente projeto de lei.

É o relatório.

1.1. Análise da Proposição

O projeto de lei e exame está elaborado com boa técnica legislativa. A matéria esta disposta de forma correta e lógica. O assunto abordado inclui-se no

campo de competência do Congresso Nacional, na condição de titular do controle externo, conforme estabelece o art. 70 e 71, **caput**.

A comunicação direta que a Proposição intenta tornar obrigatória enquadra-se no princípio constitucional da publicidade e pode, de fato, contribuir para o envolvimento mais efetivo de parlamentares, organizações da sociedade civil e os legislativos estaduais e municipais – e por extensão a própria sociedade – na apuração de irregularidades e ilegalidades cometidas por gestores públicos.

Estamos concorde com a idéia básica do projeto que é a de ampla difusão das informações necessárias a que se possa avançar para uma forma de controle mais efetiva – o controle social. A medida proposta poderá motivar e despertar o interesse de autoridades e, sobretudo, da sociedade local para participar e acompanhar a aplicação dos recursos públicos.

Também nos parece correto, o conceito introduzido de compartilhamento das informações e dados levantados pelo Tribunal de Contas da União com todas as instituições voltadas para a busca da justiça e para a defesa dos interesses da sociedade. O fornecimento dessas informações e dados pelo Tribunal de Contas da União a outras instituições públicas do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia Geral da União, em nada prejudica a atuação do Tribunal, salvo em condições muito especiais, devidamente excetuadas no projeto de lei. Ao contrário, o compartilhamento dessas informações por diferentes instituições e Poderes só poderá contribuir para uma ação mais efetiva de combate à corrupção e para a moralidade na administração pública.

Avaliamos que à sociedade interessa que os atos de gestão irregulares ou ilegais sejam apurados da forma mais ampla possível, inclusive simultaneamente por diversas instituições. Essa prática pode estimular, adicionalmente, uma salutar forma da competição entre as instituições no combate à práticas administrativas lesivas ao patrimônio público.

Dessa forma, somos de opinião que a Proposição em análise é meritória e pode contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos pretendidos – envolver autoridades e maiores parcelas da sociedade na apuração de irregularidades e ilegalidades praticadas por administradores públicos.

Avaliamos que os custos adicionais decorrentes de adoção dos procedimentos administrativos tornados obrigatórios pela Proposição são insignificantes, sendo positiva a relação custo-benefício das medidas sugeridas.

1.2. Emendas de Relator

Como forma de contribuir para o aperfeiçoamento da Proposição, apresentamos as seguintes Emendas de Relator, as quais em nada modificam o conteúdo do projeto:

EMENDA 1-CAE

Dê-se emenda do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1999 a seguinte redação:

“Dispõe sobre a comunicação direta de irregularidades e ilegalidades apuradas no decorrer dos procedimentos de fiscalização e exame de contas que tipificam a atuação do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.”

Justificação

A emenda intenta tornar a emenda do projeto de lei mais consentânea com o seu conteúdo, notadamente com a redação do seu art. 1º. O objetivo é apenas de aperfeiçoar a redação.

EMENDA 2-CAE

Dê-se a seguinte redação ao § 1º do art. 2º da presente Proposição:

“A comunicação referida no **caput** restringe-se aos fatos ocorridos na área de interesse dos parlamentares, conforme a Unidade da Federação a que pertençam, e no respectivo âmbito de atuação das instituições nominadas.”

Justificação

A redação proposta torna mais clara a intenção pretendida pela Proposição, que é de restringir o envio das informações somente aos parlamentares e às instituições (Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais) vinculados aos fatos, em face da sua área de ocorrência.

Em decorrência dessas emendas, apresentamos, em anexo, a versão consolidada do presente projeto de lei.

II – Voto do Relator

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1999, com as Emendas de Relator apresentadas.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 1999. – **Bello Parga**, Vice-Presidente no exercício da Presidência – **Ney Suassuna**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Paulo Souto** – **Romeu Tuma** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Jonas Pinheiro** – **Pedro Piva** – **Roberto Saturnino** – **Gilberto Mestrinho** – **Luiz Otávio** – **Agneilo Alves** – **Lúdio Coelho** – **José Alencar**.

PARECER Nº 551, DE 2000

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Relator: Senador Antonio Carlos Valadares

I – Relatório

Nos termos regimentais, vem a exame desta Comissão, em decisão terminativa, o anexo Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1999, que “Dispõe sobre a comunicação direta dos atos e fatos apurados no decorrer dos procedimentos de fiscalização e exame de contas que tipificam a atuação do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências”.

Na dicção do art. 2º, apurada irregularidade ou ilegalidade em processo de exame de tomada e prestação de contas, auditoria ou inspeção, fica o Tribunal de Contas da União obrigado a encaminhar o acórdão ou decisão, acompanhado do respectivo relatório e fundamentação do ministro-relator, aos senadores, deputados federais, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais. A comunicação de que trata tal artigo considerará o interesse dos parlamentares, conforme a unidade da Federação que representam no caso dos senadores e deputados federais e estaduais, e conforme o município, no caso dos vereadores, e o respectivo âmbito de atuação das Instituições nominadas.

Pelo art. 4º, concluída a instrução processual pelas unidades técnicas do Tribunal de Contas da União nos procedimentos de fiscalização e exame de contas, e reunidas provas sugestivas de irregularidades e ilegalidades passíveis de ações na esfera judicial, fica o Ministro-Relator obrigado, sob pena de responsabilidade solidária, a comunicá-las ao Ministério Público Federal para as providências cabíveis, no prazo de vinte dias, contados do recebimento do relatório técnico.

No art. 5º prevê-se que a providência determinada no art. 4º não prejudicará a tramitação normal do processo no âmbito interno do Tribunal, nem isenta essa instituição de exame da matéria, julgamento,

aplicação das penalidades e adoção dos demais atos situados na sua esfera de competência.

Por sua vez, o art. 6º estabelece que, após a instrução processual realizada pelas unidades técnicas, fica o Ministro-Relator obrigado a fornecer os dados e informações solicitadas ao Tribunal por instituições do Poder Judiciário, pelo Ministério Público ou pela Advocacia-Geral da União, no prazo de vinte dias da oficialização do pedido.

Por último, o art. 7º prevê que as comunicações e informações determinadas por esta lei independem de decisão do Plenário do Tribunal de Contas da União.

Em sua justificação, o nobre Autor alinha as seguintes considerações, em síntese:

"Na atual conjuntura brasileira – caracterizada pela escassez de recursos públicos e pelo repúdio da sociedade à corrupção e ao desperdício na gestão desses recursos –, é imprescindível que exista a mais ampla solidariedade, cooperação e integração entre as diferentes instituições que se voltam para a defesa da moralidade pública e dos interesses da justiça, da administração pública e do erário. Essa é, sem dúvida, a concepção pretendida pela nossa Constituição, quando estabelece o princípio da independência de apuração dos fatos nas esferas administrativa e judicial, que podem ocorrer, inclusive, simultaneamente.

Inegável que apuração de irregularidades e ilegalidades cometidas na gestão de recursos públicos será mais efetiva se apurada simultaneamente em diferentes instâncias. Mais difíceis se tornam, com esse procedimento, as influências de setores retrógrados com o objetivo de dificultar, encobrir ou impedir o curso normal de apuração desses delitos e da subsequente aplicação de penalidades.

Acreditamos, dessa forma, que existe um elevado interesse social no compartilhamento dessas informações pelas diferentes instituições públicas voltadas para a defesa do interesse comum, tais como o Ministério Público da União, as diversas instâncias do

Poder Judiciário e a Advocacia-Geral da União.

Ressalte-se, ademais, que a comunicação prevista nos artigos 3º e 6º da nossa proposição não caracteriza pré-julgamento por parte do Tribunal sobre os fatos levantados, mas tão-somente possibilita que a apuração ocorra simultaneamente também na esfera judicial.

I – Parecer

O Projeto já esteve na douta Comissão de Assuntos Econômicos, para apreciação de seu mérito. Lá recebeu parecer favorável à sua aprovação, com duas emendas que realmente aperfeiçoam a Proposição.

Como se vê do articulado, bem como da Justificação, o que se pretende é a realização de um controle mais amplo da aplicação dos recursos públicos, num sistema compartilhado de informações e de atuações das esferas administrativas e judicial.

Nessa perspectiva, a iniciativa não ofende os preceitos constitucionais que regem a espécie. Ao contrário, o Congresso Nacional é competente para legislar sobre a matéria e o poder de iniciativa pertence a qualquer parlamentar. Também foi redigida em conformidade com os ditames da boa técnica legislativa.

Em assim sendo, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1999, com as emendas da CAE.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1999. – Sala de reuniões, 17 de maio de 2000. – **José Agripino**, Presidente – **Antonio Carlos Valadares**, Relator – **Jader Barbalho** – **Roberto Freire** – **Iris Rezende** – **Roberto Requião** – **Renan Calheiros** – **Edison Lobão** – **Luzia Toledo** – **Sérgio Machado** – **Alvaro Dias** – **Djalma Bessa** – **Carlos Wilson** – **Pedro Simon** – **José Alencar** – **Jefferson Péres** – **Lúcio Alcântara** – **Gilvan Borges** – **Bernardo Cabral** – **Romeu Tuma** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Agnelo Alves**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PL Nº 123, DE 1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO				1 CARLOS BEZERRA			
RENAN CALHEIROS	X			2 AGNELO ALVES	X		
IRIS REZENDE	X			3 GILVAN BORGES	X		
JADER BARBALHO	X			4 LUIZ ESTEVAO			
JOSE FOGAÇA				5 NEY SUASSUNA			
PEDRO SIMON	X			6 WELLINGTON ROBERTO			
RAMEZ TEBET				7 JOSE ALENCAR	X		
ROBERTO REQUIAO	X			8 VAGO			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL	X			1 MOREIRA MENDES			
JOSE AGRIPINO				2 DALMA BESSA	X		
EDISON LOBÃO	X			3 BELLO PARÇA			
FRANCELINO PEREIRA				4 JUVENCIO DA FONSECA			
ROMEU TUMA	X			5 JOSE JORGE			
MARIA DO CARMO ALVES				6 MOZARILDO CAVALCANTI	X		
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS	X			1 ARTUR DA TAVOLA			
CARLOS WILSON	X			2 PEDRO PIVA			
LUCIO ALCANTARA	X			3 LUIZ PONTES			
LUIZIA TOLEDO	X			4 ROMERO JUCA			
SERGIO MACHADO	X			5 GERALDO LESSA			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO C. VALADARES (PSB)	X			1 SEBASTIAO ROCHA (PDT)			
ROBERTO FREIRE (PPS)	X			2 MARINA SILVA (PT)			
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)				3 HELOISA HELENA (PT)			
JEFFERSON PERES (PDT)	X			4 EDUARDO SUPLICY (PT)			

TOTAL: 21 SIM: 21 NÃO: — ABSTENÇÃO: —

Sala das Reuniões, em 17/05/2000

Senador JOSE AGRIPINO
Presidente

OFÍCIO Nº 53/2000-CCJ

Brasília, 17 de maio de 2000.

Exmº Sr.

Senador Antonio Carlos Magalhães
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deliberou pela aprovação, com emendas, do Projeto de Lei no Senado nº 127, de 1999, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que "Dispõe sobre a comunicação direta dos atos apurados no decorrer dos procedimentos de fiscalização e exame de contas que tipificam a atuação do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências".

Cordialmente, Senador **José Agripino Maia**,
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
JUSTIÇA E CIDADANIA

TEXTO FINAL

do Projeto de Lei do Senado Nº 127, de 1999
na Comissão de Constituição
Justiça e Cidadania, que:

Dispõe sobre a comunicação direta de irregularidades e ilegalidades apuradas no decorrer dos procedimentos de fiscalização e exame de contas que tipificam a atuação do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º A comunicação direta das irregularidades e ilegalidades levantadas no decorrer dos procedimentos de fiscalização e exame de contas pelo Tribunal de Contas da União será obrigatória e processada nos termos desta Lei.

Parágrafo único. As comunicações referidas nesta Lei atendem ao princípio constitucional da publicidade e visam instrumentalizar autoridades, instituições públicas e entidades da sociedade civil para o controle das ações públicas.

CAPÍTULO II

Da Obrigatoriedade de Comunicação Direta

Art. 2º Apurada irregularidade ou ilegalidade em processo de exame de tomada e prestação de contas, auditoria ou inspeção, fica o Tribunal de Contas da União obrigado a encaminhar o acórdão ou decisão, acompanhado do respectivo relatório e fundamentação do ministro-relator, aos senadores, deputados federais, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

§ 1º A comunicação referida no **caput** restringe-se aos fatos ocorridos na área de interesse dos parlamentares, conforme a unidade da Federação a que pertençam, e no respectivo âmbito de atuação das Instituições nominadas.

§ 2º A obrigatoriedade a que se refere o **caput** abrange ainda a informação dos responsáveis alcançados por sanções administrativas não pecuniárias previstas nos arts. 44, 60 e 61, assim como a relação enviada pelo Tribunal ao Ministério Público Eleitoral nos termos do art. 91 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

§ 3º O envio dos documentos nominados no **caput** será feita no prazo máximo de vinte dias, contados da deliberação do Tribunal.

Art. 3º A obrigatoriedade de comunicação definida no artigo anterior se estende aos diretórios nacionais dos partidos políticos e demais entidades da sociedade civil que manifestem oficialmente ao Tribunal interesse no recebimento dos documentos nominados.

§ 1º A obrigatoriedade referida neste artigo está restrita aos fatos relacionados com o âmbito de atuação de cada entidade.

§ 2º Para atender ao disposto no **caput** deste artigo, o Tribunal de Contas da União recepcionará as solicitações e manterá cadastro das entidades interessadas.

CAPÍTULO III

Da Comunicação de Irregularidades
e Ilegalidades
ao Ministério Público Federal

Art. 4º Concluída a instrução processual pelas unidades técnicas do Tribunal de Contas da União nos procedimentos de fiscalização e exame de contas, e reunidas provas sugestivas de irregularidades e ilegalidades passíveis de ações na esfera judicial, fica o Ministro-Relator obrigado, sob pena de responsabilidade solidária, a comunicá-las ao Ministério Público Federal para as providências cabíveis, no prazo de vinte dias, contados do recebimento do relatório técnico.

Parágrafo único. A comunicação referida no **caput** será acompanhada dos relatórios técnicos, de cópias autenticadas das provas documentais levantadas, assim como de outros elementos e esclarecimentos úteis à ação do Ministério Público Federal.

Art. 5º A providência determinada no artigo anterior não prejudicará a tramitação normal do processo no âmbito interno do Tribunal e nem isenta essa instituição do exame da matéria, julgamento, aplicação das penalidades e adoção dos demais atos situados na sua esfera de competência.

CAPÍTULO IV

Do Fornecimento de Informações Levantadas

Art. 6º Após a instrução processual realizada pelas unidades técnicas, fica o Ministro-Relator obrigado a fornecer os dados e informações solicitadas ao Tribunal por instituições do Poder Judiciário, pelo Ministério Público ou pela Advocacia Geral da União, no prazo de vinte dias da oficialização do pedido.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo apenas os casos em que o sigilo se mostre imprescindível para resguardo dos direitos e garantias individuais ou para a defesa do interesse público, devidamente fundamentados no processo pelo Ministro-Relator.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

Art. 7º As comunicações e informações determinadas por esta lei independem de decisão do Plenário do Tribunal de Contas da União.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de maio de 2000. – **José Agripino**, Presidente.

PARECER Nº 552, DE 2000

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1997 (nº 1.615/96, na Casa de origem), que dá nova redação ao item 9º do art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre Registros Públicos e dá outras providências.

Relator: Senador **José Eduardo Dutra**

I – Relatório

Encontra-se sob exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1997 (nº 1.615, de 1996, na Casa de origem), que “Dá nova redação ao item 9º do art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre Registros Públicos e dá outras providências.”

Trata-se de iniciativa do Deputado Régis de Oliveira, que modifica o item 9º do art. 54 da Lei nº 6.015/73, no sentido de dispensar as testemunhas, quando o nascimento ocorrer em unidade hospitalar ou em casa de saúde.

Pelas atuais disposições da Lei nº 6.015/73 (art. 54, item 9º), o assento de nascimento deverá conter os nomes e os prenomes, a profissão e a residência das duas testemunhas que presenciaram o registro, mesmo que o nascimento esteja documentado pela maternidade ou casa de saúde.

A alteração introduzida pelo projeto obriga a presença das testemunhas apenas no caso em que o parto haja ocorrido sem assistência médica, em domicílio ou fora de unidade hospitalar ou casa de saúde. Fica, portanto, nos demais casos, dispensada a presença das testemunhas.

O projeto em tela não recebeu emendas na Câmara dos Deputados e foi aprovado por unanimidade no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, nos termos do parecer do Relator da matéria, Deputado Darci Coelho.

II – Voto

Conforme alega o próprio autor da proposição sob exame, a “participação das temunhas instrumentais, quando o nascimento ocorrer em unidades hospitalares, é ato perfeitamente dispensável.” Com efeito, o nascimento é documentalmente registrado pelo hospital, que, não raro, guarda em seus arquivos dados sobre os pais. A dispensa das testemunhas, nesse caso, não ofende a segurança do registro e simplifica e motiva os pais a registrarem a criança. Ademais, por instrução das corregedorias, os catórios já vêm adotando tal prática. Estar-se-ia, portanto, apenas adequando a lei à realidade.

Continua sendo necessária a presença das testemunhas, no entanto, se o parto ocorrer fora de unidade de natureza hospitalar. Aliás, convém registrar que a expressão “sem assistência médica” alcança o caso de dispensa das testemunhas desde que o parto ocorra no domicílio dos pais, com a presença do mé-

dico. Isto significa, pelo termos do projeto, que o parto assistido por médico também está, a nosso ver, incluído entre os que gozarão do benefício da dispensa das testemunhas do assento. Existe imprecisão redacional, salvo melhor juízo, se o autor do projeto quis limitar a dispensa aos casos em que o nascimento ocorra nos estabelecimentos hospitalares. Realmente, de acordo com a redação dada ao dispositivo, como já foi dito, o nascimento ocorrido na residência, desde que assistido por médico, está também dispensado da presença de testemunhas instrumentais. A única hipótese em que as testemunhas são necessárias, portanto, é aquela na qual o parto acontece "sem assistência médica, em domicílio ou fora de unidade hospitalar ou casa de saúde."

Como o propósito do projeto é simplificar os atos inerentes ao registro civil, é possível que tenha havido intenção de se restringir o benefício da dispensa das testemunhas somente ao caso de parto sem assistência médica. Embora seja, do ponto de vista da segurança do registro, preferível que o nascimento aconteça em unidade hospitalar, é conveniente ressaltar que o parto ocorrido em residência, desde que assistido por médico, pode ser documentalmente atestado por quem o realizou. Nesse caso, ficam também dispensadas as testemunhas do assento no cartório, em razão da existência de atestado que comprova o nascimento.

Registre-se, de outra parte, que o projeto usa a expressão "em domicílio" para caracterizar os partos ocorridos em casa. Segundo De Plácido e Silva (Vocabulário Jurídico, Rio de Janeiro, Forense, 1989), o domicílio é o lugar onde a pessoa mantém sua morada com ânimo definitivo. Não nos parece que tenha sido a intenção do autor limitar o nascimento ao domicílio, mesmo porque o termo está precedido da preposição "em", que não define o substantivo. Se ele tivesse querido definir como fato ocorrido no próprio domicílio dos pais, teria usado também o artigo e, assim, alterado a expressão "em domicílio". Teria escrito, desse modo, "no domicílio". Como esse argumento leva a considerar o termo "domicílio" como sinônimo de "casa" ou "morada", é de se supor que na redação do dispositivo em comento poder-se-ia substituir o termo "domicílio" por "residência", mais adequado ao texto proposto.

Mencione-se, ainda, que tal alteração não prejudica em nada o mérito da iniciativa, pois sua natureza é meramente redacional. Reforça essa afirmação o fato de que, nos termos do projeto, o nascimento pode ocorrer tanto no "domicílio", como em uma das

"residências" dos pais ou mesmo em qualquer outro lugar. A expressão "ou fora da unidade hospitalar ou casa de saúde" atesta o alegado, pois quer caracterizar o parto ocorrido em qualquer outro lugar, além do "domicílio". Assim, o fato importante, no caso, é saber se houve assistência médica ou não.

Por outro lado, cabe lembrar que o projeto não apresenta vício quanto à constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1997, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1-CCJ

Substitua-se no art. 1º do projeto, que modifica o item 9º do art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, o termo "domicílio" por "residência".

Sala da Comissão, 23 de maio de 2000. – **José Agripino**, Presidente – **José Eduardo Dutra**, Relator – **Pedro Simon** – **Romeu Tuma** – **Roberto Requião** – **Renan Calheiros** – **Roberto Freire** – **Moreira Mendes** – **Álvaro Dias** – **Edson Lobão** – **José Alencar** – **Djalma Bessa** – **Bernardo Cabral** – **Maria do Carmo Alves** – **Lúcio Alcântara**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2000, lido anteriormente, terá tramitação com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde poderá, de acordo com os arts. 122, II, "b", e 375, I, do Regimento Interno, receber emendas pelo prazo único de cinco dias úteis.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1997 (nº 1.615/96, na Casa de origem), que dá nova redação ao item 9º do art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre Registros Públicos e dá outras providências, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício em exercício, Senador Tião Viana.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2000

Altera o § 1º do art. 128 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que a escolha do candidato ao cargo de Procurador-Geral da República será feita mediante processo eletivo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 128 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 128

.....
§ 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República após escolha, mediante eleição, dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, e aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução."

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Como é de conhecimento geral, desde a Constituição Republicana de 1891, o Estado brasileiro adota como princípio estruturante fundamental o conhecido princípio da tripartição de funções (ou da separação dos poderes), segundo o modelo consagrado na Constituição norte-americana de 1787, a partir do qual os poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), embora devam atuar com desejável independência, são estruturados, na verdade, de forma nitidamente interdependente.

Assim é que, na conformidade desse sistema, o Chefe do Poder Executivo escolhe e nomeia, por exemplo, após aprovação do Senado Federal, os membros da mais alta corte de Justiça do País — o Supremo Tribunal Federal. Como se vê, no exemplo dado, da investidura de membros do mais importante órgão do Judiciário, atuam também os dois outros Poderes, tudo na expectativa de que, ao final, funcionem, entre si, com a desejável harmonia a que alude o próprio texto da Lei Maior (art. 2º).

Ocorre que, embora tendo como sábia referência, em casos da espécie, a experiência constitucional norte-americana, o constituinte brasileiro, ao adaptar, com o passar do tempo, o referido modelo à nossa realidade, terminou consagrando em nossas leis constitucionais processos de investidura que, na verdade, terminam por infringir a própria lógica subjacente ao sistema em comento.

Para nos atermos apenas ao objeto da presente proposta, parece ser esse o caso, **concessa venia**, do processo de investidura no cargo de Procurador-Geral da República, atualmente regulado no § 1º do art. 128 da Constituição Federal, em que o Presidente da República não apenas nomeia, mas também faz a indicação do candidato à aprovação do Senado. Portanto, em última análise escolhe aquele que irá exercê-lo, o que, a nosso ver, pode criar no indicado considerável conflito de interesse, até porque não há limites à sua posterior recondução!

Ora, o Ministério Público da União, como é notório, não integra qualquer dos Poderes da União, em ordem a justificar-se a adoção do apontado mecanismo. Trata-se, na verdade, de instituição fundamental ao bom funcionamento do Estado Democrático de Direito que adotamos, mercê da sua essencialíssima função de fiscal da fiel execução das leis brasileiras, um mister em que, reconhecidamente, se apresenta como requisito essencial a independência não apenas de seus integrantes, mas especialmente de quem lhe exerce a chefia.

De outra parte, dada a sua condição de chefe de tão relevante instituição, detém ainda o Procurador-Geral da República a legitimidade exclusiva para ajuizar ações e encetar procedimentos sem os quais fica seriamente prejudicada a função de *custos legis* cometida ao Ministério Público da União. É o caso, por exemplo, das denúncias sobre delitos penais eventualmente cometidos por autoridades do Governo federal que disponham de foro privilegiado por prerrogativa de função, as quais dificilmente serão oferecidas se o Procurador-Geral da República mantiver quaisquer laços de vinculação com o Poder Executivo, até mesmo o singelo sentimento de gratidão pela escolha para o cargo.

Em suma, parece-nos mais do que evidenciado pela nossa experiência histórica que o atual processo de investidura adotado no caso em tela termina por solapar o nível de independência que se espera do chefe do Ministério Público da União.

A alternativa que ora submetemos à apreciação do Congresso Nacional, de escolha por eleição entre

os membros da carreira, em nosso entender afasta os apontados inconvenientes, sem necessidade sequer de limitar eventuais reconduções, pois o ocupante do cargo será reconduzido se e enquanto, segundo a avaliação da maioria de seus pares, exercer a contento as suas funções.

Sala das sessões, 31 de maio de 2000. – **Sebastião Rocha – Osmar Dias – Heloísa Helena – José Eduardo Dutra – Romero Jucá – Agnelo Alves – Carlos Bezerra – Roberto Saturnino – Lúcio Alcântara – Antonio Carlos Valadares – Alvaro Dias – José Fogaça – Renan Calheiros – Jonas Pinheiro – José Agripino – Gilvan Borges – Geraldo Cândido – Eduardo Suplicy – Tião Viana – Emília Fernandes – Jefferson Péres – Thelma Siqueira Campos (apoio) – Marina Silva – Luzia Toledo – Casildo Maldaner – Mauro Miranda – Geraldo Althoff – Luiz Estevão (apoio) – Ramez Tebet.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 128. O Ministério Público abrange:

I – o Ministério Público da União, que compreende:

- a) o Ministério Público Federal;
- b) o Ministério Público do Trabalho;
- c) o Ministério Público Militar;
- d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II – os Ministérios Públicos dos Estados.

§ 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Proposta de Emenda à Constituição, que acaba de ser lida, está sujeita às disposições específicas constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2000

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, para criar mecanismos de proteção do emprego dos trabalhadores de empresas em processo de fusão, incorporação e agrupamento societário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 508-A, Até que sejam aprovados os atos de que tratam o § 3º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, é vedada a demissão sem justa causa de empregados de qualquer das empresas envolvidas”.

“Art. 508-B. Após a aprovação dos atos referidos no art. 508-A, ficam vedadas as demissões sem justa causa, pelo prazo de dezoito meses, exceto se as rescisões sem justa causa forem efetuadas através de programa de demissão voluntária, cujos termos referentes a indenização por ano trabalhado e manutenção de auxílio-alimentação e assistência médica serão objeto de negociação coletiva.

§ 1º A indenização devida pela rescisão de contrato, resultante do programa de demissão voluntária, será de, no mínimo, um mês de remuneração por ano de serviço efetivo, ou por ano e fração igual ou superior a seis meses.

§ 2º O primeiro ano de duração do contrato por prazo indeterminado é considerado como período de experiência, e, antes que se complete, nenhuma indenização será devida.

§ 3º Se o salário for pago por dia, o cálculo da indenização terá por base trinta dias.

§ 4º Para os empregados que trabalhem por comissão ou que tenham direito a percentagens, a indenização será calculada pela média das comissões ou percentagens percebidas nos últimos doze meses de serviço.

§ 5º Para os empregados que trabalhem por tarefa ou serviço feito, a indenização será calculada na base média do tempo costumeiramente gasto pelo in-

interessado para realização de seu serviço, calculando-se o valor do que seria feito durante trinta dias".

"Art. 508-C. Os processos judiciais que envolvem demissão do empregado, a que se referem os arts. 508-A e 508-B, terão prioridade na pauta dos julgamentos.

§ 1º A audiência de conciliação e julgamento dos processos será designada para, no máximo, trinta dias úteis da data do ajuizamento da ação.

§ 2º O julgamento das ações será realizado no prazo máximo de sessenta dias".

"Art. 508-D. O descumprimento, pelo empregador, do disposto nos arts. 508-A e 508-B, além do pagamento dos salários do empregado, sujeita-o a multa de mil e quinhentas Unidades Fiscais de Referência – UFIR, que se constituirá receita adicional do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, de que trata a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990".

"Art. 508-E. A empresa que transgredir as disposições constantes nos arts. 508-A e 508-B, além de outras sanções previstas, sujeitar-se-á, ainda:

a) à suspensão de empréstimos e financiamentos, por instituições financeiras oficiais;

b) à revisão de incentivos fiscais de tratamento tributário especial;

c) à inabilitação para licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal;

d) à interdição para o exercício do comércio, se for sociedade mercantil;

e) à cassação de autorização para funcionar no País, quando for o caso".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As fusões que vêm acontecendo em todo mundo e em todos os tipos de atividade constituem transformações com conseqüências ainda imprevisíveis na propriedade e no gerenciamento das empresas, na produção e na organização do trabalho, nas relações com fornecedores e clientes, na venda de bens e serviços ao consumidor, na descentralização das instâncias de decisão empresarial e na cooperação competitiva entre as companhias.

No Brasil, ainda que de modo incipiente, o fenômeno das fusões já está acontecendo, e o País não deverá ser uma exceção à nova tendência da econo-

mia mundial. Infelizmente, as fusões empresariais trazem consigo o fantasma das demissões.

Recentemente, o co-presidente da AmBev disse que a companhia já tem um plano de demissão para os funcionários que atuam na área administrativa, mas, segundo notícias veiculadas pela imprensa, as demissões já vêm acontecendo.

No setor da aviação civil, que também passa por um processo de reestruturação do setor, as demissões chegaram antes mesmo de ser consumado os casos de fusão e agrupamento societário.

Diante dessa nova realidade, cabe ao Congresso Nacional tomar providências, já que a legislação trabalhista não dispõe de mecanismos adequados de proteção aos empregados pertencentes às empresas em processo de fusão.

A presente proposição legislativa inspira-se nos projetos do Senador Antonio Carlos Magalhães (PLS nº 2.374/96, que "proíbe as instituições financeiras beneficiárias de recursos do Proer de demitir pessoal sem justa causa") e do deputado Hermes Parcianello (PL nº 2.817/97, que "veda a demissão coletiva de empregados de empresas em processo de agrupamento societário, até a aprovação dos respectivos atos pelo Cade"). O primeiro projeto já foi aprovado nesta Casa e remetido à Câmara, enquanto o segundo também encontra-se em fase de tramitação naquela Casa.

Não é demais ressaltar que o desemprego no Brasil vem atingindo índices preocupantes. Se no ano de 1999 houve a geração de 418 mil postos de trabalho, a maior dos últimos cinco anos, parte deles na indústria, não temos muitos motivos para ficar otimistas, pois 94% das vagas abertas foram preenchidas sem carteira assinada.

Nesse contexto, estamos apresentando o presente projeto de lei, que visa ao preenchimento de importante lacuna em nossa Consolidação das Leis do Trabalho e assegurar ao trabalhador um clima de maior tranquilidade, quando pertencente ao quadro de empresa em fase de fusão ou incorporação.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2000. – **José Eduardo Dutra.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, atualizado até a Lei nº 9.756, de 17-12-1998, e acompanhado de notas à Legislação Correlata, de Legislação Trabalhista Especial, de Regimento Interno do

TST (excerto), de Súmulas do STF, STJ, TFR (em matéria trabalhista) e do TST (Enunciados 1 a 361) e de Índices Sistemático da CLT, Numérico da Legislação e Alfabético-Remissivo da CLT, da Legislação Complementar e das Súmulas.

Art. 508. Considera-se justa causa, para efeito de rescisão de contrato de trabalho do empregado bancário, a falta contumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis.

Art. 509. (Revogado pela Lei nº 6.533, de 24-5-1978.)

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, Institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e dá outras providências

LEI Nº 8.884, DE 11 DE JUNHO DE 1994

Art. 54. Os atos, sob qualquer forma manifestados, que possam limitar ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência, ou resultar na dominação do mercados relevantes de bens ou serviços, deverão ser submetidos à apreciação do Cade.

§ 1º O Cade poderá autorizar os atos a que se refere o caput, desde que atendam as seguintes condições:

I – tenham por objetivo, cumulada ou alternativamente:

- a) aumentar a produtividade;
- b) melhorar a qualidade de bens ou serviços; ou
- c) propiciar a eficiência e o desenvolvimento tecnológico ou econômico;

II – os benefícios decorrentes sejam distribuídos equitativamente entre os seus participantes, de um lado, e os consumidores ou usuários finais, de outro;

III – não impliquem eliminação da concorrência de parte substancial de mercado relevante de bens e serviços;

IV – sejam observados os limites estritamente necessários para atingir os objetivos visados.

§ 2º Também poderão ser considerados legítimos os atos previstos neste artigo, desde que atendidas pelo menos três das condições previstas nos incisos do parágrafo anterior, quando necessários por motivo preponderante da economia nacional e do bem comum, e desde que não impliquem prejuízo ao consumidor ou usuário final.

§ 3º Incluem-se nos atos de que trata o caput aqueles que visem a qualquer forma de concentração econômica, seja através de fusão ou incorporação de empresas, constituição de sociedade para exercer o controle de empresas ou qualquer forma de agrupamento societário, que implique participação de empresa ou grupo de empresas resultantes em trinta por cento ou mais de mercado relevante, ou em que qualquer dos participantes tenha registrado faturamento bruto anual no último balanço equivalente a 100.000.000 (cem milhões) de Ufir, ou unidade de valor superveniente.

§ 4º Os atos de que trata o caput deverão ser apresentados para exame, previamente ou no prazo máximo de quinze dias úteis de sua realização, mediante encaminhamento da respectiva documentação em três vias à SDE, que imediatamente enviará uma via ao Cade e outra à SPE.

§ 5º A inobservância dos prazos de apresentação previstos no parágrafo anterior será punida com multa pecuniária, de valor não inferior a 60.000 (sessenta mil) UFIR nem superior a 6.000.000 (seis milhões) de UFIR a ser aplicada pelo Cade, sem prejuízo da abertura de processo administrativo, nos termos do artigo 32.

§ 6º Após receber o parecer técnico da SPE, que será emitido em até trinta dias, a SDE manifestar-se-á em igual prazo, e em seguida encaminhará o processo devidamente instruído ao Plenário do Cade, que deliberará no prazo de trinta dias.

§ 7º A eficácia dos atos de que trata este artigo condiciona-se à sua aprovação, caso em que retroagirá à data de sua realização; não tendo sido apreciados pelo Cade no prazo de trinta dias estabelecido no parágrafo anterior, serão automaticamente considerados aprovados.

§ 8º Os prazos estabelecidos nos §§ 6º e 7º ficarão suspensos enquanto não forem apresentados esclarecimentos e documentos imprescindíveis à análise do processo, solicitados pelo Cade, SDE ou SPE.

§ 9º Se os atos especificados neste artigo não forem realizados sob condição suspensiva ou deles já tiverem decorrido efeitos perante terceiros, inclusive de natureza fiscal, o Plenário do Cade, se concluir pela sua não aprovação, determinará as providências cabíveis no sentido de que sejam desconstituídos, total ou parcialmente, seja através de distrato, cisão de sociedade, venda de ativos, cessação parcial de atividades ou qualquer outro ato ou providência que elimine os efeitos nocivos à ordem econômica, independente

mente da responsabilidade civil por perdas e danos eventualmente causados a terceiros.

§ 10. A mudanças de controle acionário de companhias abertas e os registros de fusão, sem prejuízo da obrigação das partes envolvidas, devem ser comunicados à SDE, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Departamento Nacional de Registro Comercial do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo – DNRC/MICT, respectivamente, no prazo de cinco dias úteis para, se for o caso, serem examinados.

.....
(*As Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O projeto será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

São lidos os seguintes:

OF. 38/00-LPSDB

Brasília, 25 de maio de 2000

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência determinar as providências necessárias no sentido de proceder a substituição do Senador Geraldo Lessa pelo Senador Teotônio Vilela Filho, na composição do PSDB nas seguintes Comissões:

- Educação e Serviços de Infra-Estrutura, como titular;
- Assuntos Sociais e Constituição, Justiça e Cidadania, como suplente.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador Sérgio Machado, Líder do PSDB.

OF. GLPMDB Nº 107/2000

Brasília, 30 de maio de 2000

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de apreciar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2.026, de 4 de maio de 2000, que “institui, no âmbito da União, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Irls Rezende

Senador Jader Barbalho

Suplentes

Senador Mauro Miranda

Senador Carlos Bezerra

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.

Senador Jader Barbalho, Líder do PMDB.

OFÍCIO Nº 1019-L-PFL/2000

Brasília, 26 de maio de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.944-15, de 26 de maio de 2000, que “Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo

Deputado César Bandeira

Suplente

Deputado Luíz Barbosa

Atenciosamente, – **Deputado Inocêncio Oliveira**,
Líder do PFL

OFÍCIO Nº 1021-L-PFL/2000

Brasília, 30 de maio de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.949-24, de 26 de maio de 2000, que “Acrésceta dispositivos à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo

Deputado: Luciano Pizzatto

Suplente

Deputado Mário Assad Júnior

Atenciosamente, – **Deputado Inocêncio Oliveira**,
Líder do PFL

OFÍCIO Nº 1039-L-PFL/2000

Brasília, 30 de maio de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 2.010-32**, de 26 de maio de 2000, que "dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997", em substituição aos anteriormente indicados.

EfetivoDeputado **Mário Assad Júnior****Suplente**Deputado **Abelardo Lupion**

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**,
Líder do PFL

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

Ofício nº 53/2000-CCJ

Brasília, 17 de maio de 2000.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deliberou pela aprovação, com emendas, do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1999, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que "Dispõe sobre a comunicação direta dos atos apurados no decorrer dos procedimentos de fiscalização e exame de contas que tipificam a atuação do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências".

Cordialmente, – Senador **José Agripino Maia**,
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1999, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 309, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 122, de 1999, 198, de 1999, 223, de 1999, 356, de 1999, e, 18, de 2000, por versarem sobre o mesmo assunto.

Brasília, 31 de maio de 2000. – **Lúcio Alcântara**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, na forma do Regimento.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 310, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno, urgência para a MSF nº 78/2000, de iniciativa do Presidente da República, que solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, no valor de US\$97,855,732.20 (noventa e sete milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e trinta e dois dólares norte-americanos e vinte centavos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banque Nationale de Paris – BNP, destinadas ao financiamento de importação de 8 (oito) helicópteros **Cougar** e serviços a serem fornecidos pela Eurocopter S.A. (Projeto de Resolução nº 55, de 2000)

Sala das Sessões, 31 de maio de 2000. – **José Roberto Arruda – Sérgio Machado – Hugo Napoleão – Jader Barbalho.**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do Regimento.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a inscrição para uma comunicação de liderança após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª fica inscrito para fazer a comunicação de liderança após a Ordem do Dia, conforme requer.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Requeiro a V. Ex^a a inscrição para uma comunicação inadiável na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a ficará inscrito para falar em primeiro lugar na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também gostaria de ter oportunidade de uma comunicação inadiável no horário regimental.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a ficará inscrito para falar em segundo lugar na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Com a palavra o Senador Tião Viana, pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma maneira solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável no tempo oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a ficará inscrito para falar em segundo lugar na prorrogação da Hora do Expediente, nos termos do art. 158, § 2^o, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Passamos à lista dos oradores.

Tem a palavra, por vinte minutos, a Senadora Thelma Siqueira Campos.

A SRA. THELMA SIQUEIRA CAMPOS (PPB – TO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje em razão de uma manchete da **Folha de S. Paulo**, que não é a manchete que todos pensam que vou ler, mas a manchete de um jornal que anuncia que o Brasil poderá ter uma crise.

Indústria raciona energia elétrica

"Grandes indústrias passaram a racionar energia elétrica, atendendo a pedido do ONS, órgão privado que controla o sistema elétrico, relata László Varga. Há previsão de aumento de 6% no consumo este ano.

O racionamento foi adotado por empresas como a Petroquímica União e a CSN, que diminuam ao máximo possível o consumo entre o horário crítico das 18h10 às 18h40." E aí prossegue a matéria.

É uma matéria de fundamental interesse para o nosso país. Diz respeito ao Brasil que queremos, ao Brasil do futuro. E é para esse Brasil que vou tornar a falar da visita do Senhor Presidente ao meu Estado do Tocantins.

Nesta última semana, visitando as obras da usina hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, de 850 megawatts, o Presidente Fernando Henrique Cardoso apontou o Estado do Tocantins como o símbolo do novo Brasil. "Um Brasil que renasce das entranhas de si mesmo", afirmou Sua Excelência, referindo-se ao conjunto de iniciativas que estão sendo tomadas para integrar a comunidade nacional nesse imenso, desconhecido e historicamente abandonado Brasil do Norte, Brasil do Oeste, Brasil do além Tordesilhas.

Na verdade, Sr. Presidente, a integração desse novo Brasil à comunidade nacional poderia ser assumida como o grande marco inicial da construção dos próximos 500 Anos. São mais de 5 milhões de Km² do território nacional que o Brasil desconhece, ou melhor, conhece de forma lendaria, mítica, superficial e, às vezes, até desdenhosa.

São, nesse território, mais de 150 milhões de hectares agricultáveis. São quase 20% dos recursos hídricos do planeta, e 30% de sua biodiversidade. É um mundo de riqueza ambiental a ser preservado, exigindo o desenvolvimento de novos conhecimentos e de novas tecnologias que permitam a coexistência pacífica da ocupação produtiva com a sustentabilidade ambiental.

O Estado do Tocantins, Estado da articulação nacional, função essa que decorre da sua localização estratégica, unindo o Norte, o Nordeste, o Centro-Oeste e o Leste brasileiro, foi criado nessa perspectiva. Nessa mesma intenção, o atual Governo do Estado do Tocantins vem construindo, com denodo e dedicação, seu projeto de desenvolvimento.

Para esperança do seu povo e do Brasil inteiro, essa perspectiva vem sendo entendida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e vem sendo apoiada pelo Governo Federal de forma decidida.

Assim é, Sr. Presidente, nobres Senadoras e Senadores, que as grandes obras que ali estão em execução e as novas obras anunciadas pelo Presidente da República em sua recente visita têm, todas elas, além de extraordinário interesse local e regional, uma inegável importância nacional.

Também essas obras, que somam as parcerias do Governo Federal, do Governo Estadual, das Prefeituras Municipais e da iniciativa privada, revelam a viabilidade de adoção de um modelo novo para o Brasil, o Brasil da cooperação e da solidariedade.

Esse novo país vem acontecendo concretamente no Estado do Tocantins, o Estado da livre iniciativa e da justiça social, frase síntese que resume a nova dimensão participativa e solidária, a nova forma de governar.

Na verdade, Sr^{as.} e Srs. Senadores, esses novos conceitos, no Tocantins, não significam apenas uma atitude ética ou uma postura de meras palavras.

No meu Estado, a solidariedade e a participação se constituem nos fundamentos de um novo modo de organizar a sociedade, de exercer o Governo, de promover a economia e o desenvolvimento, pois é por meio da solidariedade e da participação que a economia assume sua dimensão humana e o desenvolvimento então deixa de ser um processo de exclusão para se transformar em desenvolvimento humano, de acordo com o novo conceito de desenvolvimento preconizado, entre outros institutos, pelas Nações Unidas.

Citou o Presidente Fernando Henrique a construção da usina Luís Eduardo Magalhães como exemplo de cooperação entre o Poder Público e a iniciativa privada. Nessa mesma estratégia, Sua Excelência anunciou para breve a licitação que viabilizará a construção de cinco novas usinas movidas com as águas do rio Tocantins (esse novo rio da integração nacional, que me perdoem os nordestinos, com o Velho Chico).

Ao contrário da notícia, está-se pensando no futuro. Serão mais cinco milhões de quilowatts a serem injetados no sistema energético nacional, sistema esse hoje todo catalisado nas Regiões Sudeste e Nordeste, afastando, dessa maneira, a ameaça de escassez de energia que ronda o nosso País.

Complementarmente, o Ministro Rodolpho Tourinho anunciou a construção do segundo Linhão Norte-Sul – Linha de Transmissão de Energia Elétrica em Alta Tensão, que permitirá, definitivamente, a interligação dos grandes sistemas elétricos brasileiros, levando o progresso ao centro-norte do País e afastando do Sul e das regiões litorâneas a referida ameaça.

O mesmo significado de integração nacional tem a ferrovia Norte-Sul cuja continuidade de obras foi garantida pelo Presidente da República.

A Ferrovia Norte-Sul, juntamente com a Ferro-Norte, viabilizará um novo modelo de in-

fra-estrutura de transporte para o Brasil que, articulado com os modais rodoviário e fluvial, fará do Brasil realmente "um novo Brasil renascendo de dentro das entranhas de si mesmo".

Se as grandes obras em execução no meu Estado revelam o espírito de cooperação entre os vários níveis do Poder Público com a sociedade, revelam, também, e de forma absoluta, a viabilidade da integração do Estado com a iniciativa privada.

Por outro lado, que é também o mesmo lado, o lado do futuro de nossa gente brasileira, a justiça social teve sua expressão máxima, no evento, proporcionada pelos Pioneiros Mirins. Sem grande alarde, mas na mesma linha da bolsa-escola e da promoção da renda mínima familiar, no Tocantins, cerca de 30 mil crianças, entre 7 e 14 anos (algo em torno de 30% da população nessa faixa etária), recebem assistência integral por meio do Programa Pioneiros Mirins, desenvolvido pelo Governo do Estado, que tem a colaboração das 139 prefeituras.

A presença dos Pioneiros Mirins, em Palmas, e a visita do nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso à usina Luiz Eduardo Magalhães proporcionaram a todos momentos de alegria, descontração e de certeza de que estamos todos – os três níveis de Governo e a sociedade em geral – começando a trilhar o bom caminho.

Também, como gesto significativo de seu apoio à escola pública, e da vontade política de atender às expectativas e aspirações populares, na mesma visita, o Ministro da Educação anunciou o envio de mensagem ao Congresso Nacional contendo o projeto de lei que cria a Universidade Federal de Tocantins.

Tenho de agradecer aqui aos nossos nobres Pares e aos Colegas Deputados Federais pelo apoio que há muito vêm dando a essa causa, junto com o meu irmão, Senador Eduardo Siqueira Campos, e com os Senadores Leomar Quintanilha e Carlos Patrocínio. Agradeço, também, ao Senador José Roberto Arruda, Líder do Governo, que compõe conosco essa linha de combate.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. THELMA SIQUEIRA CAMPOS (PPB – TO) – Pois não, nobre Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Nobre Senadora, faço este aparte primeiramente para associar-me às manifestações de gratidão que V. Ex^a expressa a tantos quantos contribuíram para a criação da Universidade Federal do Tocantins, esse sonho marcante da valorosa gente tocantinense, sobretudo

da sua juventude. Seguramente, esta Casa, sensível aos apelos da nossa gente, haverá de votar em tempo recorde a mensagem que o Presidente Fernando Henrique Cardoso haverá de nos encaminhar. Assim, num prazo muito curto, poderemos oferecer ensino de terceiro grau ao nosso Estado, com a presença da União. Em segundo lugar, gostaria de referir-me à primeira parte do pronunciamento de V. Exª, quando fala sobre a contribuição do Tocantins para a geração de energia elétrica no País. Ora, se se mede o nível de desenvolvimento de um povo pelo volume de seu consumo, pela sua capacidade de consumir. Vemos que o Brasil hoje busca o caminho, a retomada do crescimento econômico. No entanto, depara-se com um obstáculo: a oferta de energia elétrica, insumo tão importante e necessário ao seu processo de desenvolvimento. Por essas razões, também nós, do Tocantins, nos sentimos imensamente gratificados em ver que a natureza foi extremamente generosa conosco, com nosso território. Poucas pessoas poderiam imaginar que de nosso Estado, que está encravado no coração do Brasil, pudesse surgir algo não apenas de interesse regional, mas efetivamente de interesse nacional. O Tocantins, no entanto, com a sua capacidade de geração de energia elétrica, contribuirá não só com a nossa região, mas com todo o País em um momento onde a demanda reprimida se acentua e em que se buscam todos os meios e recursos para a retomada do nosso desenvolvimento. Cumprimento V. Exª pelas colocações que traz esta tarde.

A SRA. THELMA SIQUEIRA CAMPOS (PPB – TO) – Agradeço o aparte de V. Exª, como sempre de um brilhantismo inigualável.

Senador Leomar Quintanilha, sei que V. Exª sempre foi um representante digno de nosso Tocantins e sempre teve essa postura de mostrar ao Brasil que o Tocantins é um Estado de articulação nacional. Tudo o que lá for feito será para o Brasil, para o futuro do Brasil, e não só para os tocaninenses, que, ainda por timidez, por serem novatos, neófitos na questão do Estado e de serem cidadãos tocaninenses, podem até se sentir pequenos para poder enfrentar a imensidão do nosso País, mas é lá que está o futuro. Eu costumo brincar dizendo que embaixo está a Antártida, acima estão os Estados Unidos e toda a Europa; para o norte há ainda muito caminho a ser seguido.

Continuando meu pronunciamento, quero agradecer a todos os nobres Pares que poderão ajudar-nos nesta causa, retomo o meu pronunciamento

agradecendo ao Líder do Governo, Senador José Roberto Arruda.

Desejo fazer o restante do registro dessa importante visita, em nível nacional, do Presidente Fernando Henrique. Sua Excelência, ao manifestar-se sobre aquela agenda positiva para o Brasil, que, aliás, vem sendo posta em prática no meu Estado e neste imenso Brasil novo, afirmou que o País "está surgindo das estranhas de si mesmo." Essa colocação faz-nos pensar que aquilo que ocorre nos gabinetes, nos concilia-mentos políticos, nas rodas menores da fofoca não significam o nosso Brasil verdadeiro. O Brasil clama por essa agenda positiva e esta, repito, já vem sendo posta em prática no meu Estado e neste imenso Brasil novo, que, torno a repetir com muito orgulho, é o Brasil que está surgindo das entranhas de si mesmo – uma expressão maternal, uma expressão feminina, uma expressão de humanidade. Este novo Brasil nasce no Norte e no Oeste, é um Brasil que se volta para o futuro.

Quero concluir, Sr. Presidente, chamando a atenção, mais uma vez, para aquilo que julgo o significado maior desse novo esforço e dessa nova concepção de desenvolvimento. Refiro-me aos conceitos de participação, de parceria, de cooperação e solidariedade que estão inspirando o novo Brasil. Tenho certeza de que é nessa linha, e não na da exclusão, da especulação, do egoísmo das nações ou das pessoas, que se há de promover o desenvolvimento humano e construir o Brasil da participação e da justiça social.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte, Senadora?

A SRA. THELMA SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Pois não, com muita honra, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Thelma Siqueira Campos, V. Exª mencionou que, dentre as diversas iniciativas do Governo Siqueira Campos, cerca de 30 mil crianças estão inscritas no Programa Pioneiros Mirins. É uma iniciativa no Estado de Tocantins que guarda relação com o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima e/ou Bolsa-Escola. V. Exª menciona ainda que esse projeto está por atingir os 139 Municípios do Estado de Tocantins, tendo iniciado na Capital de Palmas. Eu agradecerá se V. Exª pudesse nos informar um pouco mais sobre o mesmo. Vou fazer algumas indagações. Primeiro, se o Projeto Pioneiros Mirins resultou de lei aprovada na Assembléia Legislativa ou se ainda é uma medida de natureza administrativa resultante de decreto e/ou portaria. Por que a pergunta? Porque, se

pudermos definir como um direito estabelecido em lei o fato de a família que tenha tais características—digamos, que tenha crianças em faixa escolar, uma renda até certo nível—tenha o direito, a cidadania de receber um complemento de renda definido em forma específica, evitaremos o que ocorre hoje em algumas regiões do Brasil, onde se estabeleceu certo tipo de programa da mesma natureza, introduzido por etapas sem critérios devidamente claros, de tal maneira que famílias em igual situação, às vezes no mesmo Município ou em Municípios diferentes, recebem enquanto outras não recebem. Há alguns lugares em que se atribuiu a certas organizações a prerrogativa de decidir quais as famílias contempladas. Entretanto, por mais sérias que sejam tais como as organizações religiosas, as ONGs e assim por diante, se não estiver claro quem pode receber o benefício, sempre haverá distorções. A outra questão que gostaria de formular refere-se à vigência da Lei nº 9.533, que autoriza o Governo Federal a custear em 50% os gastos dos Municípios que adotem programas de renda mínima associados a educação. Em que medida o Estado de Tocantins e seus Municípios estão entrosando o Programa Pioneiros Mirins com essa faculdade prevista na referida Lei, ainda que por um processo gradual? Essa Lei prevê que, nos primeiros anos—1998, 1999, 2000, 2001 e 2002—apenas os Municípios de menor renda e menor receita *per capita* tenham o direito, iniciando-se pelos de menor de renda, em direção aos de maior renda, e, só a partir do quinto ano, todos os demais passam a ter esse direito. Portanto, gostaria que V. Ex^a pudesse nos relatar qual é exatamente a característica da família que tem o direito, o benefício concedido e se o Governador Siqueira Campos tem feito uma avaliação das ações que têm sido colocadas em prática para eventualmente aperfeiçoá-las, à luz da experiência própria e das demais experiências em outros Estados, Municípios e países.

A SRA. THELMA SIQUEIRA CAMPOS (PPB – TO) – Vou procurar, Senador, esclarecer o mais rápido possível como é esse Programa. Eu gostaria muito de falar sobre esse Programa da forma como ele merece, como foi criado, por que foi criado e todo o carinho que foi dedicado a ele. Esse Programa nasceu como programa de Governo, dentro do plano de Governo de 1989, do primeiro Governador eleito no Tocantins, assim que nasceu o Estado, após a Constituição Cidadã, que o criou.

Então, em 1989, logo em janeiro, sentávamos todos e discutíamos como fazer um plano de Governo na área social. Assim, ele nasceu como uma medida

administrativa e vem sendo colocado como plano de Governo, como ação governamental. E é mantido—exceto quanto tivemos uma interrupção, quando o Governo foi da Oposição, durante quatro anos. Porém, de lá para cá, o programa vem sendo mantido pela vontade política do Governo. Isso é que faz a diferença.

Eu dizia isso ao grupo musical paulista Negritude Júnior, que tem o Netinho como integrante. Ele perguntou: "Por que em outros Estados não há 30 mil crianças assim, cuidadas pelo Governo"? Eu lhe disse: "Olha, o diferencial é a vontade política de fazer".

Portanto, trata-se de um programa administrativo de Governo, dirigido às famílias que ganham menos de dois salários mínimos de renda e que têm entre seus membros deficientes ou idosos e um número grande de filhos. Esses são os parâmetros.

O programa nasceu no âmbito social do Governo. Hoje ele faz parte do programa de jornada ampliada, e as crianças recebem R\$45, sendo que R\$15 são destinados a subsidiar a alimentação para a família; e o restante vem em forma de bolsa-escola.

O programa vem-se desenvolvendo dentro do âmbito do Governo, auxiliado pelas prefeituras municipais. Ele não se socorre de nenhum outro tipo de fonte de financiamento e não se insere em nenhum outro programa federal, de outro Estado ou de outras cidades. Está no âmbito do Tocantins e está sendo avaliado, principalmente agora, na sua linha pedagógica, pela Secretaria Estadual de Educação, da qual faz parte atualmente.

Para que possamos perenizar o programa, devemos enviá-lo à Assembleia Legislativa para que seja votado como lei. Entretanto, no momento, ele faz parte da administração do Governo e atende a essas 30 mil crianças.

Tem mais: quem quiser participar do programa e não estiver enquadrado no critério de dois salários mínimos poderá participar. Se o pai puder pagar, ele concederá essa bolsa para uma outra criança que queira participar do programa e que seja pobre. Como o dinheiro do Estado é pouco, não alcança todos os necessitados. Trata-se de um programa aberto, participativo e que só conta com a vontade política do Governo para fazê-lo.

Posso dar mais esclarecimentos pessoalmente a V. Ex^a e trazer o projeto referente ao seu desenvolvimento.

O referido programa nasceu em janeiro de 1989. Nasceu porque os dois filhos da minha mãe, José Wilson Siqueira Campos Júnior e José Eduardo Siqueira

Campos – hoje, Senador -, uniformizaram-se e foram chamados de pioneiros rurais. Como viemos de São Paulo, tínhamos um poder aquisitivo um pouco maior e uma outra experiência cultural de vida, podíamos contribuir com o antigo Norte de Goiás, onde se levava 15 dias para chegar por meio da Belém/Brasília.

Em homenagem a esse esforço materno, para que seus filhos participassem da sociedade, foi criado o pioneiro rural e, posteriormente, criamos o pioneiro mirim no Estado, que hoje abriga 30.000 crianças.

Espero ter esclarecido V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Agradeço a V. Ex^a pelas informações que nos traz. Fui Colega do Governador Siqueira Campos, enquanto Deputado Federal, de 1983 a 1987, e sou testemunha da sua batalha cotidiana para que fosse criado o Estado do Tocantins. Vou acompanhar ainda mais de perto o programa sobre o qual V. Ex^a acaba de esclarecer. Muito obrigado.

A SRA. THELMA SIQUEIRA CAMPOS (PPB – TO) – Agradeço o aparte tão nobre de V. Ex^a.

Quero realmente contribuir com a causa defendida por V. Ex^a. O Brasil tem a sua voz e temos que utilizá-la para ampliarmos os horizontes das camadas mais pobres do nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra por vinte minutos ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nobre Senadora Thelma Siqueira Campos, que divide comigo e com o Senador Carlos Patrocínio a responsabilidade de representar o Estado do Tocantins nesta Casa, acaba de ressaltar a condição estratégica do Estado de efetivamente contribuir, como Estado interiorano, com a sua vocação de articular com as diversas regiões importantes do País.

Talvez não seja por outra razão que, em Tocantins, haja o encontro de três ecótipos diferentes: no nosso território, há o semi-árido, que existe no Nordeste; o Pantanal, que existe no Mato Grosso; e uma parte da floresta amazônica. Mas talvez não seja só por isso que Tocantins se propõe a ser o Estado da articulação nacional. Vemos uma imensidão da área amazônica com baixa densidade populacional. As Regiões Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste são mais populosas. É possível que o Estado do Tocantins seja o estágio preparatório, o estágio contributivo, para que a ocupação efetiva da Amazônia ocorra de

forma harmônica, para que possamos ali também experimentar um processo de desenvolvimento sustentado, oferecendo outras oportunidades para muitos brasileiros que hoje mourejam, com algumas dificuldades, em outras regiões do País.

Não é por outra razão que o Tocantins, cingido principalmente na sua região norte por duas das mais importantes bacias hidrográficas do País – o Araguaia e o Tocantins -, possa, por intermédio da geração de energia elétrica, prover não só a nossa região, mas outras regiões do País onde a demanda reprimida se mostra cada vez mais acentuada, notadamente no momento em que o Brasil se esforça para retomar o seu ritmo de crescimento. Naturalmente, o nível de consumo de energia elétrica aumenta, e a necessidade de geração se dá também nas mesmas proporções.

As nascentes do Tocantins se avizinham desta Capital, nas Águas Emendadas do Distrito Federal, e rumam em direção ao Norte. São uma alternativa viária para esse grande interior do País, uma forma de transporte de carga pesada de longa distância a custo mais baixo, permitindo que essa imensidão de área possa inserir-se no contexto comercial brasileiro. Nessa região, podem-se aportar os insumos de que necessitamos para produzir. Poderemos oferecer os nossos produtos a preços competitivos em quaisquer regiões, em quaisquer mercados, utilizando essa modal viária importante, muito utilizada em outros países. Aqui, no Brasil, só recentemente foi descoberta e, por essa razão, pela sua importância, certamente será melhor aproveitada.

Sr. Presidente, discutimos também, no Tocantins, para essa integração nacional, a importância da mudança de matriz de transportes deste País, que privilegiou, ao longo dos seus 500 anos de existência, basicamente a modal rodoviária, sabidamente o sistema de transporte mais caro.

Dessa forma, estamos desenvolvendo um esforço hercúleo e temos como prioridade número um no Estado do Tocantins a implantação da Ferrovia Norte/Sul.

Recentemente, o Ministério dos Transportes nos presta informações sobre o prosseguimento das obras da Ferrovia Norte-Sul em território tocantinense. No documento, os signatários manifestaram preocupação quanto à garantia dos recursos necessários para dar continuidade à execução do projeto.

Tal preocupação, que é compartilhada por toda a sociedade tocantinense, justifica-se pela importância que a obra representa não só para o Estado do To-

cantins, mas também para todo o País. O projeto da Ferrovia Norte-Sul deixou de ser um projeto meramente regional para ganhar contornos nacionais. A sua execução viabilizará a integração de todas as regiões brasileiras, favorecerá o desenvolvimento do Brasil Central e agregará a malha ferroviária brasileira, uma vez que funcionará como ferrovia-ponte, ligando ferrovias já existentes, como a Estrada de Ferro Carajás, a Ferrovia Centro-Atlântica, a Ferrovia Bandeirantes e a Ferrovia Sul-Atlântico.

À manifestação das lideranças políticas do Tocantins, o Ministério dos Transportes respondeu por meio da Nota Técnica nº 82/99, da Secretaria de Transportes Terrestres. Nela, são elencadas as ações já concluídas, o muito que ainda falta fazer e a previsão orçamentária para os próximos anos.

O Decreto nº 94.813, de 01/09/1987, outorgou à Empresa Valec – Engenharia, Construções e Ferrovia S.A. – a concessão da Ferrovia Norte-Sul. O objetivo do contrato de concessão é o fortalecimento da infraestrutura de transportes necessária ao escoamento da produção agropecuária e agroindustrial do cerrado setentrional brasileiro, que envolve o oeste da Bahia, o sudoeste do Piauí, o sul do Maranhão, Tocantins e parte de Goiás.

Implementada no âmbito do corredor Centro-Norte, a Ferrovia Norte-Sul fará a conexão dos Estados do Pará, Maranhão, Tocantins e Goiás com a região Centro-Sul do País. Sua missão principal é a redução do "Custo-Brasil", ao proporcionar transporte de carga de acordo com padrões internacionais de qualidade. Com extensão de 2.200 km, tem suas extremidades em Belém/PA e Goiânia/GO.

São dois ramais ferroviários:

- o ramal ferroviário norte, com 461 km de extensão, parte da região de Colinas do Tocantins e vai até a Estrada de Ferro Carajás, em Açailândia, no Maranhão;

- já o ramal ferroviário sul, com 502 km de extensão, parte da região de Porangatu, em Goiás, e interliga-se ao sistema ferroviário existente em Senador Canedo, também em Goiás.

Os ramais ferroviários terão caráter de serviço público e visarão à oferta de transporte eficiente e de baixo custo, adequado ao trânsito do produto agropecuário, energético, mineral e industrial, e para transporte em geral no eixo Araguaia-Tocantins.

A construção está prevista em onze segmentos, dois dos quais já se encontram concluídos:

- o trecho Açailândia – Imperatriz, no Maranhão, com 106 km de extensão, está em operação regular

para carga e passageiros. A operação é feita mediante convênio com a Estrada de Ferro Carajás, explorada pela Companhia Vale do Rio Doce;

- já o trecho Imperatriz – Estreito, na divisa com o Tocantins, com 120 km de extensão, está pronto, devendo ser inaugurado pelo Presidente da República nos próximos dias.

As principais características técnicas do projeto básico são:

- velocidade máxima de 80 km/h;
- bitola de 1,60 m no ramal norte e de 1 m no ramal sul;
- sistema de controle de trem de última geração;
- posicionamento das locomotivas orientado por satélite.

Na primeira fase do projeto, foram empregados recursos exclusivamente públicos.

Para a segunda fase, cujo início se deu agora em solo tocaninense, estima-se um dispêndio da ordem de US\$1,6 bilhão, com previsão de término dentro de cinco anos. Desse total de recursos, o Governo Federal arcará com cerca de US\$180 a US\$254 milhões, cabendo o restante à iniciativa privada.

Com o escopo de atrair a participação do capital privado, o Ministério dos Transportes decidiu reestruturar essa segunda fase do projeto, tendo sido já formulados os respectivos estudos técnico-econômico, financeiro e institucional, os quais receberam o acompanhamento do BNDES e de agências multilaterais de desenvolvimento.

A empresa ABN-AMRO–North America Inc., de Chicago, foi contratada para elaborar a modelagem da estrutura público-privada da Ferrovia Norte-Sul e desenvolver estudos visando à privatização da Valec no próximo ano.

Nesses estudos, que foram realizados a partir de premissas comerciais de volume e tarifa, traçou-se a modelagem financeira do projeto. O que se propõe é uma parceria público-privada que gere retorno atraente para investidores privados e, simultaneamente, minimize a participação governamental.

Os atuais fluxos de transporte de longa distância de cargas entre as Regiões Norte e Sul do Brasil atingem o patamar de 45 milhões de toneladas/ano. Esse transporte, com distância média superior a 1.500 km, é feito basicamente por carretas rodoviárias, a um custo de US\$ 0,038 a tonelada/km. A Ferrovia Norte-Sul estaria apta para absorver cerca de 30% desse mercado, o equivalente a 15 milhões de toneladas, a um custo bem menor, cerca de US\$0,022 a tonelada/km.

No momento em que trago ao plenário do Senado Federal informações sobre o projeto da Ferrovia Norte Sul, gostaria de chamar a atenção dos meus nobres Pares para a relevância desse empreendimento, que se propõe a promover uma verdadeira transformação na matriz do transporte brasileiro.

Um País como o nosso, de dimensões continentais, não pode prescindir do modal ferroviário para o transporte dos seus produtos. A concorrência cada vez mais acirrada do mercado mundial está a exigir a busca de soluções que levem ao barateamento dos custos de produção e de transporte. A redução do "Custo-Brasil" é condição básica para tornar os nossos produtos competitivos e alavancar as nossas exportações.

Está mais do que comprovada a viabilidade do projeto. O corredor Centro-Norte é uma das regiões do País com maior potencial de crescimento econômico. Tal potencialidade pode ser mensurada na área já atendida pela ferrovia. Estudos de mercado demonstram que a Norte-Sul possui um elevado fator multiplicador de renda, com capacidade de incrementar as economias locais e alcançar uma taxa de retorno econômico de cerca de 30%. A partir do sexto ano, o projeto já apresentará fluxo de caixa positivo e justificará o nível de investimentos em infra-estrutura e material rodante a partir do décimo primeiro ano, quando estará transportando um volume de cargas superior a dez milhões de toneladas.

Diante dessas considerações e vislumbrando desde logo os incontáveis benefícios que a construção da Ferrovia Norte-Sul proporcionará aos brasileiros de todas as regiões do País, conclamo a todos os Senadores que se engajem nesse projeto, identificando nele o início de uma nova era no setor de transportes. A atuação parlamentar, centrada na busca dos recursos necessários para tornar o empreendimento exeqüível, é de fundamental importância.

O Plano Plurianual da União para o período 2000/2003 prevê investimentos no valor global de R\$146 milhões, sendo R\$49 milhões para o próximo exercício. Por intermédio de emendas ao Orçamento 2000 e ao PPA, estamos procurando suplementar esses recursos, de forma a garantir a continuidade da obra.

Nessa luta, que é de todos os que trabalham pelo desenvolvimento da Nação, não nos faltará a força e a abnegação comuns aos homens públicos de visão.

Mais importante que isso, Sr. Presidente, é o exemplo do sucesso que o Tocantins está tendo na

construção da usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, a nossa mais importante obra, obra de envergadura, de custo superior a US\$1 bilhão. Muitos questionariam: "Como poderia um Estado novo e pobre ter meios e condições de fazer um investimento de tal vulto?".

Com a participação da iniciativa privada, estamos alcançando esse sucesso não só para o Tocantins, mas para o Brasil, exemplo que pretendemos repetir na construção da Ferrovia Norte-Sul, também de interesse nacional, com a participação da iniciativa privada, para que possamos, efetivamente, fazer com que este País encontre os trilhos da prosperidade e do desenvolvimento.

Era o que gostaria de registrar nesta tarde, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Por permuta com o Senador Moreira Mendes, concedo a palavra, por vinte minutos, à Senadora Luzia Toledo.

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho, mais uma vez, ocupar a tribuna do Senado para fazer um pronunciamento diferenciado, dentre tantos que aqui proferi.

Não vou, neste momento, defender causas nobres, nem discutir ações políticas para o nosso País. Dirijo-me a V. Ex^a, Sr. Presidente, e aos meus nobres Colegas, para aqui deixar minhas palavras de despedida.

Deixo esta Casa para retornar ao meu Estado, onde darei continuidade ao meu trabalho pela melhoria da qualidade de vida do povo capixaba.

Ali darei às mãos ao Governador José Ignácio Ferreira, para, juntos, associarmos-nos à concretização de suas metas de Governo e de seus projetos, que se têm transformado em ações positivas para o conjunto da nossa sociedade.

Quero, aqui, inicialmente, saudar o Senador Ricardo Santos, que assume a sua cadeira nesta Casa. Homem reconhecido em nosso Estado por sua competência em planejar o futuro, o Senador Ricardo Santos se destaca também, hoje, como um homem que honra compromissos políticos.

Tenho certeza de que ele, amanhã, ao ocupar esta cadeira, será um parceiro desta Casa e muito contribuirá para o aprimoramento, ainda maior, de seus trabalhos.

Saúdo o amigo Senador Sérgio Machado, Líder do meu Partido e companheiro de todas as horas.

Agradeço ainda, de forma especial, a visita que fez ao Espírito Santo, atendendo a meu convite, na qualidade de Relator do Projeto de Reforma Política, proferindo, naquela ocasião, memorável palestra para empresários e formadores de opinião, além da família tucana.

Não posso deixar de agradecer e elogiar a amizade e o trabalho dos Senadores Gerson Camata – a quem chamo carinhosamente de “campeão” – e Paulo Hartung, político de grandes realizações.

Aos Deputados Federais do Estado do Espírito Santo, meu agradecimento pelo convívio solidário e amigo, na tarefa comum da defesa dos interesses da nossa terra.

São V. Ex^{as} exemplo político a ser seguido, pois é por meio de homens públicos desse quilate que o Espírito Santo vem crescendo e se tornando referência para o Brasil como Estado com excelente qualidade de vida.

Quero agradecer aos Senadores Arlindo Porto, Geraldo Cândido e Mauro Miranda, que visitaram nosso Estado como membros da Subcomissão de Infra-estrutura e que, dando um exemplo de democracia, realizaram uma audiência pública na Assembleia Legislativa sobre a poluição atmosférica da grande Vitória. Esse requerimento foi feito pelo nobre Senador Gerson Camata. Meu agradecimento sincero em nome de todos os capixabas que participaram daquela discussão e que acreditam no resultado daquele trabalho.

Agradeço também ao Senador Teotônio Vilela Filho, Presidente Nacional do PSDB, que, ao decidir visitar os Estados brasileiros, levando o apoio do PSDB nacional, iniciou sua jornada pelo Estado do Espírito Santo, atendendo à sugestão por mim formulada.

Quero registrar nos Anais desta Casa, Sr. Presidente, a brilhante experiência de participar dos trabalhos no Senado Federal. Aqui estive, por quase dois anos, como primeira Senadora do PSDB e a primeira do Estado do Espírito Santo. Aqui convivi com as mentes mais brilhantes de nossa República. O Senado foi, para mim, um grande mestre, e devo à convivência de V. Ex^{as} grande parte deste aprendizado.

O relacionamento de trabalho com ex-Presidentes, ex-Ministros, ex-Governadores, Senadores, além das laboriosas reuniões com os mais altos escalões do Governo, proporcionou-me um enriquecedora experiência e solidificou ainda mais a certeza que sempre acalantei no meu âmago: o trabalho é a chave que abre todas as portas.

Não me furtei, nesta Casa, aos meus deveres para com a Nação. Participei ativamente de Comissões técnicas. Apresentei 57 projetos de lei, duas emendas constitucionais, dois requerimentos e uma indicação, além de ter ocupado a tribuna por 32 vezes.

Dentre os meus projetos, destaco o que permite a utilização do Fundo de Garantia – FGTS – para a quitação de prestações em atraso nos financiamentos habitacionais e para o pagamento de encargos educacionais decorrentes do curso universitário de graduação; o que prevê a alteração do Decreto-lei nº 1.191, de 27/10/71, que “dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo”; o que redefine o conceito de terreno de marinha (Decreto-lei nº 9.760, de 05/09/46); o que cria o Fundo de Apoio à Microempresa; o que estabelece a criação da Escola Agrotécnica Federal de Mimoso do Sul; o que busca o ressarcimento ao Estado pela indústria do fumo dos custos de tratamento das doenças provenientes do tabagismo; e o que possibilita o acesso gratuito dos idosos às salas de cinema, de segunda à sexta-feira.

Fui solidária com companheiros que, injustamente, tornaram-se alvo de afirmações mentirosas, pois sou leal, e não é da minha índole compactuar com atitudes, a serviço de interesses escusos, que denigram a imagem de homens de bem.

Participei ativamente das reuniões da Bancada Feminina, pois acredito que são as mulheres as melhores defensoras das causas sociais, incluindo-se aí, de maneira especial, a saúde da mulher, a família, a infância e a adolescência.

Sei que a Bancada Feminina faz a diferença nesta Casa e também no Congresso Nacional, apesar de sermos muito poucas.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB – ES) – Concedo o aparte a V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senadora Luzia Toledo, pelo lustrar incansável desse tempo de convivência com V. Ex^a no Senado da República, comungando os mesmos ideais, os mesmos anseios – V. Ex^a na defesa intransigente dos interesses do seu Estado, e eu na defesa dos interesses do meu Mato Grosso do Sul; sou seu vizinho de cadeira, de assento –, aprendi a admirá-la e a respeitá-la pelos predicados que toda a Casa reconhece em V. Ex^a: predicados da lealdade, da honestidade, da dignidade, da abnegação, da assiduidade, do compa-

nheirismo, da maneira afável com que V. Ex^a sempre distinguiu os seus Colegas do Senado da República e este Senador, particularmente. Uma despedida é sempre algo que machuca um pouco, é sempre algo que compunge os corações. No instante em que V. Ex^a se despede do Senado da República, fazendo um retrospecto dos seus trabalhos, quero registrar nos Anais desta Casa o meu apreço, a minha solidariedade, o meu respeito, a minha grande admiração por V. Ex^a. O Espírito Santo foi muito honrado com o trabalho que V. Ex^a desenvolveu aqui não só em favor do seu Estado, como em favor da nossa Pátria. Ouço esse discurso de V. Ex^a com muita emoção, porque nos tornamos amigos e, às vezes, até mesmo falando como "vizinhos", pude sentir o que V. Ex^a tem dentro do seu coração. Com a inteligência e com a razão, V. Ex^a descortinou seus argumentos; com o coração V. Ex^a considerou o povo brasileiro e, em particular, o povo capixaba.

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet, pelas suas palavras. V. Ex^a preside o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal e presidiu a CPI do Judiciário, da qual participei como membro integrante. O seu aparte é muito bem-vindo e muito contribui para o meu discurso. V. Ex^a realmente é um desses raros homens públicos que fazem da vida política um sacerdócio. Muito obrigada pelo aparte e pelas palavras com que se refere ao meu jornal, em que faço realmente um balanço da minha passagem pelo Senado. A vida é uma passagem. Passei por aqui, e foi uma experiência enriquecedora.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Luzia Toledo, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB – ES) – Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Luzia Toledo, sou cristão e professo a minha religião com muita fé. Acredito em Deus e na Santíssima Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo. Sei que Ele a iluminou durante sua passagem nesta Casa e tenho certeza absoluta de que continuará a iluminá-la em sua trajetória política. Hoje, pela manhã, eu a vi, com aquele ardor, com aquela vibração, vestida de vermelho, mostrando a força interior com que exerce suas atividades. Acompanho as suas discussões, o seu trabalho na Presidência da Comissão de Educação e também os projetos de grande valor que tem apresentado, voltados principalmente para o lado social, para as crianças, para as escolas, sempre

com o objetivo de melhorar a vida do brasileiro. Hoje, V. Ex^a está vestida de branco, trazendo a paz e a harmonia, mostrando aquele vigor pelo bem, cuja demonstração é permanente com seus colegas desta Casa e com os funcionários. Às vezes, em conversa com os funcionários, observamos que eles têm sempre palavras elogiosas com relação a alguns Senadores e Senadoras, pelo respeito com que são tratados, e V. Ex^a é uma dessas pessoas. V. Ex^a pertence não apenas à bancada feminina, mas também à bancada dos bons Senadores. V. Ex^a tem demonstrado isso. O Senador Ramez Tebet disse que é triste a despedida, mas, para mim, esta não tem lenço branco. Sentiremos saudades, mas não perderemos a oportunidade de ver o seu trabalho registrado pela imprensa. Poderemos também telefonar, de vez em quando, para saber o que está acontecendo. Quem sabe, pegarmos um avião e irmos a Vitória, a fim de cumprimentá-la pelas êxitos que, sem dúvida, ocorrerão em sua caminhada política. Que Deus continue a protegê-la! Tenho certeza de que o seu sucesso será irreversível, por toda a bondade que espelha naquilo que apresenta neste Congresso.

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB – ES) – Senador Romeu Tuma, agradeço a V. Ex^a pelo aparte, agradeço suas palavras, com as quais comungo. Como sempre disse, venho de um lar muito pobre, sou filha de lavradores, e troquei de família aos seis anos de idade. A história de minha vida é diferenciada – tenho certeza disso – pelas bênçãos que recebi de Deus. Nasci em uma família muito boa, com a qual me relaciono até hoje, mas foi a minha segunda família que me deu condições para que eu chegasse onde cheguei. O que consegui foi fruto de muita determinação e de muita fé em Deus. Agradeço as palavras de V. Ex^a, Senador Romeu Tuma. Eu já respeitava e admirava V. Ex^a antes desta convivência aqui no Senado, sentimento que se tornou mais evidente com a convivência amiga e solidária no dia-a-dia de trabalho.

Muito obrigada, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Sérgio Machado (PSDB – CE) – Senadora Luzia Toledo, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB – ES) – Concedo o aparte ao Senador Sérgio Machado, Líder do meu Partido.

O Sr. Sérgio Machado (PSDB – CE) – Cara Senadora Luzia Toledo, foi uma satisfação muito grande conviver com V. Ex^a nesse período. V. Ex^a é

uma pessoa muito especial, pela garra e pela coragem que tem demonstrado em sua luta. O seu caminho não é feito apenas de esperanças, mas, sobretudo, de desafios. V. Exª é aquele tipo de pessoa que não fala, faz! Sabe cultivar as amizades, com esse seu jeito de falar, de manifestar suas opiniões. Participou ativamente da nossa Bancada, sempre discutindo com interesse as questões relativas ao Estado do Espírito Santo e ao Brasil. Sempre soube discernir o individual do coletivo, priorizando, todavia, o aspecto coletivo. Foi uma satisfação muito grande tê-la integrando a nossa Bancada, que tenho o privilégio de liderar. Hoje, V. Exª está dizendo um até breve ao Senado: retorna ao seu Estado para enfrentar um novo e grande desafio. Tenho certeza de que o Estado do Espírito Santo ganhará muito com a sua presença, com a sua luta. A nossa amizade se tornará cada vez mais profunda e a admiração que tenho por V. Exª será cada vez maior. V. Exª deixa aqui 80 amigos, e, embora não esteja exercendo seu mandato, a amizade continuará a mesma. Continuaremos ao seu lado em suas batalhas. Tenho certeza de que a minha manifestação representa o pensamento de toda a Bancada tucana, na qual V. Exª conseguiu ser unanimidade – era a nossa única representante feminina –, com uma participação sempre ativa, muito leal e amiga, instigando-nos a grandes debates, apresentando soluções para os problemas que surgiam, sempre lutando ao nosso lado. V. Exª foi uma companheira exemplar. Essa é a lembrança que V. Exª deixa no Senado e que estará sempre presente em nossas lutas. Vá em frente e continue sendo aquela guerreira que luta com paixão, Senadora Luzia Toledo! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência apela aos Srs. Senadores para que sejam breves em seus apartes, considerando que o tempo da oradora está quase esgotado. Ninguém vai impedir as manifestações dos Srs. Senadores, mas faço este apelo tendo em vista que, na Ordem do Dia, constam matérias que necessitam de votação nominal.

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB – ES) – Sr. Presidente, vou concluir o meu discurso. Em seguida, concederei os apartes aos Srs. Senadores que os solicitaram.

Antes, quero dizer ao Senador Sérgio Machado que esse período de convivência junto à Bancada do PSDB, sob a liderança de S. Exª, foi bastante proveitoso. Aprendi muito. Quando S. Exª visitou o meu Estado – fato a que já me referi hoje, em meu discurso

– e proferiu aquela palestra para os nossos empresários, para os nossos formadores de opinião e para a nossa família tucana, o meu conceito em relação a S. Exª cresceu: levo de S. Exª a imagem de um político sério, competente e, mais do que isso, solidário. É muito importante ser solidário com os companheiros. Desse modo, na essência da palavra, V. Exª é um verdadeiro líder, Senador Sérgio Machado. Agradeço as suas palavras.

Aproveito a oportunidade para dizer que o Estado do Espírito Santo está de portas abertas para receber todos os Senadores desta Casa. Espero que V. Exª, Senador Sérgio Machado, continue a nos visitar como amigo, porque é dessa forma que o receberemos.

Retomo a leitura do meu pronunciamento:

Por intermédio de minha luta por uma participação igualitária no poder, fui convidada pelo Governo de Portugal para, em visita àquela nação, defender o sistema de cotas partidárias, hoje vigente em nosso País.

É necessário que a mulher rompa o estigma da política sem qualidade. Urge que ações positivas sejam realizadas para criar um incentivo maior àquelas que labutam em uma dupla jornada de trabalho.

Sabemos que, quando uma mulher abraça uma causa, ela se doa por inteiro e faz de sua luta um objetivo de vida. Prova maior dessa afirmação são as valorosas Senadoras e Deputadas Federais integrantes do Congresso Nacional.

Não posso aqui me esquecer da ala feminina anônima, que participa em suas comunidades, exerce sua liderança, buscando a eleição de candidatos nos quais acredita e confia; das mulheres chefes de família, hoje grande parcela da nossa sociedade, que, enfrentando discriminações e dificuldades, seguem seus rumos, vencendo desafios e mostrando sua capacidade de fazer florescer uma família; das mulheres trabalhadoras, que deixam cedo seus lares em busca de complementação da renda familiar para melhor sustentar seus filhos.

Enfim, quero lembrar todas as mulheres, que vêm ocupando seu espaço na sociedade, abrindo-se como se abrem as rosas, para mostrar seu valor profissional e familiar. A essas guerreiras femininas, a minha admiração, pela coragem e determinação de construir um mundo melhor.

Registro também o trabalho da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica – ABMCJ, entidade que tenho a honra de presidir em meu Estado. A ABMCJ vem, entre tantas ações, prestando assistência jurídica a mulheres carentes, portanto, à fa-

mília, em vários Estados brasileiros, mostrando que, por meio da união e da solidariedade, faz-se justiça.

Não posso deixar, Sr. Presidente, de citar os Prefeitos do meu Estado. Fui, durante o exercício de meu mandato, uma porta aberta para todos aqueles que me procuraram. Visitamos Ministros e Secretários em busca da tão necessária verba, que se materializa, em cada cidade, em benefícios à população. Registro, ainda, que, em todas as peregrinações, tive apoio do Secretário de Representação do Governo do Estado do Espírito Santo em Brasília, Dr. Nilton Andrade. Orgulha-me muito cada real recebido e aplicado em saneamento básico, educação, saúde e segurança e em tantas áreas carentes dos nossos Municípios.

Desejo, neste momento, Sr. Presidente, fazer um agradecimento especial a um amigo também especial, o Governador José Ignácio Ferreira. Busquei exercer meu mandato tendo como espelho sua atuação nesta Casa. E tenho certeza de que cumpri a meta por mim estabelecida: a de ajudar o meu Estado e ser uma colaboradora efetiva nos momentos em que fui solicitada.

Quero deixar uma mensagem ao Presidente Antonio Carlos Magalhães. Ter trabalhado sob a presidência de S. Ex^a foi muito importante. Pude, ao longo desses meses, conhecer um pouco da personalidade de S. Ex^a e, vislumbrando-a, passei a nutrir uma admiração ainda maior por sua pessoa. Acredito em homens determinados, na fortaleza do caráter e na capacidade de transformar sonhos em realidades. O Presidente Antonio Carlos Magalhães é uma dessas raras pessoas que fazem de sua vida pública um sacerdócio. E S. Ex^a o faz com sabedoria e competência.

Peço, agora, licença aos meus ilustres Pares para agradecer, de forma carinhosa, ao grupo político que me apóia em meu Estado, que se fez presente em todas as horas, incluindo-se as madrugadas, ministrando seus ensinamentos, doando sua amizade e sendo uma grande fonte de incentivo nos momentos difíceis.

Deixo o meu abraço especial para cada funcionário do Senado Federal, trabalhadores anônimos que nos dão sustentação para o exercício de nossas funções.

À minha equipe de trabalho, o meu carinho, o meu muito obrigada! Por intermédio deles, busquei realizar quatro anos em dezessete meses.

Ao povo capixaba, o meu abraço afetuoso, o meu agradecimento por tantas sugestões, e-mails, te-

lefonemas, abraços, acenos, sorrisos e pelo carinho que permeou e vem permeando as nossas relações.

Sei que aqui aprendi muito. E espero, dentro da minha humildade, ter representado, mesmo que em uma ínfima parte, algo de bom para V. Ex^{as}, seja por minhas ações, por meu trabalho ou por minha amizade.

Deixo aqui bons amigos e é para eles que afirmo que sou uma "construtora de pontes". Elas estão erguidas e firmes. Elos vivos que unem idéias, ações e sentimentos.

Dedico todo o meu trabalho exercido nesta Casa a dois segmentos: à família, primeiramente – já que tive o privilégio de ter duas –; e a todos os integrantes da terceira idade ou melhor idade, geração que amo por seus ensinamentos, sua rica experiência, seus sonhos construídos e, ainda, seu fôlego para lutar por uma velhice mais respeitosa e, portanto, mais justa.

Quero ouvir, agora, com muito prazer, os apertados, começando pela Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência solicita aos Srs. Senadores que restrinjam os apertados a um minuto no máximo, para que possamos dar início à Ordem do Dia.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senadora Luzia Toledo, despedir-se em um minuto, após uma convivência de muito tempo, sempre é extremamente complicado, mas, para respeitar o Regimento e possibilitar que todos os Senadores façam apertados, serei breve. Falo em meu nome, em nome de todos os companheiros do Bloco PT e PDT e, com certeza, em nome da Bancada feminina não apenas do Senado, mas do Congresso Nacional, que tantas vezes ocupou a casa de V. Ex^a nas intermináveis, valorosas e produtivas reuniões para defender os interesses das mulheres espalhadas por esta nossa gigantesca e maravilhosa Nação brasileira. Em muitos momentos, estivemos, de fato, defendendo posições contrárias, fazendo disputas políticas, com veemência ou não, em campos opostos, mas não poderia deixar de dar meu abraço fraterno e solidário à querida companheira de caminhada em defesa das mulheres deste País. V. Ex^a está saindo, mas certamente ficará como parte de nossos corações na Bancada feminina do Congresso Nacional.

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB – ES) – Agradeço seu aparte, nobre Senadora Heloísa Helena. Nesta Casa, todas as Senadoras são muito competentes, mas levo de V. Ex^a a impressão da mulher guerreira – e V. Ex^a realmente o é para o Brasil inteiro.

orvalho que caiu sobre todos nós nesta Casa. Parabéns e muita sorte, Senadora e Secretária!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Peço a V. Exª que considere o aparte de todos os Colegas. Nós já passamos 35 minutos da Hora do Expediente, graças ao prestígio de V. Exª nesta Casa e ao seu eficiente trabalho. Acredito que, dizendo essas palavras, estou falando em nome de todos os que queriam apartear a e, ao mesmo tempo, felicitando o Espírito Santo por ter tido uma Senadora do seu valor.

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª tem a palavra.

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – Se V. Exª pudesse abrir apenas uma exceção para um representante do Espírito Santo, eu ficaria muito feliz. Posso, inclusive, ser muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência concorda com V. Exª

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB – ES) – Ouço o aparte do Senador Paulo Hartung.

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – Senadora Luzia Toledo, neste momento importante da vida pessoal e política de V. Exª, quero trazer a minha saudação e o meu abraço. Cheguei um pouco atrasado a esta sessão, porque queria trazer uma surpresa agradável para V. Exª. Fiz questão de buscar no aeroporto o Prefeito de Vitória, Luiz Paulo, com quem V. Exª foi eleita Vice-Prefeita de Vitória, para que ele aqui estivesse neste momento muito importante da vida e da trajetória de V. Exª. Deixo o meu abraço particular a você – nem vou dizer V. Exª, porque é uma amiga – e o meu desejo de muito sucesso nessa nova tarefa no Espírito Santo. Quero, ao mesmo tempo, saudar o nosso ex-Secretário de Planejamento, o nosso professor na Escola de Economia, Dr. Ricardo Santos, que está chegando a esta Casa, desejando-lhe que desenvolva um bom trabalho em nome do Espírito Santo e em nome do Brasil. Muito obrigado.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Permitte-me V. Exª um aparte?

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB – ES) – Ouço o aparte de V. Exª.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Nobre Senadora Luzia Toledo, a distância não separa as pessoas. Vossa Excelência está regressando para mais

perto de seu povo, o bravo povo capixaba, deixando para nós outros, seus colegas Senadores da República, a sua imensa empatia, o seu talento, o seu espírito público, o seu exemplo de como deve proceder, trabalhar, ser, um Senador da República. Somos muito gratos à sua amizade pessoal. Somos muito gratos à solidariedade no trabalho que nos une a todos. Mas somos muito gratos, sobretudo, ao seu companheirismo no trabalho de todos os dias; aqui no Plenário, onde sua palavra sempre teve o acatamento geral; nas comissões técnicas, onde seu trabalho foi permanente, talentoso, orientado pelo espírito público que haverá de iluminá-la nas novas tarefas para o exercício das quais o seu povo, pelo seu governo, a convoca. Obrigado pela sua amizade e pelo seu exemplo.

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB – ES) – Muito obrigada por suas palavras, nobre Senador Agnelo Alves.

O Sr. Teotônio Vilela Filho (PSDB – AL) – V. Exª me concede um aparte?

A SRA. SENADORA LUZIA TOLEDO (PSDB – ES) – Com prazer, ouço V. Exª

O Sr. Teotônio Vilela Filho (PSDB – AL) – Os Srs. Senadores que me antecederam traduziram uma unanimidade no respeito, carinho, admiração e afeto, enfim, todos os bons sentimentos que lhe dedica todo o Senado da República. O meu testemunho é só mais um entre tantos, mas não posso deixar de registrá-lo. Desde o primeiro momento em que a conheci, percebi que estava diante de uma valorosa e aguerrida companheira. Na Executiva Nacional do nosso Partido, onde tem destacada atuação, sua contribuição sempre gerou expectativa pelo brilhantismo com que costuma expor suas idéias, úteis e inovadoras. No tratamento sincero e afável que dispensa a todos, está embutido invariavelmente aquele carinho que só as mulheres têm capacidade de doar. Lembro-me com muita nitidez de uma dessas suas atitudes carinhosas, brindando-nos com aquela deliciosa goiabada, lá de Mimoso do Sul. Um fato singelo mas muito significativo para todos nós. Por tudo isto é que não consigo disfarçar meu sentimento de perda ao vê-la se despedir desta Casa, ao mesmo tempo me regozijo com a perspectiva de vê-la brilhar na nova função que estará assumindo no Governo do meu dileto amigo e companheiro José Ignácio. Esta Casa perde uma grande Senadora e o Estado do Espírito ganha certamente uma Secretária de Turismo que vai impulsionar e

alavancar essa importante atividade econômica capixaba.

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB – ES) – Muito obrigada por suas palavras, nobre Senador Teotônio Vilela Filho.

Sr. Presidente, gostaria de um minuto para encerrar meu pronunciamento. Quero agradecer aos Senadores que não puderam me apartear: o Líder do Governo nesta Casa, Senador José Roberto Arruda, o Senador Agnelo Alves, o Senador Artur da Távola, a Senadora Emilia Fernandes, o Senador Carlos Patrocínio e a tantos outros que tentaram me apartear, mas não conseguiram.

Sr. Presidente, falei sobre o quanto a personalidade de V. Exª foi importante para o meu crescimento nesta Casa. Fiquei feliz porque V. Exª chegou antes de eu terminar o meu discurso, para que eu possa dizer-lhe, olhando-o nos olhos, que foi muito importante conviver com uma personalidade determinada e séria, uma personalidade que todo este País respeita, mesmo os seus adversários na política, exatamente pelo que V. Exª representa.

Agradeço a todos os Srs. Senadores que deram o seu depoimento para o meu jornal, que foi muito importante para mostrar a minha trajetória no Senado Federal.

Agradeço, ainda, ao Senador Moreira Mendes, que ontem cedeu seu tempo para o Presidente e hoje o cedeu para mim. Isso mostra fidalguia, coleguismo e a pessoa solidária que é S. Exª. Quero agradecer a V. Exª de público, Senador, porque foi muito importante o seu tempo para mim hoje, nesta tribuna.

Desejo agradecer a todos os capixabas que estão aqui, aos prefeitos, aos meus companheiros, Secretários de Estado, minha equipe de trabalho, todos que estão aqui. Estou muito emocionada pelo carinho do povo capixaba, que é um povo bom, laborioso e sério.

Quero agradecer ao Prefeito Luís Paulo, que saiu de Vitória, assim como a todos que aqui vieram. Luís Paulo foi meu companheiro por dois anos na Prefeitura de Vitória, onde fizemos um trabalho bom, cuja continuidade, tenho certeza, se dará por mais quatro anos.

Finalmente, Sr. Presidente, hoje fui surpreendida com uma homenagem: uma reportagem, cujo título quero ler desta tribuna: "Senadora Luzia Toledo, o Espírito Santo a recebe de braços abertos." Essa é a prova de que quando se trabalha com seriedade, competência e respeito recebemos do povo a mesma

resposta. Foram os meus amigos que me prestaram essa homenagem; é o povo capixaba falando.

Saio deste Senado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, compensada. Senador Ricardo Santos, tenho certeza de que esta Casa o acolherá como merece: com amor, carinho, trabalho e, mais do que isso, com o compromisso com esta Nação. E foi o que fizemos aqui em nome do Estado do Espírito Santo.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela benevolência do tempo que, tenho certeza, transgredi, mas assim o fiz porque estou indo embora. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Quero apenas dizer que V. Exª cometeu apenas um equívoco no seu discurso: V. Exª veio para o Espírito Santo, mas continua aqui, porque a porta do Senado estará sempre aberta para V. Exª, para ouvi-la, para ter o prazer da sua convivência e sobretudo a admiração de todos, que foi manifestada claramente com os aplausos à sua atuação, ao seu discurso e sobretudo à figura humana que é V. Exª, essa Senadora querida do Espírito Santo e do Brasil.

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB – ES) – Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Luzia Toledo, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

Durante o discurso da Sra. Luzia Toledo, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, e Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2000

Dispõe sobre a devolução do adiantamento da remuneração das férias acrescentando novo parágrafo ao Art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

O Art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º renumerando-se o atual parágrafo único para § 2º:

"Art. 145....."

.....

§ 1º A antecipação da remuneração das férias de que trata o **caput** deste artigo será devolvido ao empregador nos meses imediatamente subsequentes ao do gozo das férias, em dez parcelas, mensais e consecutivas, não incidindo sobre elas quaisquer juros ou outras remunerações direta ou indiretamente referidas à antecipação pecuniária.

§ 2º....."

Art. 2 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Justificação

Na última Legislatura apresentamos projeto de idêntico teor. Como não chegou a ser apreciado pelo Plenário, a Casa o arquivou. Tendo em vista o seu alcance social, decidimos reapresentá-lo.

Como se sabe, a antecipação do pagamento da remuneração das férias representa um instrumento que propicia os meios econômicos necessários para que os trabalhadores possam desfrutar de suas férias.

A despeito de sua importância, o fato é que o ressarcimento dessa antecipação no mês imediatamente posterior ao do gozo das férias vem acarretando sérias dificuldades financeiras ao trabalhador.

Não se pode ignorar que os padrões salariais vigentes na economia brasileira são ainda bastante reduzidos, não comportando o conteúdo o financiamento das imprescindíveis férias do trabalhador. A antecipação tenderia a minorar este problema. Todavia, a maneira como atualmente, se encontra equacionada, representa uma dificuldade adicional ao trabalhador para que desfrute plenamente seu direito ao lazer.

É com o objetivo efetivar a esse benefício previsto pela própria Consolidação das Leis do Trabalho – CLT que propomos que o ressarcimento da antecipação remuneratória à empresa se dê em dez parcelas mensais, sem que, sobre elas, incida qualquer modalidade de encargo financeiro.

Ademais, estamos convencidos de que, em conformidade ao cronograma de férias do trabalhador, distribuído ao longo do exercício financeiro, esse benefício não trará implicações econômico-financeiras desfavoráveis à empresa.

Por se tratar de matéria de expressiva relevância social, esperamos contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação do projeto que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2000. –
Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal

LEGISLAÇÃO CITADA

**DECRETO-LEI Nº 5.452,
DE 12 DE MAIO DE 1943**

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....

Art. 143. E facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.

§ 1º O abono de férias deverá ser requerido até 15 (quinze) dias antes do término do período aquisitivo.

§ 2º Tratando-se de férias coletivas, a conversão a que se refere este artigo deverá ser objeto de acordo coletivo entre o empregador e o sindicato representativo da respectiva categoria profissional, independentemente de requerimento individual a concessão do abono.

.....

Art. 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o abono referido no art. 143, serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

Parágrafo único. O empregado dará quitação do pagamento, com indicação do início e do termo das férias.

.....

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 159, DE 2000**

Dá nova redação ao § 5º, e acrescenta parágrafos ao art. 39 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 39 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39.....

§ 1º

§ 2º

§ 3º

§ 4º

§ 5º Constitui crime eleitoral a divulgação de qualquer espécie de propaganda política na data da eleição, mediante publicações, faixas, **outdoors**, cartazes, díscos em vestuários, postos de distribuição ou entrega de material e qualquer forma de aliciamento, coação, ou manifestação tendente a influir, coercitivamente, na vontade do eleitor, junto às seções eleitorais ou vias públicas de acesso às mesmas, bem como o uso de auto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comícios ou carreatas.

§ 6º O eleitor que infringir a norma estabelecida no parágrafo anterior ficará sujeito à multa no valor de cinco mil a vinte mil Ufirs, ou pena alternativa de prestação de serviços à comunidade.

§ 7º Aplicar-se-á a pena de cassação do registro se o responsável pela infração prevista no § 5º deste artigo for candidato a cargo eletivo".

Justificação

O Código Eleitoral brasileiro prescreve, em seu art. 248, que "ninguém poderá impedir a propaganda eleitoral, nem utilizar, alterar ou perturbar os meios lícitos nela empregados".

Assim, a proteção aqui visada pelo legislador ordinário baseia-se num dos postulados básicos de nossa ordem constitucional, que vem a ser a liberdade de expressão.

No entanto, para que tal liberdade de expressão seja praticada de forma cristalina e limpa, em consonância com os princípios éticos que devem reger o processo político, pensamos necessária uma disciplina, emanada da lei, no sentido de coibir qualquer abuso, sempre nocivo ao exercício da democracia. Esse abuso, infelizmente, tem-se verificado a cada pleito, mediante o uso de um artifício que na prática

representa um grande instrumento para compra de votos em massa: a chamada boca de urna.

A boca de urna é a artimanha mais utilizada pelos candidatos, principalmente os de maior poder aquisitivo, para disfarçar a efetiva e vergonhosa compra de votos, sob a capa de propaganda "voluntária" de eleitores em favor de candidatos a cargos eletivos. Para participar de uma regimentação de boca de urna, basta que o candidato ou o partido político ofereça ao eleitor um kit contendo camisetas, bonés e para identificação do "trabalho", e posterior recebimento em dinheiro, sob promessa de voto certo candidato que fez a doação do material.

Tal prática, aparentemente sem maldade, verdade acaba por acarretar a realização de um pleito em condições de desigualdade, fraudulento, contribuindo para burlar o resultado da eleição através de uma compra de votos escancarada, em prejuízo dos candidatos menos afortunados.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2000. – Senador Antônio Carlos Valadares – José Agripino

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições

Art. 39. A realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto ou fechado, não depende de licença da polícia.

§ 1º O candidato, partido ou coligação promotora do ato fará a devida comunicação à autoridade policial em, no mínimo, vinte e quatro horas antes de sua realização, a fim de que esta seja garantida, segundo a prioridade do aviso, o direito contra quem tencione usar o local no mesmo dia e horário.

§ 2º A autoridade policial tomará as providências necessárias à garantia da realização do ato e funcionamento do tráfego e dos serviços públicos que o evento possa afetar.

§ 3º O funcionamento de alto-falantes ou amplificadores de som, ressalvada a hipótese contemplada no parágrafo seguinte, somente é permitida entre as oito e as vinte e duas horas, sendo vedada a instalação e o uso daqueles equipamentos a distância inferior a duzentos metros:

I – das sedes dos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, das sedes dos Tribunais Judiciais, e dos quartéis e outros estabelecimentos militares;

II – dos hospitais e casas de saúde;

III – das escolas, bibliotecas públicas, igrejas e teatros, quando em funcionamento.

§ 4º A realização de comícios é permitida no horário compreendido entre as oito e as vinte e quatro horas.

§ 5º Constituem crimes, no dia da eleição, puníveis com detenção, de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de cinco mil a quinze mil UFIR:

I – o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata;

II – a distribuição de material de propaganda política, inclusive volantes e outros impressos, ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor.

CÓDIGO ELEITORAL

LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965

Institui o Código Eleitoral

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da **Proposta de Emenda à**

Constituição nº 66, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mauro Miranda, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste, tendo

Parecer favorável, sob nº 300, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

A Presidência esclarece ao Plenário que transcorre hoje a terceira e última sessão de discussão em segundo turno.

Esclarece ainda que poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem quera fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, o PFL vota "sim".

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – O PPB vota "sim", Sr. Presidente.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – O Bloco vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – O PPS vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – O PSB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – O PMDB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – O PSDB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Peço aos Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa, para virem ao plenário, pois haverá votação nominal. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 1999 (EM 2º TURNO)

ALTERA O ART. 42 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Nº Sessão: 1

Nº vot.: 1

Data Início: 31/05/2000

Hora Início: 16:23:20

Sessão Data: 31/05/2000

Hora: 14:30

Data Fim: 31/05/2000

Hora Fim: 16:29:17

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RN	AGNELO ALVES	SIM	PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM	PSB	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	PSDB	RR	ROMÉRO JUCÁ	SIM
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	SIM	PFL	SP	ROMÉU TUMA	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM	BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM	PSDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM
PFL	TO	CARLOS PATROCÍNIO	SIM	PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM	PPB	TO	THELMA SIQUEIRA CAMPOS	SIM
PTB	PE	CLODOALDO TORRES	SIM	BLOCO	AC	TIÃO VIANA	SIM
PFL	BA	DJALMA BESSA	SIM	PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
BLOCO	SP	EDUARDO SUPLEY	SIM				
BLOCO	RS	EMÍLIA FERNANDES	SIM				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM				
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	SIM				
BLOCO	RJ	GERALDO CÂNDIDO	NÃO				
PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM				
BLOCO	AL	HELOISA HELENA	SIM				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	SIM				
BLOCO	AM	JEFFERSON PERES	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PMDB	MG	JOSÉ ALENCAR	SIM				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	SIM				
PMDB	RS	JOSÉ FOGACA	SIM				
PFL	PE	JOSE JORGE	SIM				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM				
PFL	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	SIM				
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	SIM				
PA		LUIZ OTÁVIO	SIM				
PSDB	CE	LUIZ PONTES	SIM				
PSDB	ES	LUZIA TOLEDO	SIM				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM				
BLOCO	AC	MARINA SILVA	SIM				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	SIM				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM				
PFL	RO	MOREIRA MENDES	SIM				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM				
PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PPS	ES	PAULO HARTUNG	SIM				
PFL	BA	PAULO SOUTO	SIM				
PSDB	SP	PEDRO PIVA	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM				
PFL	MA	RIBAMAR FIGUENE	SIM				

Presd: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

1º Sec:

2º Sec:

3º Sec:

4º Sec:

Operador: HEITOR LEDUR

Votos SIM: 62

Votos NÃO: 1

Total: 63

Votos ABST: 0

Emissão em 31/05/2000 - 16:29:19

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação, passa-se à apuração.

² Senadores e NÃO 1 Senador.

Não houve abstenção.

Total de votos: 63.

Aprovada.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania oferecendo a redação final à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1999, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 553, DE 2000

Redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1999.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresenta a redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1999, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Sala de Reuniões da Comissão, 31 de maio de 2000. – José Agripino, Presidente – Lúcio Alcântara, Relator – Amir Lando – José Jorge – Sergio Machado – Jefferson Péres – Maria do Carmo Alves – Romero Jucá – Alvaro Dias – Bernardo Cabral – Ramez Tebet – Edison Lobão – José Fogaça.

ANEXO AO PARECER Nº 553, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº , DE 2000

Altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O caput do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42. Durante vinte e cinco anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação:” (NR)

“.....”

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As. Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 2:**

MENSAGEM Nº 71, DE 2000 (Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mauro Miranda, sobre a Mensagem nº 71, de 2000 (nº 182/2000, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor *Lauro Barbosa da Silva Moreira*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Lê o seguinte parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a indicação do nome do Sr. Lauro Barbosa da Silva Moreira obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 13 votos favoráveis, nenhum voto em branco e nenhum

voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer.

Esclareço ao Plenário que a votação deve ser procedida por escrutínio secreto, pelo sistema eletrônico.

As Srs. e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Está encerrada a votação.

Votaram SIM 57 Srs. Senadores; e NÃO 10.

Houve 1 abstenção.

Total: 68 votos.

Foi aprovado o nome do Sr. Lauro Barbosa da Silva Moreira.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito para comunicar aos membros da Comissão de Assuntos Sociais que, em razão de pedido de vista da Senadora Heloisa Helena, fomos obrigados a marcar uma reunião extraordinária para amanhã, às 9h, quando votaremos o projeto que estabelece os pisos estaduais para o salário mínimo.

Solicito que todos os Senadores que compõem a Comissão de Assuntos Sociais estejam presentes às 9h, quando daremos início à reunião, uma vez que o Relator, o Senador Moreira Mendes, tem um compromisso logo após; por isso precisamos começar na hora marcada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se reunirá, neste plenário, às 9h30min., para um debate entre os Senadores e os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral sobre a utilização da urna eletrônica no processo de votação.

Os Srs. Ministros estão dispostos a ouvir os Srs. Senadores para, se necessário, fazer qualquer modificação. Mas querem participar do debate. As assessorias dos Senadores e dos Ministros poderão ajus-

dá-los, mas não no debate, que será apenas entre Senadores e Ministros. Teremos a presença dos Ministros Nelson Jobim, Eduardo Alckmin e Fernando Neves.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exª pela antecipação da informação e lembro aos Srs. Senadores que a reunião ocorrerá entre 9h30min. e 11h, neste plenário.

Aproveito a oportunidade para convidar os Srs. Senadores membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para, após a Ordem do Dia, nos reunirmos, extraordinariamente, na sala da CCJ, onde ouviremos os depoimentos de Governadores do Estado e Prefeitos Municipais sobre a PEC da Saúde. Hoje, após a Ordem do Dia, às 17 horas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas quero registrar meu voto "sim" na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Ata registra, mas o painel, infelizmente, não pode.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Na anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Não pode. É uma emenda à Constituição. Mas a Ata registrará a intenção que V. Exª teve, bem como a intenção de votar dos Srs. Senadores Lúcio Alcântara e Ronaldo Cunha Lima. Certamente, V. Exª já votou na primeira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Item 3:

MENSAGEM Nº 104, DE 2000

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Carlos Wilson, sobre a Mensagem nº 104, de 2000 (nº 579/2000, na origem), de 28/04/2000, pel-

qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Celso Marcos Vieira de Souza*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Lê o seguinte parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a indicação do nome do Sr. Celso Marcos Vieira de Souza obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 12 votos favoráveis, nenhum voto em branco e nenhum voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer.

Esclareço ao Plenário que a votação deve ser procedida por escrutínio secreto, pelo sistema eletrônico.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Está encerrada a votação.

Votaram SIM 55 Srs. Senadores; e NÃO 9.

Houve duas abstenções.

Total: 66 votos.

Foi aprovado o nome do Sr. Celso Marcos Vieira de Souza.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 4:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1999** (nº 590/99, na Casa de origem), que acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo

Parecer sob nº 432, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Roberto Freire, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

Ao projeto não foram oferecidas emendas durante o prazo regimental, perante a Mesa.

Em discussão o projeto.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a tem a palavra, para discutir.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, a proposição, de fato, pretende acrescentar um artigo ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a conhecida Lei nº 8.069, de 1990, que, apesar de ser um tributo de solidariedade, de generosidade, de competência e sensibilidade com a causa da criança e do adolescente, infelizmente, ainda em muitos aspectos é letra morta nos espaços legais e um gigantesco abismo na vida de milhões de crianças e adolescentes do nosso País.

Mas essa proposição é de fundamental importância porque, de fato, acresce um artigo ao Estatuto da Criança e do Adolescente de modo a tipificar o crime de prostituição ou exploração sexual infantil, infante-juvenil ou juvenil, ao qual se imputa a pena restritiva de liberdade na modalidade reclusão entre quatro a dez anos e multa. Nas mesmas penas incorrem o proprietário, o gerente ou o responsável por local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente a essa prática delituosa e maldita na vida de milhões de crianças e adolescentes do nosso País.

Importa observar que o Código Penal já prevê o crime de prostituição e exploração sexual, prevenindo ainda a circunstância agravante se a vítima é criança, idoso, enfermo ou mulher grávida. Com a tipificação em lei especial, como é o caso dessa proposta, a pena passa a ser mais rigorosa, o que se coaduna com a Convenção Sobre os Direitos da Criança, das Nações Unidas, em 1989, ratificada pelo Brasil em 1990. Essa medida punitiva vai ao encontro de orientações preconizadas por especialistas na matéria, por tantas entidades da sociedade civil, como sendo uma diretriz eficaz no combate ao gravíssimo problema da prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes, que, lamentavelmen-

te, vem marcando vergonhosamente o Brasil no cenário internacional.

Com essas considerações, Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, o Bloco encaminha favoravelmente à aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão.

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto, sem prejuízo da emenda.

As Sr^{as} e os Sr^s Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação da Emenda nº 1– CCJ, de redação.

As Sr^{as} e os Sr^s Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

São os seguintes o projeto e a emenda aprovados:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 1999

(Nº 590/99, na Casa de origem)

Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Seção II – Dos Crimes em Espécie – do Capítulo I do Título II da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 244A:

SEÇÃO II

Dos Crimes em Espécie

.....

Art. 244. A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º desta lei, a prostituição ou a exploração sexual:

Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão

de criança ou adolescente às práticas referidas no caput deste artigo.

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA Nº 1–CCJ

Dê-se ao caput do art. 1º do PLC nº 33, de 1999 (nº 590, de 1999, na Casa de origem), a seguinte redação:

"Art. 1º A Seção II – Dos Crimes em Espécie – do Capítulo I do Título VI do Livro II da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 224A:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1996 (nº 196/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântica de Frequência Modulada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procopio, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.033, de 1999, da Comissão de Educação, Relator Senador Álvaro Dias, com abstenções dos Senadores Roberto Saturnino, Jefferson Peres e da Senadora Heloisa Helena.

Em discussão o projeto em turno único.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado com a abstenção do PT, salvo o voto do Senador Tião Viana.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto L

gislativo nº 46, de 1996, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 556, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1996 (nº 196, de 1995, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1996 (nº 196, de 1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântica de Frequência Modulada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procopio, Estado do Paraná.

Sala de Reuniões da Comissão, 31 de maio de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Geraldo Melo**.

ANEXO AO PARECER Nº 556, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº, DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Atlântica de Frequência Modulada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procopio, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 64, de 22 de junho de 1992, que renova, por dez anos, a partir de 19 de agosto de 1990, a permissão outorgada a Rádio Atlântica de Frequência Modulada Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procopio, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Sr^s Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Item 6:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 1999** (nº 15/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Andradina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Andradina, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.020, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Agnelo Alves, com abstenções da Senadora Heloisa Helena e dos Senadores Roberto Saturnino, Jefferson Péres e Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto em turno único.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Sr^s Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado com a abstenção do PT, salvo o voto do Senador Tião Viana.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 1999, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 557, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 1999 (nº 15, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 1999 (nº 15, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Andradina

Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.

Sala de Reuniões da Comissão, 31 de maio de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Geraldo Melo**.

ANEXO AO PARECER Nº 557, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de Rádio Andradina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 2 de fevereiro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão de Rádio Andradina Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Sr^s Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 7:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 1999** (nº 396/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Difusora Vale do Rio Una Ltda, para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade

de São Bento da Una, Estado de Pernambuco, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.041, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Jorge, com abstenções dos Senadores Roberto Saturnino, Jefferson Pêres e da Senadora Heloisa Helena.

A Presidência comunica ao Plenário que o Item 7 da Ordem do Dia de hoje refere-se a ato que declara perempta concessão de rádio e que, nos termos do inciso IV do art. 288 do Regimento Interno, a votação exige **quorum** qualificado de 2/5 da Casa, razão por que a matéria constará da Ordem do Dia da próxima quarta-feira, dia 7 de junho, quando deverá ser votada pelo processo nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 8:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 267, de 2000**, do Senador Luiz Pontes, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 67, 83 e 126, de 2000, por regularem a mesma matéria.

Em votação.

As Sr^{as} e os Sr^s Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 67, 83 e 126, de 2000, passam a tramitar em conjunto.

As matérias vão às Comissões de Assuntos Sociais, Constituição, Cidadania e Justiça, Educação e Assuntos Econômicos, cabendo a esta a decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer oferecendo a redação final ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1999, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 558, DE 2000
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1999 (nº 590, de 1999, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1999 (nº 590, de 1999, na Casa de origem), que acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, consolidando a Emenda nº 1-CCJ, de redação, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 31 de maio de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Casildo Maldaner**.

ANEXO AO PARECER Nº 558, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Seção II – Dos Crimes em Espécie – do Capítulo I do Título VII do Livro II da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 244-A.

“Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente como tais definidos no **caput** do art. 2º desta lei, à prostituição ou à exploração sexual.” (AC)*

“Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.” (AC)

“§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no **caput** deste artigo.” (AC)

“§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.” (AC)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

*AC - Acréscimo

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 311, DE 2000

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requiero a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1999 (nº 590/99, na Casa de origem), que acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2000. – **Roberto Freire**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srª e os Srª Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 310, de 2000, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Resolução nº 55, de 2000.

Em votação.

As Srª e os Srª Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

A matéria a que se refere o requerimento figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente, nos termos do art. 345 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 559, DE 2000

(Do Sr. Amir Lando)

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, que dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição Federal.

I – Relatório

Tendo como primeiro signatário o ilustre Senador Bernardo Cabral, chega a esta Comissão a proposição citada à epígrafe, objetivando imprimir nova redação ao inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição Federal, que dispõe sobre os limites mínimos e máximo de idade a que estão sujeitos os candidatos ao cargo de ministro do Tribunal de Contas da União.

Consoante a iniciativa em referência, o limite máximo de 65 anos de idade, exigido para nomeação ao cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, não deverá aplicar-se aos Auditores daquele mesmo Tribunal, nos seguintes termos:

“Art. 73.

§ 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I – mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, excetuados os auditores que já tenha, exercido o cargo de Ministro antes dos sessenta e cinco anos, por mais de cinco anos;”

Na justificação, após consignar que o art. 73 da Constituição Federal reserva apenas uma vaga de Ministro a ser provida por um dos Auditores do Tribunal de Contas da União, iniciam os autores assinalando, no essencial, que “...os Auditores substituem os Ministros em seus impedimentos, licenças, férias ou mesmo por motivo de aposentadoria, e, já por ocasião de seu ingresso no Tribunal, devem satisfazer os mesmos requisitos que se exigem dos Ministros, nos precisos termos do art. 77 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992”, que assim estabelece:

“Art. 77. Os Auditores, em número de três, serão nomeados pelo Presidente da República, dentre os cidadãos que satisfaçam os requisitos exigidos para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, mediante concurso público de provas e títulos, observada a ordem de classificação.”

Logo adiante, argumentam que, “por isso, resulta evidente que os requisitos exigidos para a nomeação ao cargo de Ministro, no caso de vaga a ser ocupada por Auditores, já foram preenchidos quando do ingresso destes na Corte de Contas. Ademais, no desempenho de suas atribuições ao longo de sua trajetória funcional, o Auditor exerce, em substituição, o cargo de Ministro, em cabal demonstração de sua capacidade de responder às exigências da magistratura”.

Em seguida, ponderam que, “em assim sendo, sujeitar o Auditor (Ministro Substituto) aos mesmos requisitos que já satisfizera quando da nomeação original, na oportunidade que se apresente para o preenchimento da única vaga de Ministro reservada para a categoria, representaria um *bis in idem* de conotação altamente prejudicial, uma vez que os longos anos dedicados ao desempenho do cargo de Auditor de nada valeriam ao aspirante à vaga de Ministro, na hipótese de já ter alcançado a idade de 65 anos”.

E, concluindo, registram que “a situação retratada adquire dimensão fática na atualidade, uma vez que dois Auditores do Tribunal de Contas da União que já exercem a função de Ministro Substituto desde 1976 e 1978, portanto há 23 e 21 anos, respectivamente, em breve estarão atingindo o limite de 65 anos de idade, referido no inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição da Magna”.

É o relatório.

II – Voto

A proposta encontra-se subscrita por 31 (trinta e um) ilustres Senadores, com o que fica atendido o requisito do art. 60, inciso I, da Lei Fundamental.

Ademais, não atinge qualquer dos núcleos constitucionais imodificáveis do § 4º do mesmo art. 60, nem tampouco princípios fundamentais estruturantes do Estado brasileiro.

Sob o prisma constitucional, portanto, não vultamos quaisquer óbices à sua tramitação.

No mérito, não há como deixar de admitir que a mesma razão assiste aos ilustres autores da iniciativa haja vista que, consoante assinalado, os requisitos para investidura no cargo de Ministro do TCU, em relação a eles os limites mínimo e máximo de idade, já foram superados, para os Auditores do mesmo Tribunal, exatamente no momento de seu ingresso na carreira. Portanto, exigir o mesmo limite máximo de idade quando o Auditor vê aberta a rara oportunidade de ascender ao cargo de Ministro representa, como pondera a justificação, autêntico *bis in idem*, por si só injustificável e tanto mais criticável quando opera em incontornável detrimento dos legítimos interesses dos integrantes da categoria em comento.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2000.

Sala da Comissão, 24 de maio de 2000. – **JOÃO AGRIPLINO**, Presidente – **AMIR LANDO**, Relator – **JEFFERSON PÉRES** – **JOSÉ EDUARDO DUTRA** – **FRANCELINO FERNANDES** – **JOSÉ FOGAÇA** – **CARLOS WILSON** – **ROMÁRIO**

Tuma – Maria do Carmo Alves – Bernardo Cabral (1º signatário) – Lúcio Alcântara – Antonio Carlos Valadares – Edison Lobão – Ramez Tebet – Agnelo Alves.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 73(*). O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

§ 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I – mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

II – idoneidade moral e reputação ilibada;

III – notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

IV – mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

§ 2º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

I – um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

II – dois terços pelo Congresso Nacional.

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.

§ 4º O auditor, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal.

LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Art. 77. Os auditores, em número de três serão nomeados pelo Presidente da República, dentre os cidadãos que satisfaçam os requisitos exigidos para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União, mediante concurso público de provas e títulos, observada a ordem de classificação.

Parágrafo único. A comprovação do efetivo exercício por mais de dez anos de cargo da carreira de Controle Externo do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal constitui título computável para efeito do concurso a que se refere o caput deste artigo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Pela Liderança do PPS, tem a palavra o Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Sr^{as} Senadores, nos últimos dias alguns fatos novos, outros velhos reabriram a discussão sobre a crescente escalada da violência urbana em nosso País. Essa violência que se manifesta no nosso dia-a-dia assusta-nos, na medida em que ela tanto ocorre de madrugada quanto em plena luz do dia, em locais públicos de grande movimentação, dentro de ônibus coletivos e até diante de policiais, quando não conta com a participação deles. Registro, Sr. Presidente, que está é a terceira vez que ocupo esta tribuna para tratar deste assunto: violência urbana.

Ampla noticiário dos últimos dias trouxe-nos imagens chocantes das ruas de São Paulo e Rio de Janeiro. São cenas de seqüestro, assalto e justiça com as próprias mãos que revelam a força das organizações criminosas em nosso País e a vulnerabilidade das polícias, ou seja, das autoridades, que a tudo assistem passando uma certa impressão de descaso e indiferença.

O jornalista Márcio Moreira Alves publicou recentemente em sua coluna, em **O Globo**, entrevista do Presidente Fernando Henrique Cardoso, tratando do mesmo tema. A impressão que ficou da entrevista foi a de que o Governo está distante da realidade das ruas, mesmo tendo condições e podendo fazer muito mais do que recentemente anunciou em relação ao tema.

* Alterado pela Emenda Constitucional nº 20/98

O Governo divulgou há dias um elenco de 30 medidas de combate à criminalidade, o chamado Plano de Segurança Nacional. Ao meu ver, propostas de combate à violência são urgentes e necessárias, mas aquelas, sinceramente, revelam-se tímidas no seu nascedouro. Até poderão, Sr. Presidente, render algum resultado a longo prazo, mas não atendem aos anseios imediatos do cidadão por mais segurança pública.

Concordo com o Presidente quando descarta o uso do Exército no combate à criminalidade urbana. Crime, na minha visão, se combate com leis eficazes, polícia bem aparelhada, uma boa e sólida estrutura de informação — é assim que se faz pelo mundo afora, programas adequados de integração social e melhoria das condições de vida do cidadão, proposta de emprego e renda, política de microcrédito para o pequeno empreendedor, oportunidade de reciclagem aos desempregados, bolsa-escola e assim por diante. Enfim, alternativas concretas, capazes de reintegrar chefes de família ao mercado de trabalho e de tirar crianças e adolescentes do jugo dos traficantes, chefes de gangues e quadrilhas.

E aqui, Sr. Presidente, quero dar um exemplo que me emocionou no dia de ontem, de um caso bem-sucedido de integração social de jovens carentes: assisti, ontem, aqui perto, no Teatro Nacional de Brasília, a uma exibição do Balé Edisca, do Ceará. Trata-se de um belíssimo trabalho realizado por uma Organização Não-Governamental, com apoio do Fundo Social do BNDES, que dá a crianças e adolescentes da periferia de Fortaleza uma oportunidade de desenvolverem suas potencialidades e vocações.

O nosso País precisa ser dotado de um sistema de informações criminais efetivo, de caráter nacional, que permita o controle institucional e social da repressão ao crime, acompanhando **pari passu** a fase investigatória e a judicial, guardando, evidentemente, os sigilos necessários nessas fases.

A proposta de colocar o Exército nas ruas para combater a criminalidade passa muito bem à sociedade — e não tenho dúvida disso, como outras propostas antidemocráticas passam muito bem à sociedade. Num primeiro momento, a impressão que fica é que a falta de uma política determinada de combate ao crime pode ser preenchida por esse mecanismo.

As Forças Armadas, no entanto, não cabe o papel do policiamento ostensivo, da investigação, do esquema de informação, do combate e repressão ao crime nos centros urbanos. Seu papel é muito mais apropriado na fiscalização das fronteiras por onde

passam as rotas do tráfico de entorpecentes e, p... que não dizer, do tráfico de armas.

Vou reproduzir aqui manchetes de jornais quais me referi no início do meu pronunciamento: "Crime de violência abala o Rio"; "Reféns na guerra da Noruega"; "Assaltante assassinado na Gávea"; "P... sageiro mata menor". São reportagens que relatam seqüestros e fuzilamentos, com mortos, feridos e muito pânico, em plena luz do dia, e deram o tom dos últimos dias.

Em São Paulo, os jornais também anunciaram: "Polícia prende 14 assaltantes e um receptador"; "Ladrões assaltam banco do Tribunal do Trabalho"; "Ladrões levam caminhão de lixo pela manhã"; "Ladrões levam carro de Ouvidor". De acordo com essa última notícia, bandidos levaram um automóvel pertencente à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, na frente da casa do Ouvidor da Polícia de São Paulo, Benedito Domingos Mariano. Seria cômico não fosse trágico.

São cenas lamentáveis até mesmo para quem está a pouco mais de mil quilômetros de distância. Aqui vive com "relativa" segurança nas superquadras de Brasília. É importante dizer que se trata apenas de uma comparação ao que está acontecendo nas periferias e nos grandes centros urbanos do nosso País.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB - TO) — Permite-me V. Exª um aparte, eminente Senador Paulo Hartung?

O SR. PAULO HARTUNG (PPS - ES) — Ou não, com muito prazer, o aparte de V. Exª.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB - TO) — Caramungo, nobre Senador, da preocupação de V. Exª que toma conta desta Casa e reflete o sentimento da família brasileira, porque a segurança do cidadão hoje efetivamente uma de suas maiores aflições. Quem é o pai que não se sente intranquilo quando seu filho vai para a escola ou sai à noite para um compromisso de natureza social e que não fica ansioso para que volte para casa sem riscos à sua integridade física? O índice de criminalidade, que víamos grassar de forma mais acentuada nos grandes centros, hoje toma conta do País inteiro, nas pequenas comunidades, nas pequenas cidades; nas vias até mais isoladas, menos transitadas já assistimos, estupefatos, a cenas horripilantes do crime. É preciso ser repensada toda essa situação no País, sim, como V. Exª mencionou, o problema é de natureza estrutural, cultural, e o sistema repressivo está mal-aparelhado, mal-estruturado. A nossa legislação precisa ser revista e repensada. Quanto à presença das Forças Armadas

das na defesa do interesse da segurança interna do País e do cidadão é um tema que realmente suscita uma discussão e que V. Ex^a muito bem aborda. Não é por força da Constituição a sua atribuição principal, mas imagino que haja até a necessidade de um esforço nacional para que possamos encontrar meios imediatos de inibir esse crescimento avassalador da violência no País. Quero cumprimentar V. Ex^a pela importância do tema que traz à discussão nesta Casa, sei que vai suscitar muitos e muitos debates e quero ser com V. Ex^a solidário na busca da solução para esses problemas.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Senador Leomar Quintanilha, agradeço o aparte que enriquece meu pronunciamento. É a terceira vez que venho à tribuna nos últimos dias tratar deste assunto, que é um assunto grave e explosivo do ponto de vista da vida urbana no nosso País.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Senador Paulo Hartung, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Concedo o aparte com prazer, nobre Senador Sebastião Rocha.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Senador Paulo Hartung, quero cumprimentar também V. Ex^a pelo tema que aborda na tarde de hoje e dizer que sou solidário com esse debate, com o aprofundamento da discussão, com a busca de alternativas e soluções para a violência urbana no nosso País. Ontem mesmo, após o pronunciamento do Presidente da Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, informei que sou autor de um requerimento para se constituir no Congresso uma comissão mista que se debruce na análise das causas estruturais da violência e proponha soluções, alternativas, examine projetos que estejam em tramitação e novos projetos que sejam apresentados. Senador Paulo Hartung, encomendei uma consulta – gostaria que V. Ex^a refletisse também sobre isso – para saber se é possível o Brasil instituir também uma Agência Nacional de Segurança Pública. Não sei se estou entrando no modismo das agências como órgãos reguladores e controladores das várias áreas de Governo. Parece-me que se fosse possível, administrativa e politicamente, concentrar todas essas ações nacionais de segurança pública num único órgão, poderíamos ter mais êxito nas ações de combate à violência no Brasil. Deixo esse assunto para sua reflexão e comprometo-me, nos próximos dias, se for viável, a apresentar essa sugestão aqui na Casa, mediante projeto autorizativo, já

que, para projeto de tal natureza, a iniciativa teria de ser do Executivo. Muito obrigado.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Senador Sebastião Rocha, obrigado pela contribuição. Mais adiante, vou tratar de sugestões, idéias e propostas que estamos recebendo.

Quero dizer que tenho de concordar com a recente fala do Deputado Moroni Torgan, Relator da CPI do Narcotráfico: “a insegurança nas cidades é, na realidade, uma guerra civil, provocada pelos soldados do crime organizado”.

Uma foto publicada, na semana passada, na primeira página da **Folha de S. Paulo** chamou a atenção. Moradores da Favela Nova Holanda, no Rio de Janeiro, comemoravam a atuação da polícia no confronto com os traficantes. Os policiais acabaram com o seqüestro que durava quatro horas e tiveram o reconhecimento do bairro, muito diferente das lendas e fantasias de que, muitas vezes, ouvimos falar e até vemos em alguns veículos de comunicação.

A reação daquelas pessoas, Sr. Presidente, demonstra que o povo simples e pobre, da periferia, sobretudo os mais carentes, clama por justiça e está disposto a contribuir com as autoridades federais e estaduais na repressão ao crime. Para reforçar essa tese, reporto-me a recente estudo publicado na revista **Veja** o qual mostra que os traficantes submetem as famílias das favelas e dos bairros às suas próprias leis e estabelecem até o toque de recolher para que os moradores daquelas comunidades não prejudiquem seus “negócios”.

Há alguns dias ocupei esta tribuna para expressar a preocupação do meu Partido – e a minha – com a escalada da violência em nosso País, fruto, entre outros fatores, da insensibilidade do Governo Federal, que tem olhos bem abertos para os acontecimentos de Wall Street e para o mercado financeiro internacional – fato que não censuro, porque por si só não é nenhum defeito. O que recrimino é a absoluta desatenção diante dos infundáveis problemas sociais que nos atingem.

Abordei no meu pronunciamento, Sr. Presidente, a necessidade de o Governo adotar medidas urgentes no combate às organizações criminosas, que, sem nenhum constrangimento, estendem seus braços sobre as nossas instituições, com a determinação de corrompê-las e delas se apoderarem em busca do enriquecimento ilícito, sob o manto absoluto da impunidade – é bom que isso seja dito mais uma vez.

Em nome do PPS, defendi a aprovação de projetos que tramitam no Congresso Nacional e que seri-

am fortes instrumentos de repressão às repugnantes práticas criminosas, como corrupção, tráfico de influência, narcotráfico, nepotismo, que assaltam os cofres públicos e transferem para o cidadão os déficits públicos em nosso País.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex.^a conceda-me um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (PSDB – ES) – Com muito prazer, Senador Romeu Tuma, concedo o aparte a V. Ex.^a, especialista no assunto de que estou tratando com algum interesse nesta tarde.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Paulo Hartung, nada tenho a acrescentar ao que V. Ex.^a está fazendo, que é um diagnóstico da situação. É isto o que praticamente vemos: pessoas interessadas, como V. Ex.^a, buscando verificar realmente o que vem acontecendo. Há vários diagnósticos; o que faltam são as providências, porque ninguém desconhece o que vem ocorrendo no País, que é a subida incontrolável do crime organizado. Ainda esta semana, deram-me a Presidência da CPI destinada a apurar o roubo de cargas, instalada em razão das apurações feitas na CPI do Narcotráfico e na CPI dos Medicamentos, em que observaram a interligação da troca de carga roubada por cocaína, armas e uma série de outros delitos, não se limitando, portanto, apenas a uma organização criminosa, porque os crimes também se interligam. Sentimos que não há objetividade governamental na tentativa de coibir o avanço do crime. Quando surge uma ocorrência grave num município de pouca expressão policial, lá ela é registrada e lá morre. Praticamente não se alcança nada, porque o crime anda de um lado para o outro. Não se cria nenhum departamento, nenhuma divisão que possa concentrar determinados tipos de crime, já não existe a especialização do policial na apuração de determinados crimes e há, infelizmente, o envolvimento de policiais nas quadrilhas – muitas vezes eles são os chefes. Infelizmente até políticos foram identificados nas CPIs. V. Ex.^a está correto quando diz que a corrupção enaltece o crime organizado e o estimula porque quando o marginal vê a corrupção pouco se preocupa com uma punição, uma vez que os que roubam muito não têm sequer a preocupação em indicar advogado, uma vez que estão primeiro que eles nas delegacias ou nos órgãos públicos de repressão ao crime para evitar que ocorram as apurações que poderiam identificar a sua profundidade. Cumprimento V. Ex.^a e estarei ao seu lado nessa empreitada, colaborando no que for preciso e possível.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

V. Ex.^a, que é um especialista na área, contribuiu para o raciocínio que tento desenvolver. Estava falando sobre as medidas que podem ser tomadas pelo Poder Legislativo, como o aperfeiçoamento das leis que tratam da lavagem de dinheiro e do crime organizado, a fim dar respostas concretas à sociedade.

Nesse sentido, volto a repetir que a Emenda Constitucional nº 368, de 1996, de iniciativa do Poder Executivo, é uma engenhosa solução no ataque à impunidade. Ela cria a alternativa de a Procuradoria-Geral da República vir a propor o deslocamento da competência para a apuração e julgamento de crimes contra os direitos humanos da esfera estadual para a federal.

Os trabalhos da CPI do Narcotráfico da Câmara dos Deputados mostram claramente que o crime se organiza além das fronteiras municipais, estaduais e nacional. A repressão ao crime, no entanto, não é organizada. Cada crime é combatido isoladamente sem ultrapassar as fronteiras dos Estados ou das regiões e sem levar em conta as conexões desse crime.

Nesse sentido, Sr. Presidente, volto a repetir que a Emenda nº 368, que citei, é uma engenhosa solução no ataque à impunidade, sobretudo quando a violência tenha sido praticada por aqueles que têm o dever de investigá-la ou quando envolva autoridades que exerçam grande influência sobre as instâncias estaduais de aplicação da lei.

Ressaltei em meu pronunciamento a necessidade da aprovação dos projetos que acabam com o sigilo bancário dos servidores públicos e proíbe o nepotismo no serviço público. Fui mais longe, quando defendi que nós, Congressistas, precisamos dar o exemplo à sociedade, acabando com a imunidade parlamentar na sua forma atual. São propostas, Sr. Presidente, que estão aí, ora paradas, ora tramitando, inexplicavelmente, a passos lentos nas Comissões, nas Mesas do Congresso Nacional.

Por fim, com o meu pronunciamento, o meu Partido, o PPS, deu uma contribuição ao debate, propondo que o Governo Federal constitua uma força tarefa, composta de representantes de instituições que têm o poder de fiscalizar, apurar e punir os criminosos, força tarefa essa integrada por representantes do Ministério Público, da Polícia Federal, da Receita Federal, do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários, da Susep, do Conselho de Controle das Atividades Financeiras, que foi criado com esse fim. Para atuar no combate ao crime, seguramente, essa força

tarefa poderia elaborar e enviar sugestões, emendas, propostas, para apreciação do Executivo e do Legislativo.

No momento, Sr. Presidente, em que muitas cidades brasileiras – pequenas, grandes e médias – vivem um clima de aparente guerra civil, apresentamos aqui propostas concretas na busca de soluções para uma crise que se agrava na medida em que as organizações criminosas se fortalecem fora e, o que é pior, dentro do aparato do governo, das instituições públicas.

Em entrevista ao jornalista Márcio Moreira Alves, o Deputado Moroni Torgan revela que o trabalho da CPI foi realmente importante, pois desvendou caminhos do crime, denunciou criminosos, entre os quais autoridades estaduais e federais. Declara o Deputado: "Conseguimos por as mãos em peixes graúdos, gente que nunca imaginou que estava ao alcance da lei; obtivemos a cassação de alguns deputados; desmontamos esquemas de bandidagem na cúpula de algumas polícias estaduais; investigamos juízes que vendiam alvarás de soltura para narcotraficantes".

A CPI do Narcotráfico, Sr. Presidente, deixou claro que não há crime organizado sem a conivência de pessoas que integram órgãos do Estado e que têm o papel de reprimir esses delitos. Além do mais, ficou comprovado que são insatisfatórias as investigações e punições dos crimes praticados por autoridades e agentes públicos em nosso País, conforme concluiu brilhantemente o Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Luiz Antônio Guimarães Marrey, em artigo recente publicado no dia 11 deste mês na *Folha de S.Paulo*, dizendo: "Os trabalhos realizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito revelaram a falta de controle dos portos, aeroportos e fronteiras, além de botar o dedo na ferida da corrupção oficial".

A Confederação Nacional da Indústria divulgou hoje uma pesquisa avaliando a possibilidade de o Governo adotar um programa de "tolerância zero" com a violência. Os resultados da pesquisa, realizada pelo Ibope, não nos surpreendem, pois não trazem grande novidade, mas é importante citar que 55% da população apoiariam tal iniciativa. E mais: 73% dos entrevistados querem também que o Presidente coordene pessoalmente uma ação federal contra a violência e a impunidade. Os resultados da enquete retratam bem o quanto a nossa sociedade anseia por ações firmes do Governo, do Congresso Nacional e do Poder Judiciário em relação à questão.

O combate ao crime organizado, Sr. Presidente, exige determinação política. Medidas de curto, médio

e longo prazo são necessárias nesse caso, mas elas teriam um resultado maior se fossem fruto de um trabalho bem articulado, sem corporativismo, envolvendo os Poderes públicos.

Fica aqui, mais uma vez, colocada à disposição da sociedade, do Congresso Nacional, do Executivo e do Judiciário, a nossa proposta de formação de uma força tarefa, capaz de reunir gente honesta, decente, da mais alta qualificação e respeitabilidade, para dar respostas objetivas à sociedade, que as cobra, porque o combate ao crime organizado, ao narcotráfico, ao tráfico de armas, na nossa visão, tornou-se uma prioridade nacional.

A nossa expectativa é a de que o Governo, que tem olhos fixos e, muitas vezes, paralisados no mercado financeiro internacional, tenha a capacidade e a sensibilidade de se voltar para as ruas, para os bairros, para as periferias do País e entender o que ocorre.

São as minhas palavras; são as nossas propostas; é a nossa reflexão. Não são propostas prontas e acabadas; não são, seguramente, as últimas palavras em relação ao tema, mas são contribuições sinceras e firmes do nosso partido, o PPS, em relação a um tema que está na agenda do povo e precisa estar na agenda do Congresso Nacional, do Poder Judiciário e do Poder Executivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Hartung, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúdio Coelho, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Com a palavra a Senadora Heloisa Helena.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de compartilhar das preocupações do Senador Paulo Hartung e de vários outros parlamentares, que tiveram a oportunidade de trazer o tema da violência à Casa, não irei intervir no debate de hoje, porque gostaria de concluir meu pronunciamento iniciado ontem em relação às inverdades patrocinadas pelo Governo Federal quando da divulgação de nota oficial pelo Ministério do Planejamento, na qual, de forma vergonhosa, manipula dados, falta com a verdade e agride tanto a inteligência da sociedade como e especialmente a dos servidores públicos.

Sr. Presidente, volto à tribuna hoje impelida por uma obrigação de concluir o pronunciamento iniciado ontem. E vejam V. Ex^{sa} que situação difícil: de um lado, o Governo Federal, com toda a máquina da grande mídia nacional, com toda a formulação inverídica e antiética que tem utilizado a fim de agredir os servidores públicos, e, de outro, alguns poucos, para fazer a defesa desse setor tão importante para a preservação da própria estrutura do Estado, têm, por obrigação regimental, por respeito ao Regimento, de se limitar ao curto período de vinte minutos para um pronunciamento nesta Casa.

Sr. Presidente, a parte dois do meu pronunciamento – já que estamos num governo que é o "exterminador do futuro III" –, eu quero iniciar fazendo referência ao item 9 da nota do Ministro do Planejamento, que vinha faltando com a verdade sobre o comprometimento da receita líquida real com o pagamento da folha de pessoal:

Item 9 – Além disso, a partir da decisão do STF de conceder 28,86% a um grupo de 11 funcionários públicos, em 1998, o Governo decidiu repassar esse reajuste a todos os servidores, descontadas as antecipações. Portanto, aumentos havidos com reajuste médio de 12%. Como se vê, não é verdade que os servidores públicos estão sem reajuste há cinco anos! E uma outra evidência disto é o custo da folha de pessoal, que cresceu 138% em valores nominais desde 1994, passando de R\$22,5 bilhões, antes do reajuste de 1º de janeiro de 1995, para os atuais R\$53,6 bilhões.

É muito duro conviver com a mentira, Sr. Presidente! É muito difícil ter tolerância e cordialidade quando enfrentamos a mentira!

O Governo, na verdade, não decidiu repassar o reajuste a todos os servidores. Custou muito a admitir uma derrota irreversível no STF e, ao fazê-lo, utilizou-se de uma chicana jurídica para reduzir a aplicação do reajuste de 28,86%. Milhares de servidores receberam 0% de aumento – e, aliás, se fosse concedido, nem seria aumento, mas mera reposição de perdas ocorridas antes de 1993, já negadas pelo Governo do qual o atual Presidente era Ministro da Fazenda.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é necessário estabelecer algumas verdades. Os números utilizados pelo Governo são falsos, são mentirosos. A folha de 1994 foi convertida em real pelo valor máximo da URV, o que reduziu os valores nominais da despesa

sa realizada no primeiro semestre, que não foi corrigida na data da conversão. Segundo a própria Consultoria do Congresso – a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira –, em valores corrigidos de 1996, a folha de 1994 foi da ordem de R\$40,4 bilhões e a de 1995 foi de R\$41,18 bilhões.

O último reajuste geral dos servidores foi em 1º de janeiro de 1995. "Reajuste" não; recomposição das perdas desde 1993. Desde aquela data, 80% do total de servidores civis ativos, inativos e pensionistas estão sem qualquer reajuste. Portanto é imoral, antiético considerar o reajuste de 28,86% ou seu resíduo como reajuste concedido em 1995, porque se trata de um direito relativo a exercícios anteriores. É importante caracterizar que essa diferença, devida desde janeiro de 1993, foi dividida em 14 parcelas a serem pagas em sete anos.

Segundo o próprio Ministério do Planejamento, em seu boletim estatístico de pessoal de dezembro de 1996, a despesa de pessoal de fato sofreu um aumento – não o que o Ministro está divulgando, de que cresceu 138%. Mentira! De fato, cresceu apenas 41% e, assim mesmo, na perspectiva de recompor algumas perdas ocorridas.

É importante salientar que a evolução anual das receitas correntes no período de 1995 a 1999 foi de 71,51%, ou seja, a arrecadação total cresceu quase R\$91 bilhões; e para o ano 2000, a previsão de receitas correntes é de R\$244.676 bilhões. A despesa com juros realmente cresceu de maneira assustadora – já que é decisão do Governo Federal financiar orgias financeiras internacionais. Saímos de R\$16.8 bilhões, em 1995, para R\$45.3 bilhões, em 1999; agora, em 2000, a previsão é de R\$78.1 bilhões. Aqui, sim, houve um aumento de 364% no período.

O item nº 10, outra mentira. O Governo Federal diz solenemente que "a função prioritária do Estado é prestar serviços ao cidadão. E as demandas na área social são crescentes. É preciso, portanto, fazer escolhas, definir prioridades dentro dos limites orçamentários."

O Governo, na verdade, elegeu como única prioridade o ajuste fiscal com base na formulação do Fundo Monetário Internacional e a geração de superávits primários criminosos para destinar recursos cada vez maiores ao pagamento de juros e encargos da dívida. Apesar da receita crescente, a despesa com os juros cresceu assustadoramente.

A função prioritária do Estado é prestar serviços ao cidadão. Os servidores públicos deste País podem falar em prestar serviços ao cidadão, mas o Governo Federal só pode falar em prestar relevantes serviços

ao setor financeiro. Não ao setor financeiro produtivo que está ajudando a quebrar, mas ao capital meramente especulativo. Enquanto os servidores são arrojados, os tecnocratas arrogantes não têm do que reclamar. As portas do setor financeiro e os famosos contratos de consultoria estão sempre abertos para acolhê-los quando deixam o Governo, depois de passarem anos e anos implementando políticas que só interessam ao setor financeiro.

O item 11 da nota diz mais uma inverdade: "O piso do funcionalismo federal é de R\$392,00, ou seja, 2,6 vezes maior do que o salário mínimo. Além disso, mesmo sem reajustes periódicos, boa parte dos funcionários públicos mantém salários acima do mercado."

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o piso de vencimentos do funcionalismo, segundo o art. 40 da Lei do Regime Jurídico Único, é o salário mínimo. O salário mínimo são aqueles "gigantescos" R\$151,00, que o Governo Federal conseguiu aprovar no Congresso porque usou de corrupção ativa, de tráfico de influência, e não atende o que manda a Constituição, todos sabem disso. Portanto, seu valor atual não é um parâmetro adequado nem ético para compararmos com o piso salarial do funcionalismo público. Mesmo assim, a inexistência de reajuste desde 1995 gerou graves distorções, já que, embora o salário mínimo seja insuficiente, foi reajustado, enquanto os vencimentos dos servidores públicos permaneceram congelados. Isso acabou ampliando o número de servidores que ganham vencimentos iguais ao salário mínimo.

Em 1995, nenhum servidor ganhava menos que um salário mínimo. Hoje, mais de 15 mil servidores recebem complementação salarial para atingir o salário mínimo. Além disso, essa regra desorganizou várias carreiras, que por força da complementação de vencimento, para não ganharem menos do que o mínimo, estão com remunerações iguais, da base até quase o topo. Servidores em fim de carreira estão ganhando o mesmo que ganhariam se estivessem começando agora – um grave desrespeito a uma trajetória de servidores que ingressaram há mais de 16 anos no serviço público, em sua maioria, dada a não realização de concursos para a maior parte dos cargos e categorias.

Não existem também servidores que, em virtude das tabelas de vencimento e vantagens fixadas em caráter geral para as respectivas carreiras, recebem mais do que paga o mercado. Além disso, são situações de difícil comparação, em muitos casos. Não existem estudos comparativos recentes que possam

sustentar a afirmação do Governo. O último estudo foi realizado em 1996. Além do mais, seria responsabilidade do Governo Federal pagar o setor público melhor do que paga o mercado, justamente para que fiquem no setor público os melhores, os mais competentes, os mais preparados. Que o setor privado não seduza, em função do arrocho salarial no setor público, as nossas maiores inteligências, que dele estão saindo.

O item 12, diz o seguinte: "Algumas carreiras recebem salários muito elevados e, curiosamente, integrantes dessas carreiras lideram o movimento grevista. Um fiscal da Receita Federal, do INSS ou do Trabalho, por exemplo, recebe R\$8.500,00, considerando as gratificações". Palavras do Ministro.

Mais uma vez, o Governo tenta dividir o movimento dos servidores, com os quais nunca quis negociar a data base, superestima salários para, mais uma vez, o "Fernando III" copiar o "Fernando I", o Sr. Fernando Collor, que fez uma verdadeira campanha nacional, beirando o nazifascismo, para perseguir servidor público. Mais uma vez, é a velha história de rotular servidores de marajás. Da mesma forma que o Collor nunca cassou nenhum marajá em Alagoas, Fernando Henrique também não o fez. Então, não venham com essa desculpa.

No exemplo citado – de um fiscal da Receita Federal, do INSS ou do Trabalho que recebe por mês até R\$8.500,00 -, o Ministério do Planejamento omite que a estrutura remuneratória das carreiras citadas é composta de vencimento básico, gratificação de desempenho, de atividade de tributação, cujo valor máximo é de 50%. No entanto, essa gratificação está sendo paga no percentual de apenas 30% aos seus beneficiários. Portanto, o salário líquido dessas pessoas que têm uma responsabilidade gigantesca, um fiscal da Receita Federal, do INSS ou do Trabalho, é R\$4.200,00 porque a remuneração básica é R\$2.600,00, líquidos.

Acho engraçado! Senadores e Deputados Federais não querem ganhar em torno disso? Por que queremos que as pessoas que exercem atividades essenciais do aparelho do Estado e que cumprem funções exclusivas do Estado ganhem menos do que R\$2.600,00 líquidos de salário base – porque o restante é uma complementação? Além disso, a esmagadora maioria dos servidores que não recebe nenhum reajuste desde 1995 recebe salários muitíssimos inferiores, Sr. Presidente. Esse é um pequeno percentual. São muitíssimo inferiores os salários da grande maioria dos outros servidores. Para aumentar

a arrecadação, é de fundamental importância o combate à corrupção. A implementação de políticas públicas e a prestação de serviços nas mais diversas áreas com salários mais justos, portanto, tornam-se indispensáveis.

No item 13, Sr. Presidente, o Governo diz: "Num cenário de economia estabilizada, as categorias mais organizadas do setor privado mudaram o eixo de reivindicações, privilegiando a manutenção do emprego, o que, no serviço público, é garantido pela Constituição para os servidores hoje em atividade".

O Governo trata o emprego como privilégio. Evidentemente, não vou nem aprofundar-me na Declaração Universal dos Direitos Humanos, até porque o direito ao trabalho está garantido pela Constituição e também pela belíssima declaração dos direitos do homem.

A estabilização da economia não é um valor absoluto que pode sobrepor-se a todos os demais. Para que serve uma economia estabilizada se o trabalhador não tem emprego, nem salário digno? O elevado índice de desemprego e de concentração de renda no País desmascaram a efetividade da cantada em verso e prosa estabilização, colocando o Brasil entre os países mais injustos do mundo.

Diz o Governo no item 14: "Por tudo isso, a posição do Governo é de não tolerar a paralisação. Ela implicará corte do ponto, desconto das faltas já a partir deste mês..." E solenemente diz: "A população não pode abrir mão dos serviços públicos; ao contrário, é preciso um esforço conjunto para que eles possam ser melhorados e é nesse sentido que estamos trabalhando. O Governo precisa fazer com que a lei seja cumprida e tem a obrigação de assegurar os serviços da população já que esta é uma função básica do Estado. O Governo está apenas fazendo o que lhe cabe: garantir a prestação dos serviços".

É difícil ter paciência, Sr. Presidente, é difícil!

Dizer que o Governo está cumprindo lei, dizer que o Governo está implementando recursos para áreas de serviços públicos, é difícil!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a repressão à greve dos servidores públicos revela mais uma vez a arrogância, a intolerância, a brutalidade do Governo em conviver com os movimentos sociais. O Governo Fernando Henrique deliberadamente nega o direito do servidor ao exercício do direito de greve que ainda não está devidamente regulamentado, depois de doze anos de vigência da nossa Constituição. Desde 1995, vem adotando medidas para intimidar e sufocar as greves dos servidores, suprimindo direitos e prerro-

gativas, como a licença para o exercício do mandato sindical, a estabilidade e o regime jurídico único.

O Governo cancelou todas as audiências com coordenação nacional das entidades do serviço público federal; recusa-se a abrir negociação; utiliza-se de linguagem autoritária para intimidar os servidores; usam a "retórica democrática", mas querem sufocar o movimento pela força e pela intransigência, como fez em 1995 com a greve dos petroleiros. A greve foi deflagrada por causa da intransigência do Governo, que não quis, em nenhum momento, negociar com as lideranças sindicais. Somente depois de levar os servidores à greve, o Governo tomou conhecimento do movimento. Não se pode agora assumir o papel de defensor da legalidade dos interesses da sociedade de quando deixou de cumprir o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, em vigor desde 5 de julho de 1998, que determina a revisão geral anual dos vencimentos de servidores públicos e que jamais foi levado em conta pelo Governo.

Quem tem verdadeiro compromisso com o serviço público é quem está em contato direto com a população, prestando serviços nos mais diversos pontos de atendimento do setor público; é quem convive com os problemas da população e sabe que, sem serviço público, não há cidadania, porque mais de 78 milhões de brasileiros têm como única referência, única possibilidade de serem atendidos o serviço público. Ao contrário do Governo que, com seus projetos irresponsáveis de privatização, "publicização" e demissões voluntárias, somente reduz ainda mais o tamanho do Estado, afastando ainda mais o cidadão de seus direitos.

Concluindo, Sr. Presidente, o item 15 – portanto o Governo termina com chave de ouro, chave de agitação – diz: "Finalmente, o Governo decidiu dar mais uma oportunidade aos servidores que quiserem deixar o serviço público, em busca de outra atividade, vai reabrir imediatamente o Programa de Demissão Voluntária".

Realmente, é difícil...

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – Permitte-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Concederei daqui a pouco. Deixe-me terminar.

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – Eu não quero atrapalhar V. Ex^a, não. O Senador Geraldo Carneiro e eu fizemos um pacto de deixar V. Ex^a respirar um pouco, sinceramente, porque V. Ex^a vai acabar sem voz, pelo entusiasmo.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Eu sei. Sabe qual é o problema? É que todo asmático...

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – Não é nenhuma ironia.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Não, tudo bem.

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – É que a voz de V. Exª já estava sumindo na defesa das suas idéias.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Eu sei disso.

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – Mas, se V. Exª não quer respirar, é com V. Exª. Desculpe-me.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – V. Exª sempre me pede para respirar e sei que está sendo generoso. Quando não se respira, deixa-se de possibilitar que o diafragma, de alguma forma, empurre o ar; as cordas vocais são muito forçadas e esse problema acaba acarretando nódulos e fendas. No entanto, quem é asmático geralmente aprende, desde a infância, a falar sem respirar, fato que cria consequências mais graves. Mas, em breve momento, concederei o aparte a V. Exª assim que terminar de abordar este assunto.

É preciso pressa para defender os servidores públicos deste País, diante de uma campanha monstruosa de desmoralização do setor público, que é tão importante, levando-nos a correr para continuarmos a defendê-lo.

A ameaça de corte de ponto e o desconto de faltas não são novidades, mas a reabertura do Programa de Demissão Voluntária, sim. E isso demonstra a obsessão do Governo em demitir servidores, grevistas ou não. Esse fato contradiz drasticamente com o que o Governo afirma que está fazendo ao reprimir a greve: garantir a prestação de serviços, conforme alega, pois não existe serviço público sem servidores públicos motivados, pagos e treinados para atender à população.

Ao incentivar, ao pressionar, ao ameaçar o servidor público com o Programa de Demissão Voluntária, o Governo nada mais faz do que contribuir novamente para sucatear o serviço público do nosso País.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Exª um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT – RJ) – Senadora Heloisa Helena, primeiramente, parabeno V. Exª

pela defesa que faz dos servidores públicos. Em segundo lugar, dizer que V. Exª não está sozinha, pois também somos solidários com os servidores. Portanto, estamos junto na defesa brilhante e aguerrida que faz, trazendo a esta Casa um debate tão importante. A verdade é que houve uma época no Brasil em que ser servidor público era uma glória: o cidadão se sentia orgulhoso de ser um servidor público. Hoje é o contrário: ser servidor público é sinônimo de ser considerado um cidadão de segunda categoria, pela forma como a classe é tratada pelo Estado. O Governo Federal adota uma política de colocar o servidor público como bode expiatório – e isso vem desde o ano de 1995 –, em que tudo o que ocorre neste País de ruim é o servidor o responsável. O Governo nega-lhe todos os direitos, não lhe dá reajuste; muito pelo contrário, sempre lhe retira conquistas históricas, como a estabilidade no emprego. Isso observamos recentemente na Reforma Administrativa, em que o Governo insistiu para que o Congresso Nacional aprovasse o fim da estabilidade, com os salários aviltados como estão. Hoje, quando se faz uma greve, o Governo se nega sequer a receber os servidores, se nega a dialogar com as lideranças – o que é inaceitável –, e ainda diz que não reconhece a greve. Então, pergunto o seguinte: que democracia é esta? Que país democrático é este, em que os servidores não têm direito sequer a realizar uma greve justa em defesa de seus salários, de suas conquistas, de melhoria de sua condição de vida? Mas, na verdade, o Governo faz uma orgia com o dinheiro público, uma gastança contínua; nossos recursos são desviados – e são bilhões e bilhões de dólares – para pagar os juros da dívida externa e interna.

Há o exemplo da semana passada, quando a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou a venda das ações da Petrobras no valor de oito bilhões, para pagar dezoito dias do serviço da dívida, ou seja, para jogar no ralo. Enquanto isso, o Governo diz não ter dinheiro para dar reajuste aos servidores e ainda os trata como se fossem marginais, com a polícia, com ameaças, com demissões e com violência física. Essa é a situação que encontramos em nosso País. Parabeno-a pela defesa que faz. Somos solidários com V. Exª e com os servidores públicos.

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – V. Exª me concede um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Concedo o aparte ao Senador Artur da Távola.

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – Senadora Heloisa Helena, há uma observação que sempre faço ao PT de algo que me parece fundamental. O PT tem

uma certa precisão nas críticas, mas tem o alvo, a meu juízo, equivocado. A análise de V. Ex^a mostra uma série de pontos; porém em seu discurso e na fala do Senador Geraldo Cândido fica mais evidente a vontade de criticar o Governo do que a necessidade de analisar o fato. O fato é que na vida pública podemos dizer, quase em uma licença poética, que não existe o presente. É verdade! O presente na vida pública é sempre uma projeção do passado. O presente de um determinado estágio educacional do povo é o que aconteceu vinte anos atrás, porque vinte anos se leva para formar uma geração. O presente da situação das finanças públicas é o que o passado engendrou. Caiamos no caso do funcionalismo público! O presente da grande crise do funcionalismo público no Brasil está nos anos de acumulação de uma política equivocada, particularmente os anos da ditadura, que foram os anos em que o Estado brasileiro foi tornado repleto de pessoas que entraram sem concurso; o Estado brasileiro inchou indevidamente, criou a autofagia e ficou absolutamente inviável. A Constituição de 1988, já na fase de redemocratização do País, trouxe a obrigatoriedade do concurso público. Nos primeiros períodos da redemocratização, não foi feito nenhum esforço no sentido de reorganizar o funcionamento do Estado brasileiro. Ficamos, então, com uma carga excessiva de funcionários, nem todos qualificados. E por primeira vez se fez o intento – o que V. Ex^a, ironicamente, chamou de “Fernando 1” – de uma racionalização, com graus, sem dúvida, de injustiça, porque nunca se faz esse tipo de atividade sem injustiça. Veja V. Ex^a o que está acontecendo neste momento na Argentina. Ainda ontem o Senador Roberto Saturnino fazia aqui um belo discurso sobre a matéria. O que está acontecendo na Argentina é muito mais grave, do ponto de vista do funcionário, do que o que aconteceu no Brasil. Lá se está baixando deliberadamente os salários. Agora pergunta-se: por quê? Porque a situação chegou a um ponto tal que, se o Governo não fizer isso, não terá condições para pagar a totalidade do funcionalismo. É claro que ficará muito mais fácil fazer um discurso estentóricio, dizendo assim: “O FMI está mandando na Argentina!” Tudo bem! Esse discurso tem até uma certa eficácia, porque é muito fácil criar uma perseguição externa e jogar o País como vítima disso. Mas o que é difícil é reconstruir o funcionalismo público, por meio de uma reforma administrativa, reforma essa que, ao meu ver, o Governo deveria estar com maior vigor em incentivar. No período Bresser, houve uma atuação permanente nesse sentido e algumas instituições foram remodeladas, mas houve como que uma paralisação desse es-

forço. Então, não creio que o acertado da intenção de V. Ex^a e da defesa sincera que faz do funcionalismo, que realmente precisa, porque o Governo, se buscou acertar na reforma administrativa, a meu juízo, sempre cometeu o erro de jogar sobre o funcionalismo público uma carga de ineficácia como argumento para justificar a reforma administrativa, que não foi uma atitude feliz e boa. Criou uma espécie de antagonismo entre a nação e o funcionalismo público, o que é injusto, a meu juízo, não com os defeitos do funcionalismo público, mas com as qualidades do funcionalismo público brasileiro. Então, se o enfoque de V. Ex^as, com a boa intenção com a qual é gerado, fosse para a análise da situação conjuntural do País e suplantasse, já que a análise está correta, a ânsia de atacar o Governo, tenho a impressão de que seria muito mais eficaz, e seria uma defesa muito mais fácil da causa que V. Ex^a e seus companheiros de Partido defendem. É uma opinião que espero que V. Ex^a aceite, mesmo discordando, de bom-grado e com a melhor das intenções.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sempre aceito as contribuições de V. Ex^a, Senador Artur da Távola.

Entretanto, é lógico que o pronunciamento de V. Ex^a, se o tempo permitisse, provocaria um debate sobre a reforma do Estado. Mas não vai ser possível fazê-lo. Nós também queremos a reforma do Estado. Entendemos que o Estado, hoje, infelizmente, é um monstro deformado, privatizado, a serviço da elite política e econômica.

Porém, quando V. Ex^a diz que muito do que acontece hoje foi engendrado pelo passado, deve-se levar em conta que esse passado faz parte, hoje, do presente do Governo. Todas as pessoas – pois não são discos voadores – as estruturas partidárias, os grupos organizados são personalidades com endereço, com título de eleitor, com representação política no Congresso Nacional, espalhadas por este País, fazendo contraponto nas instâncias de decisão política.

Então, esse monstro deformado, citado como se fosse uma herança do passado para justificar o presente, constituído de fatos que estão hoje fazendo o presente são os mesmos e continuam absolutamente impunes. Esse é o problema! Quem deformou a estrutura do Estado, quem fez deste Estado um monstro deformado a serviço de uma elite política e econômica continua sendo o Governo Federal. E mais uma vez a opção política feita é simplesmente para massacrar dois setores: o servidor público ou a grande maioria da população pobre do País.

Portanto, é fundamental que o Congresso Nacional envide todos os esforços para viabilizar a abertura de negociações do Governo Federal junto ao Movimento Unificado dos Servidores no intuito de fazer justiça. Os argumentos apresentados pelo Ministro do Planejamento, aos quais tive acesso, ontem e hoje, a cada item, definitivamente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, com dados apresentados pelo próprio Governo Federal, constituem informação inverídica, antiética e fraudulenta. É exatamente por isso que o Movimento Unificado dos Servidores tem toda a legitimidade de reivindicar a recomposição das perdas salariais pelos índices inflacionários apresentados pelo próprio Governo Federal. Infelizmente, a cada momento, as frias estatísticas oficiais apresentam a prioridade do Governo, que é de ajoelhar-se perante o Fundo Monetário Internacional e destruir a nação brasileira.

Durante o discurso da Sra. Heloisa Helena, o Sr. Lúcio Coelho, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Sérgio Machado. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Iris Rezende. (Pausa.)

Com a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ontem, tive a oportunidade de participar de um evento promovido pelo Banco Mundial, em que foram apresentados os resultados de uma pesquisa feita envolvendo um universo de milhares de pessoas em 50 países, que tinha o objetivo de dar voz aos pobres para que falassem sobre sua situação.

O Banco Mundial desenvolveu, em 1999, um estudo chamado Vozes dos Pobres, reunindo depoimentos de mais de 60 mil homens e mulheres pobres em mais de 50 países. Por meio do método de grupos focais, esse estudo, que visa subsidiar projetos do Banco Mundial e o próximo relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000 – 2001, foi apresentado ontem em Brasília, no seminário "O Banco Mundial e o Combate à Pobreza no Brasil".

Foi também divulgado o relatório da pesquisa feita no Brasil, a cargo da Universidade Federal de Pernambuco, nas cidades de Recife, Santo André, em São Paulo, e Itabuna, na Bahia, com cerca de 632 indivíduos pobres, seja em discussões em grupo, seja em entrevistas individuais.

Esse é um trabalho louvável porque se preocupa em ouvir diretamente os pobres. E aí emergem temas que, em geral, não associamos a problemas relevantes da pobreza, que vemos basicamente como os relacionados à carência material. O que essa pesquisa traz à tona é o sofrimento humano dos pobres: a dor psicológica, os medos, as fragilidades emocionais e a maneira de se adaptar a eles como a uma fatalidade, mas não deixando de senti-los. Trata-se de uma pesquisa sob o ponto de vista dos pobres a respeito de sua própria condição de pobreza; a avaliação é feita a partir do universo de condições culturais, sociais em que essas pessoas vivem.

Um dos pontos importantes da pesquisa é que, em comum, na experiência humana da pobreza nos países pesquisados, aparece a questão da desigualdade na distribuição do poder e da voz. Ou seja, os pobres se identificam em todos os países pesquisados por não terem uma participação, sequer mínima, na distribuição do poder e da voz. Não falam de seus próprios problemas, não dão vazão ao que sentem ou sofrem porque não têm acesso aos meios para demonstrar seu pensamento. Em geral, não contestam o poder porque desafiá-lo significa arriscar-se, inclusive a ser eliminado fisicamente.

Outro ponto importante é que a pobreza, além da dimensão econômica, política e social que aparece aos olhos da sociedade significa não ter paz, não ter felicidade e sentir fome; a dimensão psicológica da pobreza é experimentar permanentemente o insulto, a rejeição, a humilhação como rotinas de vida.

Mais um ponto: as quatro instituições mais importantes, na visão dos pobres, são as religiosas, em primeiro lugar; as ONGs, em segundo, seguidas dos serviços de educação e as prefeituras. É interessante notar que as prefeituras aparecem na lista porque as pessoas mantêm relações com as instituições a partir de seu cotidiano, e o poder local é aquele que está mais próximo desse cotidiano. Em função disso, as prefeituras são sentidas, seja do ponto positivo, como provedoras de benefícios, seja também do ponto de vista negativo, como aquelas que não viabilizam esses meios tão necessários à vida dessas comunidades. No Brasil, as duas instituições mais importantes são a Igreja Católica e as associações de bairro. É interessante que, em último lugar, como instituição, vem a segurança pública. No ponto de vista dos pobres, a instituição segurança pública está em último lugar.

É interessante notar a associação que se faz de credibilidade e respeito à Igreja Católica e às associações de bairro. Inclusive, surpreendeu-me essa escolha das associações de bairro como uma das institui-

ções mais importantes porque, durante muito tempo, tenho ouvido avaliações de que o movimento popular comunitário de bairros tem decrescido.

Em todos os países pesquisados, as instituições mais efetivas são as organizações da comunidade e as religiosas. As organizações da comunidade são entendidas como as criadas pela própria comunidade, seja uma cooperativa de produção, seja uma associação de bairro ou algum meio criado pela comunidade como forma de viabilizar benefícios, sejam econômicos, sejam de solidariedade ou de lazer. Enfim, as organizações da comunidade e as religiosas são as instituições mais respeitadas.

Um dado muito interessante é que o único patrimônio do pobre é seu próprio corpo, daí as maiores preocupações destacadas na pesquisa serem com a segurança e a saúde. A segurança é a propriedade máxima dos pobres em todos os países estudados, inclusive quando confrontada com o acesso ao alimento e à saúde, isso porque estão completamente expostos à criminalidade e não têm amparo.

Os ataques, quando acontecem, não são a um patrimônio material significativo, mas à própria existência física. A saúde é vista como um bem fundamental, cujo acesso é dificultado pela pequena corrupção, ou seja, aquela corrupção praticada no poder local, o desaparecimento do remédio, a ausência do médico, que não comparece ao hospital e ao posto de saúde para cumprir seus deveres de clinicar, assim por diante.

Os pobres gostariam de ser tratados com cordialidade e compreensão. Em seus aliados, reconhecem a solidariedade, mas se ressentem da falta de proximidade psicológica e, muitas vezes, de não serem ouvidos para a escolha das alternativas para beneficiá-los.

Uma frase ouvida de um entrevistado na Jamaica, relatada pela pessoa que fez a pesquisa mundial: "a pobreza é como uma prisão; às vezes a única saída é morrer".

Esse estudo feito pelo Banco Mundial e que ainda não foi incorporado por ele, pois figura como sendo, no caso do relatório brasileiro, uma contribuição às suas reflexões, para suas ações de combate à pobreza, para suas ações voltadas para a avaliação do desenvolvimento humano, constitui-se numa peça muito interessante. Acredito que os técnicos que convenceram o Banco a realizar essa pesquisa procederam de boa-fé, tentando levar para esse universo da macropolítica, da macroeconomia, em que os resultados dos programas econômicos, implementados pelas grandes corporações financeiras e financistas deste planeta, levam a uma situação de empobreci-

mento cabal principalmente nos setores que sofrem as conseqüências desses planos.

Parabéns à iniciativa daqueles que conceberam essa pesquisa. Contudo, há duas formas de observarmos a pesquisa: a primeira delas é tomá-la como sendo algo que talvez não tenha muita eficácia, visto que os pobres, quando falam das razões da sua pobreza, atêm-se ao fenômeno, e não às causas. Uma segunda forma seria, com essas informações, fazer uma correlação entre os efeitos, os fenômenos indicados pelos pobres como vetores da sua degradação social e as correlações políticas e ações que realmente causam esses efeitos; a partir daí teríamos então políticas públicas, sociais, econômicas e culturais para reverter esse problema da pobreza.

Fiquei estarelecida quando ouvi da coordenadora desse programa que, no mundo inteiro, temos mais de 2 bilhões de pessoas que vivem com menos de US\$1 por dia. É uma situação completamente aviltante das condições humanas.

Um outro aspecto importante, ressaltado pela visão dos próprios pobres, foi de que a corrupção e a falta de segurança se constituem nos dois elementos que eles consideram os mais importantes ou significativos para a sua condição de pobreza.

Ora, se eles têm essa compreensão, alguém de má-fé poderia pensar que as economias globais podem continuar no seu rumo de preocupação apenas com os poucos incluídos do planeta – no caso brasileiro, 30 milhões ou 60 milhões –, porque os pobres não têm nenhuma idéia do que causa sua pobreza; portanto, podemos continuar de vento em popa, como se diz na Amazônia.

Uma outra forma de pensar é a de que os pobres não têm a compreensão com essa sofisticação. Mas o problema aparece e é sentido porque a violência e a falta de segurança têm raiz em um sistema perverso que não dá oportunidade de educação, de ocupação, de moradia decente e de lazer. Portanto, ao fazermos associação a esse sistema perverso que cria anomalias, poderemos estar combatendo efetivamente a pobreza.

Há um outro aspecto que se pode tirar de uma avaliação como essa: os países em desenvolvimento devem ter políticas voltadas para a inclusão social. A inclusão social pode ser feita a partir de um instrumento que, até o presente momento, é considerado como infalível para essa inclusão, pelo menos em parte, que é a educação. Os países em desenvolvimento, por conta dos planos econômicos que levaram a cabo receitas passadas pelo FMI, estão hoje so-

frendo sérias conseqüências do ponto de vista das condições sociais do seu povo empobrecido. Se a educação é o instrumento mais importante de inclusão social, por que não pensarmos em viabilizar, por meio da voz e do clamor dos pobres, essa pesquisa, que, uma vez muito reforçada, poderíamos pensar na exeqüibilidade da proposta apresentada pelo ex-Governador do Distrito Federal Cristovam Buarque, na Comissão de Combate e Erradicação da Pobreza, no sentido de trocarmos parte dos juros da dívida externa dos países em desenvolvimento por programas de bolsa-escola? Dessa maneira, estaríamos combatendo duplamente a pobreza: a do presente e a do futuro, eficientemente. Combateríamos a pobreza do presente porque, a partir do momento em que a família recebe renda, melhora as suas condições de vida; e a partir do momento em que associarmos o recebimento dessa renda a um programa de bolsa-escola, com a participação das crianças no processo de ensino-aprendizagem na escola, haja vista que uma criança de rua, analfabeta, de rua, amanhã será o pobre que estará novamente configurando essa realidade no mundo de dois bilhões de pobres vivendo com menos de um dólar por dia. No Brasil, há 70 milhões de pobres, dos quais 43 milhões vivem com menos de um dólar por dia.

Ouvi atentamente os ensinamentos do Senador Artur da Távola. Digo "ensinamentos", porque, a sua forma comedida de falar e sempre muito cortês vem-nos de bom grado, ainda quando tenta admoestar a Oposição. O papel da Oposição, porém, prezado Senador Artur da Távola, consiste em estar o tempo todo lembrando essa realidade, pois não podemos jubilar os Governos do presente como se eles não herdassem, ao assumir o Governo, os 500 anos de exclusão social. Qualquer um de nós, seja do PSDB, do PFL, do PT, ao nos dispormos a governar este País temos que ter a clareza de que, ao ganharmos as eleições, estaremos nos responsabilizando por todo este processo. É claro que não poderemos pensar que eles serão resolvidos em cinco anos de governo, ou em dez, não sei. Mas o compromisso de fazê-lo e de não agravar as condições que estão postas, deve ser o compromisso de quem assume esse governo. Se cobramos com tanta veemência é porque sentimos a cada hora as pessoas justificando a situação em vez de querer modificá-la.

Na votação do Fundo de Combate à Pobreza, tive a oportunidade de dizer que não gosto muito da filosofia do possível. Sou daquelas que acreditam que devemos lutar para conquistar o impossível, porque,

se não tivéssemos o desafio do impossível a nos mover para a frente, não teríamos chegado aonde chegamos. Há algum tempo, falar o que estou falando só era possível para os que estivessem bem próximos de mim. Graças àqueles que não se prenderam ao possível, hoje posso falar para os que nos acompanham em outros Estados pela TV Senado.

Então, não gosto muito de me conformar com o possível, porque o possível do agora é o comprometimento com o prolongar da situação de injustiça do futuro. E é por isso que, ao observar que há dois bilhões de pobres no planeta que vivem com menos de US\$1 por dia, 43 milhões de pobres no Brasil que vivem com menos de US\$1 por dia e 15 milhões de jovens analfabetos, sempre que penso nesses jovens analfabetos, eu me recordo de quando era analfabeta. Eu era uma analfabeta interessante, porque sabia somar, dividir, diminuir, multiplicar, mas não sabia ler. Ninguém conseguia me enganar na caneta. E tudo para mim foi muito fácil, quando eu me alfabetizei, aos dezesseis anos, porque eu já tinha a vantagem de saber a matemática. Mas me dói, sobremaneira, imaginar que existem pessoas que serão condenadas a não terem um emprego, um trabalho decente, porque não tiveram a oportunidade de receber uma educação decente, para o desenvolvimento das suas potencialidades.

Um dia desses, fui convidada pelo meu chefe de gabinete, Isaías, para ir a um culto na sua igreja, a Terceira Igreja Batista do Plano Piloto. O pregador era o Pastor Mateus. Lá, a pregação ia ser sobre pobreza. Chamou-me muito a atenção o ensinamento que ele nos passou, a partir do Capítulo 30 do Livro de Provérbios, no seu Versículo 8. Um dos filósofos da época era Agur, que não era o Rei Salomão, porque ele não falava de pobreza, pois é até hoje o homem mais rico que já existiu no planeta. Quem falou foi uma outra pessoa, no Livro de Provérbios. O nome dessa pessoa era Agur, homem muito temente a Deus. E seu maior pavor era pecar e perder as graças divinas – portanto, o reino dos Céus. Agur, vendo a riqueza e a pobreza, faz o seguinte pedido a Deus: "Eu te peço duas coisas, não mas negue antes de minha morte: afasta de mim a falsidade e a mentira, não me dê nem pobreza nem riqueza, concede-me o pão que me é necessário...". Com isso, ele queria dizer que a riqueza em demasia é uma forma de pecado, até porque, quando se tem demais, está-se privando alguém de ter o suficiente para sobreviver. É o que ocorre com o planeta hoje. Uma minoria apropria-se dos recursos naturais, dos meios de produção e do resultado do esforço coletivo, intelectual e técnico, privatizando-o em

detrimento de uma grande maioria, que passa a viver com menos de US\$1 por dia.

Agur tinha medo de ser tão rico que cometesse esse pecado. Mas ele dizia que também não desejava ser tão pobre para não pecar, porque, quando se está aviltado como ser humano e – como falam os pobres – só se dispõe do corpo como único patrimônio, já não se está mais preocupado com os valores éticos e morais, que só alguém que vive uma situação de dignidade pode cultivar. Quando está completamente pauperizada, a pessoa é capaz de roubar para sobreviver, é capaz de matar para sobreviver, é capaz de fazer atrocidades, que, segundo Agur, poderia levá-lo a uma situação de pecado.

Hoje, lamentavelmente, o mundo está dividido entre os que pecam por ter demais e os que pecam por ter de menos, se é que podemos fazer uma relação simbólica entre a injustiça social e o pecado. De sorte, Sr. Presidente, que nesta tarde quero partilhar com os colegas Senadores aqui presentes e com os nossos ouvintes da TV Senado o desafio de fazer o que o Governador Cristovam Buarque propôs em seu livro lançado ontem, chamado A Segunda Abolição. Vamos tentar fazer a segunda abolição neste nosso País! Vamos, além do possível, fazer a reforma agrária para os quatro milhões de trabalhadores sem terra! Vamos, além do possível de hoje, fazer com que este País ofereça educação para os 15 milhões de jovens analfabetos! Vamos, além do possível do Brasil de hoje, instituir um salário que não avilte os que labutam para viver de um míngua salário de R\$151,00.

Por mais boa vontade que tenhamos e por mais parcimoniosos que sejamos ao criticar o Governo, não podemos isentá-lo, em absoluto, de estar muito aquém do possível da realidade do povo brasileiro, quanto mais de não ousar em ir até as barreiras do impossível, que é instituir uma sociedade justa e verdadeiramente democrática. E democracia não é somente o direito de dizer o que estou dizendo. Isso já é muito, é ótimo, mas democracia, acima de tudo, é poder expressar o que pensamos, é ter os meios para formular bem nosso pensamento o que só se consegue com educação. Democracia é ter alimentação decente, água potável, transporte, segurança e o mínimo para o desenvolvimento de nossas potencialidades.

Se o Governo quer boa vontade da Oposição, trate de fazer o possível, que não está sendo feito. Quanto ao possível, quase o fizemos aqui, na discussão travada na Comissão de Combate à Pobreza; mas o que dela saiu foi muito pouco do ponto de vista daquilo que o Brasil espera do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, tenho dito que às vezes me sinto desestimulada para ficar debatendo, debatendo, debatendo. Na Comissão de Combate à Pobreza, trabalhei juntamente com Deputados e Senadores da Opo-

sição e da Situação, todos eles se empenhando muito, particularmente o Presidente, Senador Maguito Vilela, e outros Srs. Senadores. Quando o resultado foi encaminhado por projetos de lei, lamentavelmente o orçamento social não contou e não está contando com o apreço do Congresso Nacional no sentido de acelerar a sua aprovação, o que seria um fundo de combate à pobreza a altura de nossas necessidades, com os critérios muito bem debatidos por nós, além de uma política de recuperação do salário mínimo e de implementação de uma linha de pobreza, estabelecendo-se o Programa de Renda Mínima para as pessoas empobrecidas.

Isso não foi possível, e fiquei um pouco cabisbaixa. Mas hoje começo a ver com outros olhos. Muitas vezes, apontamos para uma estrela e não sentimos força, coragem ou ousadia de nos aproximar de seu brilho. Nós apenas apontamos para a estrela, mas existem muitos que olham para ela e ousam aproximar-se de seu brilho. É isso que já começa a acontecer com os resultados da Comissão de Combate à Pobreza. O Governador do Estado do Acre, por exemplo, está querendo implementar um programa sério de combate à pobreza. Prefeitos estão ligando para o meu gabinete, para o gabinete da Liderança, buscando nas nossas assessorias informações para a criação de um fundo de combate à pobreza, para aprovação do orçamento social nas suas administrações municipais. E eu comecei a me reanimar, até porque sou inspirada pelo meu colega Senador Eduardo Suplicy, que apresentou um Programa de Renda Mínima há dez anos, até hoje não aprovado. Contudo, graças a Deus, a sociedade é mais veloz do que o Congresso Nacional e já começou, há muito tempo, a fazer renda mínima por meio de bolsa-escola e outros programas nas Prefeituras e nos Governos dos Estados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem sabe os Prefeitos, os Governadores façam aquilo que o Governo Federal e o Congresso Nacional deveriam ter feito com ousadia, indo além da medíocre visão de que temos que ficar algemados sempre ao possível!

Durante o discurso da Sra. Marina Silva, o Sr. Casildo Maldaner, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Artur da Távola, por cessão do Senador Álvaro Dias.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema que hoje me traz à tribuna é um dos mais esquecidos e descon-

siderados, embora a todo instante lembrado pelas famílias brasileiras: é o da relação da televisão brasileira com a criança, relação que necessita de uma meditação permanente e de uma vigilância constante.

Fico ouvindo, com muito prazer, os discursos das nossas estimadas Senadoras do PT, que, com vigor, combatem todas essas questões ligadas à pobreza e injustiça social, às vezes resvalando um pouco pela idéia de que têm o monopólio dessas teses ou o monopólio que o PT gosta tanto de ostentar, da dignidade, da melhor posição social. E, como sou contra os monopólios, tenho certa tendência a ficar contra esse aspecto, não quanto ao conteúdo da fala. Eu gostaria de convocar essas pessoas também para considerarem aspectos que estão fora do âmbito da oposição ao Governo e que estão diretamente no âmbito das relações intra-sociais, porque é aí, nas relações intra-sociais, que se dá a maior postura retardatária, reacionária da vida brasileira. Na sua relação com a sociedade, as instituições vão passando valores, idéias, conceitos. Em outras palavras, trata-se de uma relação de natureza ideológica entre o sistema produtor, que comanda o processo produtivo, e a sociedade. É aí que se estabelece, a meu juízo, uma das grandes lacunas da sociedade brasileira. Ora, é patente que, hoje, os meios de comunicação correm paralelos a três instituições que antes se encarregavam da formação infantil.

Na sociedade clássica, as crianças eram formadas pela tríade: família, escola e igreja. Na sociedade de massas, apresentou-se um quarto elemento, com uma "vantagem" em relação às demais: a família é restritiva; a escola é disciplinadora; e a igreja é, quantas vezes, repressora; já a comunicação vem encapada na ludicidade. Ela opera pela lógica do prazer da audiência. Ela não opera pela restrição ou por desenvolver a razão, o raciocínio, o pensamento, aquilo que só vem com o estudo – e o estudo sofrido, em cima do caderno, meditando, fazendo, criando. Não! Ela opera com signos altamente agradáveis na sua aparência e belos: desenhos animados, programas agradáveis. No entanto, gradativamente, ela ocupou um espaço crescente, na segunda metade do século XX, junto às outras formas de educação existentes: a família, as igrejas e a escola.

Na escola, há o ensino organizado, a pedagogia, uma forma organizada de ensinar. Na família, há o esforço de manutenção dos valores implícitos à família. É claro que isso ocorre no caso das crianças que têm família, já que, no quadro da tragédia social brasileira, uma grande parte das crianças sequer tem família.

Nas igrejas, há o cumprimento de regras ligadas ao comportamento, regras altamente restritivas de uma série de manifestações, tendo em vista a necessidade de se criar uma sociedade equilibrada, organizada. O meio de comunicação é prazenteiro, agradável, superficial, rápido. Por isso, veio paralelo às formas existentes de educação e enquadrando os seus projetos, que são, no fundo, de natureza ideológica.

Este é um tema que merece a nossa reflexão, sobretudo porque estamos a viver hoje no Brasil um completo abandono de análise, de preocupação sobre a relação que os meios de comunicação, sobretudo os eletrônicos, têm com a criança. Já houve períodos em que, mais conscientes do seu papel formador, os meios de comunicação obtiveram programas capazes de aliar a ludicidade, o encantamento, a graça, a alegria de um programa a certos conteúdos de caráter formador da criança. Foram os tempos da Vila Sésamo. Uma boa geração de jovens foram formados na televisão ao tempo da Vila Sésamo. Foram os tempos do Sítio do Pica-pau Amarelo, em que a obra de Monteiro Lobato entrou como conteúdo de uma adaptação por televisão que marcou a infância brasileira. Foi o tempo de obras como o Tio Maneco, um programa de iniciação à Ciência, num trabalho feito pelo ator Flávio Migliaccio. Como um remanescente desse tempo, há o Castelo Rá-tim-bum, uma atividade da TV Cultura de São Paulo – um programa premiado internacionalmente.

O Brasil já teve no seu sistema de televisão tentativas de aproximar a programação infantil de conteúdos indispensáveis à formação da criança, eliminando a idéia da violência, partindo do princípio de que a solidariedade humana é possível, buscando criar estruturas de vivência com a cultura nacional, estabelecendo princípios de formação estética nas crianças, enfim, de conteúdos e – mais que conteúdos – de valores.

A partir dos últimos dez anos, aproximadamente, desaparecem na televisão essas tentativas, que são substituídas por alguns padrões altamente merecedores de reflexão e de crítica.

Já não se toma mais, na televisão brasileira, a criança como um embrião de cidadão, como um consumidor em embrião, mas como um consumidor em estado pleno. Tem-se toda uma televisão destinada a formar consumidores e a negar-se a dar qualquer passo na direção de formação da cidadania. A escola continua presente com seus valores, assim como a Igreja e a família – onde existe família –, mas é muito difícil para essas entidades disputar alegria, ludicida-

de, prazer com os recursos que a comunicação eletrônica traz.

E a comunicação eletrônica não estacionou na televisão, mas enveredou pelos jogos de computador e pelos chamados game boy, nos quais não só o vernáculo vai de roldão, como também seu conteúdo escapou a toda e qualquer forma de controle da sociedade brasileira. Há jogos em que a vitória consiste no maior número de assassinatos cometidos pela criança, que mobiliza sua atividade psicomotora naquele aparelho de natureza tecnológica.

A comunicação eletrônica entra pela televisão, formando consumidores precoces, ou entra por outras formas de expansão tecnológica, formando indivíduos despojados de qualquer tipo de sentimento, com temas e padrões nos quais a vida humana perde sentido e valor, porque ela é o objeto da vitória quando se trata de matar virtualmente, um matar que, depois, pode se transformar num matar concretamente.

Estamos, portanto, diante de um quadro que merece reflexão e que atinge justamente as crianças mais pobres, essas que são lembradas com tanto empenho, com tanta verdade, com tanta sinceridade por diversos discursos nesta Casa. Justamente essas crianças estão desassistidas da presença de uma família que lhes possa orientar, até porque muitas delas não têm família – a família é uma instituição, no Brasil, da classe média para cima. Esse quadro atinge crianças que não têm, no desenvolvimento escolar, a possibilidade da formação de uma estrutura.

Pode-se dizer: "bem, ao tempo do rádio, as histórias em quadrinhos também pareciam tão ameaçadoras, pareciam fomentadoras da violência; e não se conhece uma geração formada pelas histórias em quadrinhos com a violência das gerações posteriores". Sim, mas àquele tempo também a presença da escola era maior, a presença da instituição familiar era maior, a presença de instituições religiosas, com seu universo, também era mais significativa.

No tocante à formação de consumidores no lugar de cidadãos, temos um direto descumprimento de normas constitucionais relativas à concessão para uso de serviços públicos. Não se dá concessão a um serviço público, que é a comunicação, para que só o sistema se beneficie, formando atuais e futuros compradores, pessoas que só têm no consumo as formas de mostrar sua alegria de vida. E mais, pessoas que, quando não têm o consumo, são obrigadas a caminhar na linha da cobiça, justamente a linha que as leva tantas vezes ao crime.

Esses são os valores que estão sendo despejados diariamente em milhões de crianças brasileiras. É evidente que essa competição se torna absolutamente ganha, de antemão, em relação à escola; porque a escola tem regras de disciplina; a Igreja e os comportamentos religiosos têm regras de disciplina; a família possui regras de disciplina, até mesmo com as crises com que a contemporaneidade convive. Mas os meios de comunicação estão independentes disso.

Pode-se não querer, como não desejo, formas de censura; mas bem que os responsáveis pelos meios de comunicação estão a dever à sociedade brasileira, pelo menos, a intenção de se reunirem para buscar a possibilidade de um acordo na programação infantil. Pois, até aqui, os valores dessa programação infantil estão na linha de que os ídolos são necessariamente figuras dolicocefalas e loiras, completamente apartadas da realidade étnica brasileira. É preciso ser dolicocefalo e louro para ser ídolo das crianças, criando, desde logo, um conceito étnico reacionário, porque jamais se viu ali a busca de uma idolatria e em cima, por exemplo, de uma figura mestiça. Figura mestiça essa que, nos auditórios de televisão, sequer aparece nas platéias, que são todas elas compostas, em todos os canais, por figuras exclusivamente brancas, se possível dolicocefalas e muito melhor se louras.

Em segundo lugar, os padrões culturais implícitos nas melodias e nas canções hoje misturam-se a padrões adultos, criando o fenômeno complexo da sensualidade precoce, responsável, ela também, por uma série de impactos, por uma série de impasses, tão logo a moça – principalmente a mulher – atinja a fase adolescente. Mais grave no caso dos segmentos pobres da população, porque essa sensualidade precoce é a condutora à prostituição precoce, outra das chagas que infelicitam este País.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite apartear-lo?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Concedo um aparte a V. Exª com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Cumprimento V. Exª por trazer, com tanta inteligência, uma reflexão sobre a importância da qualidade dos programas de televisão, sobretudo, dos que são assistidos pelas crianças brasileiras, e também pela maneira como V. Exª quer estimular as emissoras de televisão a enfrentarem esse desafio. V. Exª não trata o assunto com a postura de quem queira censurar, proibir. Seu espírito democrático e de defensor da liberdade ressalta que não é esse o seu propósito, o que é muito positivo. V. Exª vem aqui conclamar, estimular a televi-

são brasileira a buscar propiciar às crianças programas mais interessantes, mais criativos, que não estimulem o desejo do consumo, de serem iguais aos ídolos na televisão – que até podem ter méritos para isso, sejam mulheres ou homens ...

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Claro, independente do mérito.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... mas que estimulem, sobretudo, o aprendizado dos valores da solidariedade, do amor e não a matar, como meio de competição e de sucesso. V. Exª enfoca muito bem o assunto, mas, a certa altura, V. Exª mencionou que a família é uma instituição da classe média para cima.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Não, Excelência. Existe no Brasil real. Desculpe, talvez não tenha sido feliz.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me apenas completar, Senador, para que V. Exª possa, até, aprofundar o seu pensamento. Aqui farei menção à cidade de V. Exª, retratada de maneira tão violenta no filme de João Moreira Salles, **Memórias de uma Guerra Particular**. Não sei se V. Exª teve oportunidade de assisti-lo. Recomendo-o e aviso a todos que nos assistem que a TV Senado, na sexta-feira, às 21h30min., exibirá **Memórias de uma Guerra Particular**, que traz uma reflexão extraordinária, com cenas da vida real sobre o tema que V. Exª traz hoje, que é a violência, sobretudo nos bairros mais carentes, no morros, nas favelas do Rio de Janeiro, onde a habitação e a renda são tão precárias e sem solução para o problema social. Por que lembrei este filme na hora em que V. Exª mencionou "a família da classe média para cima"? Porque nele, há uma cena notável, em que a Polícia Militar ocupa a favela e prende rapazes de 15, 16 e 17 anos e os leva para cima do morro. Todas as mães, irmãs, namoradas, noivas seguem a polícia morro acima com receio do que ela fará com seu filho, irmão, namorado, noivo, marido, companheiro. É nos bairros mais carentes, nos lugares em que há maior pobreza, que o conceito de família, hoje violentada pela trágica situação social, é mais forte. Em comunidades como essas, há um sentimento de solidariedade que, muitas vezes, não existe nos bairros de classe média e alta. Nas comunidades de classe baixa, o convívio é maior, até pelo espaço que é muito menor. Receba meus cumprimentos, Senador Artur da Távola!

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade. Fazendo soar a campainha) – Consulto o Plenário sobre a pror-

rogação da sessão por dez minutos, para que o orador conclua seu brilhante pronunciamento. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, está prorrogada a sessão por dez minutos.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, é possível que, no improviso, a frase que mencionei tenha até saído deslocada do seu devido lugar. Eu não quis dizer que a família brasileira só existe da classe média para cima. O que quis dizer é que a organização da família da classe média para baixo, tendo em vista os apelos de trabalho de pai e mãe, cria uma desestruturação interna que deixa a criança muito mais horas diante da televisão; até, muitas vezes, através de solidariedade formidável, como a que existe nos morros, em que a vizinha, a amiga cuida das crianças cujos pais e mães, chamados pela sobrevivência, são obrigados a deixar a criança aos seus cuidados. Evidentemente, por razões de natureza cultural, social, a desestruturação sempre atinge muito mais os segmentos pobres do que os privilegiados. Foi o que quis dizer quando aquela frase me veio à memória. Possivelmente eu a tenha inserido fora de um contexto que merecesse uma explicação mais detalhada, que V. Exª, em boa hora – digamos assim – ,convoca-me para fazer.

A Sr.ª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Permite-me V. Exª um aparte, ilustre Senador Artur da Távola?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Com muita satisfação, eminente Senadora Heloisa Helena.

A Sra. Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Artur da Távola, saúdo V. Exª pelo pronunciamento. V. Exª, com tanto brilho, inteligência e uma dedicação incontestável, aborda um tema que, tenho absoluta certeza, mexe com mentes e corações das pessoas que nos ouvem neste momento, especialmente das mulheres, maioria da população e responsáveis diretas pela outra parte da população. Neste momento em especial, entendi a colocação generosa, solidária, do Senador Eduardo Suplicy, mas é evidente que sabemos da existência de milhões de pessoas neste País que não têm mais ligações familiares, ou já se jogaram na marginalidade, nas drogas como último refúgio. A fome, a miséria, o sofrimento dessas estruturas familiares geram um clima de violência doméstica em relação aos filhos, e as crianças vão para as ruas mesmo como última alternativa. Esses fatores levam, como disse V. Exª, a uma completa desestruturação de princípios mínimos, estabelecidos como regras para a vida em comum. A minha grande preocupação

— e esse é o apelo que faço a V. Ex^a até porque durante muito tempo tenho trabalhado essa questão — é a respeito da maneira pela qual podemos operacionalizar, não com uma fórmula mágica, encontrar uma alternativa concreta para minimizar os efeitos provenientes dessa situação. V. Ex^a diz muito bem que os meios de comunicação devem à sociedade brasileira uma alternativa. Sinceramente, e talvez seja falta de generosidade minha, não acredito que os meios de comunicação, que trabalham com uma sociedade individualista, consumista, portadora de valores incompatíveis com a vida comunitária, possam oferecer uma solução. Então, não acredito que eles possam viabilizar ações de tanta generosidade e de uma formulação para uma vida dita civilizada, mesmo nos padrões do capitalismo e das instituições burguesas. Eu não acredito que isso seja feito. É exatamente por isso que faço uma pergunta a V. Ex^a: o que podemos fazer em relação a isso? Inclusive, esses meios de comunicação são concessões públicas. Então, como podemos operacionalizar? Quais os mecanismos concretos que podemos viabilizar no sentido de impor? É claro que não existem padrões culturais e religiosos de neutralidade, mas existe aquilo que supomos ser consenso numa sociedade que se pretende civilizada. O que podemos fazer para criar mecanismos que obriguem esses setores a se curvarem ao mínimo, àquilo que é o consenso numa sociedade que se proponha civilizada?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) –
Obrigado, Senadora.

Vou responder a V. Ex^a: não creio que haja uma fórmula nem V. Ex^a assim o propôs, mas creio que há algumas que podem ser tentadas. Por exemplo, há, no Congresso, um projeto do Deputado Cunha Bueno, que autoriza a colocação daquele aparelho que permite à família bloquear os canais que não desejam sejam vistos por seus filhos. Creio que este é um projeto que deve ser incentivado. Agora, ainda estamos na linha restritiva, mas é um ponto.

Há outro assunto, Sr. Presidente, que se refere ao fato da necessidade de o Governo, primeiramente, senão de modo restritivo — isso foi até tentado pelo atual Ministro da Justiça quando era Secretário de Direitos Humanos —, no sentido de chamar os canais de televisão para uma reflexão e uma ação diante desse problema antes de se tomar qualquer atitude restritiva, continuando nessa linha. Essa conduta não seria difícil — bastava obter dos meios de comunicação o seguinte acordo: a competição é mantida, mas, nos horários infantis, cada canal deverá fazer produções

próprias de programas infantis que não sejam necessariamente mercadológicos.

Quando uma emissora investe dinheiro num programa como o "Sítio do Pica-pau Amarelo", outra rede, no mesmo horário, apresenta uma película japonesa de violência, que custa mais barato que aquela produção e acaba levando a audiência. Nessa guerra, a emissora que fazia o "Sítio do Pica-pau Amarelo" acaba desistindo, porque também não há nenhuma oposição a outra que mostrou o filme japonês violento.

Se houvesse, em produções próprias locais, uma competição nos horários em que os canais se comprometessem a fazer uma programação infantil qualificada, existiria — como hoje se costuma chamar — uma agenda positiva para que a televisão operasse.

Há outras formas — uma das quais proposta pela Deputada Marta Suplicy — de instrumentalizar sistemas de controle social da atividade, que, a meu juízo, também podem e devem ser incentivadas. São maneiras, vejam V. Ex^{as}, que necessariamente não passam pela censura e que deixam a criatividade, a liberdade dos canais, a possibilidade de fazer. Agora, é regulamentar, de alguma forma, esses aspectos.

Não podemos realmente pactuar com essa idéia que hoje se infiltrou na vida brasileira e que a comunicação, principalmente a comunicação eletrônica, desenvolve. É muito curioso: hoje em dia, a comunicação eletrônica deprime a Nação pelos noticiários e euforiza pelos comerciais. O mundo dos comerciais é um mundo de pessoas bonitas, é um mundo de situações agradáveis, é um mundo maravilhoso, é um mundo idealizado, com automóveis que voam, liquidificadores que falam, geladeiras cuja marca se confunde com a própria felicidade — "isto não é uma tal, mas é...", numa idéia de vincular conceitos e valores a objetos e materiais, tão própria à propaganda.

Nesse mundo maravilhoso do comercial, cria-se uma atmosfera de idealização, e o mundo dos noticiários deprime diariamente a população, sobretudo em relação a um noticiário que só ressalta os aspectos negativos da vida em sociedade. Isso também é um tema para se pensar.

Acredito que o meio de comunicação não é apenas um lugar pacífico, mas um lugar de muitas tensões internas, até porque trabalhei neles e conheço bem sua estrutura interna. Dentro de cada meio de comunicação, há muita gente que luta por isso. E há um conflito constante entre os que buscam os valores materiais citados por V. Ex^a, da sociedade individualista, que só tem funções compradoras ou vende-

doras, e os que lutam, profissionais do meio, qualificados, pela introdução, ou intromissão, de valores de vida. O que não se pode é ficar parado diante, sobretudo, ou pelo menos, da televisão infantil, para que as crianças do Brasil não sigam crescendo diante de formas extremamente massificadoras, todas elas homogeneizadas, feitas para agradar e para que o sistema comercialize, fetichizando roupas íntimas das apresentadoras, sutiãs, calcinhas, meias, saias, como se fossem ícones superiores de vida. Em tudo isso há uma carga de valores que merece a nossa meditação.

Agradeço ao Sr. Presidente a tolerância e aos Srs. Senadores a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Os Srs. Senadores Paulo Souto, Lúcio Alcântara, Edison Lobão, Mauro Miranda e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAULO SOUTO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 29/05/2000, artigo intitulado "A responsabilidade dos juízes", transcrito a seguir:

O magistrado que, usando os poderes que lhe são conferidos pela função judicante, comete um crime deve receber a mesma pena que seria aplicada a um cidadão comum, por delito semelhante? É esta a questão subjacente ao substitutivo do projeto de lei que dispõe sobre os crimes de responsabilidade dos magistrados, que o Senado acaba de aprovar. Praticamente todos os delitos enumerados no projeto já estão tipificados no *Código Penal*.

Esse, aliás, foi um dos principais argumentos de quem se opôs ao projeto, como o jurista Miguel Reale Júnior: como já existe a norma de caráter geral, o projeto feriria o princípio da proporcionalidade ao visar aos delitos cometidos por magistrados. Outros opositores, como o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, desembargador Antonio Carlos Vianna Santos, enveredaram por caminhos mais tortuosos, pretendendo ver no projeto uma manifestação de "hostilidade contra a magistratura e ao Estado democrático de direito", além de "grave interferência na liberdade de convicção dos juízes".

O Senado, em boa hora, entendeu que os juízes, como agentes políticos nomeados pelo chefe do Poder Executivo, devem responder também pelo crime de responsabilidade, que são aqueles que atentam contra a Constituição; o livre exercício dos Três Poderes e do Ministério Público; o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança inter-

na do País; a probidade na administração; a lei orçamentária; e o cumprimento das leis e das decisões judiciais. E que isso não os exime da responsabilidade penal, civil e administrativa.

O projeto que o Senado acaba de aprovar é um dos resultados da CPI do Judiciário. Seu autor, o senador Paulo Souto, foi o relator daquela comissão de inquérito. Durante os trabalhos da CPI, os senadores constataram a existência de um vazio legislativo onde deveriam existir a tipificação das condutas ilícitas durante o processo e o julgamento. Daí a apresentação do projeto, para "salvaguardar o Estado de Direito dos ataques que possam ocorrer, justamente por aqueles que deveriam protegê-lo".

A reação das associações de magistrados, contrária ao projeto, foi típica de quem se julga acima de qualquer suspeita e considera qualquer forma de controle externo – é disso que se trata, porque os crimes de responsabilidade praticados por magistrados são de ação pública, mas é admitida a ação privada, se a ação pública não for impetrada no prazo legal – uma intrusão na organização do Judiciário e uma limitação da liberdade judicante. Os fatos apurados pela CPI, no entanto, mostram que o sistema é falho e há juízes que sucumbem às tentações. No que concerne à irresponsabilidade e à corrupção, o Judiciário é tão vulnerável, pela condição humana de seus componentes, quanto o Legislativo e o Executivo, e os fatos não justificam que os integrantes desses dois últimos poderes se sujeitem a processos por crimes de responsabilidade e os do primeiro Poder, não.

Não se justificam, ainda, as alegações de que está havendo interferência indevida de um Poder, no caso o Legislativo, em outro, o Judiciário. A legislação que o Senado acaba de aprovar não diz respeito à organização interna do Judiciário. É matéria penal e processual e, como tal, de competência exclusiva da União – vale dizer, matéria sobre a qual o Congresso pode dispor.

O projeto aprovado, é verdade, não é perfeito. Contém excessos que poderão ser corrigidos na Câmara. Considerar, por exemplo, que o desrespeito à regra de jurisdição ou de competência "para favorecer uma das partes em processo judicial" constitui crime equivale a tentar suprimir por decreto os conflitos de jurisdição, tão comuns na prática do Direito. Por outro lado, é perfeitamente razoável considerar como crime de responsabilidade "condenar a Fazenda Pública, em ação judicial, ao pagamento de indenização flagrantemente desproporcional ao preço de mercado do bem objeto da ação, em afronta ao princípio cons-

titucional da justa indenização". Juiz que concede indenizações astronômicas, como as dos precatórios e indenizações ambientais, não está decidindo com base nos autos. Está decidindo sem base na realidade – e isso é, no mínimo, irresponsabilidade.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, a economia globalizada impõe um alto nível de concorrência, em termos de preços, qualidade e especificações técnicas, e exige um elevado grau de modernização da agricultura, com adoção de novos métodos, processos produtivos e novas tecnologias.

Para atender a essas demandas, cada vez mais exigentes e seletivas, a agricultura moderna depende cada vez mais do nível de preparo técnico e educacional de todos que trabalham no setor agrícola.

A forte presença da educação na agricultura – compreendendo o treinamento permanente, a capacitação e a reciclagem – representa um elemento essencial e indispensável para garantir maior produção de alimentos, matérias-primas e produtos agrícolas exportáveis.

O Brasil precisa expandir sua fronteira agrícola, estimular o setor agrícola, com novas técnicas e métodos que contribuam para aumentar os níveis de produtividade e a eficiência do setor, conjugando assistência técnica e crédito rural, preços mínimos e facilidades na comercialização de seus produtos.

As rigorosas exigências de qualidade dos produtos agrícolas, em nível mundial, precisam ser atendidas com mudanças de hábitos, técnicas, atitudes, habilidades e novos comportamentos dos nossos agricultores.

Naturalmente essas modificações estruturais não ocorrem no curto prazo, pois envolvem mudanças culturais e comportamentais não apenas do homem do campo, como também de sua coletividade, de sua família.

Diversos são os fatores envolvidos nessas mudanças: métodos de produção, armazenagem, conservação, embalagem, comercialização e transporte de produtos agrícolas, assim como outras necessidades relacionadas com a família do agricultor: administração agrícola, saúde, alimentação, habitação e, permeando todos esses elementos, o fator educação.

O Brasil já conseguiu significativos avanços científicos e tecnológicos, na pesquisa agrícola e pecuária, o que representa importante condição para o desenvolvimento de nossa agricultura.

No entanto, de nada adianta o conhecimento científico e tecnológico, se não houver condição de

transferir esse conhecimento para o homem do campo, para o agricultor que enfrenta dificuldades com inúmeros problemas de baixa produtividade na agricultura de subsistência e nas regiões mais pobres do Brasil.

É esse o importante papel da extensão rural, que é o instrumento adequado para levar o avanço tecnológico ao campo, contribuindo para maior produtividade agrícola e para melhorar a renda dos agricultores, que terão condições de aumentar a produção e praticar melhores preços para o consumidor, oferecendo produtos de melhor qualidade.

O Brasil, desde a década de 50, vem desenvolvendo uma importante experiência no campo da extensão rural, com a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), em cooperação com agências de desenvolvimento regional e setorial, Governos Federal, Estaduais e Municipais, estabelecimentos de crédito e entidades privadas.

É com muita satisfação que registro o trabalho meritório que está sendo desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), instituição vinculada à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e que tem como missão "profissionalizar e desenvolver atividades de Promoção Social, objetivando a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais, bem como sua inserção ou recolocação no mercado de trabalho, cada dia mais exigente e seletivo".

Conhecendo pessoalmente as enormes dificuldades do homem do campo, principalmente dos sertanejos nordestinos, desejo ressaltar a importância dos programas de formação profissional rural, de promoção social, de educação profissional para trabalhadores rurais sem escolaridade, de formação de recursos humanos, de educação à distância e cidadania rural, desenvolvidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Qualificar, aperfeiçoar, atualizar e especializar o homem do campo e sua família, atendendo às necessidades das respectivas comunidades rurais, dentro de um planejamento participativo, em cooperação com entidades públicas e privadas, representa uma visão moderna da extensão rural, que deve ser estimulada, apoiada e fortalecida, principalmente porque não mais depende da ação exclusiva do setor público.

A participação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), na formação profissional e no desenvolvimento social do homem do campo representa uma nova etapa de evolução de nossa agricultura e do homem do campo.

De 1993 a 1999, o SENAR capacitou mais de um milhão e seiscentos mil trabalhadores e produtores rurais, nas áreas de agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura, extrativismo, agroindústria e atividades de apoio agro-silvo-pastoril, adotando metodologia desenvolvida pela própria instituição.

Desejo ainda ressaltar a importância de um programa educativo destinado às crianças e desenvolvido pelo SENAR – Administração Regional do Paraná, que trata de noções básicas sobre agrotóxicos, água, biodiversidade, cidadania, clima, solo e cuidados de saúde para o jovem.

Trata-se de iniciativa que objetiva formar o cidadão do futuro, formando a consciência dos jovens em relação a assuntos relevantes para o Brasil neste século, como meio ambiente e utilização da água.

Deixo aqui o meu integral apoio ao programa de educação e treinamento profissional do homem do campo mantido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, da Confederação Nacional da Agricultura, não apenas pelo muito que já fez, mas principalmente pelo muito que ainda fará em benefício dos nossos agricultores, de suas famílias e de suas comunidades.

Mais uma vez quero ressaltar meu especial apreço pelo programa dedicado à formação dos jovens, pela maior participação dos jovens no processo de desenvolvimento nacional, não apenas na agricultura como em todos os setores da sociedade.

Tenho a convicção de que a Confederação Nacional da Agricultura continuará a dar seu apoio ao desenvolvimento de nossa agricultura, melhorando o nível educacional e profissional de todos que trabalham nossa terra, para que todos os brasileiros tenham mais alimentos, com melhores preços e com melhor qualidade.

Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, os surtos de violência que vêm ocorrendo em nosso País são realmente assustadores. O Brasil, no universo desse problema, tem sido comparado a países nos quais a violência arranha a periferia do caos, submetendo populações inteiras a um estado permanente de insegurança.

O próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso amplia sua preocupação em relação ao assunto, já ultimando providências que procurarão as soluções adequadas. Esperamos que sejam bem sucedidas.

Muitas são as causas desses crescentes surtos de violência, a começar pelos problemas sociais do desemprego e da carência educacional. Outra das causas, de fortes motivações, é a impunidade, que

faz germinar o grande estímulo para os crimes e as reincidências. O percentual brasileiro dos crimes públicos apurados é insignificante, o que encoraja a repetição dos assaltos, roubos e assassinatos. Nosso sistema penitenciário ainda não encontrou as condições para a realização da utopia da reeducação de criminosos. Nem mesmo em relação aos infratores menores de idade, que seriam uma esperança para a reeducação.

Ao contrário, os autores de crimes, menores ou maiores, são espremidos em instituições ou celas de cadeias comuns nas quais têm o aprendizado ou o aprimoramento das práticas ilícitas, além do ódio vingativo que os envolve contra a sociedade que os pune através de processos desumanos.

A violência, porém, não tem sido exclusiva de assassinos e ladrões. De uns tempos para cá vem se expandindo contra os bens e as autoridades públicas. E o mais notável, Senhor Presidente, é a reação de boa parte da imprensa à ação policial que se propõe a impedir as manifestações violentas e predatórias. Como se pretendesse que policiais, no enfrentamento com turbas de vândalos, recuassem e fugissem ao sinal da primeira pedrada agressiva.

A história nos ensina que a democracia exige um constante aprendizado. Nesse regime por que todos aspiramos, assegura-se a mais plena liberdade individual, que não se pode confundir, porém, com a baderna. A agressão física a um cidadão qualquer ou a um ministro de Estado há de ser impedida e punida. Assim exige a democracia para a própria segurança pessoal de todos. Um próprio público não pode ser invadido nem seqüestrados seus servidores, cabendo à polícia impedir os invasores e, quando isto tiver ocorrido, libertar os seqüestrados e retirar os invasores. Isto é a democracia. Difícil admitir, por exemplo, que um policial vá impedir com cavalheirismo o vândalo que atira pedras nas vitrines de lojas para em seguida saqueá-las.

A 27 de maio passado, em **O Globo**, o jornalista Evandro Carlos de Andrade assinou o artigo “República dos bananas”, no qual retrata muito bem a ação policial em sistemas democráticos e ditatoriais.

Diz o artigo num dos seus trechos:

“...Alguém poderia imaginar a invasão e ocupação do prédio do Tesouro americano por um grupo de revolucionários transvestidos de agricultores?... E que dizer da hipótese de o primeiro-ministro Tony Blair pedir liminar à Justiça britânica para conseguir a devolução do prédio do Parlamento, invadido e ocupado por um grupo do IRA?...”

Vemos, Sras. e Srs. Senadores, que, no Brasil, não estamos longe desses acontecimentos. Ou melhor, neles já nos inserimos. Não ocorrendo a imediata reação do poder público a tais abusos, fácil imaginar o que nos reserva o futuro em relação à segurança pessoal dos cidadãos.

A esperança é a de que se efetivem, com presteza, os estudos que, na área federal, estão sendo desenvolvidos para coibir tais abusos, gravemente prejudiciais à democracia.

Ao terminar este pronunciamento, Senhor Presidente, solicito que o mencionado artigo publicado em "O Globo" dele faça parte integrante.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDISON LOBÃO EM SEU DISCURSO.

REPÚBLICA DOS BANANAS

Evandro Carlos de Andrade

Sem que me orgulhe disso, antes pelo contrário, sou contemporâneo de ditaduras. Não só as daqui. De outros países também. Comecei pela do Getúlio. Nela, vivi meu primeiro espanto causado pela política. Na Avenida Rio Branco, ao fim de um desfile, o ditador se retirava em carro aberto em meio ao público e, ao passar perto de mim, populares o valavam, sem que ele desse sinal de perceber. Então, eu perguntava aos meus botões, que era a quem se perguntava com prudência naquele tempo: ditador pode ser vaiado sem que o autor da vala seja preso? Ainda me faltava capacidade de associar as vals ao declínio do Estado Novo, que ruiria menos de um ano mais tarde.

Estive na União Soviética de Gorbachow, na China de Deng Xiaoping, na Argentina de Videla e Massera, no Chile de Pinochet. Nas grandes cidades desses países, nunca, nunca, vi polícia que não fosse apenas para orientar o trânsito.

Extraordinária, essa sensação de paz nas ruas que as ditaduras nos dão. Tem-se a impressão de que o povo todo está feliz da vida.

Claro que de vez em quando tudo vai pelos ares. Ao fim de algum tempo, e basta para isso uma boa crise econômica, se reacende o desejo de liberdade e se põe o ditador para correr, com diferentes graus de violência e até docemente, como aconteceu com Getúlio e Gorbachow, para citar dois exemplos notáveis.

Já em democracia é diferente. Os descontentes exercem com frequência o seu direito de manifestação. E quando se excedem, o pau come. O pau come em Paris, em Berlim, em Washington, em Londres, em Roma, seja onde for. É para isso mesmo que existe polícia. Quando prevalece a liberdade, a ação política da polícia se satisfaz com a repressão ao tumulto, e ela se dá com toda a energia necessária: bombas de gás lacrimogêneo, sprays de pimenta, cães pastores, cassetetes de um escandaloso falicismo, balas de borracha (e até, infelizmente, balas de chumbo disparadas por profissionais destreinados, a matar pessoas, como não é raro que ocorra aqui). Já sob regimes discricionários, a polícia política age preventivamente. Vai buscar os estudantes e os professores nas escolas, os trabalhadores nas fábricas, os articuladores dos insatisfeitos

tos - e discretamente culda de trancafiá-los ou executá-los, sempre protegida pela censura aos órgãos de comunicação.

Porque sabem disso, nas democracias consolidadas os órgãos de comunicação não se escandalizam com a pancadaria. Todos entendem que para preservar os direitos de todos, é preciso assegurar o ir-e-vir tranqüilo nas vias públicas e a segurança dos bens públicos e particulares.

Aqui, é diferente. A excitação histórica com que articulistas e colonistas se insurgem contra a ação policial na repressão aos desordens chega a nos sugerir que tais profissionais sentem saudade da ditadura. Pois com certeza para ela caminharíamos novamente se se permitisse que a manifestação pacífica se convertesse a todo momento e, badema, em quebra-quebra, em instabilidade social.

Quando se jogam pedras num destacamento policial, espera-se o que? A fuga dos policiais? Que eles dêem a outra face? Deviam esses queixoso raciocinar como Pier Paolo Pasolini, que alertava para a origem daqueles seres humanos contratados para garantir a segurança pública; era (e é) a mesma dos manifestantes mais pobres, mais humildes.

Pasma devia causar, isso sim, o silêncio covarde com que se assistiu, nos últimos anos, à tibieza da autoridade pública diante dos incríveis abusos cometidos impunemente. Alguém poderia imaginar a invasão e ocupação do prédio do Tesouro americano por um grupo de revolucionários transvestidos de agricultores? Garanto que nem entravam e na melhor das hipóteses: haveria muito coco rachado pela segurança. E que dizer da hipótese de o primeiro-ministro Tony Blair pedir liminar à Justiça britânica para conseguir a devolução do prédio do Parlamento, invadido e ocupado por um grupo do IRA?

Parece piada, mas aqui não é. Aqui, um covarde agride com pedaço de pau, pelas costas, um governador, ou com cafateste quebra um ovo no rosto de um ministro - e nada acontece. Quer dizer daqueles índios brandindo lanças, flechas e tacapes, a um palmo de distância do pescoço do presidente do Senado? Como se permitiu que entrassem armados no Congresso? Que aconteceu com os funcionários da segurança que se omitiram? Pelo menos o chefe deles foi demitido? Que nada.

Temos assistido a isso tudo, invasões, destruições, ocupações, expropriações - e se a bananice começa a ceder lugar ao senso da ordem sem a qual é impossível assegurar a cada um o seu direito natural à incolumidade, lá vem a onda de xiques imprezinhos.

Pois eu espero que essa reação tardia ao vandalismo não seja mero surto de machice, mas sim um rumo que nos possa deixar tranqüilos e nos devolva a civilidade até agora esquecida. Se não for por bem, que seja por mal.

Evandro Carlos de Andrade, é diretor de Jornalismo da Rede Globo.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB - GO) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para saudar um fato de elevado interesse para o desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste, e mais particularmente para o meu Estado de Goiás. Um fato que diz respeito às aspirações de toda uma classe rural que labuta diariamente nos campos produtivos de Goiás, um fato que, portanto, está acima das lutas de poder, e das diferenças políticas eventuais e das disputas partidárias. É um fato

que nos faz a todos vencedores, depois de um trabalho intenso que já dura mais de cinco anos. Finalmente, senhoras e senhores senadores, a carne produzida pelos pecuaristas goianos está livre de todas as restrições que foram impostas pelos países importadores.

Com a decisão anunciada na última quinta-feira pela Organização Internacional de Epizootias, o chamado Circuito Pecuário Centro-Oeste foi classificado como área livre de febre aftosa. Esse circuito é formado pelos Estados de Goiás, Mato Grosso, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, além do Distrito Federal. Para os goianos, o certificado obtido em Paris tem um sentido ainda mais especial. Temos hoje o maior rebanho bovino do país em condições de exportação, com 16,9 milhões de cabeças na área livre. Graças a essa conquista dos produtores brasileiros de carne, apoiados pelo Ministério da Agricultura, o país vai aumentar o volume de exportações deste ano, chegando a 650 mil toneladas, contra 550 mil no ano passado. As receitas em divisas deverão chegar ao recorde histórico de 1 bilhão de dólares, de acordo com as previsões oficiais.

Esses números, apesar de expressivos, ainda são muito tímidos para os potenciais do rebanho brasileiro, que é o maior do mundo em volume comercializável, com 160 milhões de cabeças. A Índia, cujo rebanho físico ocupa o primeiro lugar, não faz parte do universo comercial, porque naquele país da Ásia o boi é sagrado. O fato inquestionável é que a região Centro-Oeste, respondendo atualmente por 40 por cento do rebanho brasileiro, tem tudo para alargar ainda mais os seus espaços e estabelecer novos patamares de desenvolvimento apoiados na atividade pecuária. Temos terras, clima, água, experiências, processos criatórios avançados e vocação regional. E os níveis internacionais de consumo tendem a crescer, como vem ocorrendo nos Estados Unidos, por exemplo, onde a evolução nos últimos 12 meses foi de 4 por cento. Espera-se uma reação também positiva no mercado europeu, quando forem definitivamente superados os efeitos da doença da vaca louca.

Mercado para a carne brasileira é o que não vai faltar, se as autoridades federais mantiverem os sistemas de fiscalização e de vigilância sanitária que tornaram possível a recuperação dos mercados importadores, e se também apoiarem um bom programa regional de recuperação de pastagens. O combate a outras doenças também ficará mais fácil, melhorando mais ainda a imagem da carne brasileira nesses mer-

cados. Há países da Ásia e da Europa Ocidental que enfrentam atualmente a resistência de novos vírus da febre aftosa em seus territórios, o que aumenta mais ainda os potenciais competitivos da produção brasileira de carne. É importante que o Congresso brasileiro fique ao lado do ministro da Agricultura, para impedir os cortes de recursos destinados à proteção da pecuária nacional.

Sras. e Srs. Senadores, o País tem acompanhado com preocupação as explosões urbanas que têm ocorrido principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. As cenas mais marcantes foram as agressões sofridas pelo governador Mário Covas e pelo ministro José Serra. Ninguém pode ignorar neste país que a grande massa de desempregados que perambulam hoje pelas grandes e médias cidades é formada pela mão de obra rural que foi expulsa pela crescente mecanização e pela introdução de novos métodos tecnológicos de produção. O Movimento dos Sem Terra é a face mais visível desse drama social que atingiu o meio rural brasileiro nos últimos anos. Estamos produzindo mais, com menos trabalhadores, e este ano teremos outra safra recorde, calculada em 85,9 milhões de toneladas. É um conflito que não pode sacrificar a grande produção de escala, necessária para atender às crescentes demandas internas de alimentos e ao objetivo de melhorar as exportações para criar superavit na balança comercial.

As novas realidades previstas para a pecuária brasileira podem ser um poderoso instrumento de redução do desemprego, de recuperação gradual da renda rural, e de alívio das pressões sociais sobre as grandes e médias cidades. Com o imenso território que temos, incluindo os cerrados do Centro-Oeste, isso não é um sonho impossível. Sobre tudo se as demais áreas do país ainda sujeitas às restrições internacionais conseguirem o mesmo certificado obtido pelo Centro-Oeste, dentro de um programa a ser cumprido até 2.005, com a erradicação da febre aftosa de todo o território brasileiro. Mas não bastará manter a qualidade da carne brasileira, aumentar as fronteiras das pastagens e promover políticas eficientes de conquista do mercado externo. As políticas compensatórias são indispensáveis para melhorar os níveis de emprego no campo. Redução dos juros, proteção e assistência aos beneficiários do Pronaf, criação de um amplo programa de moradias na área rural e fatura de crédito para os pequenos agricultores, são exemplos de medidas compensatórias para impedir o êxodo rural.

No Estado de Goiás, estamos tomados de grandes esperanças em relação a novos patamares de riqueza para a economia rural, e a novos padrões de estabilidade para a mão de obra. Concorro com o otimismo de Augusto Gontijo, presidente da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura, que prevê um aumento de 100 por cento nas exportações estaduais, nos próximos doze meses. O coordenador do Fórum nacional de Pecuária de Corte, Antenor Nogueira, vem mostrando que esse otimismo não é exagerado. Ele esteve presente em Paris, na solenidade de aprovação do circuito do Centro-Oeste como área livre, e participou de diversos contatos com grupos estrangeiros interessados em importar animais brasileiros.

Eu gostaria de reproduzir, aqui, trechos do editorial publicado ontem pela Gazeta Mercantil, destacando a importância dessa conquista dos pecuaristas brasileiros. "O certificado inaugura uma nova e promissora fase para a pecuária brasileira, com a abertura de importantes mercados internacionais e a consolidação do processo de tecnificação que o segmento vem experimentando nos últimos anos". O jornal anuncia o aumento imediato das exportações para este ano, e antecipa expectativas ainda melhores para os próximos anos, levando em conta que as exportações "demandam meses para serem acertadas". Mas o editorial faz uma advertência final, sugerindo que os programas de combate à doença sejam mantidos com rigor, "até que a aftosa seja definitivamente riscada do mapa da pecuária brasileira".

Ao encerrar esse meu registro, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu estou no dever de parabenizar os produtores de meu Estado pelo empenho, pela competência, pela determinação e pela fé que colocaram em todas as etapas desse trabalho vitorioso. Avancamos mais um passo importante nesse grande objetivo de extroversão econômica de Goiás, graças à maturidade empresarial e à visão macroeconômica dos companheiros que estão consolidando a história de uma pecuária de primeiro mundo em nosso querido Estado de Goiás.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB - RR) - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, desde o final dos anos 80, a Organização Mundial da Saúde - OMS estabeleceu o 31 de maio como o Dia Mundial sem Tabaco. A comemoração dessa data tem por

objetivo não somente encorajar as pessoas a deixarem de fumar, mas também difundir informações e estimular ações e campanhas antitabagistas, em todo o mundo.

Atualmente o tabaco é o causador da morte de quatro milhões de pessoas, a cada ano. Estima-se que, em 2030, matará cerca de dez milhões. Sete em casa dez dessas mortes ocorrerão nos países em desenvolvimento, pois neles muitas pessoas não têm plena e real consciência dos riscos causados pelo uso do fumo.

Pressionadas nos países mais desenvolvidos a pagar indenizações milionárias às vítimas do tabagismo, as indústrias de cigarro lançam mão de todos os recursos para aumentar as vendas nos países do Terceiro Mundo, onde as ações governamentais e as campanhas antitabagistas são menos eficazes.

É bem justificável, portanto, que a OMS, nesse dia Mundial sem Tabaco, aconselhe aos governantes a adoção de políticas antitabagistas, pois comprovadamente as políticas empenhadas em diminuir a demanda de produtos do tabaco têm sido eficazes na redução de seu uso.

Sr. Presidente, o tabagismo é a principal causa prevenível de óbitos nas Américas, matando todos os anos cerca de 625 mil pessoas. No Brasil, as estatísticas são preocupantes. Segundo o Diretor Geral do Instituto Nacional do Câncer - INCA, Jacob Kligerman, o tabagismo é associado a 25% das mortes por doenças coronarianas, na população em geral, a 85% das mortes por doença pulmonar obstrutiva crônica, a 30% das mortes por câncer em geral, a 90% das mortes causadas por câncer de pulmão, e a 25% das mortes por doenças vasculares.

As despesas com o tratamento dos agravos à saúde provocados pelo fumo causam enormes prejuízos aos cofres públicos, pois são superiores aos impostos pagos ao Governo pela indústria de fumo.

No presente ano, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Saúde, declarou verdadeira guerra à indústria de cigarros, em nosso País. Ciente do êxito alcançado por medidas semelhantes em outros países e partindo da premissa de que cigarro é droga, e como droga deve ser combatida, o Governo começou a veicular esta semana, pela televisão, uma nova campanha publicitária contra o fumo, muito mais agressiva, com a exibição de um filme de 30 segundos em que um traficante põe o cigarro no mesmo plano das drogas ilícitas.

30 segundos em que um traficante põe o cigarro no mesmo plano das drogas ilícitas.

Sr. Presidente, este 31 de maio de 2000 será significativo e marcante na luta contra o tabagismo em nosso País. A imprensa vem noticiando que o Governo Federal vai enviar ao Congresso Nacional, justamente hoje, aproveitando o transcurso do Dia Mundial sem Tabaco, dois Projetos de Lei: um deles propondo a proibição da propaganda de cigarros na mídia e em eventos culturais e esportivos; o outro propondo a criação de um novo imposto a ser pago pelas fábricas de cigarros e bebidas alcoólicas, para ser investido na Agência Nacional de Pesquisa de Saúde, a ser criada em breve.

Sras. e Srs. Senadores, com justa razão os principais alvos da nova propaganda antitabagista do Governo serão os adolescentes e os jovens. Segundo dados do Ministério da Saúde, no Brasil, cerca de 30,6 milhões de fumantes têm idade entre 15 e 19 anos.

O Ministro José Serra, ao abrir o *Fórum Mídia e Tabaco: o marketing do cigarro – enxergando através da fumaça*, no Centro de Convenções Rebouças, em São Paulo, no dia 24 deste mês, disse que, segundo dados do INCA, 90% dos brasileiros que fumam contraem o vício antes dos 19 anos de idade. Nessa idade eles têm menos capacidade de tomar decisões bem informadas sobre o fumo e adquirem um vício que os acompanhará por toda a vida.

Nesse encontro, foi apresentada pela agência *Vox Populi*, a pesquisa "A influência da propaganda na sedução do adolescente", estudo inédito que mostra como a publicidade age sobre os jovens.

Foram entrevistados jovens fumantes, fumantes ocasionais e não fumantes; e adultos fumantes e não fumantes, em seis cidades. Os objetivos da pesquisa foram avaliar a influência das mensagens de comunicação de cigarros na formação e consolidação do hábito de fumar, reconhecer a percepção e avaliação dos avisos antifumo presentes nas embalagens de cigarros e avaliar estratégias para ampliar a eficiência de mensagens antifumo.

A pesquisa revelou que os principais fatores que favorecem o comportamento tabagista no jovem são: a curiosidade pelo produto, a imitação do comportamento do adulto, a necessidade de auto-afirmação, e o encorajamento proporcionado pela propaganda.

Ficou evidente, com a pesquisa, que as marcas de cigarro mais lembradas são as que têm propaganda elaborada e patrocinam eventos esportivos e musicais. Segundo os pesquisadores, a mensagem cap-

tada pelos jovens é: "Fume! Tenha liberdade de escolha!"

A divulgação dessa pesquisa deixou ainda mais claro o quanto é necessário o rígido controle da propaganda de cigarros em nosso País. O considerável número de jovens fumantes no Brasil é prova inequívoca de que a indústria de cigarros conhece perfeitamente as melhores estratégias de marketing para atrair os jovens para o consumo de seus produtos e não economiza gastos para alcançar seus objetivos.

O Governo Federal decidiu enfrentar o problema com determinação. O Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que é necessário reforçar as medidas contra o tabagismo, procurando principalmente evitar que os jovens comecem a fumar. "Ao lado das campanhas contra o fumo, demonstrando os perigos e os prejuízos à saúde das pessoas, devemos agregar medidas que impeçam a divulgação glamurosa do cigarro", enfatizou ele.

Sem dúvida alguma o apelo é forte pois a propaganda de cigarro sempre associa o seu consumo a pessoas bonitas, saudáveis, másculas ou sensuais, felizes e bem sucedidas. Trata-se de propaganda enganosa pois esse resultado é exatamente o oposto do que o cigarro causa.

Sr. Presidente, a preocupação em evitar que o fumo continue a atrair os jovens torna-se maior a cada dia, pois o tabagismo é hoje considerado um verdadeiro flagelo que se anuncia como a principal causa de óbito no mundo no próximo quarto de século.

Além das medidas que o Governo pretende adotar, creio que seria oportuno fazermos um esforço para votar vários dos projetos que tramitam sobre o assunto, nas duas Casas do Congresso Nacional.

A atual disposição do Poder Executivo de impedir o crescimento do tabagismo entre os jovens aumenta minha convicção de que muitas das propostas que aqui tramitam vêm se somar e reforçar as medidas ora anunciadas.

A título de exemplo, gostaria de mencionar o Projeto de Lei nº 330/99, apresentado por mim em 12 de maio do ano passado, que dispõe sobre a prevenção do tabagismo em crianças e adolescentes mediante restrições ao acesso de menores de idade aos produtos de tabaco e dá outras providências.

Esse Projeto encontra-se atualmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, aguardando designação do Relator. Acredito que sua aprovação possa vir a se constituir em efetivo instrumento de prevenção do tabagismo em crianças e adolescentes, dificultando o acesso do produto aos menores de idade, imaturos para exercerem com

qualidade o direito de livre escolha que é garantido ao consumidor adulto.

Sras. e Srs. Senadores, tenho certeza de que a comemoração desse Dia Mundial sem Tabaco terá repercussões muito maiores do que as dos anos anteriores. Está sendo lançada a mais drástica proposta antitabagista da história brasileira.

Ao concluir meu pronunciamento, nesta data tão significativa, quero apresentar meus sinceros cumprimentos ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e ao Ministro da Saúde, José Serra, pelos esforços que estão fazendo para diminuir o consumo do tabaco em nosso País e desejar pleno êxito às ações que ora estão sendo implementadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, DE 1999

Dispõe sobre a prevenção do tabagismo em crianças e adolescentes mediante restrições ao acesso de menores de idade aos produtos de tabaco e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida, em todo o território nacional, a venda de cigarros e outros produtos semelhantes derivados de tabaco a menores de dezoito anos de idade.

§ 1º O varejista poderá exigir, no ato da compra e para fins de comprovação de idade, sempre que esta não puder ser presumida a apresentação de Carteira de Identidade, ou de qualquer outro documento oficial que indique a data de nascimento de quem pretenda adquiri-los.

§ 2º A não apresentação do documento referido no parágrafo anterior legitimará a recusa de venda pelo varejista.

Art. 2º Os estabelecimentos comerciais que vedam cigarros a varejo deverão afixar em local visível ao público cartaz legível com os dizeres: "É proibida a venda de cigarros a menores de 18 anos".

Art. 3º Os cigarros comercializados no mercado doméstico deverão conter em uma das laterais de sua embalagem a seguinte prescrição: "Venda proibida a menores de 18 anos".

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, consideram-se como embalagem os maços e cartelas que constituem a menor unidade de comercialização do produto ofertado ao consumidor.

Art. 4º São proibidas, em todo o território nacional:

I – a venda de cigarros por unidades;

II – a venda de cigarros, ou outros produtos semelhantes derivados de tabaco, em máquina automáticas; e

III – a promoção, a distribuição e a venda de cigarros e outros produtos semelhantes derivados de tabaco a menores de 18 anos de idade por meio de serviços postais.

Art. 5º É proibido o consumo de cigarros e outros produtos semelhantes derivados de tabaco:

I – nas salas de aula dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, ou em qualquer outra dependência desses estabe-

lecimentos quando nela estiverem presentes menores de 18 anos de idade;

II – nos estabelecimentos destinados à guarda e reclusão de crianças e adolescentes, nas dependências e tanto especificamente reservadas, ou em quaisquer outras áreas desses estabelecimentos quanto nelas estiverem presentes menores de 18 anos de idade.

Art. 6º É proibida a utilização de marcas, logomarca, *slongs*, ou quaisquer outros símbolos identificativos, de cigarros ou produtos semelhantes derivados de tabaco, em vestuário, brinquedos ou artigos destinados ao público infantil.

Art. 7º Entre as cláusulas de advertência quanto aos malefícios do fumo legalmente atribuídas ao Ministério da Saúde, nos termos do § 2º do art. 3º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, obrigatoriamente constará a que diga: "A nicotina pode criar dependência".

Art. 8º Constitui crime de ação penal pública incondicionada a violação do art. 1º desta lei, assim, como fornecer, ministrar ou entregar de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, e com fins comerciais, cigarros e outros produtos semelhantes derivados do tabaco.

Pena – Multa de R\$100,00 (cem reais) até R\$10.000,00 (dez mil reais), graduada segundo as circunstâncias da infração a capacidade econômica, a conduta social e a personalidade do infrator, cumulada ou não, no caso de reincidência, com pena de prestação de serviços à comunidade por prazo não inferior a 2 e não superior a 4 meses.

Parágrafo único. É competente para o julgamento da ação penal de que trata este artigo o Juiz da Infância e da Juventude ou o Juiz que exerça essa função, na forma da Lei de Organização Judiciária local, aplicável, no que couber, o previsto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 9º Constituem infrações administrativas as violações aos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º desta lei, as quais ficam sujeitas à fiscalização e aplicação de sanções pelos órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Art. 10. Pela violação do art. 2º desta lei, fica o infrator sujeito a multa de R\$500,00 (quinhentos reais), cobrada em dobro no caso de reincidência.

Art. 11. Pela violação do art. 3º desta lei, responderá o fabricante estabelecido no País em face dos cigarros aqui produzidos e destinados ao mercado interno, e o importador, ou quem quer que os comercialize, em face de cigarros importados, para os quais o cumprimento de tal disposição poderá ocorrer pela aplicação de etiquetas.

Parágrafo único. Os produtos cujas embalagens não observem o disposto no art. 3º desta lei deverão ser retirados do mercado pelo responsável referido no caput deste artigo, no prazo de 10 dias, a contar da notificação que para isso receba; decorrido tal prazo, ficam os produtos sujeitos à apreensão pela autoridade fiscalizadora, sem prejuízo, em qualquer hipótese, de sujeitar-se o infrator a multa equivalente ao preço de venda a varejo dos produtos.

Art. 12. A venda de cigarros por unidades, proibida pelo art. 4º, I, desta lei, ficará sujeita à multa de R\$200,00 (duzentos reais),

cobrada em dobro no caso de reincidência, sem prejuízo da apreensão e incineração do produto.

Art. 13. A venda de cigarros em máquinas automáticas, proibida pelo art. 4º, III, desta lei, ficará sujeita a multa equivalente ao preço de venda a varejo dos produtos contidos em cada máquina, não podendo, em qualquer caso, ser inferior, a R\$500,00 (quinhentos reais) na primeira infração e a R\$1.000,00 (um mil reais) nas hipóteses de reincidência, sem prejuízo da apreensão dos produtos e das máquinas pela autoridade fiscalizadora.

Art. 14. A promoção, a distribuição e a venda de cigarros e outros produtos assemelhados, derivados de tabaco a menores de 18 anos por meio de serviços postais sujeitará o infrator a multa de valor equivalente ao preço de venda a varejo do produto, não podendo ser inferior, em qualquer caso, a R\$500,00 (quinhentos reais) na primeira infração, e a R\$1.000,00 (um mil reais) nas hipóteses de reincidência, sem prejuízo da apreensão do produto pela autoridade fiscalizadora.

Art. 15. O consumo de cigarros e outros produtos assemelhados derivados do tabaco em violação ao disposto no art. 5º desta lei sujeitará seus infratores a multa de R\$500,00 (quinhentos reais).

§ 1º Se o infrator for empregado dos estabelecimentos referidos no art. 5º, a multa será aplicada em dobro na hipótese de reincidência e a infração poderá vir ainda a ser considerada, pela direção do estabelecimento, como justa causa para demissão se o infrator demonstrar a habitualidade no seu cometimento.

§ 2º Se o infrator for menor, estudante ou interno, não ficará sujeito a multa, devendo a direção do estabelecimento adverti-lo e comunicar o caso aos pais ou responsáveis, se for o caso.

Art. 16. A violação do art. 6º desta lei sujeitará o infrator a multa de valor equivalente ao do preço de venda do usuário final da mercadoria, não inferior, em qualquer caso a R\$500,00 (quinhentos reais) na primeira infração, e a R\$1.000,00 (um mil reais) no caso de reincidência, sem prejuízo da apreensão da mercadoria pela autoridade fiscalizadora.

Art. 17. Os equipamentos, materiais e produtos apreendidos poderão ser restituídos mediante termo de compromisso firmado perante a autoridade responsável pela apreensão, pelo fabricante, importador, varejista ou qualquer outro responsável, isoladamente ou em conjunto conforme a hipótese, que assegure sua não utilização ou sua adaptação à legislação, inclusive, no caso do produto, mediante reembalagem.

§ 3º Os equipamentos, materiais, e produtos apreendidos não reclamados no prazo de 60 (sessenta) dias, ou cuja restituição não se aperfeiçoe à falta do termo de compromisso a que se refere este artigo, poderão ser destruídos pela autoridade responsável, pela apreensão, que do fato lavrará termo de destruição.

§ 2º Os cigarros, e outros produtos assemelhados derivados de tabaco, apreendidos serão incinerados sempre que seu prazo de validade esteja vencido.

Art. 18. No dia 29 de agosto de cada ano, declarado pela Lei nº 7.488, de 11 de junho de 1986, como o dia Nacional de Combate

ao Tabagismo, os Ministérios da Educação e da Saúde deverão promover, junto às escolas de primeiro e segundo graus, de todo o País, atividades destinadas à divulgação entre a população escolar dos malefícios atribuídos ao tabagismo, inclusive mediante a distribuição de cartilhas ou material didático equivalente, e a realização de palestras e eventos destinados a esse propósito.

Parágrafo único. Para o fim do previsto neste artigo, poderão os Ministérios da Educação e da Saúde celebrar convênios ou ajustar qualquer outra forma de colaboração com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e de Saúde ou mesmo com entidades ou organizações privadas.

Art. 19. Esta lei entrará em vigor 60 dias após a sua publicação, à exceção do previsto nos arts. 3º e 7º, que vigorarão para os produtos fabricados a partir de 180 dias desta data.

Justificação

A onda antitabagista que vem ultimamente assolando o mundo inteiro, notadamente os EUA, tem sido apontada, acreditam, como uma das causas responsáveis pelo crescimento do consumo do tabaco entre os adolescentes, por incentivar o espírito de rebeldia, pelo que os mais recentes esforços para combater esse fato, insistindo embora no dificultar o acesso dos jovens ao produto, tem dado ênfase às campanhas de informação.

Os produtos de fumo são, no Brasil, de lícita fabricação, venda e consumo, inclusive constitucionalmente previstos, com a reserva de subordinarem-se a restrições à publicidade (CF. art. 220, § 4º).

Inegavelmente, tais produtos apresentam riscos à saúde, daí por que o próprio legislador constituinte previu que pudesse sua publicidade trazer advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso. Não há o que contestar a propósito, e é nosso dever tornar tais advertências cada vez mais eficazes e difundidas.

Igualmente acreditamos que dificultar o acesso do produto aos menores de idade, imaturos para exercerem com qualidade o direito de livre escolha que o consumidor adulto deve ser reconhecido, é também objetivo válido, pelo que até aceitamos uma certa postura "intervencionista", limitada, no entanto, a esse ponto específico.

Contudo, não parece razoável que, para alcançar esse fim por todos desejado, se criem regras verdadeiramente inibidoras da comercialização de produto lícito para o público adulto que escolher consumi-lo. Aqui, deve permanecer a orientação consagrada pelo Código de Defesa do Consumidor, aprovado pelo Congresso Nacional e reconhecido, no plano internacional, como um dos mais avançados do mundo. O Código de Defesa do Consumidor, como já assinalado, consagra, entre os direitos básicos do consumidor (art. 6º), a liberdade de escolha (inciso II) e a informação adequada (inciso III).

Muitos projetos têm sido submetidos ao exame do Congresso Nacional nos últimos tempos procurando restringir o consumo do produto pelos menores de idade, mas que acabam extrapolando para simplesmente criarem dificuldades à sua comercialização para qualquer público, inclusive o adulto, adotando a linha "intervencionista" já referida, postura que não deve ser seguida, por se

afastar, como demonstrado, dos princípios consagrados na nossa legislação básica na matéria, o Código de Defesa do Consumidor.

Tais projetos, por seu radicalismo intervencionista são profundamente prejudiciais à economia pública e – paradoxalmente – à própria saúde do consumidor.

Eles criam severíssimas restrições à comercialização regular do produto, o empurram para o mercado informal, abrindo largo espaço ao contrabando, com expressiva perda, seja da arrecadação tributária, seja do controle sanitário da qualidade do produto. Ampliando sua distribuição por camelôs e outros segmentos marginais, em relação aos quais o exercício da fiscalização da venda a menores é sabidamente ineficiente – senão impossível, pela capilaridade e mobilidade desse tipo de distribuição marginal – terminam por facilitar aquilo que visavam dificultar; o acesso de menores de idade ao produto.

À vista do exposto, acreditamos que o presente projeto possa vir a se constituir em efetivo instrumento de prevenção do tabagismo em crianças e adolescentes, sem os efeitos negativos que podem advir de algumas medidas preconizadas em projetos com o mesmo objetivo, como anteriormente destacado.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1999. – Romero Jucá.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.294, DE 15 DE JULHO DE 1996

Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

Art. 3º

§ 2º A propaganda conterá, nos meios de comunicação e em função de suas características, advertência escrita e/ou falada sobre os malefícios do fumo, através das seguintes frases, usadas sequencialmente, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese devendo variar no máximo a cada cinco meses, todas precedidas da afirmação "O Ministério da Saúde Adverte".

- I – fumar pode causar doenças do coração e derrame cerebral;
- II – fumar pode causar câncer do pulmão, bronquite crônica e enfisema pulmonar;
- III – fumar durante a gravidez pode prejudicar o bebê;
- IV – quem fuma adoence mais de ulcera do estômago;
- V – evite fumar na presença de crianças;
- VI – fumar provoca diversos males à sua saúde.

LEI Nº 7.488, DE 11 DE JUNHO DE 1986

Institui o Dia Nacional de Combate ao Fumo.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Dia Nacional de Combate ao Fumo será comemorado, em todo o território nacional, a 29 de agosto de cada ano.

Parágrafo único. O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, promoverá, na semana que anteceder aquela data, uma campanha de âmbito nacional, visando a alertar a população para os malefícios advindos com o uso do fumo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1986; 165ª da Independência e 98ª da República.

JOSÉ SARNEY – Roberto Figueira Santos.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando a Srªs. e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 11 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

REQUERIMENTO Nº 281, DE 2000

Votação, em turno único, do Requerimento nº 281, de 2000, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando que sobre o Projeto de Resolução nº 56, de 2000, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

– 2 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 56, DE 2000

(Regime de urgência art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 288, de 2000)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 56, de 2000 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 544, de 2000, Relator *ad hoc*: Senador Geraldo Althoff, com votos contrários dos Senadores José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até US\$505.060.000.00 (quinhentos e cinco milhões e sessenta mil dólares norte-americanos), na modalidade de ajuste setorial da Previdência Social – Segunda fase, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

- 3 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 134, DE 1998**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 1998 (nº 612/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atenas Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Alfenas, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer sob nº 1.039, de 1999, na Comissão de Educação, Relatora: Senadora Luzia Toledo, favorável, com abstenções dos Senadores Roberto Saturnino, Jefferson Peres e da Senadora Heloísa Helena.

- 4 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 186, DE 1999**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 1999 (nº 51/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo:

Parecer favorável, sob nº 1.021, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma, com abstenções da Senadora Heloísa Helena e dos Senadores Roberto Saturnino, Jefferson Peres e Geraldo Cândido.

- 5 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 51, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2000 (nº 333/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sociedade Espigão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Espigão d'Oeste, Estado de Rondônia, tendo

Parecer favorável, sob nº 527, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Amir Lando, com abstenções da Senadora Heloísa Helena e dos

Senadores Jefferson Peres, Geraldo Cândido e Pedro Simon.

- 6 -

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 687, DE 1999
(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 1, de 2000)**

Discussão, em turno suplementar, do Projeto de Lei do Senado nº 687, de 1999, de autoria do Senador Paulo Souto, que define os crimes de responsabilidade dos magistrados, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 _ Código Penal, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que "dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, e dá outras providências", para tipificar novas condutas, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 537, de 2000, da Comissão Diretora, Relator: Senador Carlos Patrocínio, oferecendo a redação do vencido.

- 7 -

REQUERIMENTO Nº 268, DE 2000

Votação, em turno único, do Requerimento nº 268, de 2000, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 151 e 353, de 1999, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) _ Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 48 minutos.)

**AGENDA CUMPRIDA PELO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

31-5-00

Quarta-feira

11h30 - Senhor David Zylbersztajn, Diretor-Geral da ANP

13h - Almoço com o Professor José Ramirez, Diretor do Incor

Residência Oficial do Senado Federal

15h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas durante a 2ª Sessão Legislativa Ordinária 51ª Legislatura

(2 a 31 de maio de 2000)

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO

De iniciativa do Presidente da República...	1
De iniciativa do Senado Federal.....	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	2
Total.....	4

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2000 (nº 4.257/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.*

Sessão: 3.5.2000

Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1999 (nº 267/99, na Casa de origem), que *institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.*

Sessão: 4.5.2000

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1995 (nº 1.645/96, naquela Casa), de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que *altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.*

Sessão: 16.5.2000

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1999 (nº 590/99, na Casa de origem), que *acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.*

Sessão: 31.5.2000

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal	7
De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	1
Total.....	8

Projeto de Lei do Senado nº 72, de 1999, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que *revoga o "caput" do art. 83 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 3.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *aprova a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2000.*

Sessão: 3.5.2000

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, 1998 (nº 4.556/94, na Casa de origem), que *dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas, alterando dispositivos da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961.*

Sessão: 3.5.2000

Projeto de Lei do Senado nº 597, de 1999, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que *dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários a sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programa de educação para diabéticos.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 12.5.2000

Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1999, de autoria da Senadora Marina Silva, que *altera a redação dos arts. 71 e 73 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências" estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 16.5.2000

Projeto de Lei do Senado nº 620, de 1999, de autoria do Senador Roberto Requião, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de transmissão pelas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, da TV Senado e da TV Câmara.*

Sessão: 16.5.2000

Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.*

Sessão: 24.5.2000

Projeto de Lei do Senado nº 554, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que *dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia de Gastrectomia Parcial nos casos de obesidade mórbida, e dá outras providências.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 30.5.2000

Projeto de Lei do Senado nº 557, de 1999, de autoria do Senador Arlindo Porto, que *dispõe sobre o ressarcimento, pelo Sistema Único de Saúde, dos gastos com medicamentos de uso contínuo indisponíveis na rede local do Sistema.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 30.5.2000

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mauro Miranda, que *altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste.*

Sessão: 31.5.2000

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa do Senado Federal	18
De iniciativa da Câmara dos Deputados...	44
Total.....	62

Projeto de Resolução nº 35, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *retifica a Resolução nº 69, de 1998, que "autoriza o Estado de Mato Grosso do Sul a contratar operação de refinanciamento de dívidas do estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 30 de março de 1998, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de 903.660.059,21", para alterar o valor total da operação para R\$ 1.236.236.396,55, resultante do acréscimo da parcela de R\$ 332.576.337,34 ao valor refinanciado.*

Sessão: 2.5.2000

Projeto de Resolução nº 36, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a União e o Município de São Paulo a celebrarem, com a interveniência do Banco do Brasil S.A., como agente do Tesouro Nacional, e do Banco do Estado de São Paulo – Banespa, como depositário, Contrato de Confissão, Consolidação, Promessa de Assunção e Refinanciamento de Dívidas, nos termos em que apresenta.*

Sessão: 2.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 1999 (nº 725/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão de Rádio Aurilândia*

Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 2.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1999 (nº 663/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Morena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.*

Sessão: 2.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 1996 (nº 172/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio MF Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.*

Sessão: 2.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 1999 (nº 703/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Floresta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucuruí, Estado do Pará.*

Sessão: 2.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 1999 (nº 655/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Tropical AM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Luziânia, Estado de Goiás.*

Sessão: 2.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 1999 (nº 551/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão de Rádio Clube de Itapira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itapira, Estado de São Paulo.*

Sessão: 3.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 1999 (nº 723/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão de Rádio Marcelino Ramos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Marcelino Ramos, Estado do Rio Grande do Sul.*

Sessão: 3.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 1999 (nº 676/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão de Rádio Difusora Bento Gonçalves Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.*

Sessão: 3.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 1999 (nº 662/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora Alto do Vale Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.*

Sessão: 3.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1999 (nº 666/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Educadora de Campinas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.*

Sessão: 3.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 1999 (nº 681/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Platina de Ituiutaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 3.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 1999 (nº 685/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão de Rádio Difusora de Patrocínio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 3.5.2000

Projeto de Resolução nº 38, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *altera a Resolução nº 67, de 1º de julho de 1998, do Senado Federal, a fim de elevar em R\$ 12.100.569,02 (doze milhões, cem mil, quinhentos e sessenta e nove reais e dois centavos) o valor do Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, firmado entre a União e o Estado de Goiás.*

Sessão: 4.5.2000

Projeto de Resolução nº 39, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Município de São Gabriel (RS) a*

contratar operação de crédito junto ao Fundo de Desenvolvimento do Programa Integrado de Melhoria Social – FUNDOPIMES, administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A-Banrisul, no valor de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), a preços de setembro de 1999, destinada a obras de infra-estrutura urbana.

Sessão: 4.5.2000

Projeto de Resolução nº 40, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a União a contratar operação de crédito, no valor equivalente a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), entre a República Federativa do Brasil e o Estado de Goiás.*

Sessão: 4.5.2000

Projeto de Resolução nº 41, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Estado do Piauí a contratar operação de crédito consubstanciada no contrato de abertura de crédito celebrado entre a União e o Estado do Piauí, em 19.4.2000, com a interveniência do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público na Atividade Bancária.*

Sessão: 4.5.2000

Projeto de Resolução nº 42, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Município de Ubatuba (PR), a contratar operação de crédito interno, junto ao Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano/Programa Paraná Urbano, no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), destinados à realização de investimentos em infra-estrutura urbana.*

Sessão: 4.5.2000

Projeto de Resolução nº 43, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Governo do Estado de Alagoas a celebrar operação de crédito com a União e o Banco do Estado de Alagoas S/A-Produban, em liquidação extrajudicial, com a interveniência da Caixa Econômica Federal – CEF e do Banco Central do Brasil – Bacen, no valor de R\$ 427.250.000,00 (quatrocentos e vinte e sete milhões, duzentos e cinquenta mil reais), a preços de 30 de abril de 1998, visando a extinção do Produban e a criação de agência de fomento naquele Estado.*

Sessão: 4.5.2000

Projeto de Resolução nº 44, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a União e o Estado da Paraíba a celebrarem contrato de refinanciamento de dívida correspondente a R\$*

108.932.281,63 (cento e oito milhões, novecentos e trinta e dois mil, duzentos e oitenta e um reais e sessenta e três centavos), relativa ao reconhecimento de dívida do Estado da Paraíba, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A-BNB.

Sessão: 4.5.2000

Projeto de Resolução nº 45, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Município de Campinas (SP) a realizar operação de crédito, visando o refinanciamento, pela União, dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor R\$ 137.888.882,76 (cento e trinta e sete milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos), posição em 19 de abril de 2000, ao amparo da Medida Provisória nº 2.022-16, de 20 de abril de 2000, nos termos do art. 12 da Resolução nº 78, de 1º de julho de 1998, do Senado Federal.*

Sessão: 4.5.2000

Projeto de Resolução nº 46, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Município de Osasco (SP) a celebrar operação de crédito de refinanciamento, junto à União, dos títulos da dívida pública emitidos para o pagamento de precatórios judiciais no valor de R\$ 193.005.723,86 (cento e noventa e três milhões, cinco mil, setecentos e vinte e três reais, oitenta e seis centavos), a preços de 19 de abril de 2000.*

Sessão: 4.5.2000

Projeto de Resolução nº 47, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a União e o Estado de Alagoas a celebrarem, com a interveniência da Caixa Econômica Federal – CEF e o Banco do Brasil S/A, Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas.*

Sessão: 4.5.2000

Projeto de Resolução nº 48, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a Prefeitura do Município de Guarulhos (SP) a contratar operação de crédito visando o refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais, no valor de R\$ 31.716.322,89 (trinta e um milhões, setecentos e dezesseis mil, trezentos e vinte e dois reais, e oitenta e nove centavos), ao amparo da Medida Provisória nº 2.022-16, de 20 de abril de 2000.*

Sessão: 4.5.2000.

Projeto de Resolução nº 49, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Estado de Santa Catarina a realizar operação de crédito visando o refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de R\$ 581.670.336,12 (quinhentos e oitenta e um milhões, seiscentos e setenta mil, trezentos e trinta e seis reais, e doze centavos).*

Sessão: 4.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 1999 (nº 754/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Radiodifusora de Congonhas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 4.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 1999 (nº 734/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Continental de Francisco Beltrão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.*

Sessão: 4.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 1999 (nº 25/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão de Sociedade Rádio Novo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo.*

Sessão: 4.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1999 (nº 755/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão de Fundação Radiodifusora de Congonhas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 9.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 1999 (nº 67/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão de Rádio Difusora de Catanduva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo.*

Sessão: 9.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 1999 (nº 48/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão de Fundação Sagrado Coração de Jesus de União da Vitória para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.*

Sessão: 9.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 1999 (nº 134/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universitária de Rádio e Televisão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.*

Sessão: 9.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1999 (nº 649/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.*

Sessão: 11.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 1999 (nº 646/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Patrocínio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patrocínio, Estado de São Paulo.*

Sessão: 11.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 1999 (nº 756/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão de Rádio Nossa Senhora do Socorro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Socorro, Estado de São Paulo.*

Sessão: 11.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 1999 (nº 721/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão de Rádio Central do Triângulo Mineiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 11.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 1999 (nº 53/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão de Rádio Difusora*

de Pirassununga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo.

Sessão: 11.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 1999 (nº 157/99, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádío Princesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.*

Sessão: 11.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 1999 (nº 680/98, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão de Rádio Sete Colinas de Uberaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 16.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 1999 (nº 719/98, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Nossa Senhora de Belém (Rádio Cultura) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.*

Sessão: 16.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 1999 (nº 14/99, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Alvorada de Lins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lins, Estado de São Paulo.*

Sessão: 16.5.2000

Projeto de Resolução nº 28, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, *que autoriza a concessão, pela União, da garantia da República Federativa do Brasil, no âmbito do Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira, em aditamento ao contrato de financiamento externo firmado entre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e a Empresa Húngara de Comércio Exterior e Empreendimentos para Exportação – AGROINVEST, bem como a dispensa da respectiva contragarantia.*

Sessão: 16.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 1999 (nº 747/98, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Cultura*

II FM de Poços de Caldas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 17.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 1999 (nº 26/99, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão de Rádio Presidente Venceslau Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo.*

Sessão: 17.5.2000

Projeto de Resolução nº 50, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, *que autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT a elevar temporariamente seus limites de endividamento para contratar operação de crédito externo, com o BG Bank A/S-Dinamarca, no valor total equivalente a até DM 37.054.758,00 (trinta e sete milhões, cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e oito marcos alemães), destinada ao financiamento parcial do Projeto de Automação do Sistema de Triagem de Objetos Postais, que integra o Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal – PASTE.*

Sessão: 18.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 1999 (nº 736/98, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Campo Belo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Belo, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 18.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 1999 (nº 27/99, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Presidente Prudente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.*

Sessão: 18.5.2000

Projeto de Resolução nº 30, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, *que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor de quinhentos e quarenta e oito mil, trezentos e sessenta e um euros, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, destinado ao financiamento da parcela à vista de 15% do contrato comercial para importação de bens e serviços a serem fornecidos pela*

Empresa G.U.N.T. Gerätebau GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.

Sessão: 18.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 1999 (nº 10/99, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão de Rádio Cultura de Porto Novo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Além Paraíba, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 23.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 1999 (nº 37/99, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão do Sistema Clube de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.*

Sessão: 23.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 1999 (nº 141/99, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional do Município de Assis para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assis, Estado de São Paulo.*

Sessão: 23.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 1999 (nº 55/99, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão de Rádio Presidente Prudente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.*

Sessão: 24.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 1999 (nº 57/99, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão de Rádio Intercontinental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.*

Sessão: 24.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2000 (nº 340/99, na Câmara dos Deputados), *que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação na Área de Proteção da Saúde Animal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 23 de abril de 1999.*

Sessão: 24.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 1999 (nº 61/99, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Educativa Oswaldo Cruz para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo.*

Sessão: 25.5.2000

Projeto de Resolução nº 29, de 2000, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, *que autoriza a União a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até cento e oitenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae).*

Sessão: 25.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 1999 (nº 22/99, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão de Rádio Alvorada de Cardoso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo.*

Sessão: 30.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 1999 (nº 11/99, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Costa Azul FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.*

Sessão: 30.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 1999 (nº 50/99, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural Riograndense para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Sessão: 30.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1996 (nº 196/95, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântica de Frequência Modulada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procopio, Estado do Paraná.*

Sessão: 31.5.2000

Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 1999 (nº 15/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão de Rádio Andradina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.*

Sessão: 31.5.2000

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

De iniciativa do Presidente da República... 2
Total..... 2

Mensagem nº 71, de 2000 (nº 182/2000, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor *Lauro Barbosa da Silva Moreira*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

Sessão: 31.5.2000

Mensagem nº 104, de 2000 (nº 579/2000, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor *Celso Marcos Vieira de Souza*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito.

Sessão: 31.5.2000

MENSAGENS DE ESCOLHA DE AUTORIDADES

De iniciativa do Presidente da República... 1
Total..... 1

Parecer nº 514, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 109, de 2000 (nº 625/2000, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *João Batista Brito Pereira*, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo destinado a membro do Ministério Público do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Armando de Brito.

Sessão: 24.5.2000

MATÉRIAS DECLARADAS PREJUDICADAS

De iniciativa do Senado Federal.....	2
De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	1
Total.....	3

Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1996 (nº 3.729/93, na Casa de origem), *que altera o art. 1º da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso.*

Sessão: 3.5.2000

Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 1999, de iniciativa da Comissão Especial da Pobreza, *que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira e dá outras providências*

Sessão: 10.5.2000

Projeto de Lei do Senado nº 587, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, *que modifica o art. 10, II, "a", da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, para priorizar o atendimento ao idoso na área de saúde.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 16.5.2000

MATÉRIAS REJEITADAS E ENCAMINHADAS AO ARQUIVO

De iniciativa do Senado Federal.....	4
Total.....	4

Projeto de Lei do Senado nº 577, de 1999, de autoria da Senadora Luzia Toledo, *que inclui como tema transversal nos currículos de ensino fundamental Noções de Turismo.*

(decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 12.5.2000

Projeto de Lei do Senado nº 529, de 1999, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que *institui o "Dia do Advogado" a ser declarado em 11 de agosto.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.5.2000

Projeto de Lei do Senado nº 576, de 1999, de autoria da Senadora Luzia Toledo, que *inclui como tema transversal nos currículos de ensino fundamental e médio a Prevenção Contra o Uso de Drogas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.5.2000

Projeto de Lei do Senado nº 250, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que *determina a inclusão de § 6º, ao artigo 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases para educação nacional, para introduzir a partir da quinta série, noções de Direito Penal.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.5.2000

OUTRAS DELIBERAÇÕES

De iniciativa do Senado Federal.....	10
Total.....	10

Requerimento nº 227, de 2000, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Taufic Tebet, bem como apresentação de condolências à família.

Sessão: 2.5.2000

Requerimento nº 275, de 2000, dos Senadores Iris Rezende, Maguito Vilela e Mauro Miranda, solicitando, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Aziz Ibrahim, empresário e político de destaque no Estado de Goiás, e apresentação de condolências à família, pelo seu falecimento.

Sessão: 17.5.2000

Requerimento nº 280, de 2000, dos Senadores Paulo Souto e Antonio Carlos Magalhães, solicitando, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, sejam prestadas homenagens com inserção em ata de voto de profundo pesar, apresentação de condolências à família, ao Estado da Bahia e ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia, pelo falecimento do Dr. Eliel Martins, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, ex-Deputado e ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.

Sessão: 18.5.2000

Requerimento nº 283, de 2000, do Senador Freitas Neto, solicitando, nos termos regimentais que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do Senado Federal do dia 14 de junho próximo seja dedicado a homenagear a memória do jornalista Carlos Castello Branco.

Sessão: 23.5.2000

Requerimento nº 289, de 2000, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Deputado Estadual Paulo Jackson.

Sessão: 23.5.2000

Requerimento nº 292, de 2000, do Senador Geraldo Althoff e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a convocação de sessão solene do Congresso Nacional para o dia 28 de junho, às 10 horas, com o objetivo de celebrar os 10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

Sessão: 24.5.2000

Requerimento nº 295, de 2000, dos Senadores Maguito Vilela e Mauro Miranda, solicitando, nos termos regimentais, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Filostro Machado Carneiro Neto.

Sessão: 24.5.2000

Requerimento nº 298, de 2000, do Senador Roberto Requião e outros senhores Senadores, solicitando que a Mesa officie à emissora Rede Globo de Televisão, comunicado no qual o Senador Ademir Andrade, representante do Estado do Pará, esta sendo injustamente acusado em espaço de jornalismo daquela emissora e suas vinculadas, e que a mesma propicie ao citado Senador, que este seja ouvido para esclarecer sobre as informações indevidas veiculadas

sobre ele e seus assessores no caso do suborno que envolve dirigentes do Ibama no Estado do Pará.

Sessão: 25.5.2000

Requerimento nº 306, de 2000, do Senador José Jorge e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão ordinária do dia 12 de setembro de 2000, seja dedicado a comemorar o centenário de nascimento do ex-Senador José Ermírio de Moraes, transcorrido em janeiro do corrente ano.

Sessão: 30.5.2000

Requerimento nº 307, de 2000, dos Senadores Sérgio Machado e Lúcio Alcântara, solicitando, nos termos regimentais, sejam prestadas as seguintes homenagens de pesar pelo falecimento do jornalista Dorian Sampaio.

Sessão: 30.5.2000

Requerimento nº 308, de 2000, dos Senadores Jonas Pinheiro e Carlos Bezerra, solicitando, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, seja consignado em ata voto de profundo pesar pelo falecimento do Presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, Desembargador Wandyr Clait Duarte.

Sessão: 30.5.2000

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS

(2 a 31 de maio de 2000)

Não deliberativas	7
Deliberativas ordinárias	14
Deliberativas Extraordinárias.....	5
Reuniões.....	1
Total.....	27

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 2ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA
(15 de fevereiro a 31 de maio de 2000)**

Não deliberativas	20
Deliberativas ordinárias	40
Deliberativas Extraordinárias.....	5
Especiais	1
Reuniões.....	1
Total.....	67

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL
(2 a 31 de maio de 2000)**

MATÉRIAS APROVADAS.....	77
Projetos aprovados e enviados à sanção	4
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	8
Projetos aprovados e enviados à promulgação	62
• <i>Concessões de telecomunicações</i>	43
• <i>Operações de crédito</i>	18
• <i>Acordos Internacionais</i>	1
Escolha de Chefes de Missão Diplomática	2
Escolha de Autoridades.....	1
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	7
Matérias declaradas prejudicadas.....	3
Matérias rejeitadas e enviadas ao Arquivo	4
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	84

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL
NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA
(15 de fevereiro a 31 de maio de 2000)**

MATÉRIAS APROVADAS.....	189
Proposta de Emenda à Constituição aprovada e enviada à promulgação	1
Projetos aprovados e enviados à sanção	11
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	42
Projetos aprovados e enviados à promulgação	122
• <i>Concessões de telecomunicações</i>	87
• <i>Operações de crédito</i>	30
• <i>Acordos Internacionais</i>	5
Escolha de Chefes de Missão Diplomática	7
Escolhas de Autoridade.....	6
 MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	 31
Matérias declaradas prejudicadas.....	9
Matérias arquivadas	6
Matérias rejeitadas	12
Matérias retiradas pelo autor.....	4
 TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	 220

**CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

DESTINATÁRIO		
Of/682/2000-SF	Ministro Paulo Renato Souza Ministro de Estado da Educação	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Of/948/1994I que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "investigar a situação da evasão fiscal no País".
Of/683/2000-SF	Ministro Pedro Sampaio Malan - Ministro de Estado da Fazenda	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Of/943/1994 que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "investigar a situação da evasão fiscal no País".
Of/684/2000-SF	Ministro José Néri da Silveira Presidente do TSE	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Of/309/SF-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação".
Of/685/2000-SF	Ministro Paulo Costa Leite Presidente do STJ	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Of/311/SF-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação".
Of/687/2000-SF	Ministro Pedro Sampaio Malan - Ministro de Estado da Fazenda	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 280-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação".

Of/688/2000-SF	Ministro Paulo Renato Souza Ministro de Estado da Educação	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 281-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"
Of/690/2000-SF	Ministro João Pimenta da Veiga Filho - Ministro de Estado das Comunicações	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 284-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação".
Of/692/2000-SF	Ministro Waldeck Vieira Ornelas - Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 286-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"
Of/693/2000-SF	Ministro José Serra - Ministro de Estado da Saúde	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 287-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"
Of/694/2000-SF	Almirante-de-Esquadra Sérgio Gitirana Florêncio Chagasteles - Comandante da Marinha	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 288-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"

Of/695/2000-SF	Ministro Pedro Parente - Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 289-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"
Of/696/2000-SF	Ministro Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Ministro de Estado do Esporte e Turismo	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 290-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"
Of/697/2000-SF	Ministro Alcides Lopes Tápias - Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 291-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"
Of/698/2000-SF	Ministro Aloysio Nunes Ferreira - Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 292-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"
Of/701/2000-SF	Gilmar Ferreira Mendes - Advogado-Geral da União	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 295-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"

Of/703/2000-SF	General Alberto Mendes Cardoso - Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 297-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"
Of/704/2000-SF	Ministro Marcos Vinícius Pratini de Moraes - Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 298-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"
Of/705/2000-SF	Ministro Ronaldo Mota Sardemberg - Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 299-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"
Of/706/2000-SF	Ministro Martus Antônio Rodrigues Tavares - Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 300-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"
Of/708/2000-SF	Ministro Francisco Oswaldo Neves Dornelles - Ministro de Estado do Trabalho e Emprego	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 302-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"

Of/709/2000-SF	Embaixador Luiz Felipe Lampreia - Ministro de Estado das Relações Exteriores	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 303-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"
Of/710/2000-SF	Ministro Eliseu Lemos Padilha Ministro - de Estado dos Transportes	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Of/304/SF-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"
Of/711/2000-SF	Ministro José Gregori - Ministro de Estado da Justiça	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 305-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"
Of/712/2000-SF	Ministro Francisco Corrêa Weffort - Ministro de Estado da Cultura	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 306-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"
Of/713/2000-SF	Geraldo Brindeiro - Procurador-Geral da República	Solicita informações sobre resultado dos inquéritos instaurados em decorrência da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos conforme relatório encaminhado pelo Of/933/1997-SF e informados através do Of/771/PGR/GAB

Of/714/2000-SF	Ministro Pedro Sampaio Malan – Ministro de Estado da Fazenda	Solicita informações sobre providências adotadas a respeito das determinações e sugestões feitas pela CPI ao BaCen e à SRF contidos no Relatório Final da CPI - títulos públicos em referência aos ofícios: Of/934 e 935/1997-SF, Of/1328 e Of/1329/1997-SF
Of/715/2000-SF	Ministro José Gregori - Ministro de Estado da Justiça	Solicita informações sobre providências adotadas quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/938/1997-SF e Of/1330/1997-SF
Of/716/2000-SF	Ministro Waldeck Vieira Ornélas - Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social	Solicita informações sobre providências adotadas quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/939/1997-SF e Of/1331/1997-SF
Of/717/2000-SF	Sílvio Pessoa de Carvalho – Procurador-Geral de Justiça - Assessoria Criminal - Ministério Público do Estado de Pernambuco	Solicita informações sobre providências adotadas quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/944/1997-SF e Of/200/1998-SF e em resposta ao Of/121/1998-GPG-PGJ
Of/720/2000-SF	Mário Sotelo Felipe - Procurador-Geral de Justiça - Ministério Público do Estado de São Paulo	Solicita informações sobre providências adotadas quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/948/1997-SF.

Of/721/2000-SF	Conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho - Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Solicita informações sobre providências adotadas quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/949/1997-SF e Of/1313/1997-SF.
Of/723/2000-SF	Conselheiro Irondes José de Moraes - Presidente do Tribunal de Contas do Município de Goiânia	Solicita informações sobre providências adotadas pela Tribunal de Contas do Município de Goiânia quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/951/1997-SF e Of/1314/1997-SF
Of/724/2000-SF	Conselheiro Luiz Eustáquio Toledo - Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas	Solicita informações sobre providências adotadas quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/952/1997-SF e Of/1315/1997-SF.
Of/725/2000-SF	Conselheiro Fernando José de Melo Correia - Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	Solicita informações sobre providências adotadas quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/953/1997-SF e Of/1316/1997-SF
Of/726/2000-SF	Conselheiro Salomão Antônio Ribas Júnior - Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina	Solicita informações sobre providências adotadas quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/961/1997-SF e Of/1324/1997-SF

Of/727/2000-SF	Conselheiro Hélio Saul Lileski Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul	Solicita informações sobre providências adotadas quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/955/1997-SF e Of/1318/1997-SF
Of/728/2000-SF	Deputado Otamar Vivian - Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul	Solicita informações sobre providências adotadas quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/956/1997-SF e Of/1319/1997-SF
Of/729/2000-SF	Deputado Elisiane Ferreira Costa Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas	Solicita informações sobre providências adotadas pela Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/957/1997-SF e Of/1320/1997-SF
Of/730/2000-SF	Deputado José Marcos Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco	Solicita informações sobre providências adotadas pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/958/1997-SF e Of/1321/1997-SF
Of/731/2000-SF	Deputado Gilmar Knaese Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina	Solicita informações sobre providências adotadas pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina quanto Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/959/1997-SF e Of/1323/1997-SF

Of/732/2000-SF	Deputado Vanderlei Macris Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo	Solicita informações sobre providências adotadas pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/960/1997-SF e Of/1322/1997- SF
Of/733/2000-SF	Vereador Armando Mellão Neto Presidente da Câmara Legislativa do Município de São Paulo	Solicita informações sobre providências adotadas quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/961/1997-SF e Of/1324/1997- SF
Of/734/2000-SF	Vereador Marcelo Augusto Presidente da Câmara Legislativa do Município de Goiânia	Solicita informações sobre providências adotadas pela Câmara Legislativa do Município de Goiânia quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/962/1997-SF e Of/1325/1997- SF
Of/735/2000-SF	Vereador José Amando Mota Presidente da Câmara Legislativa do Município de Osasco - São Paulo	Solicita informações sobre providências adotadas quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/961/1997-SF e Of/1324/1997- SF
Of/736/2000-SF	Vereador Oswaldo Celeste Filho Presidente da Câmara Legislativa do Município de Guarulhos - São Paulo	Solicita informações sobre providências adotadas quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/964/1997-SF e Of/1311/1997- SF

Of/737/2000-SF	Vereador Tadeu Marcos Ferreira Presidente da Câmara Legislativa do Município de Campinas – São Paulo	Solicita informações sobre providências adotadas quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/965/1997-SF e Of/1311/1997-SF
Of/738/2000-SF	Joel Geraldo Coimbra - Procurador-Geral de Justiça Ministério Público do Estado do Paraná	Solicita informações sobre providências adotadas quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/1080/1997-SF

CONGRESSO NACIONAL - 2000
RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS NO PERÍODO DE 1º A 31 DE MAIO

PLVs - sancionados..... 01

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Maio	351/2000-CN (nº 506/2000, na origem)	MPV nº 2.019-1, Publ. no D.O. de 22-4-2000 (Ed. Extra)	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 1996, e dá outras providências.	10-5-2000 às 19 horas	Aprovado o PLV nº 4/2000. Lei nº 9.971, de 18-5-2000 (DOU 19-5-2000)

RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL NO
PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A 31 DE MAIO 2000

PLVs - sancionados..... 02
 PLNs - transformados em lei..... 01
Total de matérias apreciadas..... 03

Origem	Expediente	Data	Assunto	Destino	Resposta
CPI - Obras Inacabadas - Requerimento nº 651, de 1995					
SF	Of/686/2000-SF	27/04/2000	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Of/312/SF-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"	Ministro Wagner Pimenta Presidente do TST	Of. 247, de 19.5.2000, do Min. Pres. Do Tribunal Superior do Trabalho, informando que à época da CPI o Tribunal não tinha nenhuma obra inacabada. Em 1998, com a previsão no Plano Plurianual de Investimento, iniciou a construção do Novo Edifício Sede do TST, tendo já passado por duas inspeções técnicas do Tribunal de Contas da União.
Presidente	Of/689/2000-SF	27/04/2000	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 282-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"	Ministro Rodolpho Tourinho Neto Ministro de Estado de Minas e Energia Emergia	Of. 650, de 25.5.2000, do Min. de Est. de Minas e Energia, encaminhando informações da Eletrobrás sobre Eclusas de Tucuruí (PA), Usina Termelétrica de Candia III (RS), Usina Termelétrica de Jacuí I (RS), Usina Termelétrica de Jorge Lacerda IV (SC) e Usina Hidrelétrica de Itá (RS).
SF	Of/691/2000-SF	27/04/2000	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 285-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"	General de Exército Glauber Vieira Comandante do Exército	Of. nº 805 - A, de 29.5.2000, do Comandante do Exército, informando não haver nenhuma obra inacabada sob a responsabilidade do Ministério do Exército constante do Relatório da CPI.
Presidente	Of/699/2000-SF	27/04/2000	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 293-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"	Tenente Brigadeiro-do-Ar - Carlos Almeida Baptista Comandante da Aeronáutica	Of. Nº 19, de 17.5.2000, do Comandante da Aeronáutica, informando da não existência de qualquer obra relativa à área de atuação da Pasta da Aeronáutica contida no Anexo A do Relatório da CPI das Obras Inacabadas.
SF	Of/700/2000-SF	27/04/2000	Solicita informações sobre as providências adotadas e o efetivo resultado em referência ao Aviso nº 294-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"	Ministro Geraldo Magela da Cruz Quinão Ministro de Estado da Defesa	Aviso nº 2785, de 11.5.2000, do Min. Est. da Defesa, informando não haver qualquer obra a ela do Min. à época, constante do Anexo A do Relatório da CPI, e anexa cópia do Aviso nº 15/SC-4, de 4.1.1996.

Origem	Expediente	Data	Assunto	Destino	Resposta
SF	01/702/2000-SF	27/04/2000	Solicita informações sobre as providências adotadas e o eletivo resultado em referência ao Aviso nº 296-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"	Ministro José Sarney Filho Ministro de Estado do Meio Ambiente	Aviso nº 101, de 16.5.2000, do Min. Est. Do Meio Ambiente, encaminhando cópia do Of. 460, de 3.7.1995, do Min. Est. Do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, ao Presidente da CPI das Obras não Concluídas, no qual prestava informações sobre as obras inacabadas à época.
Presidente SF	01/752/2000-SF	27/04/2000	Solicita informações sobre as providências adotadas e o eletivo resultado em referência ao Of/308/SF-COI que encaminhou o Relatório Final da CPI destinada a "inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação"	Tenente-Brigadeiro-do-Ar Sérgio Xavier Ferolla Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar	Of. Nº 227, de 16.5.2000, do Ministro-Presidente do STM, informando não haver qualquer obra em andamento, logo dispensando qualquer resposta ao Ofício do Senado Federal.
CPI – emissão de títulos Públicos - Requerimento nº 1.101, de 1996					
Presidente SF	01/718/2000-SF	27/04/2000	Solicita informações sobre providências adotadas quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/945/1997-SF	Leon Antônio Ferreira de Araújo - Procurador-Geral de Justiça Ministério Público do Estado de Alagoas	Of. 249, de 17.5.2000, do Procurador-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, encaminhando cópia da Ação de Improbidade Administrativa proposta pelo Min. Público de Alagoas em desfavor das pessoas indicadas na exordial e Certidão do Cartório da 3ª Vara da Fazenda Estadual dando ciência dos trâmites processuais já levados a efeito.
Presidente SF	01/719/2000-SF	27/04/2000	Solicita informações sobre providências adotadas quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/946/1997-SF e Of/1305/1997-SF	Walter Vigeili - Procurador-Geral de Justiça - Ministério Público do Estado de Santa Catarina	Of. nº 10715.1/P.G.J., de 17.5.2000, do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, informando da Ação Civil Pública visando à declaração de nulidade da emissão das Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina - LFTSC, sob o nº 023.98.021459-1.
Presidente SF	01/722/2000-SF	27/04/2000	Solicita informações sobre providências adotadas quanto ao Relatório Final da CPI - irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos enviado pelo Of/950/1997-SF e Of/1314/1997-SF	Conselheiro Walter Abrabão Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo	Of. SDG/GAB nº 37, de 23.5.2000, do Pres. do Tribunal de Contas do Município de SP, encaminhando cópia do Relatório em que foi analisado o item 5.1, as conclusões da CPI a respeito de três aspectos da matéria relacionada à autorização, emissão e negociação de títulos Públicos, nos exercícios de 1995 e 1996.

Obras Inacabadas Inventariadas pela CPI do Senado Federal
(Referência: Ofício SF/707/00, de 27/04/2000)

Unidade Vinculada: SIH

Nº Ordem	Título do Projeto Obra	Localização (Município/UF)	Descrição sucinta	Custo Total (em R\$)	Situação Atual			Previsão Término	Observações
					SLZ final	R\$ aplicados	R\$ a aplicar		
1	Adutora	Alagoas	Adutora Pão de Açúcar, Obra D'Água das Flores.	79.905.453,22	75	58.173.587,51	21.732.075,71	2003	Pregos relativos à junho de 1994. Obras reiniciadas no âmbito federal em 28/12/94. O Estado já havia iniciado as obras anteriormente valor no PPA (2000/2003)-R\$ 14.406.458,00. A obra anda em ritmo lento em razão da baixa disponibilidade de valor no PPA (2000/2003) - R\$ 2.838.903,00
2	Canal adutor	Sobradinho / BA	Canal adutor da Serra da Batalha com 13.500m de ext. que possibilita, por gravidade, a irrigação de 20.000 ha de terra à jusante da Barragem de Sobradinho, promovendo a criação de 10.000 empregos diretos.	44.166.437,20	50	20.020.452,34	24.147.984,86	2003	
3	Projeto de irrigação	São Mateus / MA	Implantação do Proj. de irrigação Salangoma, irrigação de 5.016ha p/ beneficiar 31.076 habitantes, gerando 5.500 empregos diretos e 10.000 indiretos.	72.397.188,00	85	68.526.836,30	3.870.351,70 (preços de dezembro/99)	2003	As obras poderiam ser concluídas em 2000, não fora a ineficiência dos recursos alocados no exercício no PPA.
4	Barragem	Valença do Piauí / PI	Barragem Mesa de Pedra, capacidade de 55 milhões de m³.	14.353.869,20	95	13.451.869,20	902.000,00	2000	Recursos aplicados e a aplicar pela União com os convênios nº 019/94 e nº 053/95
5	Projeto de irrigação	Altão do Rodrigues / RN	Projeto de irrigação Baixo Água - contempla duas etapas. A 1ª etapa (3.000ha) encontra-se pronta e a 2ª, também com 3000ha, em fase de conclusão.	13.032.721,90	100	13.032.721,90	-	2000	Recursos aplicados e a aplicar pela União com os convênios nº 182/96
6	Barragem	Jucurutu / RN	Barragem Olínea, do terra e enrocamento, com 56,00m de alt. Máx., 1.820m de ext., com 1.536.492m³ do material fornecido no acumular 1.300.000m³ de água.						Obra Paralisada
7	Barragem	Mossoró / RN	Barragem do Santa Cruz, de terra torçada com 49m de alt. Máx., e 2.300m de ext. de 1.984.950m³ de material, p/ acumular 553 milhões de m³ de água.	70.966.637,69	40	28.502.202,99	42.464.434,00	2003	Obra em execução
8	Projeto de irrigação	Itapirana / SE	Obras de ampliação do projeto de irrigação Jacaréica.	42.432.425,00	79	33.632.425,00	8.800.000,00	2003	Valor no PPA (2000) - R\$ 3.500.000,00
9	Projeto de irrigação	Itapirana / SE	Ações compem. de irrigação Jacaréica II - Construção de barragem de 50m de alt. e vol. de alívio de 600.00m³, e a consor. de 50km de canais p/ irrigação, com 400 lotes de 4ha, 1.600ha						Trata-se do mesmo objeto. Barragem foi concluída.

Obras Inacabadas Inventariadas pela CPI do Senado Federal
(Referência: Ofício SF/707/00, de 27/04/2000)

Unidade Vinculada: CODEVASF

Nº Ordem	Título da Obra	Localização (Município/UF)	Descrição Sumária	Custo Total (em R\$)	Situação Atual		Previsão Término	Observações
					% Li. Pista	R\$ milhar		
1	Projeto de Irrigação	Ouro Preto/BA	Obras de implantação do Projeto de Irrigação Aproveitamento Agrícola do Morão					Obra paralisada ainda no MAA.
2	Barragem	Estrela de Alagoas/AL	Barragem de alvenaria de pedra com capac. P/ armazenar 100.6.000m³ de água. Possui bacia hidroq. de 10.000km² e bacia hidrográfica de 2.93 ha.	430.350,54	100	430.350,54		Concluída em 10/09/1997
3	Projeto de Irrigação	Parauapebas/PA	Execução das obras civis do projeto de irrigação e drenagem Vazee de Marituba	135.508.750,00	26	35.882.390,00	99.626.360,00	Obra destinada a compensar efeitos negativos da Barragem de Sobradinho. Estudos iniciados em 1984. Iniciada em 1994. Implantação Intermitente por contingência orçamentária. Empreendimento com ênfase em Piscicultura e fruticultura.
4	Projeto de Irrigação	Bom Jesus da Lapa/BA	Execução das obras civis do projeto de irrigação Formoso A.					Concluída em 1998. Início dos estudos em 1967. Primeiras obras contratadas em 1987. Implantação Intermitente por contingência orçamentária.
5	Barragem	João Dourado/BA	Construção da Barragem da Mata do Nêgo, no rio do mesmo nome.	271.798,00	100	271.798,00		Concluída em 31/03/1996
6	Barragem	João Dourado/BA	Construção da Barragem da Mata do Nêgo, no rio do mesmo nome.					O mesmo objeto.
7	Barragem	Parauapebas/PA	Construção da Barragem do Zabumbão, no rio Parauapebas.	21.242.850,00	100	21.242.850,00		Concluída em 1998.
8	Barragem	Parauapebas/PA	Construção da Barragem do Zabumbão, no rio Parauapebas.					O mesmo objeto.
9	Projeto de Irrigação	Nepesina/SE	Projeto de irrigação, enrocamento dos diques de proteção do Perímetro Irrigado de Betume.	137.312,00	100	137.312,00		Concluída em 16/07/1995
10	Projeto de Irrigação	Propriá/SE	Enrocamento dos diques de proteção do Perímetro Irrigado de Conguaíapindoba.	56.455,00	100	56.455,00		Concluída em 09/07/1998
11	Projeto de Irrigação	Propriá/SE	Fornecimento de materiais e equip. necessários e complementação do projeto de irrigação de Propriá.	3.000.000,00	100	3.000.000,00		Concluída em Dez/1995

Obs.:

- Valores de escrituração contábil até o ano da conclusão.

- Inclui investimento que representam o enriquecimento econômico do empreendimento com ênfase na Piscicultura. Obras de captação, adução, distribuição, drenagem, etc.

- Faz o reassentamento de cerca de 100 (cem) famílias desalojadas com a construção da Barragem de Zabumbão.

Obras Inacabadas Inventariadas pela CPI do Senado Federal
(Referência: Ofício SF/707/00, de 27/04/2000)

Unidade Vinculada: DNOCS

Nº	Título do Projeto	Localização	Descrição Sumária	Custo Total (em R\$)	Situação Atual			Previsão Termino	Observações
					% Exec.	R\$ Aplicados	R\$ a Aplicar		
1	Barragem	(Município) BA	Barragem do Trussu - De terra homogênea, com 31m de alt. Máx., 396m de ext. e vol. de 537.470m³ de terra, capaz de acumular 39 milhões de m³ de água.	4.284.118,10	100%	4.284.118,10			Concluída em fevereiro de 1998.
2	Barragem	Livramento do Burnado/BA	Barragem Riacho do Paulo - De terra homogênea, com 28m de alt. Máx., 1.895m de ext. e vol. de 812.000m³ de terra, capaz de acumular 53 milhões de m³ de água.	20.480.561,50	94%	19.334.456,00	1.146.000,00		Concluída em dezembro de 1998. Falta estrada de contorno
3	Projeto de irrigação	Livramento do Burnado/BA	Projeto de irrigação Burnado - Ampliação da área de 1.200 ha. Área total é de 5.500 ha. 4.300 ha já implantado. Adutora de 6,2 km de ext. e diâmetros de 1.000, 1.300 e 1.500 mm em aço-carbono, e 7 km de canal de concreto.	19.500.000,00	80%	15.600.000,00	3.900.000,00	2.001	
4	Barragem	Alio Santo / CE	Barragem Castanhão - De terra homogênea, núcleo central compactada a rolo com 60m de alt. máx., 3.450 de ext., com vol. de 4.478.000 m³ de terra e 929.120 m³ de CCR e 203.152 m³ de concreto conv., capaz de acumular 6.761.000.000 m³ de água; e ações complement.: consultoria, desapropriação e assent. rural e urb., estações sinológicas e climatológica, proj. de desmatamento e desvio da BR 116.	165.826.414,29	60%	167.673.561,46	188.843.567,19	2001	Concluída em setembro de 1999
5	Barragem	Assaré / CE	Barragem São Miguel (Canas) - Em concreto compactado a rolo, submersível, com 50m de alt. Máx., 100m de ext., vol. de 86.590.000 m³ de concreto, capaz de acumular 32.000.000 m³ de água.	7.817.000,00	100%	7.817.000,00			Concluída em maio de 1998.
6	Barragem	Iguatu / CE	Barragem Trussu - De terra homogênea, com 36,30m de alt. Máx., 1.200.251 m³ de terra, capaz de acumular 263.000.000 m³ de água.	13.507.000,00	100%	13.507.000,00			Concluída em maio de 1998.
7	Projeto de irrigação	Limoeiro do Norte/CE	Ampliação de área de 2.500,00 ha do proj. de irrigação Jaguaribe Apoiar área total de 6.393 ha.	52.581.000,00	55%	49.181.000,00	3.400.000,00	2001	
8	Projeto de irrigação	Marco / CE	Projeto de irrigação Baixo Acaraú. Implantação de área irrigável 8.439ha, dividida em 2 olapões de 4.000ha e 4.439ha, previsão ampliação de 4.280 ha.	106.800.000,00	66%	70.000.000,00	36.800.000,00	2000	Concluída em novembro de 1996.
9	Barragem	Montealegre / CE	Barragem Serelim Dias - De terra homogênea com 25m de alt. Máx., 326m de ext. e vol. de 467.000 m³ de terra, capaz de acumular 43.000.000 m³ de água.	2.102.752,59	100%	2.102.752,59			
10	Projeto de irrigação	Morada Nova / CE	Projeto de irrigação Tabuleiro de Russas - Implantação de área irrigável de 10.866ha, sendo 5.716 pl. colonização e 4.970ha pl. empresas, total de 1.009 beneficiários.	142.000.000,00	70%	98.600.000,00	43.400.000,00	2001	
11	Projeto de irrigação	Parapeta / CE	Ampliação de uma área 4.571 ha do Projeto de irrigação de Curupiraço, atualmente encontrase em operação uma 3.429 ha.	30.000.000,00			30.000.000,00	2003	Não foi iniciada. Concluída em janeiro de 1997.
12	Barragem	Cuxembim / CE	Barragem Fogão - De terra homogênea, com 29,80m de alt. Máx., 860 de ext., vol. de 1.425.950 m³ de terra, capaz de acumular 118 milhões de m³ de água.	18.761.000,00	100%	18.761.000,00			
13	Projeto de irrigação	Varzea / CE	Ampliação de uma área de 1.649 ha do Projeto de irrigação Araras - Nogueira - Encontrase atualmente em operação uma área de 1.606 ha.	3.120.000,00			3.120.000,00	2001	Não foi iniciada. Concluída em abril de 1998.
14	Barragem	Varzea Alegre/CE	Barragem Olho D'Água - De terra homogênea, com 26m de alt. Máx., 381m de ext., capaz de acumular 21.300.000 m³ de água. 218.261 m³ de maciço.	7.817.000,00	100%	7.817.000,00			
15	Projeto de irrigação	Magalhães de Almeida/MA	Obras de ampliação de 5.572ha de São Bernardo do total de 5.572ha.	46.000.000,00	47%	30.000.000,00	16.000.000,00	2003	
16	Projeto de irrigação	Magalhães de Almeida/MA	Obras de ampliação de 5.572ha de São Bernardo do total de 5.572ha.					2003	Mesmo objeto
17	Projeto de irrigação	Palmeirópolis/MA	Obras de implantação de área de 2.552 ha do projeto de irrigação Barragem Ocidental/MA, com ampliação prevista de 884 ha.	94.690.000,00	82%	77.690.000,00	17.000.000,00	2003	

Nº	Título do Projeto	Localização	Descrição Sumária	Custo Total (em R\$)	% Execução	Sinopse Atual	Previsão	Observações
Ordem	Obra	(Município/UF)				R\$ solicitados	R\$ a solicitar	Termino
18	Barragem	Aracaju / PB	Barragem de Açuda.					
19	Barragem	Cabacuranas / PB	Barragem São Sinal - De concreto compactado a rolo com 28m de alt. Máx., 298m de bvl. e vol. de 40,336m³ de concreto, capaz de acumular 20.800.000m³ de água.	11.790.000,00	5%	589.000,00	10.500.000,00	2002
20	Barragem	Sitara de Mangueira/PB	Barragem Pogo - Recondo, p/ abast. de água, irrigação e piscicultura, com cap. de acumulação de 53 milhões m³.	16.000.000,00	60%	9.500.000,00	6.500.000,00	2001
21	Projeto de irrigação	Sousa / PB	Canal de irrigação das Várzeas de Sousa, com águas transpostas do Canal Adutor do Sistema Curumãtille do perímetro irrigado de São Gonçalo com área de 5,310 ha.	35.000.000,00	25%	9.000.000,00	26.000.000,00	2001
22	Adutora	Pernambuco	Adutora do Oeste Pernambucano - Sistema de Orocó - PE/Uaietés-PI, captação em Orocó, assentamento de tub. diâmetro entre 100 e 700 mm, com ext. total de 772 km de adutora em aço carbono e terra fund., com vazo de 483 l/s. 6 est. elevatórias, 5 subestações elétricas e 5 stand pipes.	227.000.000,00	59%	78.800.000,00	148.200.000,00	2003
23	Barragem	Belo Jardim / PE	Barragem Baio Jardim - Em concreto compactado a rolo, 38m de alt. Máx., 300m de ext. e vol. de 88.400 m³ de concreto, capaz de acumular 22.100.000m³.	6.236.000,00	100%	6.236.000,00		Concluída em fevereiro de 1998
24	Projeto de irrigação	Bonfim / PE	Projeto irrigado Moradito - ampliação de uma área irrigável de 3.000ha.	2.500.000,00				Não foi iniciada.
25	Barragem	Serra Talhada / PE	Barragem da Serrinha - acumulará um vol. de 311.000.000m³ de água beneficiará os municípios de Miranda, Flores, São José do Belmonte, Camanduba da Penha, Ilacunda, Perenzilha (trecho do rio Patéu) permitindo instalação de mais meio pó.	25.000.000,00	100%	25.000.000,00		Concluída em março de 1996.
26	Barragem	Sunubim / PE	Barragem Jucarázimo - De concreto compactado a rolo com 62m de alt. Máx., 442m de ext. e vol. de 427.100m³ de concreto, capaz de acumular 327.000.000m³ de água.	24.746.504,65	100%	24.746.504,65		Concluída em fevereiro de 1998.
27	Barragem	Vitória de São Antão/PE	Barragem do Riacho Nandu em alvenaria de pedra.	1.100.000,00	90%	1.000.000,00	100.000,00	2000
28	Barragem	Bocaina / PI	Barragem Bocaina - De terra zonada, com alt. Máx. de 53,50m, ext. de 356,00m, com vol. total de 1.544.000m³ de material e capacidade de acumulação de 106.000.000m³ de água.	15.510.000,00	100%	15.510.000,00		Concluída em março de 1996.
29	Barragem	Conceição do Canindé/PI	Barragem Pedra Raconada - De terra hom., com alt. Máx. de 51,0m, ext. de 370m, com um vol. total de 295.000m³ de terra e capacidade de acumulação de 216.000.000m³ de água. 1.313.700 m² de alvenaria compactada.					
30	Projeto de irrigação	Guadalupe / PI	Obras de impl. do projeto de irrigação do Platô de Guadalupe com 3,106 ha o ampliação de 11,851 ha.	32.520.000,00	81%	26.975.000,00	5.545.000,00	2000
31	Barragem	S. Francisco do Piauí/PI	Barragem Saimas - De terra homogênea, com 18,00m de alt. Máx., ext. de 435m, com um vol. total de 686.000m³ de terra e capacidade de acumulação de 387.407.000m³ de água.	220.000.000,00	64%	140.800.000,00	79.800.000,00	2003
32	Projeto de irrigação	Parnaíba / PI	Ampliação de 2,201 ha do projeto de irrigação Tabuleiros Litorâneos, ampliação de 6,124 ha.	47.560.000,00	85%	42.000.000,00	5.600.000,00	2.000
33	Barragem	Pedro II / PI	Barragem Joana - De terra homogênea, com 33m de alt. Máx., ext. de 322m, com um volume total de 432.600m³ de terra e capacidade de acum. de 14.200m³ de água.	142.000.000,00	77%	110.100.000,00	31.900.000,00	2003
34	Barragem	S. João do Pí / PI	Barragem do Jangango - De terra com alt. Máx. de 39,50m, ext. de 254m, com um vol. total de 867.417m³ de material e capacidade de acumulação de 248.000.600m³ de água.	52.000.000,00	80%	42.000.000,00	10.000.000,00	2000
35	Barragem	S. Raimundo Nonato/PI	Barragem Patrício Pereira - De terra zonada, com alt. Máx. de 36,70m, ext. de 952m, com vol. total de 181.248.000m³ de água com vol. de 674.000 m³.	10.863.000,00	100%	10.863.000,00		Concluída em dezembro de 19997

REL-ORDINARIA2000.xls

COMISSÃO
DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
RELATÓRIO DE ATIVIDADES
FEV/MAI 2000

REUNIÕES CONVOCADAS
E REALIZADAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA
REUNIÕES REALIZADAS

ORDINÁRIAS	13
EXTRAORDINÁRIAS	12
CONJUNTAS	2
TOTAL	27

PROJETOS APROVADOS EM CARÁTER TERMINATIVO - 2000
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

PROJETOS DE LEI DO SENADO TERMINATIVO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO			2			1	1				2
PELA REJEIÇÃO	4			1							5
REMESSA À CCJ				1			1				1
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO	1										1
TOTAL	5	0	2	2	0	0	0	0	0	0	9

PARCERES APRECIADOS - 2000 EM CARÁTER NÃO TERMINATIVO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

PROJETOS DE LEI DO SENADO NÃO TERMINATIVO	FEV.	MAR.	ABR.	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO	1	1									2
PELA REJEIÇÃO											0
REMESSA À CCJ	1										1
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO											0
TOTAL	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3

PROJETOS DE LEI DO SENADO COMPLEMENTAR	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO	1			1							1
PELA REJEIÇÃO		1									1
REMESSA À CCJ	1			1							2
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO											0
TOTAL	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	4

EMENDAS DE PLENÁRIO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO											0
POR AUDIÊNCIA À CCJ				1							1
PELA REJEIÇÃO											0
TOTAL	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1

(OFS) OFÍCIOS "S"	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
APROVADO NOS TERMOS DO PRS			17								17
PELO ARQUIVAMENTO			1								1
TOTAL	0	0	18	0	0	0	0	0	0	0	18

(MSF) MENSAGENS	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
APROVADO NOS TERMOS DO PRS	3	3	6	3							15
APROVADO NOS TERMOS DO PDS			1								1
INDICANDO AUTORIZAÇÕES		1									1
TOTAL	3	4	7	3	0	0	0	0	0	0	17

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO	1		2								3
PELA REJEIÇÃO											0
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO											0
PELA PREJUDICIALIDADE	1										1
PELO ARQUIVAMENTO											0
TOTAL	1	2	0	2	0	0	0	0	0	0	4

PROJETOS DE RESOLUÇÃO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO											0
PELA PREJUDICIALIDADE											0
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO											0
POR AUDIÊNCIA À CCJ											0
PELO ARQUIVAMENTO	1										0
PELA REJEIÇÃO	1										1
TOTAL	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

QUADRO CONSOLIDADO DOS PARECERES APRECIADOS PELA CAE - 1999
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

PARECERES	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO	2	1	4	1	0	0	0	0	0	0	8
PELA REJEIÇÃO	5	1	0	1	0	0	0	0	0	0	7
PELA PREJUDICIALIDADE	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
POR AUDIÊNCIA À CCJ	2	0	0	3	0	0	0	0	0	0	5
PELO ARQUIVAMENTO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
APROVADOS NOS TERMOS DO PRS	3	3	23	3	0	0	0	0	0	0	32
APROVADOS NOS TERMOS DO PDS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
APROVANDO IND. DE AUTORIDADES	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	14	6	29	8	0	0	0	0	0	0	57

SABATINAS, AUDIÊNCIAS, DEPOIMENTOS
E COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES REALIZADOS NA CAE NA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

DATA	ASSUNTO
29.02.2000	Audiência pública destinada a instruir o PLC N° 04, DE 2000, que "estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", com a presença do senhores: Paulo Roberto Zlufkoski Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, conselheiro Flávio Regis Xavier de Moura e Castro Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, e do Deputado Nominando Diniz, Representante da União Nacional dos legislativos.
14.03.2000	Exposição Do Tenente Brigadeiro do Ar, Carlos Baptista, Comandante Da Aeronáutica, juntamente com os Senhores Eduardo Bogallo Petengili, Presidente da INFRAERO, Venâncio Grossi, Diretor do DAC e Paulo Enrique Coco, Presidente da TRANSBRASIL, acerca da "atual situação das empresas aéreas, seus compromissos financeiros perante os organismos da união e sobre os possíveis acordos de fusão entre essas empresas ou entre empresas aéreas internacionais".
15.03.2000	Exposição do Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, sobre o programa de privatização e tarifas de pedágio.
15.03.2000	Audiência Pública destinada a instruir o PLC N° 04, DE 2000, que "estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências" com a presença do Senhor Esperidião Amin, Governador do Estado de Santa Catarina.
16.03.2000	Exposição do Diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais do BACEN, Carlos Eduardo de Freitas, acerca dos "contratos de antecipação de receitas firmados por diversos estados brasileiros"
21.03.2000	Audiência Pública destinada a instruir O PLC N° 04, DE 2000, que "estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências" com a presença dos Senhores Martius Tavares, Ministro Do Planejamento, Orçamento E Gestão, E Amaury Bler, Secretário-Executivo Do Ministério Da Fazenda.
21.03.2000	MSF N° 91/2000 , que "Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil".
22.03.2000	Audiência Pública destinada a instruir a dívida entre o município de São Paulo e a União, com a presença do prefeito Celso Pitta
04.04.2000	Exposição do senhor Sérgio Darcy da Silva Alves, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil, visando a instrução da tramitação do PROJETO DE LEI DO SENADO N° 262 DE 1999 - COMPLEMENTAR, que "dispõe sobre a instituição da Conta - Pagamento Padrão, Isenta de Tarifas Bancárias, e dá outras providências", de autoria Senador Geraldo Cândido.

05.04.2000	Audiência pública com a senhora Sol Garson Braule Pinto, secretária de fazenda do Município do Rio de Janeiro, e do senhor Torquato Jardim, representante dos contribuintes; visando à Instrução da tramitação do PLS n.º 646, de 1999, que "dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências", de autoria do Senador Jorge Bornhausen.
04.05.2000	Audiência pública com o senhor Arminio Fraga, Presidente do Banco Central, sobre os seguintes assuntos: causas dos seguidos prejuízos que o Banco Central do Brasil vem apresentando nos últimos anos e os fluxos financeiros entre a Autoridade Monetária e o Tesouro Nacional; cédula de crédito bancário; e possíveis responsabilidades do Banco Central do Brasil no crescimento do passivo do Banco do Estado de Rondônia durante o regime de administração especial. em decorrência da aprovação dos Requerimentos n.ºs 18-CAE/2000, 19-CAE/2000 20-CAE/2000, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon e Ernandes Amorim, respectivamente.
09.05.2000	Audiência pública com o senhor Arminio Fraga, presidente do Banco Central e Carlos Eduardo de Freitas, diretor do Banco Central do Brasil, sobre os seguintes assuntos: causas dos seguidos prejuízos que o Banco Central do Brasil vem apresentando nos últimos anos e os fluxos financeiros entre a Autoridade Monetária e o Tesouro Nacional possíveis responsabilidades do Banco Central do Brasil no crescimento do passivo do Banco do Estado de Rondônia durante o regime de administração especial; e a operação de antecipação de royalties. em decorrência da aprovação dos Requerimentos n.ºs 18-CAE/2000, 19-CAE/2000 20-CAE/2000, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Ernandes Amorim, respectivamente.
10.05.2000	Audiência Pública com a presença do Senhor Henry Philippe Reichstul, Presidente da PETROBRÁS, destinada a instruir a tramitação do Projeto de Lei do Senado n.º 263, DE 1999, que "altera dispositivos da Lei n.º 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização", de autoria do Senador Alvaro Dias.
16.05.2000	Exposição do Senhor Marcos Caramuru de Paiva, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, e do senhor Vinicius Pinheiro, Secretário de Previdência Social, com a finalidade de instruir a tramitação da MENSAGEM N.º 99 DE 2000, que "solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 505,060,000.00 (quinhentos e cinco milhões e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, na modalidade de ajuste setorial - Reforma da Previdência Social/Segunda Fase".

RELATÓRIO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA**

MATÉRIAS APRECIADAS EM 2000

MAIO

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....	06
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....	06
Total de Proposições Apreciadas.....	49

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

(PDS) PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO	MAIO
PELA APROVAÇÃO	33
PELA REJEIÇÃO	--
PELO SOBRESTAMENTO	--
TOTAL	33

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS (CONT.)

REQUERIMENTOS	MAIO
PELA APROVAÇÃO	2
PELA REJEIÇÃO	--
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	1
TOTAL	3

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA	MAIO
PELA APROVAÇÃO	2
PELA REJEIÇÃO	--
PELA PREJUDICIALIDADE	--
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	--
TOTAL	2

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS (CONT.)

EMENDAS	MAIO
PELA APROVAÇÃO	1
PELA REJEIÇÃO	2
PELA PREJUDICIALIDADE	--
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	--
TOTAL	3

PRS	MAIO
PELA APROVAÇÃO	1
PELA REJEIÇÃO	--
PELA PREJUDICIALIDADE	1
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	--
TOTAL	2

PROPOSIÇÕES TERMINATIVAS

PLS	MAIO
PELA APROVAÇÃO	2
PELA REJEIÇÃO	4
PELA PREJUDICIALIDADE	--
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	--
TOTAL	6

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS FEVEREIRO/MAIO

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....14
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....14

PARECERES	PDS	PLC	PLS(T)	PLS(NT)	PRS	REQUERIMENTOS	AVISOS	EMENDAS
PELA APROVAÇÃO	120	04	06	03	01	04	--	01
PELA REJEIÇÃO	--	--	06	--	--	--	--	02
PELA PREJUDICIALIDADE	--	--	--	--	01	--	--	--
PELO ARQUIVAMENTO	--	--	--	--	--	--	--	--
PELO SOBRESTAMENTO	1	--	--	--	--	--	--	--
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	--	--	--	--	--	01	--	--
TOTAL	121	04	12	03	02	05	--	03

TOTAL GERAL:150

**COMISSÃO
DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**

**REUNIÕES CONVOCADAS
E REALIZADAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA (FEVEREIRO A MAIO DE 2000)**

REUNIÕES CONVOCADAS.....08
REUNIÕES REALIZADAS08
TOTAL DE REUNIÕES.....08

**MATÉRIAS APRECIADAS EM CARÁTER TERMINATIVO - 2000
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA**

**PARECERES APRECIADOS - 2000
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA**

PROJETOS DE LEI DO SENADO	FEV	MAR	ABR	MAI	TOT
PELA APROVAÇÃO		1			1
PELA REJEIÇÃO					
TOTAL		1			1

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA	FEV	MAR	ABR	MAI	TOT
PELA APROVAÇÃO		1	1		2
TOTAL		1	1		2

(REQ.) REQUERIMEN TO	FEV	MAR	ABR	MAI	TOT
PELA APROVAÇÃO	01		03		04
PELA REJEIÇÃO					
TOTAL	01		03		04

INDICAÇÕES, DIVERSOS, A VISOS E MENSAGENS	FEV	MAR	ABR	MAI	TOT
PELA APROVAÇÃO				01	01
PELA REJEIÇÃO					
PELO ARQUIVAME NTO					
TOTAL / MÊS				01	01

QUADRO CONSOLIDADO DOS PARECERES APRECIADOS PELA CI - 2000
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

PARECERES	FEV	MAR	ABR	MAI	TOT
PELA APROVAÇÃO		2	1	1	4
PELA REJEIÇÃO					
POR AUDIÊNCIA À CCJ					
APROVADOS NOS TERMOS DE PRS					
REJEITADOS NOS TERMOS DE PRS					
PELO ARQUIVAMENTO					
TOTAL GERAL		2	1	1	4

AUDIÊNCIAS PÚBLICA

REUNIÃO	ASSUNTO	AUTORIDADES
16/05/2000	ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS BEM COMO AS PROVIDÊNCIAS TOMADAS SOBRE O DESASTRE AMBIENTAL CAUSADO PELO VAZAMENTO DE ÓLEO OCORRIDO NA BAÍA DE GUANABARA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	DEP. JOSÉ SARNEY FILHO, MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE; DRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA, PRESIDENTE DO IBAMA; DRA. GISELE ELIAS PORTO, PROCURADORA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL/R.J.; DR. JOSÉ CHACON DE ASSIS, PRESIDENTE DO CREA/R.J.
24/05/2000	ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS BEM COMO AS PROVIDÊNCIAS TOMADAS SOBRE O DESASTRE AMBIENTAL CAUSADO PELO VAZAMENTO DE ÓLEO OCORRIDO NA BAÍA DE GUANABARA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	DR. JÚLIO COLOMBI NETO, DIRETOR DA ANP; SR. ROBERTO ODILON HORTA, DIRETOR DA FUP; SR. NILSON CESÁRIO VIANA, REP. SINDIPETRO DUQUE DE CAXIAS; DR. JORGE COSTA DO NASCIMENTO, REP. DO SINDIPETRO/R.J.

CELSON ANTONY PARENTE
SECRETÁRIO DA C.I.

11ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 22 de março de 2000, às 17 horas.

As dezessete horas do dia vinte e dois de março do ano dois mil, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Freitas Neto, Roberto Saturnino, Carlos Bezerra, Agnelo Alves, Luiz Otávio, Wellington Roberto, Pedro Piva, Lúdio Coelho, Lauro Campos, Bello Parga, Romeu Tuma, José Alencar, Osmar Dias, Paulo Souto, Gilberto Mestrinho, José Eduardo Dutra e Francelino Pereira. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: José Fogaça, Luiz Estevão, Maguito Vilela, Ramez Tebet, Jorge Bornhausen, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, José Roberto Arruda, Antero Paes de Barros, Romero Jucá, Eduardo Suplicy e Jefferson Peres. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como provada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: MSF 90 /2000, não terminativa, que "Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor equivalente a até US\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Município do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro "Favela-Bairro" - Segunda Etapa (PROAP II)". Relator: Senador Gilberto Mestrinho. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. MSF 80 /2000, não terminativa, que "Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de EUR 4.671.408,00 (quatro milhões, seiscentos e setenta e um mil e quatrocentos e oito euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, destinada ao financiamento, com seguro da Hermes Kreditversicherungs-Aktiengesellschaft, de oitenta e cinco por cento do valor de contrato comercial para importação de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa Dornier Medizintechnik GmbH, no âmbito do "Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários". Relator Ad Hoc: Senador Luiz Otávio. Parecer: : Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. MSF 83 /2000, não terminati-

va, que " Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até EUR 3.107.376,00 (três milhões, cento e sete mil e trezentos e setenta e seis euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, destinado ao financiamento, com seguro da Hermes Kreditversicherungs-Aktiengesellschaft, de oitenta e cinco por cento do valor de contrato comercial para importação de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa G.U.N.T. Gerätebau GmbH, no âmbito do "Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários". Relator: Senador Luiz Otávio. Parecer: : Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e seis minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

12ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 28 de março de 2000, às 10 horas.

As dez horas do dia vinte e oito de março do ano dois mil, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Bello Parga dos Senadores: Maguito Vilela, Edison Lobão, Jefferson Peres, Gilberto Mestrinho, José Fogaça, Lúdio Coelho, Paulo Souto, José Eduardo Dutra, Jonas Pinheiro, Lúcio Alcântara, Pedro Simon, Lauro Campos, Antero Paes de Barros, Freitas Neto, Osmar Dias, Romero Jucá, Bernardo Cabral, Eduardo Suplicy, Agnelo Alves, Francelino Pereira, José Alencar, Luiz Estevão, Roberto Saturnino, Ramez Tebet, Luiz Otávio, José Roberto Arruda, Pedro Piva, Jorge Bornhausen, Geraldo Althoff, Heloísa Helena, Romeu Tuma. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: Ney Suassuna e Carlos Bezerra. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: Projeto de Lei da Câmara Nº 02 de 2000, não terminativo, que "Dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária". Autoria: Deputado Inácio Arruda. Relator : Senador Lúdio Coelho. Parecer: : Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta

para reexame do relator. Projeto de Lei do Senado nº 177 de 1996 – complementar, não terminativo, que "Dispõe sobre a multa de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições após o vencimento e dá outras providências". Autoria: Senador Francelino Pereira. Relator : Senador Carlos Bezerra. Parecer: : Favorável nos termos do substitutivo aprovado pela CCJ. Resultado: retirado de pauta. OBS: Foi concedida vista coletiva, apresentando o Senador José Eduardo Dutra voto em separado contrário ao projeto. Projeto de Lei do Senado nº 282 de 1999 – complementar, não terminativo, que " Dispõe sobre a instituição da Conta-Pagamento Padrão, Isenta de Tarifas Bancárias, e dá outras providências". Autoria: Senador Geraldo Cândido. Relator : Senador Eduardo Suplicy. Parecer: : Favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. Voto em separado contrário do Senador Bello Parga. Resultado: A Comissão aprova convite ao Senhor Sérgio Darci, Diretor do Banco Central do Brasil para prestar esclarecimentos acerca do Projeto. Projeto de Lei do Senado nº 676 de 1999, terminativo, que "Altera a Lei nº 9496, de 11 de setembro de 1997, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais". Autoria: Senador Osmar Dias. Relator : Senador Roberto Saturnino. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. Projeto de Lei do Senado Nº 396, de 1999, terminativo, que "Destina as importâncias não pagas dos prêmios de qualquer modalidade de concurso de prognósticos autorizado pelo poder público, aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos e dá outras providências". Autor: Senador Edison Lobão. Relator: Senador Wellington Roberto. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. Ofício "S" Nº 3, de 2000, não terminativo, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da Prefeitura Municipal de Santos (SP) para contratar operação de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM administrado pelo Caixa Econômica Federal - CAIXA, no valor de R\$ 12.021.300,00 (doze milhões, vinte e um mil, trezentos reais), a preços de 31.07.1999". Autoria: BACEN. Relator : Senador Jonas Pinheiro. Parecer: : Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Adiado. Projeto de Lei do Senado nº 455, de 1999, terminativo, que "Altera dispositivos da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, e da Lei nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõem sobre Imposto sobre a Renda, e dá outras providências". Autoria: Sena-

dor Edison Lobão. Relator : Senador Luiz Estevão. Parecer: : Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. Projeto de Lei da Câmara nº 04 de 2000 (PLP 18 de 1999, na origem), não terminativo, que "Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências". Autoria: Poder Executivo. Relator : Senador Jefferson Peres. Parecer: : Favorável ao projeto, contrário às emendas 01 a10, apresentando ainda três Emendas de redação. Resultado: É concedida vista coletiva aos membros da Comissão. PLC Nº 646, de 1999, terminativo, que " Dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências". Autoria: Senador Jorge Bornhausen. Relator: Senador Edison Lobão. Parecer: Favorável. Resultado: Aprovado o Requerimento N º 17-CAE/2000, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, convidando o Senhor Everardo Maciel, Secretário da Receita Federal, para uma exposição sobre o projeto, juntamente com um representante das Secretarias de Fazenda Estaduais, Municipais e do Distrito Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Bello Parga**, Presidente.

13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Ordinária) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 4 de abril de 2000, às 10 horas.

As dez horas do dia quatro de abril do ano dois mil, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Freitas Neto, Mozarildo Cavalcanti, Jefferson Peres, Lúcio Alcântara, Bernardo Cabral, Gilberto Mestrinho, Bello Parga, José Fogaça, José Eduardo Dutra, Jorge Bornhausen, Geraldo Althoff, Paulo Souto, Lúdio Coelho, Ernandes Amorim, Edison Lobão, Agnelo Alves, Osmar Dias, Roberto Requião, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, José Alencar, Pedro Simon, Carlos Bezerra, Wellington Roberto, José Roberto Arruda, Romeu Tuma, Sérgio Machado, Jonas Pinheiro, Antero Paes de Barros, Pedro Piva, Lauro Campos, Luiz Estevão, Maguito Vilela e Luiz Otávio. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: Ramez Tebet, Francelino Pereira e Romero Jucá. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida pro-

cede-se a apreciação das seguintes matérias: Ofício "S" Nº 3, de 2000, não terminativo, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da Prefeitura Municipal de Santos (SP) para contratar operação de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM administrado pelo Caixa Econômica Federal - CAIXA, no valor de R\$12.021.300,00 (doze milhões, vinte e um mil, trezentos reais), a preços de 31.07.1999". Autoria: BACEN. Relator : Senador Jonas Pinheiro. Parecer: : Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Adiado. Mensagem-SF nº 82 /2000, não terminativa, que "Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de crédito externo, no valor de até EUR548.361,00 (quinhentos e quarente e oito mil e trezentos e sessenta e um euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, destinado ao financiamento da parcela à vista de 15% do contrato comercial para importação de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa G.U.N.T. Gerätebau GmbH, no âmbito do "Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários". Relator: Senador Roberto Saturnino. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Adiado. Projeto de Lei da Câmara nº 04 de 2000, não terminativo, que "Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências". Autoria: Poder Executivo. Relator : Senador Jefferson Peres. Parecer: : Favorável ao projeto, contrário às emendas 01 a10, apresentando ainda três Emendas de redação. Resultado: Aprovado o parecer do relator favorável ao projeto com as Emendas 01 A 03 -CAE e contrário às Emendas 01 A 14. Projeto de Lei do Senado nº 676 de 1999, terminativo, que "Altera a Lei nº 9496, de 11 de setembro de 1997, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais". Autoria: Senador Osmar Dias. Relator : Senador Roberto Saturnino. Parecer: : Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. Projeto de Lei do Senado nº 396, de 1999, terminativo, que "Destina as importâncias não pagas dos prêmios de qualquer modalidade de concurso de prognósticos autorizado pelo poder público, aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos e dá outras providências". Autor: Senador Edison Lobão. Relator: Senador Wellington Roberto. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. Projeto do Lei do Senado nº 455, de 1999, terminati-

vo, que "Altera dispositivos da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, e da Lei nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõem sobre Imposto sobre a Renda, e dá outras providências". Autoria: Senador Edison Lobão. Relator: Senador Luiz Estevão. Parecer: : Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e um minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

14ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Extraordinária) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 4 de abril de 2000, às 17 horas.

As dezessete horas do dia quatro de abril do ano dois mil, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Pedro Piva, Paulo Souto, Bello Parga, Osmar Dias, Pedro Simon, José Alencar, Ernandes Amorim, Eduardo Suplicy, Geraldo Althoff, Lúdio Coelho, Ramez Tebet, Roberto Saturnino, Romeu Tuma, Freitas Neto e José Eduardo Dutra. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: Agnelo Alves, José Fogaça, Maguito Vilela, Luiz Estevão, Jonas Pinheiro, Gilberto Mestrinho, Carlos Bezerra, Jorge Bornhausen Francelino Pereira, Edison Lobão, José Roberto Arruda, Antero Paes de Barros, Romero Jucá, Lauro Campos, Jefferson Peres e Luiz Otávio. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a Exposição do Senhor Sérgio Darcy da Silva Alves, Diretor de normas e organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil, visando a instrução da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 282 de 1999 – complementar, que "dispõe sobre a instituição da Conta – Pagamento Padrão, Isenta de Tarifas Bancárias, e dá outras providências", de autoria Senador Geraldo Cândido. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e vinte e seis minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Extraordinária) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 5 de abril de 2000, às 10 horas.

As dez horas do dia cinco de abril do ano dois mil, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Paulo Souto, Pedro Simon, José Eduardo Dutra, Jorge Bornhausen, Ernandes Amorim, Edison Lobão, Bernardo Cabral, Lúdio Coelho, Freitas Neto, Bello Parga, José Alencar, Jonas Pinheiro e Pedro Piva. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: Agnelo Alves, José Fogaça, Luiz Estevão, Maguito Vilela, Gilberto Mestrinho, Ramez Tebet, Carlos Bezerra, Francelino Pereira, José Roberto Arruda, Antero Paes de Barros, Romero Jucá, Eduardo Suplicy, Lauro Campos, Roberto Saturnino, Jefferson Peres e Luiz Otávio. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a realização da audiência pública com a senhora Sol Garson Braule Pinto, Secretária de Fazenda do município do Rio de Janeiro, e do Senhor Torquato Jardim, representante dos contribuintes; visando à instrução da tramitação do pls nº 646, de 1999, que "dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências", de autoria do Senador Jorge Bornhausen. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

16ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Ordinária) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 11 de abril de 2000, às 10 horas.

As dez horas do dia onze de abril do ano dois mil, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Pedro Simon, Bernardo Cabral, Mozarildo Cavalcante, Francelino Pereira, Gilberto Mestrinho, Paulo Souto, Agnelo Alves, Geraldo Althoff, Jonas Pinheiro, Jefferson Peres, José Eduardo Dutra, Lúdio Coelho, Bello Parga, José Alencar, Edison Lobão, Luiz Estevão, Ernandes Amorim, Eduardo Suplicy, Carlos Bezerra, Roberto Saturnino, Antero Paes de Barros, João Alberto Sousa, Luiz Otávio, Freitas Neto, Gerson Camata, Osmar Dias, Jorge Bornhausen, Romero Jucá, Sérgio Machado, Pedro Piva, Lú-

cio Alcântara e José Roberto Arruda. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: José Fogaça, Maguito Vilela, Ramez Tebet, e Lauro Campos. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: Ofício "S" nº 3, de 2000, não terminativo, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da Prefeitura Municipal de Santos (SP) para contratar operação de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM administrado pelo Caixa Econômica Federal - CAIXA, no valor de R\$ 12.021.300,00 (doze milhões, vinte e um mil, trezentos reais), a preços de 31.07.1999". Autoria: BACEN. Relator: Senador Jonas Pinheiro. Parecer: : Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Mensagem-SF nº 82 /2000, não terminativa, que "Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de crédito externo, no valor de até EUR 548.361,00 (quinhentos e quarenta e oito mil e trezentos e sessenta e um euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, destinado ao financiamento da parcela à vista de 15% do contrato comercial para importação de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa G.U.N.T. Gerätebau GmbH, no âmbito do "Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais

de Ensino Superior e Hospitais Universitários". Relator: Senador Roberto Saturnino. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Mensagem-SF nº 77, de 2000, não terminativo, que "Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 185,000,000.00 (cento e oitenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem-PROFAE". Autoria: Executivo. Relator: Senador Wellington Roberto. Relator Ad Hoc: Senador Osmar Dias. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Projeto de Lei do Senado nº 242, de 1999 – Complementar, não terminativo, que "Da nova redação ao inciso II do artigo 151 do código tributário nacional complementar".

Autoria: Senador Ronaldo Cunha Lima. Relator : Senador Paulo Souto. Parecer: : Favorável nos termos da Emenda nº 01-Substitutiva que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para aguardar audiência do Senhor Secretário da Receita Federal mensagem-sf nº 242, de 1999, não terminativo, que "Propõe ao Senado Federal seja autorizada concessão, pela União, da garantia da República Federativa do Brasil, no âmbito do Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira, em aditamento ao contrato de financiamento externo firmado entre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF e a Empresa Húngara de Comércio Exterior e Empreendimentos para Exportação - AGROINVEST, bem como a dispensa da respectiva contragarantia". Autoria: Executivo. Relator: Senador Francelino Pereira. Relator Ad Hoc: Senador Bernardo Cabral. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. projeto de lei do senado nº 455, de 1999, terminativo, que "Altera dispositivos da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, e da Lei nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõem sobre Imposto sobre a Renda, e dá outras providências". Autoria: Senador Edison Lobão. Relator : Senador Luiz Estevão. Parecer: : Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta para aguardar Audiência do Senhor Secretário da Receita Federal. projeto de lei do senado nº 676 de 1999, terminativo, que "Altera a Lei nº 9496, de 11 de setembro de 1997, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais". Autoria: Senador Osmar Dias. Relator : Senador Roberto Saturnino. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o projeto. projeto de lei do senado nº 72, de 1999, terminativo, que "Revoga o caput do art. 83 da Lei nº 9430, de 27 de dezembro de 1996". Autoria: Senador Carlos Patrocínio. Relator: Senador Antero Paes de Barros. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o projeto. projeto de lei do senado nº 173, de 1999, terminativo, que "Acrescenta o inciso V ao art. 94 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola". Autoria: Senador Lúcio Alcântara. Relator: Senador Freitas Neto. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. Obs: Em 05/10/1999 foi concedida vista ao Senador Jonas Pinheiro que devolveu com voto em separado favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1 - Substitutiva que apresenta. projeto de lei do senado nº 311 de 1999, terminativo, que "Permite dedução do imposto de renda às pessoas

físicas e jurídicas que adquiram quotas dos Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes". Autoria: Senador Roberto Saturnino. Relator: Senador Bello Parga. Parecer: Pela rejeição. Resultado: Retirado de pauta para aguardar Audiência do Senhor Secretário da Receita Federal. projeto de lei do senado nº 405 de 1999, terminativo, que "Altera o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, para permitir que os profissionais nele arrolados possam optar pelo SIMPLES". Autoria: Senador Luiz Estevão. Relator: Senador Luiz Otávio. Parecer: Pela rejeição. Resultado: Retirado de pauta para aguardar Audiência do Senhor Secretário da Receita Federal. projeto de lei do senado nº 128 de 1999, terminativo, que "Dispõe sobre a incidência do imposto sobre produtos industrializados e do imposto de importação sobre produtos indutores de violência". Autoria: Senador Romero Jucá. Relator: Senador José Roberto Arruda. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. projeto de lei do senado nº 263, de 1999, terminativo, que "Altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização". Autoria: Senador Alvaro Dias. Relator: Senador Roberto Saturnino. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: É concedida vista ao Senador Luiz Otávio. projeto de lei do senado nº 396, de 1999, terminativo, que "Destina as importâncias não pagas dos prêmios de qualquer modalidade de concurso de prognósticos autorizado pelo poder público, aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos e dá outras providências". Autor: Senador Edison Lobão. Relator: Senador Wellington Roberto. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: É concedida vista ao Senador Ernandes Amorim. Foram aprovados ainda os seguintes Requerimentos: Nº 18/CAE/2000, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, convidando o senhor presidente do Banco Central do Brasil para prestar esclarecimentos acerca dos seguintes tópicos: - prejuízo do Banco Central, perdas e custos efetivos do proer e proes, concorrência dos recursos fiscais da área social com a cobertura dos prejuízos do banco central e os impactos do resultado negativo do Banco Central sobre o estoque da dívida pública. nº 19/CAE/2000, de autoria do Senador Pedro Simon, convidando o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil para prestar esclarecimentos a respeito da cédula de crédito bancário ; nº 20/CAE/2000, de autoria do Senador Ernandes Amorim, solicitando ao TCU uma auditoria junto à

STN e ao BACEN, acerca da renegociação da dívida do Estado de Rondônia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Ordinária) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 18 de abril de 2000, às 10 horas.

As dez horas do dia dezoito de abril do ano dois mil, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Jefferson Peres, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma, Geraldo Althoff, Agnelo Alves, Antero Paes de Barros, Gerson Camata, Luiz Otávio, José Eduardo Dutra, Eduardo Suplicy, Osmar Dias, Romero Jucá, Maguito Vilela, Mozarildo Cavalcanti, Carlos Bezerra, José Roberto Arruda, Ramez Tebet, Wellington Roberto, José Fogaça, Lúcio Alcântara, João Alberto Souza, Luiz Estevão, José Alencar e Pedro Piva. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: Gilberto Mestrinho, Jorge Bornhausen, Francilino Pereira, Edison Lobão, Bello Parga, Freitas Neto, Paulo Souto, Lúdio Coelho, Lauro Campos e Roberto Saturnino. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: Mensagem-SF Nº 81 DE 2000, não terminativo, que "Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de EUR 824.366,00 (oitocentos e vinte e quatro mil e trezentos e sessenta e seis euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, destinado ao financiamento de quinze por cento (parcela à vista) de contrato comercial de importação de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa Dornier Medizintechnik GmbH, no âmbito do "Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários". Autoria: Executivo. Relator: Senador Antero Paes de Barros. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2000, não terminativo, que "Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários". Autoria: Executi-

vo. Relator : Senador Jonas Pinheiro. Parecer: Favorável ao projeto e contrário às Emendas 01 e 02. Resultado: Aprovado o parecer do relator, ressalvados os destaques para votação em separado das emendas 01 e 02 que após destacadas são aprovadas pela Comissão. Mensagem-SF nº 76, de 2000, não terminativa, que "Com fundamento na Medida Provisória nº 1969-13, de 03.02.2000, nas Resoluções nºs 78, de 01.07.1998, e 37, 17.09.1999, do Senado Federal, e no Decreto nº 3.099, de 29.06.1999, submete à apreciação do Senado Federal Contrato de Confissão, Consolidação, Promessa de Assunção e Refinanciamento de Dívidas, celebrado entre a União e o Município de São Paulo, tendo por objeto o refinanciamento de obrigações financeiras de responsabilidade daquele Município". Autoria: Executivo. Relator: Senador Romero Jucá. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Adiada em virtude da matéria não encontrar-se devidamente instruída. Foram aprovados ainda os seguintes Requerimentos: Nº 21 –CAE/2000, de autoria do Senador Antero Paes e Barros, no sentido de que seja realizada uma audiência pública acerca do novo panorama dos municípios, em decorrência da aprovação da lei de responsabilidade fiscal, com a presença dos Senhores Cláudio Antônio de Moura, Prefeito Municipal de Rio Claro –SP; Célio de Castro, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Celso Giglio, Presidente da Associação Paulista de municípios; Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; e Jairo Haide, Prefeito Municipal de Montes Claros. Requerimento nº 22-CAE/2000, de autoria do Senador Antero Paes e Barros, no sentido de que sejam convidados os Senhores Henri Philippe Reichstul, Presidente da Petrobrás; José Luiz Osório de Almeida Filho, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários; e Fernando Leite de Siqueira, Presidente da Associação de Engenheiros da Petrobrás. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

18ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Ordinária) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 25 de abril de 2000, às 10 horas.

As dez horas do dia vinte e cinco de abril do ano dois mil, na Sala de Reuniões da Comissão, sob

a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Bello Parga, Luiz Estevão, Maguito Vilela, Mozarildo Cavalcanti, Jefferson Peres, Jorge Bornhausen, Jonas Pinheiro, Paulo Souto, Geraldo Althoff, Roberto Saturnino, Luiz Otávio, Eduardo Suplicy, José Eduardo Dutra, José Alencar, Lúdio Coelho, Romero Jucá, Romeu Tuma, Lauro Campos, José Roberto Arruda, Gilberto Mestrinho, Agnelo Alves, Edison Lobão, Osmar Dias, Pedro Piva, Sérgio Machado, Lúcio Alcântara, José Jorge, Pedro Simon, Freitas Neto, José Fogaça e Wellington Roberto. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: Ramez Tebet, Carlos Bezerra, Francelino Pereira e Antero Paes de Barros. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: Mensagem-SF nº 76, de 2000, não terminativa, que "Com fundamento na Medida Provisória nº 1969-13, de 03.02.2000, nas Resoluções nºs 78, de 01.07.1998, e 37, 17.09.1999, do Senado Federal, e no Decreto nº 3.099, de 29.06.1999, submete à apreciação do Senado Federal Contrato de Confissão, Consolidação, Promessa de Assunção e Refinanciamento de Dívidas, celebrado entre a União e o Município de São Paulo, tendo por objeto o refinanciamento de obrigações financeiras de responsabilidade daquele Município. Autoria: Executivo. Relator: Senador Romero Jucá. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: É concedida vista coletiva aos membros da comissão. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 1999, terminativo, que "Altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização". Autoria: Senador Alvaro Dias. Relator: Senador Roberto Saturnino. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. OBS: em 11-04-2000 foi concedida vista ao Senador Luiz Otávio. Projeto de Lei da Câmara nº 08 de 2000, (PL 4257 de 1998, na origem), não terminativo, que "Institui a Classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências". Autoria: Executivo. Relator: Senador Jonas Pinheiro. Parecer: Resultado: Adiado. Mensagem-SF nº 84, de 2000, não terminativa, que "Submete à apreciação do Senado Federal o contrato de reescalonamento de dívida da República Islâmica da Mauritânia para com a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a US\$ 6,700,000.00 (seis milhões e setecentos mil dólares norte-americanos), relativamente a opera-

ções de financiamento à exportação realizadas com recursos do Fundo de Financiamento à Exportação - FINEX, cujos créditos passaram a ser geridos pelo Programa de Financiamento às Exportações - PROEX. Autoria: Executivo. Relator: Senador Eduardo Suplicy. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Adiado. Ofício "S" nº 19, de 2000, não terminativa, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do Governo do Estado de Santa Catarina (SC) para assunção formal de dívidas da Companhia de Habitação do Estado - COHAB/SC no valor de R\$ 152.820.991,28 (cento e cinquenta e dois milhões, oitocentos e vinte mil, novecentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos), a preços de janeiro de 2000". Autoria: BACEN. Relator: Senador José Fogaça. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Ofício "S" nº 11, de 2000, não terminativa, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da operação de crédito baseada no Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, firmado em 28 de julho de 1999, entre a União e o Estado de Goiás, que altera o valor do contrato de Refinanciamento, objeto de Resolução nº 67, de 1º de julho de 1998, em R\$12.100.569,02 (doze milhões, cem mil, quinhentos e sessenta e nove reais e dois centavos). Autoria: BACEN. Relator: Senador Antero Paes De Barros. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Adiado. Ofício "S" nº 15, de 2000, não terminativa, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (RS) para assunção formal de dívidas da Companhia de Habitação do Estado - COHAB/RS e da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul - CEE-RS, nos respectivos valores de R\$811.639.282,67 (oitocentos e onze milhões, seiscentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e dois reais e sessenta e sete centavos), a preços de 01.09.99, e R\$42.027.788,42 (quarenta e dois milhões, vinte e sete mil, setecentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos), a preços de 01.08.99. Autoria: BACEN. Relator: Senador Pedro Piva. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Ofício "S" nº 16, de 2000, não terminativa, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do Governo do Estado do Rio de Janeiro (RJ) para assunção

formal de dívidas da Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro - CEHAB/RJ e do Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A - Em liquidação Extrajudicial, nos valores de R\$ 398.558.627,42 (trezentos e noventa e oito milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e dois centavos) e R\$ 22.450.187,10 (vinte e dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, cento e oitenta e sete reais e dez centavos), respectivamente, a preços de 01.02.2000". Autoria: BACEN. Relator: Senador Luiz Otávio. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: : Aprovado o parecer do relator. Ofício "S" nº 24, de 2000, não terminativa, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da operação de crédito do Estado de Alagoas visando a extinção do PRODUBAN e a criação de agência de fomento naquele Estado, no valor de R\$ 427.250.000,00 (quatrocentos e vinte e sete milhões, duzentos e cinquenta mil reais), a preços de 30.04.98, nos termos da Medida Provisória nº 1.983-48, de 09.03.2000 e da Lei nº 9.496, de 11.09.97, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária. respectivamente, a preços de 01.02.2000". Autoria: BACEN. Relator: Senador Bello Parga. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Adiado. Mensagem-SF Nº 97, de 2000, não terminativa, que "Encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2000". Autoria: Executivo. Relator: Senador Bello Parga. Parecer: Favorável nos termos do PDS, que apresenta. Resultado: Adiado. Ofício "S" nº 26, de 2000, não terminativa, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da solicitação do Governo do Estado de Goiás para que possa contratar operação de crédito visando à criação de agência de fomento naquele Estado, no valor R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária". Autoria: BACEN. Relator: Senador José Roberto Arruda. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Adiado. foi ainda aprovado o requerimento nº 23- CAE/2000, de autoria da Senadora Heloísa Helena, convocando o liquidante do Banco Central do Brasil no Produban, Sr. Luciano Dantas, para prestar esclarecimentos acerca do processo de liquidação do banco. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada,

será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas.

19ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Extraordinária) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 26 de abril de 2000, às 10h30.

As dez horas e trinta minutos do dia vinte e seis de abril do ano dois mil, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Jefferson Peres, Mozarildo Cavalcanti, Edison Lobão, Maguito Vilela, Agnelo Alves, Bernardo Cabral, Jorge Bornhausen, José Roberto Arruda, Paulo Souto, Eduardo Suplicy, Lauro Campos, Bello Parga, Roberto Requião, Luiz Otávio, Romero Jucá, Francelino Pereira, José Eduardo Dutra, Roberto Saturnino, Gilberto Mestrinho, Romeu Tuma, Freitas Neto, Jonas Pinheiro, Luiz Estevão, José Fogaça, Pedro Piva, Osmar Dias, Lúcio Coelho, Sérgio Machado, José Agripino, Wellington Roberto, Geraldo Althoff, José Alencar, Mauro Miranda, Lúcio Alcântara, Heloísa Helena, José Jorge, Ramez Tebet. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: Carlos Bezerra e Antero Paes de Barros. Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: Mensagem-SF Nº 76, de 2000, não terminativa, que "Com fundamento na Medida Provisória nº 1969-13, de 03.02.2000, nas Resoluções nºs 78, de 01.07.1998, e 37, de 17.09.1999, do Senado Federal, e no Decreto nº 3.099, de 29.06.1999, submete à apreciação do Senado Federal Contrato de Confissão, Consolidação, Promessa de Assunção e Refinanciamento de Dívidas, celebrado entre a União e o Município de São Paulo, tendo por objeto o refinanciamento de obrigações financeiras de responsabilidade daquele Município". Autoria: Executivo. Relator: Senador Romero Jucá. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy, Paulo Souto, José Fogaça, José Alencar, José Eduardo Dutra, Roberto Requião e Heloísa Helena. OBS: EM 25.04.00 Foi concedida vista coletiva aos membros da Comissão. Mensagem-SF Nº 84, de 2000, não terminativa, que "Submete à apreciação do Senado Federal o contrato de reescalonamento de dívida da República Islâmica da Mauritânia para com a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a US\$ 6,700,000.00 (seis milhões e

setecentos mil dólares norte-americanos), relativamente a operações de financiamento à exportação realizadas com recursos do Fundo de Financiamento à Exportação - FINEX, cujos créditos passaram a ser geridos pelo Programa de Financiamento às Exportações - PROEX". Autoria: Executivo. Relator: Senador Eduardo Suplicy. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: : Aprovado o parecer do relator. Ofício "S" nº 11, de 2000, não terminativo, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da operação de crédito baseada no Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, firmado em 28 de julho de 1999, entre a União e o Estado de Goiás, que altera o valor do contrato de Refinanciamento, objeto de Resolução nº 67, de 1º de julho de 1998, em R\$12.100.569,02 (doze milhões, cem mil, quinhentos e sessenta e nove reais e dois centavos)". Autoria: BACEN. Relator: Senador Luiz Otávio. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Mensagem-SF nº 97, de 2000, não terminativa, que "Encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2000". Autoria: Executivo. Relator: Senador Bello Parga. Parecer: Favorável nos termos do PDS, que apresenta. Resultado: : Aprovado o parecer do relator. Ofício "S" nº 26, de 2000, não terminativo, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da solicitação do Governo do Estado de Goiás para que possa contratar operação de crédito visando à criação de agência de fomento naquele Estado, no valor R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária". Autoria: BACEN. Relator: Senador José Roberto Arruda. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: : Aprovado o parecer do relator. Of. 13 /2000, não terminativo, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da Prefeitura Municipal de São Gabriel - RS, para contratar operação de crédito com o Fundo de Desenvolvimento ao Programa Integrado de Melhoria Social - FUNDOPIMES administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL, no valor de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), a preços de setembro/1999, destinada a investimentos em infra-estrutura urbana." Relator: Senador Paulo Souto. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do

relator. OFS N º 27/2000, não terminativo, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da solicitação do Governo do Estado do Piauí, visando a criação de agência de fomento naquele Estado, no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária". Relator: Senador Jeferson Peres. Parecer: : Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Of. "S" nº 65, de 1998, não terminativo, que "Solicita a retificação da Resolução do Senado Federal 000069 1998, que autorizou o governo do Estado de Mato Grosso Do Sul (MS), a contratar operação de refinanciamento de dívidas do Estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção e refinanciamento de dívidas, celebrado com a união em 30 de março de 1998, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Governo do Estado De Mato Grosso Do Sul, no âmbito do Programa de Apoio a Reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados, no valor total de R\$ 903.665.059,21 (novecentos e três milhões, seiscentos e sessenta mil, cinquenta e nove reais e vinte e um centavos), para considerar o pleito pelo valor global acrescentando-se a parcela de R\$332.576.337,34 (trezentos e trinta e dois milhões, quinhentos e setenta e seis mil, trezentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos), ao valor refinanciado de R\$ 806.143.222,17 (oitocentos e seis milhões, cento e quarenta e três mil, duzentos e vinte dois reais e dezessete centavos), totalizando assim o valor de R\$ 1.138.719.559,01 (um bilhão, cento e trinta e oito milhões, setecentos e dezenove mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e um centavo)". Relator: Senador Roberto Saturnino. Parecer: : Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Extraordinária) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª legislatura, realizada em 27 de abril de 2000, às 10 horas.

As dez horas do dia vinte e sete de abril do ano dois mil, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a pre-

sença dos Senadores: Freitas Neto, Osmar Dias, Jefferson Peres, Heloísa Helena, Romero Jucá, José Roberto Arruda, Bello Parga, Geraldo Althoff, José Eduardo Dutra, Luiz Otávio, Gilberto Mestrinho, José Alencar, Edison Lobão, Roberto Saturnino, Sérgio Machado, Paulo Souto, Eduardo Suplicy, Luiz Estevão, João Alberto Souza, Wellington Roberto, Romeu Tuma, Ramez Tebet, José Fogaça e Francelino Pereira. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: Agnelo Alves, José Maguito Vilela, Carlos Bezerra, Jorge Bornhausen, Jonas Pinheiro, Antero Paes de Barros, Lúdio Coelho, Pedro Piva, Renan Calheiros e Lauro Campos. Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: OFS 14 /2000, não terminativo, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da Prefeitura Municipal de Ubitatã - PR, para contratar operação de crédito com o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano / Programa Paraná Urbano administrado pelo Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, no valor de R\$900.000,00 (novecentos mil reais), a preços de setembro /1999, destinada a investimentos em infra-estrutura urbana". Relator: Senador Lúdio Coelho. Relator Ad Hoc: Senador Geraldo Althoff. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Ofício "S" Nº 24, de 2000, não terminativo, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da operação de crédito do Estado de Alagoas visando a extinção do PRODUBAN e a criação de agência de fomento naquele Estado, no valor de R\$ 427.250.000,00 (quatrocentos e vinte e sete milhões, duzentos e cinquenta mil reais), a preços de 30.04.98, nos termos da Medida Provisória nº 1.983-48, de 09.03.2000 e da Lei nº 9.496, de 11.09.97, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária. respectivamente, a preços de 01.02.2000". Autoria: BACEN. Relator: Senador Bello Parga. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator, acolhendo três sugestões da Senadora Heloísa Helena. Ofício "S" Nº 30, de 2000, não terminativo, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca de reconhecimento de dívida do Estado da Paraíba junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB e o seu refinanciamento pela União, no valor de R\$ 108.932.281,63 (cento e oito milhões, novecentos e trinta e dois mil, duzentos e

oitenta e um reais e sessenta e três centavos), posição em 19.04.2000, ao amparo da Medida Provisória nº 2.023-50, de 20.04.2000". Autoria: BACEN. Relator: Luiz Otávio. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator com abstenção da Senadora Heloísa Helena. Ofício "S" Nº 31, de 2000, não terminativo, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da operação de crédito do Município de Campinas visando o refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de R\$ 137.888.882,76 (cento e trinta e sete milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos), posição em 19.04.2000, ao amparo da Medida Provisória nº 2.022-16, de 20.04.2000, nos termos do art. 12 da Resolução nº 78, de 01.07.98, do Senado Federal". Autoria: BACEN. Relator: Senador Eduardo Suplicy. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator com voto contrário da Senadora Heloísa Helena. Ofício "S" Nº 32 de, 2000, não terminativo, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da operação de crédito do Município de Osasco visando o refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de R\$ 193.005.723,86 (cento e noventa e três milhões, cinco mil, setecentos e vinte e três reais e oitenta e seis centavos), posição em 19.04.2000, ao amparo da Medida Provisória nº 2.022-16, de 20.04.2000, nos termos do art. 12 da Resolução nº 78, de 01.07.98, do Senado Federal". Autoria: BACEN. Relator: Senador José Fogaça. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator com voto contrário da Senadora Heloísa Helena. Ofício "S" Nº 33, de 2000, não terminativo, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da operação de crédito do Estado de Alagoas visando o refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de R\$ 807.191.884,74 (oitocentos e sete milhões, cento e noventa e um mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), posição em 19.04.2000, ao amparo da Medida Provisória nº 2.023-50, de 20.04.2000, nos termos do art. 12 da Resolução nº 78, de 01.07.98, do Senado Federal". Autoria: BACEN. Relator: Senador Geraldo Althoff. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apre-

senta. Resultado: Aprovado o parecer do relator com voto contrário da Senadora Heloísa Helena. Ofício "S" Nº 34, de 2000, não terminativo, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da operação de crédito do Município de Guarulhos visando o refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de R\$ 31.716.322,89 (trinta e um milhões, setecentos e dezesseis mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e nove centavos), posição em 19.04.2000, ao amparo da Medida Provisória nº 2.022-16, de 20.04.2000, nos termos do art. 12 da Resolução nº 78, de 01.07.98, do Senado Federal. Autoria: BACEN. Relator: Senador Bello Parga. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator com voto contrário da Senadora Heloísa Helena. Ofício "S" Nº 35, de 2000, não terminativa, que "Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da operação de crédito do Estado de Santa Catarina visando o refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de R\$ 581.670.336,12 (quinhentos e oitenta e um milhões, seiscentos e setenta mil, trezentos e trinta e seis reais e doze centavos), posição em 19.04.2000, ao amparo da Medida Provisória nº 2.023-50, de 20.04.2000, nos termos do art. 12 da Resolução nº 78, de 01.07.98, do Senado Federal". Autoria: BACEN. Relator: Senador Paulo Souto. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. OFS 29 /2000, não terminativo, "Submete à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, pedido para que seja assegurado aos Municípios o mesmo tratamento concedido aos Estados, com a finalidade de autorizar a retroação, para o mês de setembro de 1997, do cálculo do saldo de sua dívida mobiliária interna a ser refinanciada". Relator: Senador Geraldo Althoff. Parecer: Pelo arquivamento, solicitando ainda o encaminhamento de um ofício da Comissão de Assuntos Econômicos à Presidência da República, sugerindo a Introdução de alteração na próxima edição da Medida Provisória Nº 2022-18, visando sanar o tratamento não isonômico apontado pelo Prefeito do Rio de Janeiro. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e cinco minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e

publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador Ney Suassuna, Presidente.

21ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Extraordinária) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª legislatura, realizada em 4 de maio de 2000, às 9 horas.

As nove horas do dia quatro de maio do ano dois mil, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Agnelo Alves, Wellington Roberto, Gilberto Mestrinho, Pedro Simon, Romeu Tuma, Lúdio Coelho, Jefferson Peres, Lauro Campos, Bello Parga, José Alencar, Jorge Bornhausen., José Roberto Arruda, Jonas Pinheiro, Eduardo Suplicy, Edison Lobão, Romero Jucá, José Eduardo Dutra, Pedro Piva, Freitas Neto, Luiz Estevão, Moreira Mendes e Amir Lando. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: José Fogaça, Maguito Vilela, Ramez Tebet., Carlos Bezerra, Paulo Souto, Antero Paes de Barros e Roberto Saturnino. Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação da seguinte matéria: MSF 241 /1999, não terminativa, que "Propõe ao Senado Federal seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, de que trata o art. 9º da Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989, dessa casa, restabelecida pela Resolução nº 17, de 5 de junho de 1992, a fim de que possa dar continuidade ao processo de modernização, referente ao Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicação e do Sistema Postal – PASTE". Autoria: Executivo. Relator: Senador Wellington Roberto. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Dando prosseguimento aos trabalhos da Comissão inicia-se a audiência pública com o Senhor Armínio Fraga, Presidente do Banco Central, sobre os seguintes assuntos: causas dos seguidos prejuízos que o Banco Central do Brasil vem apresentando nos últimos anos e os fluxos financeiros entre a Autoridade Monetária e o Tesouro Nacional; Cédula de Crédito Bancário; e possíveis reponsabilidades do Banco Central do Brasil no crescimento do passivo do Banco do Estado de Rondônia durante o regime de administração especial. em decorrência da aprovação dos Requerimentos nºs 18-CAE/2000, 19-CAE/2000 20-CAE/2000, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon

e Ernandes Amorim, respectivamente. Em virtude do início da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa do Senado Federal, a Presidência interrompe a presente reunião, marcando outra com a mesma finalidade para o dia nove de maio às dezessete horas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador Ney Suassuna, Presidente.

22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Ordinária) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª legislatura, realizada em 9 de maio de 2000, às 10 horas.

As dez horas do dia nove de maio do ano dois mil, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Bello Parga, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Althoff, Luiz Estevão, Osmar Dias, Antero Paes de Barros, Edison Lobão, Luiz Otávio, Romero Jucá, Lúdio Coelho, Roberto Saturnino, Paulo Souto, Ramez Tebet, Jorge Bornhausen, Lauro Campos, José Fogaça, Gilberto Mestrinho, Lúcio Alcântara, Eduardo Suplicy, Jefferson Peres, Wellington Roberto, Jonas Pinheiro, José Eduardo Dutra, José Alencar, Agnelo Alves, Freitas Neto, Pedro Piva, José Roberto Arruda, Romeu Tuma e Paulo Hartung. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: Maguito Vilela, Carlos Bezerra e Francelino Pereira. Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: Mensagem nº 99 de 2000, não terminativo, que "Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 505,060,000.00 (quinhentos e cinco milhões e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, na modalidade de ajuste setorial - Reforma da Previdência Social/Segunda Fase". Autoria: Senador Executivo. Relator: Senador Ramez Tebet. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: A Comissão decide enviar Ofício ao Senhor Ministro da Fazenda solicitando a designação de um funcionário do Ministério, devidamente qualificado a prestar esclarecimentos acerca do assunto. Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2000 – Complementar, não terminativo, que "Cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE para as Unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de

conservação da natureza e terras indígenas demarcadas". Autoria: Senador Marina Silva. Relator: Senador Lúdio Coelho. Parecer: Contrário ao projeto. Resultado: É concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy. Projeto de Lei do Senado nº 683, de 1999 – Complementar, não terminativo, que "Regulamenta a prestação de informações ao Banco Central do Brasil, para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito e dá outras providências. Autoria: CPI do Sistema Financeiro. Relator: Senador Osmar Dias. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão decide pelo envio da matéria à CCJ para análise de sua constitucionalidade e juridicidade. Projeto de Lei do Senado nº 454 de 1999, não terminativo, que "Revoga a alínea "d" do inciso XII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996 - que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, contras as pessoas jurídicas dedicadas ao ramo da publicidade e propaganda". Autoria: Senador Osmar Dias. Relator: Senador José Eduardo Dutra. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta. Projeto de Lei do Senado nº 592 de 1999, terminativo, que "Determina que as seguradoras indenizem os proprietários de veículos automotores, no caso de perda total ou de roubo ou furto total do bem, pela importância segurada constante da apólice contratada. Autoria: Senador Eduardo Siqueira Campos. Relator: Senador Luiz Otávio. Parecer:

Favorável ao Projeto. Resultado: Foi apresentada emenda nº 01 pelo Senador Eduardo Suplicy. O Projeto foi remetido ao relator para análise da emenda. Projeto de Lei do Senado nº 11 de 1999, terminativo, que "Institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Distrito Federal, a que se refere o artigo 21, XIX, da Constituição, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional 19, de 1998". Autoria: Senador Luiz Estevão. Relator: Senador Maguito Vilela. Parecer: Favorável ao PLS nº 11/99, nos termos da Emenda nº 01-Substitutiva que apresenta e pela prejudicialidade do PLS nº 28/99. Resultado: Adiado, tramitando em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 28 de 1999, terminativo, que "Regulamenta o disposto no inciso XIV, artigo 21, da Constituição Federal, que institui o fundo próprio para a Assistência Financeira do Distrito Federal e da outras providências". Autoria: Senador José Roberto Arruda. Resultado: Adiado. Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2000, terminativo, que "Altera a Lei nº 6194, de 19 de dezembro de 1974, que Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, dispondo sobre a distribuição do prêmio arrecada-

dados pelas seguradoras e a orientação ao seguro e vítimas de trânsito". Autoria: Senador Osmar Dias. Relator: Senador Bello Parga. Parecer: Favorável ao projeto com as Emendas nº 1 e 2. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento N.º 24-CAE/2000, decidindo pela realização de uma audiência pública com a presença dos Senhores Helio Oliveira Portocarrero de Castro, e do Promotor de Justiça do Distrito Federal, Ezequiel De Araújo Neto, responsável por uma ação civil pública, pedindo o fim da obrigatoriedade do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores, em razão de sua inconstitucionalidade. Projeto de Lei do Senado nº 100, de 1999, terminativo, que "Altera o Decreto-Lei nº 791, de 27 de agosto de 1969, que dispõe sobre o pedágio em rodovias federais e dá outras providências", com a finalidade de conceder isenção do pagamento de pedágio em rodovias federais para veículos automotores adaptados para motoristas portadores de deficiência física". Autor: Senadora Emilia Fernandes. Relator: Senador Lúdio Coelho. Parecer: Contrário ao projeto. Resultado: A Comissão decide pelo envio da matéria à CCJ para análise de sua constitucionalidade e juridicidade. Projeto de Lei do Senado nº 654, de 1999, terminativo, que "Dispõe sobre encargos financeiros incidentes no crédito rural nas áreas da SUDAM e da SUDENE. Autoria: Senador Luiz Pontes". Relator: Senador Freitas Neto. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão decide pelo envio da matéria à CCJ para análise de sua constitucionalidade e juridicidade. Projeto de Lei do Senado nº 564 de 1999, terminativo, que "Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados em relação aos cigarros destinados à exportação". Autoria: Senador Roberto Requião. Relator: Senador Edison Lobão. Parecer: Favorável ao projeto com as Emendas 1 e 2. Resultado: Retirado de pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador Ney Suassuna, Presidente.

23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Extraordinária) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 9 de maio de 2000, às 17 horas.

As dezessete horas do dia nove de maio do ano dois mil, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a

presença dos Senadores: Lauro Campos, Antônio Carlos Valadares, Emades Amorim, Edison Lobão, Osmar Dias, José Alencar, Sérgio Machado, José Eduardo Dutra, Maguito Vilela, Romeu Tuma, Luiz Estevão, Ney Suassuna, Eduardo Suplicy, Moreira Mendes e Jefferson Peres. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: Agnelo Alves, José Fogaça, Gilberto Mestrinho, Ramez Tebet, Carlos Bezerra, Jorge Bornhausen, Francelino Pereira, Bello Parga, Jonas Pinheiro, Freitas Neto, Paulo Souto, José Roberto Arruda, Antero Paes de Barros, Lúdio Coelho, Romero Jucá, Pedro Piva, Roberto Saturnino e Luiz Otávio. Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a realização da audiência pública com o Senhor Armínio Fraga, Presidente do Banco Central e Carlos Eduardo de Freitas, Diretor do Banco Central do Brasil, sobre os seguintes assuntos: causas dos seguidos prejuízos que o Banco Central do Brasil vem apresentando nos últimos anos e os fluxos financeiros entre a autoridade monetária e o Tesouro Nacional possíveis responsabilidades do Banco Central do Brasil no crescimento do passivo do Banco do Estado de Rondônia durante o regime de administração especial; e a operação de antecipação de royalties. em decorrência da aprovação dos requerimentos nºs 18-CAE/2000, 19-CAE/2000 20-CAE/2000, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Emades Amorim, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e nove minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas.

24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Extraordinária) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª legislatura, realizada em 10 de maio de 2000, às 10h30.

As dez horas e trinta minutos do dia dez de maio do ano dois mil, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Paulo Hartung, Luiz Estevão, Jefferson Peres, Mozarildo Cavalcanti, José Eduardo Dutra, Carlos Bezerra, Edison Lobão, Romero Jucá, Antero Paes de Barros, Roberto Saturnino, Gilberto Mestrinho, Agnelo Alves, Eduardo Suplicy, Lúdio Coelho, Wellington Roberto, Geraldo Althoff, Osmar Dias, Freitas Neto, José Alencar, Romeu Tuma, Pedro Piva, Paulo Souto e Francelino Pereira. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: José Fogaça, Maguito Vilela, Ramez Tebet, Jorge

Bornhausen, Bello Parga, Jonas Pinheiro, José Roberto Arruda, Lauro Campos e Luiz Otávio. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a realização da audiência pública com a presença do Senhor Henry Philippe Reichstul, Presidente da Petrobrás, destinada a instruir a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 1999, que "altera dispositivos da lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao programa nacional de desestatização", de autoria do Senador Álvaro Dias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador Ney Suassuna, Presidente.

25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Ordinária) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª legislatura, realizada em 16 de maio de 2000, às 10 horas.

As dez horas do dia dezesseis de maio do ano dois mil, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Lúdio Coelho e com a presença dos Senadores Jefferson Peres, Gilberto Mes-trinho, Carlos Bezerra, Ramez Tebet, Osmar Dias, José Eduardo Dutra, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá, Francelino Pereira, José Roberto Arruda, Lúcio Alcântara, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, Gerson Camata, José Alencar, Freitas Neto, Romeu Tuma, Lauro Campos, Luiz Estevão, Paulo Souto, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Agnelo Alves, Roberto Requião, Sérgio Machado, Pedro Simon e Pedro Piva. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: José Fogaça, Maguito Vilela, Ney Suassuna, Edison Lobão, Bello Parga, Antero Paes de Barros e Luiz Otávio. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: Projeto de Resolução do Senado nº 134 de 1999, não terminativo, que "Altera a Resolução do Senado Federal nº 78, de 1998, que "dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências". Autoria: CPI do Sistema Financeiro. Relator: Senador Luiz Otávio. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2000, (PL 03864 de 1997, na origem), não terminativo, que "Dispõe sobre o valor das benfeitorias

ções para fins de reforma agrária". Autoria: Deputado Inácio Arruda. Relator: Senador Lúdio Coelho. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. Projeto de Lei do Senado nº 613 de 1999 – Complementar, não terminativo, que "Altera o Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que "Estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências". Autoria: Senador Luzia Toledo. Relator: Senador José Fogaça. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. Projeto de Lei do Senado nº 336 de 1999 – Complementar, não terminativo, que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária". Autoria: Senador Ademir Andrade. Relator: Senador Antero Paes de Barros. Parecer: Favorável ao Projeto. resultado: adiado. Projeto de Lei do Senado nº 564 de 1999, terminativo, que "Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados em relação aos cigarros destinados à exportação". Autoria: Senador Roberto Requião. Relator: Senador Edison Lobão. Parecer: Favorável ao projeto com as Emendas 1 e 2. Resultado: Adiado. Em seguida procede-se a exposição do Senhor Marcos Caramuru de Paiva, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, e do Senhor Vinicius Pinheiro, Secretário de Previdência Social, com a finalidade de instruir a tramitação da Mensagem Nº 99 de 2000, que "solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$505,060,000.00 (quinhentos e cinco milhões e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, na modalidade de ajuste setorial – Reforma da Previdência Social/Segunda Fase". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e nove minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador Lúdio Coelho, Presidente em Exercício.

26ª reunião da comissão de assuntos econômicos (ordinária) da 2ª sessão legislativa ordinária da 51ª legislatura, realizada em 23 de maio de 2000, às 10 horas.

As dez horas do dia vinte e três de maio do ano dois mil, na Sala de Reuniões da Comissão, sob

a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Bemardo Cabral, Mozarildo Cavalcanti, Francelino Pereira, Jorge Bornhausen, Gilberto Mestrinho, Jefferson Peres, Álvaro Dias, Agnelo Alves, Jonas Pinheiro, Luiz Otávio, Roberto Saturnino, Antônio Carlos Valadares, Romero Jucá, Lauro Campos, Bello Parga, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Pedro Piva, Edison Lobão, Lúdio Coelho, José Eduardo Dutra, Ramez Tebet, Paulo Souto, Carlos bezerra, José Roberto Arruda, Lúcio Alcântara, José Alencar, Romeu Tuma, José Fogaça, Paulo Hartung, Freitas Neto, Wellington Roberto, José Jorge, Luiz Estevão e Luis Pontes. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: Maguito Vilela e Antero Paes de Barros. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: Emenda nº 01-de Plenário oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 676, de 1999, não terminativa, que "altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais". Autor da Emenda: Senador Jorge Bornhausen. Autor do projeto: Senador Osmar Dias. Relator: Senador Roberto Saturnino. Parecer: Favorável a Emenda. Resultado: A Comissão decide pela remessa da emenda a CCJ para análise de sua constitucionalidade e jurisdição. Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, não terminativo, que "Dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências". Autoria: Senador Jorge Bornhausen. Relator: Senador Edison Lobão. Parecer: Favorável ao Projeto, com as alterações de técnica legislativa aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça, com as alterações propostas pela Emenda nº 1, pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3, apresentando ainda as Emendas nºs 4, 5, 6, 7, 8 e 9 de Relator. Resultado: É concedida vista ao Senador Romero Jucá. Projeto de Lei da Câmara Nº 2 de 2000, (PL 03864 de 1997, na origem), não terminativo, que "Dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária". Autoria: Deputado Inácio Arruda. Relator: Senador Lúdio Coelho. Parecer: Favorável nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Projeto de Lei do Senado Nº 613 de 1999 – Complementar, não terminativo, que "Altera o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que "Estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências".

Autoria: Senadora Luzia Toledo. Relator: Senador José Fogaça. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. Projeto de Lei do Senado nº 336 de 1999 – Complementar, não terminativo, que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária". Autoria: Senador Ademir Andrade. Relator: Senador Antero Paes De Barros. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. Projeto de Lei do Senado Nº 124 DE 1999 – Complementar, não terminativo, que "em reexame na CAE Estabeleci normas de acesso ao SIAFI - Sistema de Administração Financeira - e outros sistemas de informações de órgãos públicos, e da outras providências". Autoria: Senador José Eduardo Dutra. Relator: Senador Roberto Saturnino. Parecer: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo aprovado pela CCJ, com as subemendas 1 e 2-CAE, apresentando, ainda, as subemendas nºs 3, 4, 5 e 6 que apresenta. Resultado: Adiado. Projeto de Resolução do Senado nº 134 de 1999, não terminativo, que "Altera a Resolução do Senado Federal nº 78, de 1998, que "dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências". Autoria: CPI do Sistema Financeiro. Relator: Senador Luiz Otávio. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. Projeto de Lei do Senado Nº 263, de 1999, terminativo, que "Altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização". Autoria: Senador Alvaro Dias. Relator: Senador Roberto Saturnino. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: rejeitado o projeto é designado relator do vencido o Senador Edson Lobão Projeto de Lei do Senado Nº 564 de 1999, terminativo, que "Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados em relação aos cigarros destinados à exportação". Autoria: Senador Roberto Requião. Relator: Senador Edison Lobão. Parecer: Favorável ao projeto com as Emendas 1 e 2. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e seis minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.


ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 595, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007232/00-4,

RESOLVE designar o servidor **RODRIGO DE ARAUJO COSTA**, matrícula 3570, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Pesquisa, Símbolo FC-5, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 29 de maio de 2000.

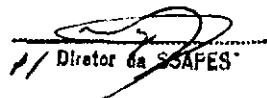
Senado Federal, 31 de março de 2000



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE

EM 31/05/00


11 Diretor da SOAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 596, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E** :

Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES** e a empresa abaixo relacionada:

MINASGÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS COMBUSTÍVEL LTDA - Contrato para fornecimento parcelado de 52 botijões de gás liquefeito de petróleo, em cilindro de 45 kg, com vigência de 12 meses ou até o término da quantidade contratada - (Processo nº 386/00-6) - **Titular: JOSÉ ALVES DO NASCIMENTO FILHO**, matrícula 2247; **Substituto: HOMERO GALDINO DOS SANTOS**, matrícula 3347.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de

de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE

EM 31/05/00


Diretor de SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 597, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Designar o servidor **JOSÉ HUMBERTO BARBOSA FERREIRA**, matrícula **3864**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC05**, de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, do Serviço de Atendimento ao Usuário, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo terceiro turno de trabalho, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2000.

Senado Federal, 31 de maio de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

REUNIÕES REALIZADAS

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA - 2000

REUNIÕES ORDINÁRIAS.....09

REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS.....00

MATÉRIAS APRECIADAS EM CARÁTER TERMINATIVO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA - 2000

OBS: Não foram apreciados projetos terminativos.

PARECERES APRECIADOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA - 2000

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN/ DEZ
PELA APROVAÇÃO	04	-	06	02								12
TOTAL	04	-	06	02								12

MENSAGENS (MSF)	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN/ DEZ
PELA APROVAÇÃO	03	01	02	06								12
TOTAL	03	01	02	06								12

REQUERIMENTOS (RQS)	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN/ DEZ
PELA APROVAÇÃO	-	-	-	01								01
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-	-	-								-
TOTAL	-	-	-	01								01

SECRETARIA - GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)

DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)

JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)

CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)

HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:	CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
	CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608) - ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
	CCJ	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612) - - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
	CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604) - PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
	CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935) - AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
	CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
	CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496) - MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2081/2087
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	8130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA (3)	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. VAGO	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLEY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. PAULO HARTUNG - PPS (1)	ES	1129/1031
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3187/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado, a partir de 22/5/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO RQCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/5/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jraco@senado.gov.br

2.1) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

Presidente: SENADORA MARLUCE PINTO
Vice-Presidente: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
Relatora: SENADORA HELOÍSA HELENA

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

2.2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Presidente: SENADOR LUIZ ESTEVÃO

.Vice-Presidente:

PMDB	
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
PFL	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
PSDB	
ANTERO DE BARROS	MT-1248/1348
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
SEBASTIÃO ROCHA(PT)	AP-2241/47
PPB	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jraco@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
ANTÔNIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/5/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

3.1) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

Presidente:

Vice-Presidente:

--
--

(7 membros)

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO	RS	1207/1607
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA		
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTONIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado a partir de 26/5/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

4.1) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

Presidente:
(9 titulares)

PMDB	
AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32
PFL	
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57
PSDB	
ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES – PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

Presidente: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
Relator: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(6 titulares e 6 suplentes)

PMDB			
JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/67
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/57
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/07
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)			
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
PPB			
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

IOES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS

ETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
ONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
11-3121

E: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY
Vice-Presidente: CARLOS WILSON
(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3086/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLEY – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO – PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMÍLIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/5/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)
Secretário: Marcos Santos Parente Filho
Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2281/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4056/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074
ARLINDO PORTO PTB (cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
TEOTONIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA (3)	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3196			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3086/3087	1. BELLO PARGA	MA	3089/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/5/2000.

(3) Licenciado, a partir de 22/5/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA								
CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	PHONE	FAX	
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621	
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191	
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470	
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960	

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	314 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	• 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	758	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*368	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III

GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

Http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)

e mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

EDIÇÃO DE HOJE: 176 PÁGINAS